CRL
CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

2015

RELATÓRIO DO 2º SEMESTRE

SOBRE

EMPREGO E FORMAÇÃO

Título: ***Relatório do 2º Semestre sobre Emprego e Formação*** *– 2015*

Data de edição: Julho de 2016

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Praça de Londres, nº 2 - Piso 9

1049-056 – Lisboa, Portugal

Email: geral@crl.mtsss.pt

Depósito legal: 419 803/16

Execução gráfica: Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Tiragem: 300 exemplares

Documento redigido segundo o Acordo Ortográfico em vigor à data.

Ficha Técnica

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

– ***Composição:***

Presidente**: João A. Gomes Proença** (UGT)

Organizações Governamentais:

- ACT **- Jorge Manuel M. Pinhal** (efetivo) ; Maria José Tiago (suplente) [1]
- DGERT **- Isilda Maria C. Fernandes** (efetivo) ; Fernando Catarino José (suplente) [2]
- GEP - **Antonieta do Rosário P. S. Ministro** (efetivo) ; Ana Bela S. Antunes (suplente)
- IEFP - Catarina Campos (suplente) [3]

Organizações Sindicais:

- CGTP-IN - **João F. Freitas Torres** (efetivo)[4] ; Carlos Manuel A. Trindade (suplente)
  José Rodrigues Oliveira (efetivo) ; Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT - **Sérgio Monteiro do Monte** (efetivo) ; Amadeu de Jesus Pinto (suplente); Carlos M. A. Alves (suplente)

Organizações Empresariais:

- CAP - **Cristina Nagy Morais** (efetivo) ; João Baguinho Valentim (suplente)
- CCP - **Ana Cristina Vieira** (efetivo) ; Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CIP - **Gregório da Rocha Novo** (efetivo) ; Nuno M. V. Nobre Biscaya (suplente)
- CTP - **Nuno da Silva Bernardo** (efetivo) ; Pedro Petrucci de Freitas (suplente)

Autores do Relatório

Equipa técnica:

Perito convidado: **Mário Caldeira Dias** (Coordenação Cientifica)

Teresa Pina Amaro (CRL)

Teresa Sabido Costa (CRL)

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O RELATÓRIO DO 2º SEMESTRE SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO – 2015

Composição [5]

- **António Figueiredo** (Quaternnaire)
- **Francisco Lima** (Instituto Superior Técnico)
- **Francisco Madelino** (ISCTE)
- **João Cerejeira** (Universidade do Minho)
- **Margarida Chagas Lopes** (ISEG)

[1] Ana Manuel Mendes Godinho (suplente de 23-07-2015 a 21-03-2016).
[2] José Rosa Macedo (suplente de 23-07-2015 a 21-03-2016).
[3] Jorge Bruno S.B. Gaspar (efetivo de 23-07-2015 a 31-05-2016) e Francisco Xavier Soares d'Aguiar (suplente de 23-07-2015 a 21-03-2016).
[4] Armando da Costa Farias (efetivo de 23-07-2015 a 21-03-2016).
[5] Margarida Chagas Lopes (ISEG, Universidade de Lisboa), integrou inicialmente a Comissão Científica e pediu escusa a 17-05-2016.

ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO PLURIANUAL

INTRODUÇÃO 15
SUMÁRIO EXECUTIVO 19
População ativa, inativa e taxa de atividade 19
Emprego 20
Desemprego 23
Desemprego registado 25
Estrutura empresarial 26
Remunerações 27
Índice do custo de trabalho 28
Formação profissional 28
Formação contínua nas empresas 28
Medidas ativas de emprego promovidas pelo IEFP 29
NOTA PRÉVIA 31
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO — PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU 37
2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL 45
*2.1. **Comparação entre Portugal e a União Europeia** 45*
2.1.1. Taxas de Atividade e de Emprego 45
2.1.2. Contratos a Termo 47
2.1.3. Taxas de Desemprego 48
2.1.4. População com Nível de Educação Secundário 51
2.1.5. População jovem 53
- Saída escolar precoce 53
- População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) 54

*2.2. **População e população ativa** 57*
2.2.1. População total 57
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA E EM PORTUGAL 57
- *Aspetos demográficos 57*

2.2.2. População por níveis de escolaridade 62

FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL 63
- *Evolução da Emigração portuguesa* 63
- *Evolução da Imigração portuguesa* 66

2.2.3. População ativa e taxas de atividade *68*
- *Por níveis de escolaridade completos* 70
- *Por regiões* 71

2.2.4. População Inativa *72*

*2.3. **Emprego e desemprego*** *73*

2.3.1. Emprego *73*

2.3.1.1. Emprego e taxas de emprego *73*
- Por grupos etários 73
- Por níveis de escolaridade 76
- Por regiões 77

2.3.1.2. População empregada por situação na profissão *78*

2.3.1.3.População empregada por tempo de duração de trabalho *79*
- Por escalão de duração semanal de trabalho 80

2.3.1.4. Trabalhadores por conta de outrem *82*
- *Por tipo de contrato* *82*

2.3.1.5. População empregada por sectores de atividade *83*

2.3.1.6. População empregada por grupos profissionais *87*

2.3.2. Desemprego *89*

2.3.2.1. Desemprego e taxas de desemprego *89*
- Por grupos etários 90
- Por níveis de escolaridade 92
- Por experiência anterior de trabalho 93

2.3.2.2. Desempregados à procura de novo emprego *94*
- Por áreas de atividade 94
- Por grupos profissionais 97

2.3.2.3. Desemprego por regiões *98*

2.3.2.4. Desempregados de longa duração e muito longa duração *100*

3. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO 104

4. OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO 110

6. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS 114

6.1. ***Estrutura empresarial*** *114*

6.2. ***Emprego nas empresas*** *116*

- Por sectores de atividade 118
- Por regiões 121
- Por níveis de habilitações e qualificações 122

7. GANHOS E REMUNERAÇÕES 126

7.1. ***Remunerações: ganhos médios e mediana do ganho*** *126*

7.2. ***Estrutura Remuneratória*** *130*

7.3. ***Índice do custo de trabalho*** *133*

8. PRECARIEDADE NO MERCADO DE TRABALHO 135

9. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO 139

9.1. ***Formação contínua nas empresas*** *139*

9.2. ***Medidas Ativas de Emprego no Instituto do Emprego e Formação Profissional*** *143*

- *Formação Profissional* *143*
- *Medidas de Apoio ao Emprego* *149*

10. LIMITAÇÕES DAS ESTATÍSTICAS COMO EXPRESSÃO DA REALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO155

10.1. ***A relação crescimento/desemprego e desemprego/taxa de atividade*** *155*

10.2. ***Aplicação ao caso português*** *157*

II. ANÁLISE SEMESTRAL

1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: EMPREGO 163

1.1. ***População ativa e taxas de atividade*** *163*

- *Por regiões* 164

1.2. ***Emprego e taxas de emprego*** *164*

- *Por regiões* 166

1.3. ***População empregada por situação na profissão*** *167*

1.4. ***População empregada por tempo de duração de trabalho*** *168*

1.5. ***Trabalhadores por conta de outrem*** *170*

- *por tipo de contrato* 170

1.6. ***Emprego por sectores de atividade*** *171*

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO 174

2.1. ***Desemprego e taxas de desemprego*** *174*

2.2. ***Desemprego por grupos etários*** *174*

- *por experiência anterior de trabalho* 175

2.3. ***Desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade*** *176*

- *Por grupos profissionais* 178
- *Por regiões* 179

2.4. ***Desemprego de Longa Duração*** *180*

2.5. ***Desempregados por níveis de habilitações e duração da procura de emprego*** *181*

2.6. ***Desempregados de longa e muito longa duração por níveis de habilitações*** *183*

3. PEDIDOS DE EMPREGO REGISTADOS NOS CENTROS DE EMPREGO 184

3.1. ***Análise dos pedidos de emprego registados no 2º semestre de 2015 – situação no fim do mês*** *184*

3.2. ***Análise dos pedidos de emprego no 2º semestre de 2015 – movimento ao longo do mês*** .. *195*

4. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO 199

4.1. ***Análise das ofertas registadas no 2º semestre de 2015 – situação no fim do mês*** *199*

4.2. ***Análise das ofertas de emprego e colocações no 2º semestre de 2015 – movimento ao longo do mês*** *201*

- *Ofertas de emprego* 201
- *Colocações* 203
- *Pedidos, ofertas e colocações* 205

CONCEITOS UTILIZADOS: 209

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA 218

COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL 223

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1. Evolução da taxa de crescimento e do PIB *per capita* (em poder de compra padrão) 37
2. Salário Mínimo Nacional (SMN e SMN em poder de compra padrão), em 2015 39
3. Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sector de atividade, em 2015 39
4. Evolução do défice público, do défice externo e da dívida pública (em % do PIB) 40
5. Evolução da produtividade por trabalhador e por hora trabalhada 41
6. Variação anual da produtividade por trabalhador e por hora trabalhada 42
7. Percentagem da carga fiscal e das contribuições sociais no PIB, em 2014 43
8. Taxa de emprego 45
9. Taxa de atividade 46
10. Taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) 46
11. Taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos) 47
12. Contratos a termo (% no emprego total) 48
13. Taxa de desemprego 49
14. Taxa de desemprego jovem (15 aos 24 anos) 49
15. Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa) 50
16. Taxa de desemprego de muito longa duração (% na população ativa) 50
17. Evolução da população (20 aos 24 anos) com o nível de educação secundário 51
18. População (20 aos 24 anos) com o nível de educação secundário, por sexo 52
19. População (25 aos 64 anos) com o nível de educação secundário, por sexo 52
20. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola 53
21. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo 54
22. População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo 55
23. População jovem NEEF 55
24. População jovem NEEF, por níveis de ensino 56
25. Taxa de crescimento populacional 57
26. Evolução da população residente 58
27. Taxa de crescimento efetivo, taxa de crescimento natural e saldo migratório 58
28. Evolução da taxa de natalidade 59
29. Projecção da população residente até 2080 60
30. Evolução dos índices de dependência em Portugal 61
31. Evolução da População com 15 e mais anos por escalões etários 62

32. População com 15 e mais anos por nível de escolaridade 62
33. Evolução da emigração portuguesa desde o início do milénio 63
34. Emigrantes portugueses a residir no estrangeiro em 2014 64
35. Caraterização sociodemográfica dos emigrantes portugueses nos países da OCDE em 2010/2011 65
36. Evolução da população imigrada em Portugal 66
37. Evolução da imigração portuguesa por sexos 66
38. Estrutura etária da imigração portuguesa em 2014 67
39. Proveniência dos imigrantes portugueses em 2014 67
40. Evolução das taxas de atividade masculina e feminina 68
41. Evolução das taxas de atividade por escalão etário 69
42. Evolução da população ativa por níveis de escolaridade 70
43. Evolução das taxas de atividade por níveis de escolaridade 71
44. Evolução da população ativa por regiões 71
45. Variação da população ativa com 15 e mais anos por categorias 72
46. Evolução da População Empregada por grupos etários 74
47. Taxa de Emprego por sexo 75
48. Taxas de emprego por escalões etários 75
49. Taxas de emprego por nível de escolaridade 76
50. Taxas de Emprego por regiões 77
51. Evolução da População Empregada por situação na profissão 78
52. Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho 79
53. Percentagem de subemprego dos trabalhadores a tempo parcial 80
54. População empregada por escalão de duração semanal habitual de trabalho 81
55. Emprego por escalão de duração habitual de trabalho até 35 horas 82
56. TCO com contratos a termo e sem termo 83
57. Emprego por grandes sectores de atividade 84
58. Evolução do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção 84
59. Evolução do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras 85
60. Evolução do emprego nos serviços 86
61. Evolução do emprego por grupos profissionais 88
62. Evolução do número de desempregados por sexo 89
63. Evolução do desemprego por grupos etários 90
64. Taxas de desemprego por escalão etário 91
65. Taxas de desemprego por níveis de escolaridade 92

66. Desemprego por experiência anterior de trabalho....93
67. Desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade....94
68. Desempregados à procura de novo emprego na Indústria Transformadora e Construção....95
69. Desempregados à procura de novo emprego nos serviços....96
70. Desemprego por Grupos Profissionais....98
71. Evolução da taxa de desemprego por regiões....99
72. Desemprego de Longa Duração....100
73. Desempregados de longa e muito longa duração....101
74. Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações....102
75. Desempregados há 12 e mais meses com entre 15 e 34 anos....103
76. Desempregados entre os 15 e os 34 anos por duração da procura de emprego....103
77. Evolução do Desemprego registado por género....104
78. Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registado....104
79. Evolução do Desemprego registado por regiões....105
80. Desemprego registado por sectores de atividade....106
81. Desemprego registado na Indústria....107
82. Desemprego registado nos Serviços....107
83. Desemprego registado (novo emprego) por profissões....108
84. Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações (%)....109
85. Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego....110
86. Ofertas de emprego recebidas – Serviços....111
87. Ofertas de emprego recebidas – Indústria....112
88. Ofertas Recebidas por grupos profissionais....113
89. Evolução do Número de Empresas por Atividade....115
90. Estrutura sectorial do emprego nas empresas....116
91. Estrutura do emprego nas empresas nos Subsectores da Indústria Transformadora....117
92. Evolução do número de pessoas ao serviço....118
93. Diferenças anuais no número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais sectores de atividade, 2008-2014....119
94. Diferenças anuais do número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores de atividade das Indústrias Transformadoras....120
95. Estrutura regional do Emprego....121
96. Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitações....122
97. Evolução dos TCO por níveis de qualificação....123

98. Evolução estrutura de habilitações TCO por regiões 125
99. Evolução do ganho médio mensal por género 126
100. Ganho médio mensal e mediana do ganho (Valores em €) 127
101. Variações anuais do ganho médio mensal e da mediana do ganho (Valores em €) 127
102. Ganho médio mensal por sectores de atividade em 2014 128
103. Ganho médio mensal por género e por região 129
104. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO 130
105. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO por sector de atividade em 2014 131
106. Evolução da estrutura remuneratória dos TCO por sector de atividade em 2014 – serviços 132
107. Índice do custo de trabalho nos países da UE 133
108. Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2015 134
109. Evolução do número de TCO por tipo de contrato 135
110. Evolução da população empregada por duração habitual de trabalho semanal até 35 horas 137
111. Empresas e trabalhadores envolvidos em acções de formação contínua por sectores de atividade em 2014 139
112. Trabalhadores em acções de formação por iniciativa da formação, em 2014 141
113. Trabalhadores em acções de formação por tipo de horário, em 2014 142
114. Número de formandos que concluíram cursos de formação até Novembro de cada ano 144
115. População abrangida por acções de Qualificação de Adultos por escalões etários 145
116. População abrangida por acções de Qualificação de Adultos por níveis de habilitações 146
117. População abrangida nas acções de Qualificação de Jovens por situação face ao emprego no início da formação 147
118. População abrangida nos Cursos de Educação e Formação de adultos por situação face ao emprego no início da formação 148
119. População abrangida nas acções de formação modular – ativos empregados por situação face ao emprego no inicio da formação 148
120. População abrangida pela medida “Vida Ativa” por situação face ao emprego no início da formação 149
121. Número de abrangidos que terminaram medidas de Apoio ao Emprego 150
122. População abrangida pelas medidas ativas de emprego por escalões etários 151
123. População abrangida pela medida “Inserção Profissional” por níveis de habilitações 152
124. População abrangida pela medida “Apoios à Contratação” por níveis de habilitações 152
125. População abrangida pelos “Contratos Emprego-Inserção” por níveis de habilitações 153
126. Alguns indicadores do mercado de trabalho 157

127. Evolução da taxa de atividade por género 163
128. Evolução do emprego por sexo 165
129. Evolução da taxa de emprego por escalões etários 165
130. População empregada por situação na profissão – 4º trimestre de 2015 167
131. Evolução da população empregada por tempo de duração do trabalho 168
132. População empregada por escalão de duração habitual de trabalho 169
133. TCO com contratos a termo e sem termo 170
134. Evolução do emprego nos sectores de atividade mais representativos 171
135. Evolução do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras 172
136. Evolução da taxa de emprego por género 174
137. Taxas de Desemprego por grupos etários 175
138. Desemprego por Experiência anterior de trabalho 176
139. Desempregados à procura de novo emprego por sectores de atividade 177
140. Desempregados à procura de novo emprego por grupos profissionais 178
141. Evolução da taxa de desemprego por regiões 179
142. Desemprego por duração da procura 180
143. Desempregados de longa e muito longa duração 181
144. Desempregados por duração de procura de emprego por níveis de habilitações 182
145. Desempregados de longa e muito longa duração por níveis de habilitações 183
146. Evolução dos pedidos de emprego 184
147. Pedidos de emprego por situação face ao emprego 185
148. Evolução do desemprego registado 186
149. Desemprego registado por situação face ao emprego 186
150. Desemprego registado por sexo 186
151. Desemprego registado por grupo etário 186
152. Desemprego registado por tempo de inscrição 187
153. Desemprego registado por região 187
154. Desemprego registado por grupo etário 188
155. Desemprego registado por grupo etário e região 188
156. Desemprego registado por sexo e região 189
157. Desemprego registado por tempo de inscrição 189
158. Desemprego registado por tempo de inscrição e região 190
159. Desemprego registado por nível de instrução 190
160. Desemprego registado por tempo de inscrição e região 191

161. Desemprego registado por grupos profissionais....191
162. Desemprego registado (novo emprego) por atividade económica....192
163. Desemprego registado (novo emprego) por atividade económica e região....193
164. Desemprego registado (novo emprego) por atividade económica e sexo....193
165. Desemprego registado por nacionalidade....194
166. Desemprego registado por nacionalidade e sexo....194
167. Pedidos de emprego por situação face ao emprego....195
168. Pedidos de emprego por situação face ao emprego....195
169. Pedidos de emprego por situação face ao emprego e por sexo....196
170. Desempregados inscritos (novo emprego) por sector de atividade....196
171. Desempregados inscritos (novo emprego) por atividade económica e sexo....197
172. Desempregados inscritos (novo emprego) por sector de atividade e região....198
173. Desempregados inscritos por grupos profissionais....198
174. Evolução das ofertas de emprego....199
175. Evolução dos pedidos e ofertas de emprego....199
176. Ofertas de emprego por grupos profissionais....200
177. Ofertas de emprego por atividade económica....200
178. Ofertas de emprego por sector de atividade e região....201
179. Ofertas de emprego por grupos profissionais....202
180. Ofertas de emprego por atividade económica....202
181. Ofertas de emprego por atividade económica e região....203
182. Colocações por grupos profissionais....203
183. Colocações por atividade económica....204
184. Colocações por atividade económica e sexo....204
185. Colocações por atividade económica e região....205
186. Ofertas e colocações....206
187. Pedidos e colocações....206
188. Pedidos, ofertas e colocações....207

INTRODUÇÃO

O Centro de Relações Laborais (CRL) é um organismo público criado pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, 22 de agosto. Assume características especiais na medida em que é um órgão colegial constituído por quatro representantes do ministério responsável pela área laboral, um representante de cada uma das Associações de Empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), e dois representantes de cada uma das Associações Sindicais com assento na mesma Comissão.

Tem um caráter tripartido e equilátero - quatro representantes de cada um dos grupos, num total de doze - e são-lhe atribuídas funções, de caráter técnico, de apoio à negociação coletiva e de acompanhamento das políticas de emprego e formação profissional, no âmbito de um Plano de Atividades e de um Orçamento a submeter ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O CRL desenvolve as suas atividades de acordo com um regulamento interno, aprovado pelo Conselho e homologado pelo Ministro, sendo presidido por um dos seus membros, designado rotativamente pelos demais membros pelo período de um ano. As atividades de todos os membros não são remuneradas.

Os Serviços são, atualmente, dirigidos por uma Coordenadora Executiva, Paula Agapito, cuja nomeação foi precedida de audição das Organizações e à qual compete, nomeadamente, dirigir os Serviços e coordenar as atividades, de acordo com o Plano de Atividades e do Orçamento aprovados.

Compete ao CRL elaborar e divulgar, semestralmente, um **Relatório de informação socioeconómica sobre o mercado de emprego.** É neste quadro que se apresenta o relatório do 2.º semestre de 2015 sobre emprego e formação profissional.

Uma vez que o CRL realizou a sua primeira reunião em 31 de julho de 2015, é este o seu primeiro Relatório Semestral.

A sua elaboração não foi isenta de dificuldades, por várias razões, das quais se destacam:

- As dificuldades administrativas e financeiras, numa organização em fase de instalação;
- Os recursos humanos e financeiros muito limitados para a sua realização;
- O caráter inovador do CRL, numa matéria sempre objeto de controvérsia.

Começando pelas matérias administrativas, financeiras e de recursos é de assinalar que:

- Só em outubro foram aprovados o Orçamento e o Plano de Atividades;
- O caráter especial deste organismo levantou grandes dificuldades na definição das competências para autorização da despesa;
- O caráter necessariamente plurianual na realização do relatório só foi ultrapassado em dezembro de 2015.

De assinalar, ainda, que o CRL sucedeu nas atribuições ao Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFP), mas que passou por um período de abrandamento durante alguns anos e com recursos humanos muito reduzidos, apesar da sua reconhecida competência.

Cumpre dar nota do apoio que o CRL recebeu dos dois Governos neste período, bem como do IEFP,I.P., de quem depende a cedência dos recursos humanos e financeiros.

Quanto à elaboração do Relatório, o processo foi aprovado, passo a passo, pelo CRL. Neste sentido, importa destacar:

i. A decisão de haver um **Coordenador Científico** para acompanhar, apoiar e orientar a elaboração do relatório. A escolha recaiu sobre Mário Caldeira Dias, anterior Presidente do OEFP cuja dedicação, qualidade do trabalho e disponibilidade são sobejamente reconhecidas.

ii. A decisão de constituir uma **Comissão Científica** com membros, pertencentes à Comunidade Académica, com perspetivas à partida diferentes sobre a matéria.
A Comissão, no final, teve a seguinte constituição:
   - António Figueiredo (QUATERNAIRE)
   - Francisco Lima (IST)
   - Francisco Madelino (ISCTE)
   - João Cerejeira (Universidade do Minho)

   Para além dos contactos individuais, houve um total de três reuniões onde foi possível receber orientações e comentários, que se revelaram da maior utilidade para a realização do trabalho. É de salientar não só o elevado nível científico das personalidades escolhidas, como também a disponibilidade e o trabalho totalmente *pro bono*. Nas reuniões participaram o Coordenador Científico, a Coordenadora Executiva e os Técnicos do CRL, tendo as mesmas sido orientadas pelo Presidente do CRL.

iii. A equipa técnica constituída no CRL, teve como elementos fundamentais: Teresa Sabido Costa e Teresa Pina Amaro, que constituíram com o Coordenador Científico uma equipa de excecional competência e dedicação.

No plano do seu **conteúdo, o Relatório** foi discutido em sucessivas reuniões do CRL. Assim:

- Foram aprovadas várias versões do **Roteiro,** sempre com a perspetiva de ter um relatório o mais completo possível, equilibrado no conteúdo (nomeadamente no âmbito patronal-sindical) e com informação relevante.
- Foi decidido que em virtude de ser o primeiro Relatório, haveria sempre a possibilidade de adaptação, nomeadamente tendo em conta as orientações do CRL, da Comissão Científica ou, individualmente, dos seus membros.

É neste quadro que se pode considerar que o relatório responde à maioria das preocupações manifestadas, traduzido num equilíbrio global a assinalar.

No **plano metodológico**, foi definida uma Metodologia Final para aprovação deste Relatório:

- Esta introdução, sob a responsabilidade do CRL, discutida e aprovada no plenário, e aqui sujeita a alterações;
- O Relatório, da responsabilidade do Coordenador Científico e da equipa do CRL, a ser ratificado em CRL.

Além disso, foi deliberado anexar ao Relatório:

- Os comentários individuais dos Membros do CRL que assim o entenderem.
- O Parecer Conjunto da Comissão Científica e as declarações de voto individuais (de quem entendeu emiti-las).

Relativamente ao Relatório correspondente ao 1º semestre de 2016, considera-se que no curto prazo deverão ser tomadas decisões pelo CRL que permitam iniciar, quanto antes, a sua elaboração.

Relativamente a 2016 espera-se que haja melhores condições para a definição de eventuais estudos complementares a integrar no relatório e proceder atempadamente à encomenda dos mesmos.

Por fim, considera-se que este Relatório é uma base fundamental de partida para iniciar vários outros trabalhos da competência do CRL, alguns já aprovados. A título de exemplo salienta-se, ainda em 2016:

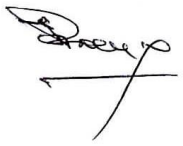
- A análise das Recomendações da Comissão Científica
- A análise do Impacto das medidas ativas de emprego e formação sobre os indicadores de emprego.

Para finalizar agradece-se a cooperação recebida de outros Organismos da Administração Pública, nomeadamente, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto Nacional de Estatística e o Gabinete de Estratégia e Planeamento.

Lisboa, 30 de junho de 2016

Pelo CRL,

O Presidente



João Proença

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório sobre Emprego e Formação, na sua versão anual e semestral, desenvolvido sob a égide do Centro de Relações Laborais, tem como objetivo fundamental disponibilizar um conjunto de informações tratadas sobre as questões do emprego e da formação e de outras variáveis com elas mais correlacionadas que contribuam para melhor compreender e agir no contexto do mercado de trabalho e no contexto económico e institucional que o enquadram. O valor acrescentado afirma-se por reunir, em simultâneo, os elementos de análise e compreensão detalhados e abrangentes que possam funcionar como suporte às atividades quotidianas e à prossecução dos objetivos que lhe presidem.

1. O enquadramento macroeconómico inscreve-se numa tendência de melhoria lenta e gradual compatível com restrições orçamentais duradouras inscritas no contexto das regras impostas pela moeda única e pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. A competitividade externa e as suas determinantes assumirão um papel chave na explicação do crescimento, do rendimento e do emprego/desemprego.

População ativa, inativa e taxa de atividade

2. De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, a **população total** residente no Continente tem vindo a decrescer desde 2011 e era, em 2015, de 9.831,1 milhares de indivíduos. Esta diminuição da população residente deve-se não só a um decréscimo do saldo natural, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, mas também a um saldo migratório igualmente negativo.

Considerando quer os valores das estimativas do INE quer os dados coligidos pelo Observatório da **Emigração** observou-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses especialmente nos últimos cinco anos. Por outro lado, desde 2009, o número de **imigrantes** tem vindo a diminuir.

3. No 4º trimestre de 2015[6] a **população ativa** totalizava 4.943,4 mil pessoas, cerca de mais 0,1% do que no trimestre homólogo e menos 1% do que no 2º trimestre de 2015.

4. A **taxa de atividade** em Portugal manteve-se superior à média dos 28 países da UE durante os últimos dez anos enquanto a taxa de emprego evidenciou, a partir de 2011, uma inversão de tendência, tendo--se

[6] Para análise da evolução relativa ao 2º semestre de 2015 e considerando que os dados do Inquérito ao Emprego do INE são trimestrais, foram considerados os dados relativos ao 4º trimestre de 2015 utilizando-se, para comparação com o semestre homólogo os dados relativos ao 4º trimestre de 2014 e, para comparação com o 1º semestre de 2015 os dados relativos ao 2º trimestre.

fixado abaixo dos valores da média da UE. Quanto à taxa de desemprego, esta foi superior em Portugal, desde o início da série e, em 2015 era 3,2 p.p. superior à taxa média da UE.

Em 2015, a taxa de atividade (população com 15 e mais anos) era de 58,5%, tendo evoluído desfavoravelmente, na década em análise. Esse decréscimo concentrou-se, essencialmente, nos escalões mais jovens (15 aos 24 e dos 25 aos 34 anos). A taxa de atividade masculina era bastante superior à feminina, (64% e 53,8% respetivamente) mas evoluiu de forma claramente mais desfavorável ao longo da série.

Ao longo do período em análise, a taxa de atividade manteve-se sempre tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações. Em 2015, a taxa de atividade dos indivíduos com até o ensino básico era de 46,8%, sendo de 74,7% com o ensino secundário e de 82,7%, relativamente à população com o ensino superior. A taxa de atividade da população com até ao ensino básico diminuiu consecutivamente (11,4 p.p.), enquanto a taxa de atividade da população com nível secundário cresceu. Quanto à taxa de atividade dos indivíduos com o ensino superior, esta registou uma diminuição acentuada entre 2008 e 2013 e, nos dois últimos anos, voltou a crescer.

5. Relativamente à **população inativa** sublinhe-se o enorme aumento, a partir de 2011, do número de inativos "disponíveis que não procuram emprego[7]. De facto, estes constituíam, em 2006, cerca de 71 mil pessoas e representavam 2,5% do total dos inativos com 15 e mais anos. Em 2015, eram já 7% desse total, o que equivalia a cerca de 235 mil pessoas.

Emprego

6. No 4º trimestre de 2015, o **emprego** cresceu relativamente ao trimestre homólogo (1,6%), tendo esse acréscimo sido superior nos homens. Já relativamente ao 2º trimestre de 2015, o emprego decresceu ligeiramente. Em 2015, no Continente, havia 4.329,6 mil pessoas empregadas. Entre 2006 e 2008 o seu número aumentou (30,8 mil pessoas) tendo diminuído, entre 2008 e 2010 em cerca de 218,7 mil indivíduos e, entre 2011 e 2013, em cerca de 294,4 mil[8]. Nos dois últimos anos, o emprego voltou a crescer (mais 108,2 mil pessoas).

[7] Desempregados que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito não são contabilizados como desempregados mas como inativos.

[8] Em 2011 houve uma quebra de série no Inquérito ao Emprego do INE pelo que não é possível comparar os dados do período subsequente com os do período anterior.

7. Ao longo do período, a **taxa de emprego** por sexo evoluiu de forma muito semelhante, mas a taxa de emprego dos homens evoluiu de forma mais desfavorável. Assim, embora a taxa de emprego dos homens se tenha mantido bastante mais alta, a diferença entre sexos atenuou-se.

Nos escalões entre os 35 e os 64 anos a taxa de emprego manteve-se estável, tendo crescido nos últimos dois anos. No escalão entre os 15 e os 24 anos, a taxa de emprego diminuiu desde o início da série e, de forma muito evidente, entre 2008 e 2010. Esta situação inverteu-se, a partir de 2014. No escalão entre os 25 e os 34 anos, entre 2008 e 2010 a diminuição da taxa de emprego foi bastante menos acentuada do que o decréscimo registado no número de empregados. Entre 2011 e 2015, o número de empregados continuou a decrescer acentuadamente neste escalão etário, mas a taxa aumentou, em termos médios, ultrapassando, em 2015, o valor registado em 2011. Este facto reforça a ideia de que parte da população deste escalão etário terá optado por sair do País.

Em 2015, no Continente, cerca de metade das pessoas empregadas tinham até ao ensino básico. As pessoas empregadas com o ensino secundário e com o ensino superior representavam cerca de 25% do total. À semelhança da taxa de atividade, a taxa de emprego era tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de escolaridade.

8. No 4º trimestre de 2015, os **trabalhadores por conta de outrem** (TCO) representavam 81,8% da população empregada e os trabalhadores por conta própria (TCP) 17,7%. Entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015, os TCO cresceram cerca de 2% e os TCP diminuíram 0,6%. Analisando a situação desde o início da série, constata-se que o peso dos TCO na população empregada aumentou sempre, em particular nos dois últimos anos.

9. No 4º trimestre de 2015, o sector dos serviços representava 67,3% do emprego, a indústria, construção, energia e água, 24,6% e a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, 6,9%. Os **sectores** mais representativos em termos do emprego eram as *Indústrias Transformadoras* que representavam 17,4% do emprego total, o C*omércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* (15,9%) e as *Atividades de saúde humana e apoio social* (8.8%).

Entre 2008 e 2010, as Indústrias Transformadoras perderam 8% dos trabalhadores e a *Construção* 13%. Nos principais sectores dos serviços o emprego também diminuiu, exceto nos sectores das *Atividades de saúde humana e apoio social* e da *educação*, em que aumentou. Entre 2011 e 2015 o emprego na C*onstrução* decresceu em 34%. As Indústrias Transformadoras sofreram um decréscimo acentuado até 2013 (9,9%) mas cresceram 8,3% nos últimos dois anos. O A*lojamento, restauração e similares* foi o único dos sectores mais significativos dos serviços que perdeu trabalhadores, neste período. O *sector do*

comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos sofreu um decréscimo pronunciado, mas depois aumentou significativamente. O maior acréscimo registou-se no sector *das Atividades de saúde humana e apoio social.*

10. Em 2015, o **grupo profissional** mais representativo em termos da população empregada eram os Especialistas das profissões intelectuais e científicas (17,9% das pessoas empregadas), seguido do Pessoal dos serviços e vendedores que constituíam 16,8%, e dos Operários, artífices e trabalhadores similares (12,6%). O peso dos diferentes grupos profissionais alterou-se muito significativamente nos últimos dez anos. O decréscimo mais evidente verificou-se no grupo dos Operários, artífices e trabalhadores similares que, em 2006, representavam praticamente 26% dos empregados. Ao contrário dos restantes grupos, os grupos dos Especialistas das profissões intelectuais e científicas e dos Profissionais de nível intermédio aumentaram significativamente.

11. Há um conjunto de dados coligidos neste relatório que apontam para um aumento da precariedade no mercado de trabalho[9]:

- O número de contratados a termo, cujo peso, em Portugal, é bastante superior ao da media dos países da UE e que diminuíram menos e cresceram mais e mais rapidamente, ao longo da série, do que os contratados sem termo.
- O facto de 42% dos trabalhadores a tempo parcial estarem em situação de subemprego, ou seja, queriam trabalhar mais horas, tendo esta percentagem crescido consideravelmente nos últimos cinco anos.
- O facto da percentagem de população empregada que trabalhava habitualmente até 35 horas por semana ter diminuído 7,7 p.p. e de 75% desse decréscimo se ter verificado na subcategoria dos que trabalhavam entre as 31 e as 35 horas.
- Para além destes aspetos, o facto do salário mínimo em poder de compra padrão, em Portugal, quando comparado com 21 países da EU se situar em 13º lugar, à frente da Bulgária, da Roménia, das Repúblicas do Báltico, da Eslováquia, da Hungria e da República Checa

[9] Neste relatório, a precariedade é associada a formas de trabalho que implicam insegurança no emprego, salários baixos e perda de regalias sociais.
Refira-se, contudo, que as formas mais flexíveis de trabalho, que se têm vindo a consolidar na Europa (que incluem, por exemplo, os contratos a termo, os contratos temporários, os contratos a tempo parcial e o recurso a prestadores de serviços) fazem hoje parte integrante do mercado europeu e são defendidas como forma de garantir a competitividade das empresas numa economia globalizada. Para além disso, mercados de trabalho mais dinâmicos oferecem mais liberdade, oportunidades e recompensas aos indivíduos dispostos a aproveitá-las desde que estes reúnam as necessárias competências.
Todavia, a existência de uma multiplicidade de formas contratuais tem também promovido a segmentação do mercado de trabalho, concentrando a rotatividade de emprego em determinados grupos de trabalhadores e agravando a segregação e a desigualdade.

- Refira-se ainda o facto de 67,4% dos trabalhadores por conta de outrem se situarem nos escalões remuneratórios até aos 999,99 € (remuneração base mais prestações regulares) e de 19,4% se situarem nos escalões até aos 599,99 €.

Desemprego

12. De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE o **desemprego** decresceu, entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015 mas aumentou, em 1,8% relativamente ao 2º trimestre de 2015. O número de homens e mulheres desempregados era muito semelhante.

Em 2015, 611,5 mil pessoas estavam desempregadas no Continente, um número inferior ao verificado em 2011. Entre 2008 e 2010, o desemprego cresceu (mais 169,4 mil indivíduos), tendo continuado a aumentar entre 2011 e 2013, (mais cerca de 155 mil pessoas) para depois diminuir, em 199,5 mil pessoas, sobretudo entre 2013 e 2014. A taxa de desemprego aumentou de 7,6% (15 e mais anos) em 2006 para 12,4%, em 2015.

Durante os primeiros cinco anos, o número de mulheres desempregadas foi superior ao número de homens. A partir de 2011, esta situação inverteu-se. Quanto à taxa de desemprego por sexo, a feminina manteve-se mais alta ao longo de toda a série.

No 4º trimestre de 2015, 17,5% dos desempregados tinham entre os 15 e os 24 anos, 65,9% entre os 25 e os 54 anos e 15,9% entre os 55 e os 64 anos. Relativamente ao trimestre homólogo, o desemprego diminuiu em todos os escalões etários. Contudo, face ao 2º trimestre de 2015, aumentou no escalão mais velho e sobretudo no escalão mais jovem (mais 17,2%).

Entre 2006 e 2010, o escalão entre os 25 e os 34 anos registou um número de desempregados muito superior ao dos restantes escalões embora o aumento verificado a partir de 2008 tenha sido mais evidente no escalão dos 35 aos 54 anos. O escalão dos 15 aos 24 anos registou o acréscimo menos significativo. Entre 2011 e 2015, o desemprego decresceu nos escalões etários até aos 44 anos. Em 2015, o número de desempregados no escalão dos 15 e os 24 anos era inferior ao verificado em 2011 e no escalão dos 25 aos 34 anos inferior ao valor verificado em 2007.

13. Ao longo de toda a série, a **taxa de desemprego** foi, de uma forma geral, tanto mais alta quando menor o escalão etário. No escalão dos 15 aos 24 anos, a taxa de desemprego foi bastante superior à dos restantes escalões, tendo atingido 37,6% em 2013. Em 2015 era de 31,6%.

Em 2015, a taxa de desemprego da população ativa com até o ensino básico era ligeiramente mais baixa do que a da população ativa com o ensino secundário que era de 13,9%. A taxa de desemprego da

população ativa com o ensino superior era de 9,3%. Entre 2006 e 2010 a evolução da taxa de desemprego da população ativa com até ao ensino básico e com o ensino secundário foi quase paralela e aumentou, a partir de 2008, enquanto a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior, que era bastante inferior, se mantinha estável. Entre 2011 e 2012, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário aumentou quase o dobro da taxa da população ativa com até o ensino básico mas começou a diminuir, no ano seguinte. Entre 2013 e 2015 a taxa de desemprego diminuiu para todos os níveis de habilitações.

14. No 4º trimestre de 2015, 85,3 mil indivíduos (14,2% do total dos desempregados) estavam **à procura do 1º emprego**, mais 11,2% do que no trimestre homólogo. Os desempregados à **procura de novo emprego** totalizavam 514,1 mil pessoas, tendo diminuído 11,8% relativamente ao 4º trimestre de 2014. Relativamente ao 2º trimestre de 2015, os desempregados à procura do 1º emprego tinham crescido 27,7% (depois de terem tendo diminuído cerca de 13% entre o 2º e o 4º trimestre de 2014).

Entre 2008 e 2009, os desempregados à procura de novo emprego cresceram consideravelmente, tendo o seu peso relativo aumentado 3 p.p. Os desempregados à procura do 1º emprego apenas aumentaram entre 2009 e 2010. Entre 2011 e 2013, o desemprego continuou a crescer nas duas categorias, apesar de, proporcionalmente, os desempregados à procura do primeiro emprego terem evidenciado um aumento superior. O decréscimo registado a partir de 2013 deveu-se sobretudo à diminuição daqueles que procuravam novo emprego.

15. No 4º trimestre de 2015, os **sectores de atividade** que concentravam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* (17,5% dos desempregados), as *Indústrias Transformadoras* (16,9%), a *Construção* (11,7%) e o *Alojamento, restauração e similares* (10,5%). Relativamente ao 4º trimestre de 2014 os desempregados à procura de novo emprego decresceram na maioria dos sectores mas aumentaram no sector das *Atividades de saúde humana e apoio social.*

Estes sectores, juntamente com a *Educação* e as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* mantiveram-se como os sectores com maior volume de desempregados ao longo de toda a série. Considerando os decréscimos registados nos últimos dois anos, em 2015, o número de desempregados no *Comércio* foi inferior ao valor registado em 2011 e, na *Construção* e nas *Indústrias Transformadoras,* inferior aos valores registados em 2009.

16. Os **grupos profissionais** que, no 4º trimestre de 2015, reuniam maior número de desempregados eram: Pessoal dos serviços e vendedores (20,1% do total), Operários, artífices e trabalhadores similares (16,2%)

e Trabalhadores não qualificados (15,6%).No início da série, estes eram também os três grupos com maior volume de desempregados, apesar do grupo dos Operários, artífices e trabalhadores similares ser, na altura, o mais representativo.

17. Em 2015, 63,3% das pessoas desempregadas no Continente, ou seja, cerca de 386,9 mil indivíduos, estavam desempregados há 1 ano ou mais. A percentagem de homens e mulheres era muito equilibrada. Em 2006, os **DLD** constituíam pouco mais de metade do total dos desempregados (52,3%), tendo o seu peso decrescido, sobretudo em 2009, devido ao fluxo de novos desempregados, mas, em 2010, essa percentagem tinha aumentado para 54,6%. Entre 2011 e 2014 o peso dos DLD aumentou sempre. Em 2014 constituíam 65,4% dos desempregados.

Ao longo da série, os desempregados com entre 15 e 34 anos constituíram cerca de um terço do total dos DLD. O seu número decresceu, entre 2013 e 2015, em cerca de 62,3 mil jovens.

A partir de 2012, cerca de metade dos desempregados com entre 25 e 34 anos e cerca de 40% dos desempregados com entre 15 e 24 anos eram DLD.

Dos 386,9 mil indivíduos que, no ano de 2015, se encontravam desempregados há mais de 1 ano, 279,3 mil estavam nessa situação há mais de 2 anos, ou seja, eram **desempregados de muito longa duração** (DMLD) (45,7% do desemprego total).

No início da década, os DMLD representavam cerca de 30,3% do total dos desempregados. Em 2009, cresceram consideravelmente, embora o aumento dos novos desempregados tenha sido superior. Em 2010, os DMLD representaram 29,3% do desemprego total. Entre 2011 e 2013, os DMLD constituíram a categoria de desempregados que mais cresceu em número e, a partir de 2014, a categoria que menos diminuiu. Disto resultou um aumento consecutivo do seu peso relativo. De registar que, em 2014, constituíam 43,9% do desemprego total.

Desemprego registado

18. De acordo com a informação disponibilizada pelo IEFP, no final de Dezembro de 2015, havia cerca de 521,6 mil **desempregados inscritos** nos Centros de Emprego do Continente. O desemprego masculino representava 47,7% do total do desemprego registado. Os desempregados de longa duração (DLD) registados constituíam 46,7% do total (-2,6 p.p. que no ano anterior) e os jovens (15 aos 24 anos), 12,3%.

19. As **ofertas de emprego** recebidas nos Centros de Emprego continuaram a aumentar ao longo de 2015, tal como vinha acontecendo desde 2013. Desta forma, o número de ofertas cresceu 8,9% relativamente a

Dezembro de 2014, atingindo quase 178 mil em 2015. Por outro lado, o número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego apresentou igualmente uma subida de 25,6% (mais 24,8 mil colocações).

De salientar que, em termos absolutos, foi o sector dos *serviços* que apresentou o maior número de ofertas recebidas (14,7 mil face) Uma análise mais desagregada permite evidenciar que estas foram sobretudo das *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (16,6%), do *Comércio por grosso e a retalho* (13,6%) e do *Alojamento, restauração e similares* (12,2%). Contudo, foram os sectores das *Atividades financeiras e de seguros*, das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e do *Comércio, manutenção, reparação de veículos automóveis e motociclos*, que registaram as maiores variações positivas relativamente a 2014.

Estrutura empresarial

20. Em 2014 (últimos dados disponíveis), 270.181 empresas responderam aos *Quadros de Pessoal*, o que se traduz num acréscimo de cerca de 4 mil **empresas** comparativamente ao ano anterior e numa inversão da tendência registada entre os anos 2008 e 2014[10]. Os **sectores** que que reuniam maior número de empresas eram o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos*, as *Indústrias Transformadoras*, o *Alojamento, restauração e similares* e a *Construção*.

Entre 2008 e 2014, a redução do número de empresas foi mais acentuada no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* e na *Construção*. As *Indústrias Transformadoras* e o *Alojamento, restauração e similares* também registaram decréscimos com algum significado. Já o número de empresas das *Atividades de saúde humana e apoio social* e das *Atividades de Consultoria, Cientificas, Técnica e similares* aumentou.

21. Ainda de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, em 2014, os **trabalhadores ao serviço nas empresas** eram 2.639,9 mil e aumentaram em cerca de 80,9 mil relativamente a 2013. Ao todo, entre 2006 e 2013, os trabalhadores ao serviço nas empresas diminuíram em cerca de 574 mil indivíduos. Os maiores decréscimos registaram-se em 2009 e em 2012 (menos 373 mil e 172 mil, respetivamente).

22. Em 2014, os **sectores de atividade** mais significativos em termos da **estrutura do emprego** nas empresas eram as *Indústrias Transformadoras*, que representavam 22,1% dos trabalhadores, o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e Motociclos* (19,6%) as *Atividades administrativas e os*

[10] Relativamente aos Quadros de Pessoal e tendo em conta que a CAE foi revista em 2008, os dados analisados referem-se ao período entre 2008 e 2014 (últimos dados disponibilizados pelo GEP)

serviços de apoio (9,3%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (8,7%) a *Construção* (7,8%) e o *Alojamento e restauração* (7,3%).

As empresas com 100 e mais trabalhadores eram responsáveis por 39,7% do emprego, tendo o seu peso crescido 3,8 p.p. desde 2008.

Em 2014, os trabalhadores com menos do que o 3º ciclo do ensino básico representaram 29,4% do total dos trabalhadores por conta de outrem (TCO), um pouco mais do que os habilitados com o 3º ciclo do ensino básico (26,3%) e com o ensino secundário e pós secundário não superior (25,9%). Os TCO com o ensino superior representaram 18,3%. No sector das *atividades financeiras e dos seguros*, tal como no sector das *atividades de informação e comunicação* e no sector da *educação*, mais de 50% dos TCO tinham o ensino superior.

Remunerações

23. Em 2014, o ganho médio mensal [11]era de 1.093,21 €. O ganho médio mensal aumentou 2,6% entre 2008 e 2009 e depois 3,8% entre 2009 e 2010 para se manter em cerca de 1% nos anos seguintes e começar a decrescer, embora muito ligeiramente, nos dois últimos anos da série. O ganho médio mensal feminino constituía, em 2014, cerca de 80% do ganho médio mensal masculino. A diferença entre sexos tem vindo a atenuar-se ao longo da série.

24. Analisando o ganho médio mensal por sectores de atividade constata-se que, em 2014, os sectores que registavam os valores mais elevados eram a *eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, seguido pelas *Atividades financeiras e de seguros*, pelas *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* e pelas *Atividades de informação e comunicação*. Em contrapartida os sectores do *Alojamento, restauração e similares*, e o sector da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* tinham os ganhos médios mensais mais baixos.

25. A mediana do ganho era de 787€, em 2014. Ao longo da década a mediana representou sempre cerca de 71.5% do ganho médio.

26. Relativamente à estrutura remuneratória dos Trabalhadores por Conta de Outrem, em 2014, e considerando a remuneração base mais as prestações regulares, o escalão remuneratório que reunia maior percentagem de trabalhadores era o escalão dos "600 aos 999,99 €", que agregava cerca de 48% do

[11] Dos trabalhadores por conta de outrem que trabalharam o horário completo tendo auferido remuneração base completa no período de referência (outubro).

total. Seguia-se-lhe o escalão dos "1000 aos 2499,9 €", (26,8%), e depois o escalão "SMN aos 599,9 €" (14%). Entre 2010 e 2014 o peso do escalão remuneratório entre "600 e 999,99 €" aumentou 5,7 p.p. e o escalão entre os "1000 aos 2499,9 €", 0,6 p.p., em prejuízo dos escalões de remuneração mais baixos.

Índice do custo de trabalho

27. Segundo os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2015, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 1% relativamente a 2014. O índice do custo de trabalho aumentou na maioria dos sectores de atividade.

28. Considerando a informação coligida pelo Eurostat, e relativamente aos outros países da UE 28, Portugal é um dos países onde o custo de trabalho é mais baixo. Apenas em Chipre, na Eslovénia e na Irlanda se verificaram índices de custos de trabalho mais baixos. Registe-se que, em 2011, Portugal era, a seguir à Grécia, o País da U E onde o índice do custo de trabalho era mais elevado. Mas foi também, a seguir á Grécia, o País onde este decresceu mais.

Formação profissional

Formação contínua nas empresas

29. Em 2014, 17,6% das empresas que responderam ao Anexo C do Relatório Único, ou seja, 45,6 mil empresas promoveram **ações de formação** para os seus trabalhadores. Estas ações de formação abrangeram cerca de 976,6 mil trabalhadores, o que correspondeu a 37% dos trabalhadores ao serviço nas empresas. De salientar que, desde 2010, a percentagem de empresas aumentou, assim como a dos trabalhadores.

30. Os **sectores** em que maior percentagem de empresas desenvolveu ações de formação foram o sector da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* e o sector da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição*. Estes foram também os sectores em que as ações abrangeram percentagens muito significativas de trabalhadores ao serviço, juntamente com o sector das *Atividades Financeiras e Seguros* (75,5% dos TCO do sector). Os sectores com menor percentagem de empresas promotoras de formação e trabalhadores abrangidos foram a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, e as *Atividades imobiliárias*.

31. Analisando o número de **trabalhadores** abrangidos por **ações de formação contínua** e considerando os escalões de dimensão das empresas constata-se que à medida que o escalão de dimensão aumenta a percentagem de trabalhadores abrangidos aumentou também.

Em 2014, mais de 90% dos trabalhadores que frequentaram ações de formação fizeram-no por iniciativa do empregador, 5,5% por iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra e 4,9% por sua própria iniciativa. Aproximadamente 90% dos trabalhadores em formação frequentaram ações de formação em horário laboral e 8,7% em horário misto. 7,7% dos trabalhadores em formação frequentou ações em período pós laboral, tendo a distribuição sido semelhante à dos anos anteriores. As ações de formação contínua promovidas em 2014 pelas empresas tiveram em média 33,4 horas, média que se tem mantido mais ou menos constante desde 2010. O número médio de horas de formação é muito equilibrado no que se refere aos diferentes escalões de dimensão de empresas. O custo médio das ações de formação contínua nas empresas, em 2014, foi de 373,5 € tendo este decrescido em cerca de 25,7% desde 2010.

Medidas ativas de emprego promovidas pelo IEFP

32. Em Novembro de 2015[12], 327,2 pessoas foram abrangidas por **ações de formação promovidas pelo IEFP**. Destas, 244,8 mil pessoas tinham concluído ações de formação. 94% tinham concluído ações de **Qualificação de adultos**, designadamente ações da medida "Vida Ativa"[13], (167,5 mil), da medida "Formação modular – ativos empregados" (40 mil pessoas) e dos "cursos de Educação e Formação de Adultos" (20,2 mil indivíduos). Quanto à **Qualificação de Jovens**, refira-se a medida "Aprendizagem", no âmbito da qual tinham concluído formação, em Novembro de 2015, 13,3 mil pessoas.

Os homens constituíam 62,2% dos abrangidos em ações de **Qualificação de Jovens** e as mulheres 59% dos abrangidos nas ações de **Qualificação de Adultos**, tendo essas percentagens vindo a crescer desde 2013. No que se refere aos níveis etários, nas ações de **Qualificação de Jovens** os abrangidos com até 24 anos constituíam 89,4% do total e os formandos com 25 a 34 anos representaram 9,4%. No que respeita à **Qualificação de Adultos**, a maioria dos abrangidos, em Novembro de 2015, tinha entre 35 e 49 anos, mas o número de abrangidos deste escalão decresceu, desde 2013. O escalão entre os 25 e os 34 anos constituía 31,6% dos abrangidos, tendo aumentado. O escalão 50 e mais anos foi o que mais cresceu, no decurso dos três anos (30,3% dos abrangidos em Novembro de 2015).

[12] Considerando as alterações introduzidas na tipologia das medidas, e para permitir comparações com os anos anteriores, a análise centrou-se nos relatórios de execução física e financeira do IEFP de 2013,2014 e 2015.

[13] A medida Vida Ativa é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

Relativamente aos níveis de habilitações, nas medidas de **Qualificação de Jovens,** 96,2% dos abrangidos tinham até ao 3º ciclo do ensino básico. No que se refere às ações de **Qualificação de Adultos**, 29,2% dos abrangidos tinha o ensino secundário e 14,6%, o ensino superior.

No início da formação a esmagadora maioria dos abrangidos eram desempregados, designadamente, desempregados à procura de novo emprego. O peso relativo dos empregados nas ações **Qualificação de Adultos** aumentou desde 2013.

33. As medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP envolviam, em Novembro de 2015, 186,45 mil pessoas Destes, cerca de 135 mil tinham concluído medidas: 51,5 mil tinham beneficiado de apoios à contratação; 41,4 mil tinham concluído estágios e 32,7 mil tinham concluído contratos de emprego-inserção. Para além disso, 1,4 mil pessoas tinham beneficiado de apoios à criação do próprio emprego ou empresa. Entre 2013 e 2015 o número de pessoas que concluíram medidas de apoio ao emprego aumentou sempre.

Em Novembro de 2015, *a*s mulheres eram maioritárias em todas as medidas, exceto no Apoio à criação do próprio emprego e empresa. No que se refere a*os* escalões etários, 31,7% dos abrangidos tinha entre 25 e 34 anos e os escalões entre os "35 e 49 anos" e "até aos 24 anos" representavam cerca de 26%. 15,4% dos abrangidos tinha 50 e mais anos. Entre 2013 e 2015 registou-se um aumento nos abrangidos dos escalões etários até aos 34 anos e a uma diminuição dos escalões mais elevados.

Relativamente aos níveis de habilitações, 40% tinha até ao 3º ciclo do ensino básico, 31,3% tinha o ensino superior e 27,9% o ensino secundário. Em 2013 o peso dos abrangidos com até ao 3º ciclo do ensino básico era bastante mais elevado (49%). No início da frequência da medida 93% dos abrangidos encontravam-se desempregados.

34. Apesar da aplicação adequada das **regras estatísticas**, o prolongamento da crise tem provocado uma inadequação da taxa de desemprego enquanto indicador de síntese da situação concreta do mercado de trabalho. Contudo continua a ser frequentemente usada pela generalidade dos agentes sociais. O seu uso deveria ser completado por uma perspetiva mais abrangente que incluísse a o crescimento económico, o crescimento da produtividade e as variações da população ativa.

NOTA PRÉVIA

O Relatório sobre Emprego e Formação, na sua versão anual e semestral, desenvolvido sob a égide do Centro de Relações Laborais, tem como objetivo fundamental disponibilizar um conjunto de informações tratadas sobre as questões do emprego e da formação e de outras variáveis com elas mais correlacionadas que contribuam para melhor compreender e agir no contexto do mercado de trabalho e no contexto económico e institucional que o enquadram. O valor acrescentado afirma-se por reunir, em simultâneo, os elementos de análise e compreensão detalhados e abrangentes que possam funcionar como suporte às atividades quotidianas e à prossecução dos objetivos que lhe presidem.

Toda a informação tratada é abundantemente documentada com os quadros e fontes estatísticas que lhe deram origem.

Não se trata de um estudo, mas de um relatório tão objetivo e neutro quanto possível e tão detalhado e abrangente quanto o necessário.

Passando agora à descrição fundamentada da sequência (e do conteúdo) do índice.

O enquadramento macroeconómico justifica-se porque a política macroeconómica constitui a via essencial de intervenção do Estado na realidade económica e social e o limite da sua própria capacidade de intervenção. As principais determinantes da atividade económica decorrem da sua deteção e interpretação ao nível macroeconómico como o fazem, aliás, a generalidade das instituições. Variáveis, mais ou menos desagregadas, relacionadas com o produto, com o emprego com o rendimento, com os preços, com a despesa e com os equilíbrios orçamentais e externos e com a dívida pública e externa são inevitáveis na generalidade das análises. É ainda certo que às variáveis de índole económica se associam as mais viradas para as preocupações sociais que nos Estados Providência tendem a ter que ser vistas no seu conjunto e com as suas contradições ou complementaridades.

Dificilmente o enquadramento macroeconómico poderia deixar de incluir a dimensão média europeia dada a forte influência sobre a economia e outros aspetos da sociedade portuguesa. A utilização dos valores médios, que funcionam como referência, permite evitar a dispersão analítica dos 28 países ou de grupos mais homogéneos destes países.

Já ao nível das variáveis mais no centro das preocupações do Relatório – a população, taxas de atividade, emprego e desemprego, incluindo o desemprego de longa duração (DLD) e realçando os níveis de

qualificação superior, o tipo de relação contractual e o abandono escolar precoce, também aqui, a comparação com a Europa permite relativizar a nossa situação em áreas mais críticas e significativas do processo de convergência real. O particular realce dado aos jovens compreende-se pelo seu papel chave na perceção do futuro.

Segue-se a explanação das variáveis mais típicas das estatísticas de emprego de forma detalhada, ilustrada e analisada numa perspetiva objetiva. São variáveis como a população total, ativa, inativa, empregada e desempregada e respetivas taxas e ventilada pelos critérios habituais da idade, do sexo, da região, do nível de escolaridade, da situação na profissão, do sector de atividade, do tipo de contrato... No caso do desemprego poderão ser acrescentados outros mais específicos como, por exemplo, a origem do desemprego, a sua duração e o tipo de procura (1º ou novo).

O ponto anterior constitui a descrição mais centrada na problemática do emprego e da sua relação com a população ativa e inativa.

A inclusão dos dados do IEFP faz-se de forma separada. Apesar de os dados consentirem no mesmo tipo de desagregações podem envolver outras características dos desempregados na medida em que constem da respetiva ficha de registo do processo de relação com o Centro de Emprego. Contudo, o seu tratamento à parte resulta da sua diferente natureza, ou seja, enquanto corolário de um somatório de dados recolhidos com fins administrativos pelo que os resultados estatísticos são derivados, embora exaustivos, na medida em que respeitam, todos, a pessoas concretas. São por isso não necessariamente representativas dos problemas de emprego porque só respeitam às pessoas que vão a um Centro de Emprego. Não permitem, por exemplo, calcular uma taxa de desemprego. As estatísticas do IEFP evoluem em função da situação concreta do mercado de trabalho mas também em função das contingências legais e outras oriundas da relação com os utentes. Por exemplo, se um determinado grupo profissional passar a ter direito ao subsídio de desemprego e houver obrigatoriedade de registo, o desemprego aumenta.

Os dados do IEFP permitem estabelecer uma melhor relação entre a oferta e a procura (apenas as reveladas ao Serviço Público de Emprego) porque contabilizam também o movimento das ofertas e os desajustamentos daí resultantes.

Por último, o ficheiro de desempregados possui uma importante valência funcional – a de corporizar a relação virtuosa com as medidas de formação e outras medidas ativas e a gestão das medidas passivas de forma orientada para o emprego.

Todas as anteriores análises decorrem de uma perspetiva centrada na procura de emprego ou na oferta de trabalho, mesmo quando se trata de ativos empregados ou desempregados. Será adequado adotar uma perspetiva de lado da oferta ou do lado do sistema produtivo corporizado pelas empresas e pelos trabalhadores enquadrados por essas organizações. Estes aspetos da estrutura empresarial e dos trabalhadores ao serviço é a que decorre dos Relatório Único que, tal como se nota pela dimensão dos números em causa, apresenta condicionantes inerentes ao registo administrativo que resultam das dificuldades da implementação do Relatório, e que afetarão as empresas e os sectores com uma capacidade menor para corresponderem a este tipo de exigências.

Contudo, a referida dimensão estrutural pode ser ventilada por sectores e regiões mas também pelos níveis de habilitação e qualificação. A análise evolutiva consagra a perspetiva da demografia das empresas que traduz a visão "Shumpeteriana" do desenvolvimento ou, em alternativa, entropia do sistema produtivo e da natureza do emprego que alberga.

Se até aqui se centrou a análise na perspetiva da procura e da oferta será preciso não esquecer que a ligação essencial entre a população empregada e o sistema produtivo e também uma das características essenciais do emprego reside na existência de uma remuneração. Tal ligação pode ainda ser extrapolada para o essencial da ligação entre as pessoas, a economia e a sociedade na medida em que o emprego é simultaneamente a única fonte primária de rendimento para os fatores de produção e a principal forma de inserção social secundária. O eixo emprego/rendimento está na base deste conjunto de interações.

A perspetiva dos ganhos é mais abrangente do que a das remunerações e o relatório inclui ambos estes dados, o que permite compreender a estrutura da distribuição de ganhos e remunerações por género, por região, por sector de atividade. O SMN constitui uma referência importante dada a sua carga simultaneamente económica, social e política.

O índice de custo de trabalho é importante porque mede a sua contribuição positiva ou negativa para a competitividade da economia embora se saiba que figura apenas como uma das dimensões dos custos que por sua vez também se afirmam como uma das dimensões da competitividade.

Uma vez dissecada a estrutura essencial do mercado de trabalho – procura, oferta e rendimentos do trabalho – desenvolvem-se as suas dimensões qualitativas. Uma das mais relevantes relaciona-se com a precariedade que transparece da sujeição crescente dos trabalhadores às contingências do mercado.

Outra dimensão qualitativa do mercado de trabalho é a das qualificações vista pelo prisma das políticas de emprego e formação.

As políticas de emprego e formação, só adquiriram uma dimensão significativa no pós adesão às então Comunidades Europeias e, em particular, após o acesso ao FSE.

Na política de emprego elegem-se prioridades específicas, seletivas e complementares às quais correspondem instrumentos e medidas específicas voltadas para grupos, regiões e sectores particularmente vulneráveis no mercado de trabalho. Embora esteja presente a dimensão social do emprego, as medidas agrupam-se em torno de 3 eixos fundamentais – a competitividade nos projetos empresariais, o ajustamento estrutural de pessoas que não o fariam sem apoios e a solidariedade para grupos mais vulneráveis desde que esteja presente uma perspetiva de emprego e qualificação.

A política de formação concretiza através do processo de investimento nos recursos humanos as dimensões inerentes à política de emprego sob a perceção de que a abordagem do mercado de trabalho pela ótica da formação profissional constitui o eixo mais relevante da relação entre a oferta e da procura.

É claro que as políticas ativas são importantes quando delimitadas pelos tais critérios seletivos e sob restrição da situação de crise, ou seja, as políticas ativas baseiam-se na procura de alternativas que escasseiam em épocas de crise. Para grandes volumes de desemprego são indispensáveis as políticas passivas de substituição do rendimento. O binómio desemprego/quebra do rendimento constitui a preocupação individual e familiar dominante.

Todas as interpretações têm como base fundamental as estatísticas, nomeadamente as do INE. Ora, a taxa de desemprego tem sido assumida como o indicador relevante na interação social e política. A forma como é construída caracteriza-a como insuficiente para compreender a situação concreta do mercado de trabalho. Termos que juntar e articular, na procura de uma coerência mais global, a produtividade e as flutuações da população ativa oriundas das migrações e do processo de aplicação do conceito de procura de emprego que expliquem a relação da taxa de desemprego com o crescimento económico, com a produtividade e com a destruição ou criação de postos de trabalho.

A análise semestral constitui o ponto focal dos trabalhos desenvolvidos. Por ser o primeiro Relatório Semestral, o Relatório Anual desenvolveu-se como um primeiro enquadramento para permitir contextualizar o Relatório Semestral para, a partir daí, constituir uma referência estatística e analítica a atualizar quando necessário.

I. ENQUADRAMENTO PLURIANUAL

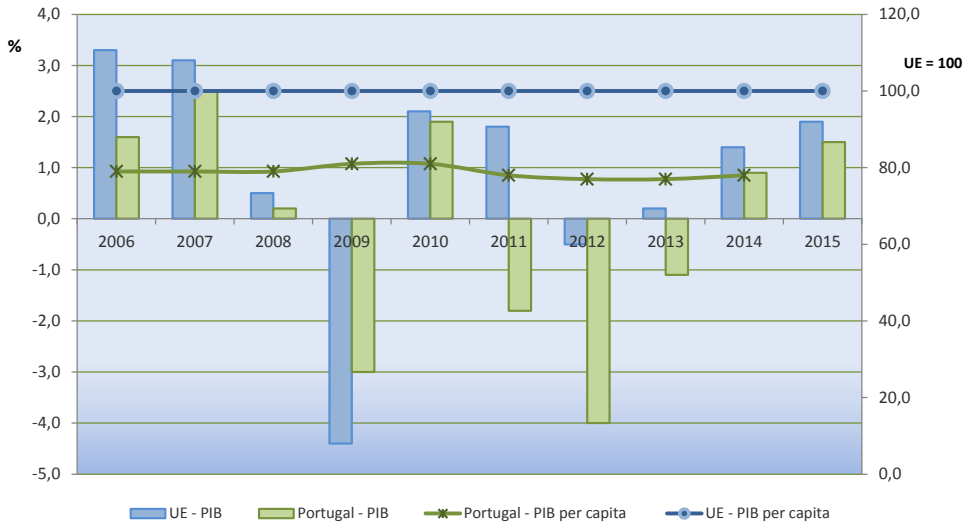
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO — PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

A economia portuguesa está crescentemente integrada na Europa para a qual exporta cerca de ¾ das suas exportações, para além de todas as interligações que resultam da sua participação na União Económica e Monetária. Para além do desafio da moeda única, coloca-se também o da coesão económica e social presente em variáveis como o rendimento e o emprego.

É, assim, difícil compreender a evolução e a situação do emprego, da economia, do rendimento, do quadro normativo e dos valores que nos regem sem o natural enquadramento na Europa dos 28 países membros, sejam ou não membros da Zona Euro.

Apesar das limitações conhecidas, o Produto Interno Bruto, nas suas várias dimensões é um indicador comparativo e evolutivo útil para avaliar os níveis relativos de bem-estar económico.

1. Evolução da taxa de crescimento e do PIB *per capita* (em poder de compra padrão)



Fonte: Eurostat

Em Portugal, a crise que se desencadeou a partir de 2008, traduziu-se em taxas de crescimento real negativas desde 2009 e que se acumularam em torno dos 10% até 2013. Já na década anterior, o crescimento total situou-se em cerca de 7% (média de 0,7% ao ano). Na UE a evolução foi apenas um pouco melhor.

Se olharmos para as projeções realizadas por várias instituições, e nomeadamente pelo FMI, as taxas de crescimento continuarão a variar entre um pouco mais de 1% e menos do que 2%. O panorama europeu demonstra que a União Europeia continuará a ser das zonas económicas menos dinâmicas do mundo, embora um pouco melhor do que em Portugal. Ora o crescimento económico é essencial para viabilizar a sustentabilidade do pagamento dos juros e da dívida, a sustentabilidade dos défices públicos, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e a diminuição do desemprego se a sua taxa de crescimento for superior à soma das taxas de crescimento da população ativa e da produtividade.

Mas mais parece, a exemplo do Japão, que estaremos num quadro de recessão do crescimento económico, como diria Paul Krugman. Também, esta situação seria coerente com a constatação de que cada vez mais as novas fases de crescimento são menos dinâmicas do que as anteriores, sobretudo em economias mais desenvolvidas.

Já a evolução do PIB *per capita* (que tem em conta o poder de compra padrão), com uma base 100 na média da EU28, é mais lisonjeira. Na altura da adesão às Comunidades o PIB *per capita* de Portugal em relação à Europa de então pouco ultrapassava os 50%. Atualmente, já por dois anos, ultrapassou os 80% da EU28 e situa-se atualmente ligeiramente abaixo desse valor. Apesar de alguns dos novos países aderentes serem mais pobres, o peso significativo ainda é o das grandes economias – Alemanha, RU, França, Itália, a que poderemos juntar os países nórdicos, a Espanha, a Áustria e também a Irlanda com taxas de crescimento assinaláveis.

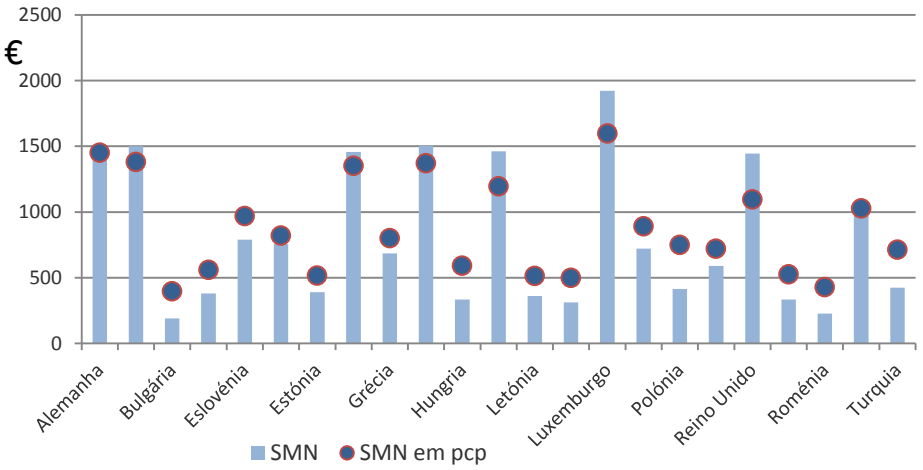
Um PIB *per capita*, em Portugal, que ultrapassa nitidamente os 20.000 USD$ representa um progresso assinalável ao longo destas décadas e ainda mais se colocados numa perspetiva mundial. É claro que têm que se ter em conta a distribuição interna do rendimento, a diminuição do PNB face ao PIB devido ao saldo negativo da remuneração dos fatores e a carga fiscal que onera o rendimento disponível ou diminui o poder real de compra.

E a evolução do emprego e desemprego não poderia deixar de refletir a situação acima exposta. As taxas de desemprego foram, em 2015, superiores à média europeia (12,6% para 9,4%). O nível de emprego é um pouco superior (65,4% para 63,9%) mas o trabalho a tempo parcial representa, em termos médios 20,5 do emprego ao passo que em Portugal ainda se fica pelos 12,5%.

É nas qualificações que se notam diferenças mais significativas. A % da população, em 2015, que obteve um grau no ensino secundário ou superior era de 76,3% na EU28 e 44,8% em Portugal. Quanto ao Salário Mínimo Nacional (SMN), que será mais adiante explícito em termos comparativos, nada há a referir na

medida em que tem componentes económicas positivas e negativas, mas também sociais e políticas mais positivas. Mas a existência de uma regra de proporcionalidade com o nível de rendimento *per capita*, traduz um equilíbrio competitivo e social inteligível.

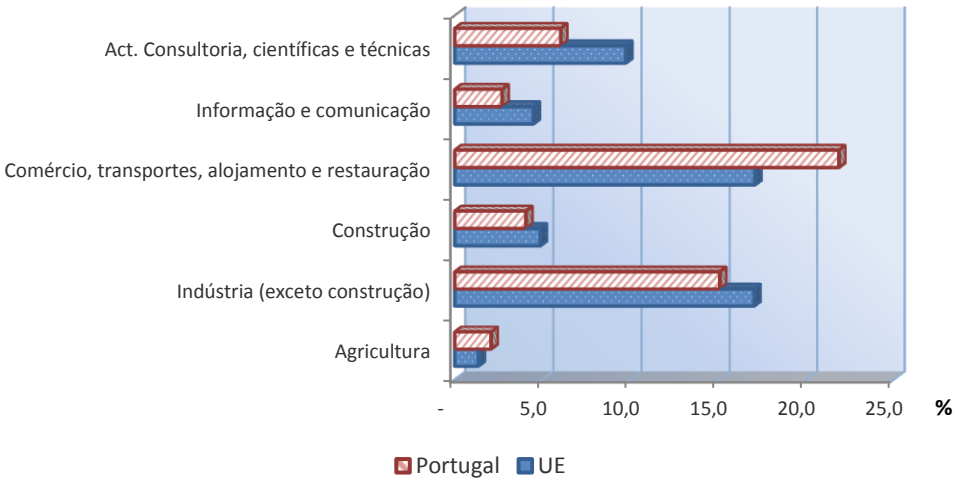
2. Salário Mínimo Nacional (SMN e SMN em poder de compra padrão), em 2015



Fonte: Eurostat

A repartição sectorial da atividade económica evoluiu dentro de um padrão semelhante ao europeu, embora com algum atraso das tendências globais: a % do VAB, em relação ao PIB na *Agricultura* que é ainda superior em Portugal, 2,1% contra 1,3 na Europa, em 2015, e curiosamente aumentou ligeiramente durante a crise; a *indústria*, excluindo a *construção,* tem vindo a manter-se em torno do 15% com mais 2 p.p. na Europa.

3. Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sector de atividade, em 2015



Fonte: Eurostat

A % do VAB da *construção*, como seria de esperar tem denotado uma quebra regular e generalizada ao longo do tempo. O resto é o terciário com a conhecida pujança, acentuada, em Portugal, para o caso do *comércio, transportes, restauração e alojamento* (21,8% em 2015, em Portugal) com natural influência da evolução do turismo.

Já no terciário mais diretamente virado para o desenvolvimento empresarial (*informação e comunicação* e *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*) o seu peso relativo é claramente inferior em Portugal.

O défice público tem sido persistente. A entrada no Euro, o critério de Maastricht que estipulou 3% de défice, como limite ao défice não excessivo, e os pactos de estabilidade e crescimento vieram reforçar a tónica do equilíbrio das contas públicas, que se continua a fazer com diversas dificuldades, essencialmente relativas aos efeitos da crise, à rigidez da despesa e aos limites da carga fiscal e, mais recentemente, devido ao peso dos juros da dívida pública no Orçamento do Estado.

Embora a presença na moeda única exija a contenção dos défices, as variáveis críticas do processo de ajustamento são os diferenciais da taxa de inflação, atualmente perto de zero ou inferiores a 1% na média europeia, e a competitividade que é diretamente afetada nos países com moeda única. As variações da competitividade ajustam pelo emprego e pelo rendimento à falta da possibilidade de intervenção na taxa de câmbio.

4. Evolução do défice público, do défice externo e da dívida pública (em % do PIB)

Fonte: Eurostat

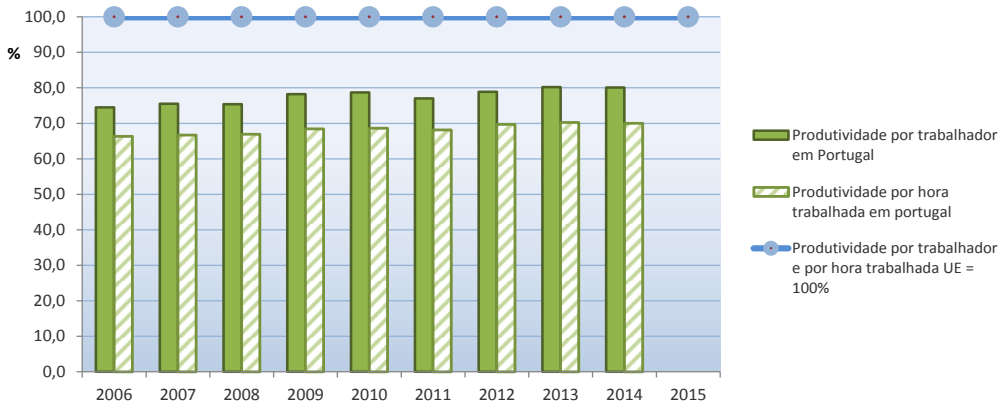
Contudo o problema mais sério, de acordo com as restrições orçamentais Inter temporais, é que os défices se transformam em dívida acumulada e esta em pagamento de capital e juros que obriga a mais dívida (já em 130,2% do PIB). Dívidas muito elevadas dificultam o equilíbrio orçamental e podem conduzir a mais dívida, à subida das taxas de juro ou à bancarrota, o que num contexto de moeda única se torna numa equação bem mais complexa.

A conjugação das restrições trazidas pelos défices e pela dívida com a crise conduz ao quase abandono das políticas orçamentais que teriam um efeito acrescido e indispensável quando as políticas monetárias encontram os seus limites no excesso de liquidez não absorvida pela economia.

Os défices externos passaram, dentro da média europeia, de sistematicamente negativos até 2011 para ligeiramente positivos. Esta evolução foi impulsionada pela procura de mercados externos, nomeadamente Angola mas também os EUA o Brasil e a China, e pela desvalorização do euro em relação ao dólar. Contudo, esta evolução vê-se ensombrada pela crise geral e pela crise dos produtores de petróleo. Dada a quebra do investimento muitas das nossas empresas podem estar a chegar aos seus limites de sustentação deste esforço.

Embora, numa economia mais frágil, uma moeda forte seja um problema para as exportações não se deve esquecer que ¾ das nossas exportações são para países da EU e cerca de ¼ para Espanha. Mesmo que o efeito seja significativo haverá certamente razões para a falta de competitividade tanto ou mais significativas do que a presença no euro.

5. Evolução da produtividade por trabalhador e por hora trabalhada



Fonte: Eurostat

Quer a produtividade por trabalhador, quer por hora trabalhada, tem vindo a aproximar-se, gradualmente, da média europeia – 80% e 70%, respetivamente das referidas médias em 2015. Lembre-se, a propósito,

que Portugal é o país da OCDE em que se trabalham mais horas o que torna compreensível a relativa superioridade do indicador da produtividade por trabalhador.

A variação anual da produtividade, por hora trabalhada foi mais forte durante a crise, voltando a valores muito baixos, ou ligeiramente negativos nos anos mais recentes.

Os valores muito baixos do crescimento da produtividade, por trabalhador, podem ser associados, em conjunto com a quebra da população ativa (emigração + inativação estatística), à quebra da taxa de desemprego sem que o crescimento económico o justificasse.

6. Variação anual da produtividade por trabalhador e por hora trabalhada

Fonte: Eurostat

Por outro lado, os custos unitários do trabalho têm tido decréscimos desde 2010, apenas com exceção de 2009 ao contrário do que aconteceu a nível europeu no qual se registaram sempre acréscimos, embora ligeiros.

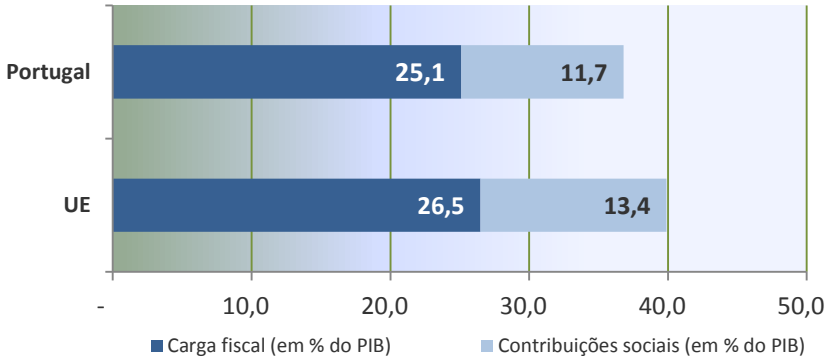
Tendo em conta esta evolução comparada, confirma-se que os salários baixos não constituem um fator decisivo de competitividade. Poderemos também interrogar-nos se é este tipo de modelo económico e de competitividade de baixos salários que se pretende desenvolver.

A taxa de inflação converge na Europa e em Portugal para zero, apesar de ligeiras subidas esporádicas o que significa que apesar dos esforços do BCE para gerar liquidez, a armadilha da liquidez não afastou o perigo de deflação que, a exemplo do Japão pode manter tendências depressivas durante muitos anos.

Mais do qualquer outro, o perigo para a moeda única seria o da sua convivência duradoura com a deflação, com a estagnação económica e com o desemprego elevado.

A carga fiscal, incluindo contribuições sociais, em Portugal, é inferior à média europeia (36,8% contra 39,9% em 2014). Tudo indica, no entanto, que dada a forma como a questão do défice se coloca, a fragilidade do crescimento económico e a rigidez das despesas, a carga fiscal se aproximará ou ultrapassará os 40%.

7. Percentagem da carga fiscal e das contribuições sociais no PIB, em 2014



Fonte: Eurostat

Outras variáveis poderiam ser chamadas à colação. Com a análise feita será, ainda assim, possível retirar algumas conclusões:

- A situação da economia portuguesa melhorará mais lentamente, mesmo no quadro do baixo crescimento europeu. Os sinais positivos não são, ainda, suficientes para alterar esta perspetiva;
- A estrutura sectorial evolui no sentido de uma terciarização elevada, com um peso elevado de sectores como a administração, a saúde, a educação, o comércio, o turismo e a restauração e um peso relativo menor do terciário ligado ao desenvolvimento empresarial e organizacional;
- Notam-se, contudo, sinais positivos no crescimento de algumas profissões ligadas a sectores mais dinâmicos e tecnologicamente mais evoluídos, como adiante se verá;
- O controlo do défice público e do serviço da dívida continuarão a pesar, durante um longo período, sobre a margem de manobra orçamental, o rendimento disponível, a carga fiscal e o crescimento económico;

- O défice externo poderá voltar a ser, com historicamente sempre o foi à exceção de um período recente, a principal condicionante da política económica portuguesa, se, nomeadamente, o preço do petróleo aumentar significativamente e se a crise persistir nos nossos principais clientes. A existência de uma moeda única forte pode obrigar, em caso de défices, a desvalorizações técnicas - à diminuição dos custos e a quebras de rendimentos. Um défice externo, a minimizar, é também uma exportação do emprego e rendimento potenciais.

- Um diferencial positivo e significativo da inflação, puxada pela procura ou empurrada pelos custos ajustará pela quebra de competitividade, pelo desemprego e pelo empobrecimento.

- A evolução da produtividade e dos custos não indica que a diminuição dos salários e de outros custos do trabalho, seja uma questão decisiva para a competitividade, nomeadamente em sectores de maior valor acrescentado. Ora, o desemprego tem atingido claramente mais as profissões menos qualificadas. O desenvolvimento de todos os fatores humanos, físicos, tecnológicos e de contexto é a melhor forma de progredir no quadro de um euro tendencialmente forte, mas que é partilhado pelos nossos maiores clientes;

- O nível absoluto e relativo das receitas públicas conduz a pensar que o Estado Social continuará sobre pressão das diversas contingências e necessidades – pensões, transferências diversas, saúde e educação;

- A diminuição do desemprego precisará de um crescimento económico elevado (com uma taxa superior ao somatório da variação da produtividade com a variação da população ativa) para criar novos empregos que absorvam uma parte dos desempregados atuais e dos inativos disponíveis que possam querer voltar ao mercado de trabalho. Desde 2008 até 2014 perderam-se cerca de 650.000 postos de trabalho. A taxa de desemprego não nos dirá muito sobre a restauração da disponibilidade líquida de postos de trabalho que sirva de suporte à melhoria substancial e genuína da situação concreta do mercado de trabalho.

Nota: ***Os valores utilizados são os disponíveis no relatório***.

2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

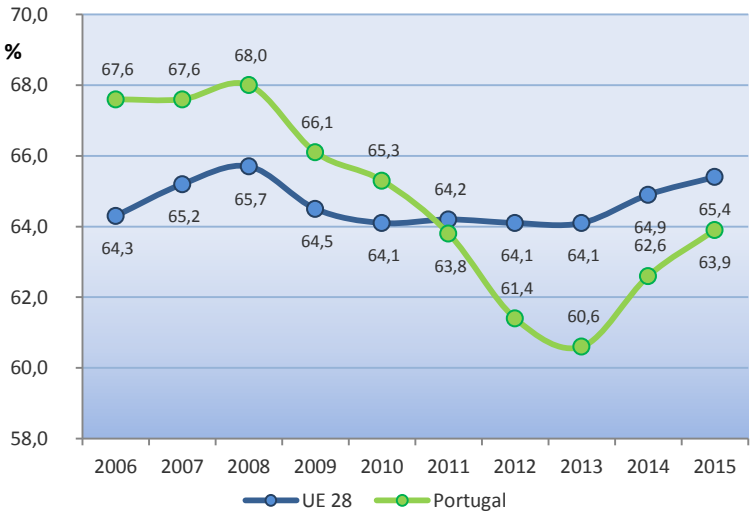
2.1. Comparação entre Portugal e a União Europeia

Os dados disponíveis para comparação entre Portugal e a União Europeia (UE), relativamente à taxa de atividade e de emprego, aos contratos a termo e à taxa de desemprego são reportados, nesta data, a 2015, tendo-se atualizado todos os dados da última década, de acordo com a informação disponibilizada pelo Eurostat em 2016.

2.1.1. Taxas de Atividade e de Emprego

Durante a primeira década deste século, Portugal registou taxas de atividade e de emprego sempre superiores às da média dos 28 países da UE, apesar de se ter vindo a verificar, após 2011, uma alteração desta situação. De facto, não obstante a taxa de atividade em Portugal se ter mantido superior à da média da União, embora tendencialmente mais próximas, a taxa de emprego portuguesa evidenciou, a partir de 2011, uma inversão da tendência, tendo-se fixado abaixo dos valores da média da UE.

8. Taxa de emprego

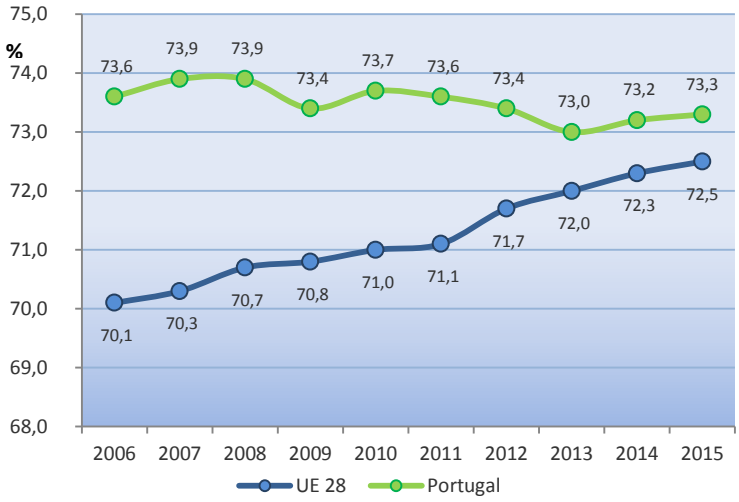


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, a taxa de emprego em Portugal, que atingira o seu pico em 2008 (68%), decresceu progressivamente desde esse ano, tendo registado o valor mais baixo, deste século, em 2013 (60,6%), apesar de em 2015 ter subido 3,3 p.p. Relativamente à taxa de emprego europeia, pela primeira vez, em 2011, esta foi superior à registada em Portugal, mantendo-se esta tendência até 2015 (65,4% na UE face a 63,9% em Portugal).

Quanto às taxas de atividade, Portugal tem evidenciado valores superiores à média dos 28 países da União desde o início da série. Em Portugal, a taxa de atividade tem mantido, desde 2006, uma certa estabilidade, com valores entre os 73% e os 73,9%, ao contrário do que vem sucedendo com a média dos países europeus, que tem apresentado uma subida progressiva das respetivas taxas de atividade, tendo registado 72,5%, em 2015.

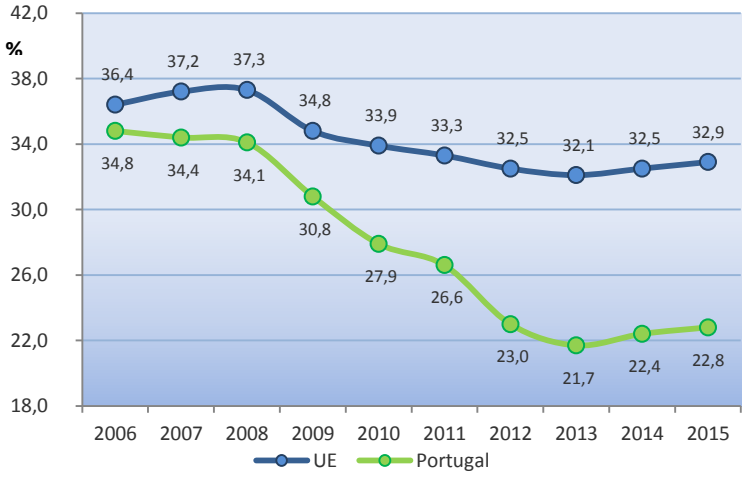
9. Taxa de atividade



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

A evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) apresenta algumas semelhanças com a evolução registada para a população em geral. Os valores médios da taxa de emprego dos jovens na UE têm evidenciado alguma estabilidade, ao contrário dos valores relativos a Portugal, que registaram uma quebra acentuada de 12 p.p. relativamente a 2006.

10. Taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos)

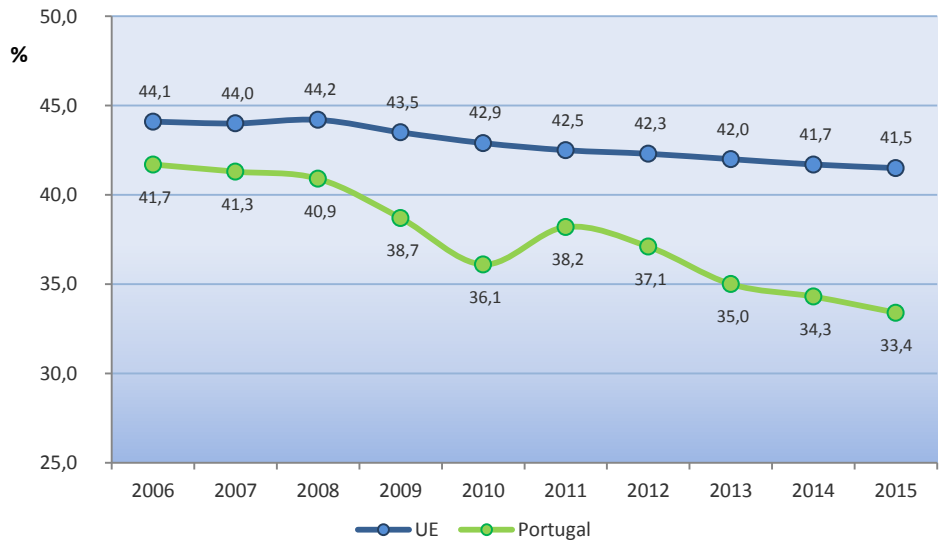


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, no decurso de uma década, a taxa de emprego dos jovens portugueses passou de 34,8%, em 2006, para 22,8%, em 2015, distanciando-se progressivamente da média europeia (36,4%, em 2006, e 32,9%, em 2015).

De salientar que a taxa de atividade dos jovens acompanha a tendência evidenciada pela respetiva taxa de emprego. De facto, enquanto a taxa de atividade dos jovens na União apresenta uma certa estabilidade dos respetivos valores médios, entre os 44,1% e os 41,5%, a taxa de atividade dos jovens portugueses regista um decréscimo sistemático desde 2006 (41,7%) até 2015 (33,4%), apesar de se verificar uma ligeira oscilação em 2011.

11. Taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos)



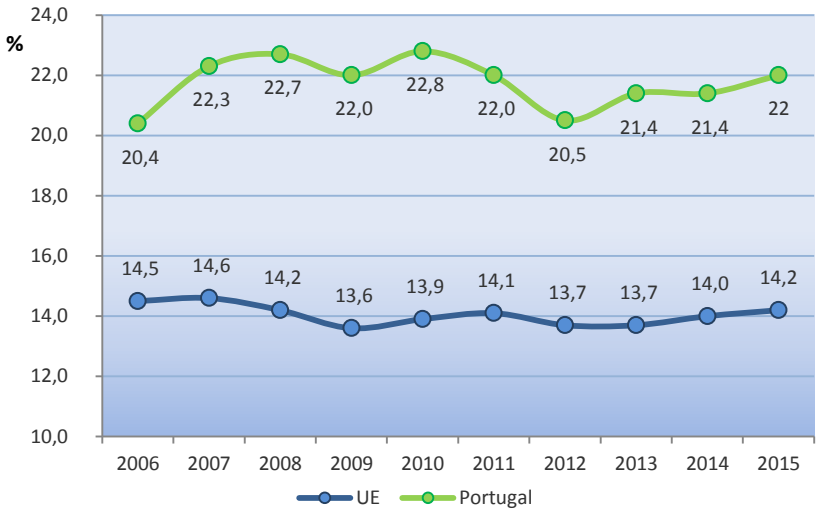
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

2.1.2. Contratos a Termo

No conjunto dos 28 países da UE, a percentagem de contratos a termo tem permanecido estável ao longo da última década, apesar das inexpressivas quebras verificadas entre 2008 e 2009 e entre 2012 e 2013. De facto, apesar de algumas ligeiras oscilações, a percentagem de contratos a termo, no emprego total, tem-se apresentado quase inalterada, registando quase o mesmo valor (cerca de 14%), tanto em 2006 como em 2015.

Em Portugal, a percentagem de contratos a termo, no emprego total, tem evidenciado um comportamento semelhante, oscilando ligeiramente entre 20,4%, em 2006, e 22%, em 2015, embora o valor mais elevado dos últimos anos tenha sido registado em 2010 (22,8%).

12. Contratos a termo (% no emprego total)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, os contratos a termo em Portugal continuam a apresentar uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média do conjunto dos países da UE, que, desde 2006, tem vindo a oscilar em torno dos 14%, o que corresponde, em média a cerca de 7,7p.p. abaixo do valor observado para Portugal.

2.1.3. Taxas de Desemprego

A taxa de desemprego portuguesa tem vindo progressivamente a crescer desde 2006, tendo, no decurso da última década, quase duplicado, ao passar de 8,9%, em 2006, para 16,4%, em 2013. Após 2013, quando o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série (16,4%), constata-se uma inversão desta tendência, verificando-se em 2014 e 2015, sucessivos decréscimos da taxa de desemprego (14,1% e 12,6%, respetivamente).

Relativamente à taxa média dos países da UE, que registou uma ligeira diminuição entre 2006 e 2008, tem-se verificado uma tendência para a manutenção dos valores entre os 9% e os 10%, não obstante, em 2013, ter atingido quase 11%. Assim, apesar de, em 2006, Portugal evidenciar uma taxa de desemprego próxima da UE, esse valor distanciou-se do da média europeia em 2007, atingindo, em 2015, os 12,6%, ou seja, cerca de mais 3,2 p.p. que a taxa de desemprego registada no conjunto dos países europeus (9,4%).

13. Taxa de desemprego

Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

A taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos apresenta um comportamento muito semelhante à taxa de desemprego relativa ao total da população. Desde 2006 que, em Portugal, a taxa de desemprego jovem tem vindo a aumentar, tendo quase duplicado no decurso da última década e à semelhança da taxa geral. Deste modo, a taxa de desemprego jovem aumentou cerca de 11 p.p., passando de 21,2%, em 2006, para 32%, em 2015.

14. Taxa de desemprego jovem (15 aos 24 anos)

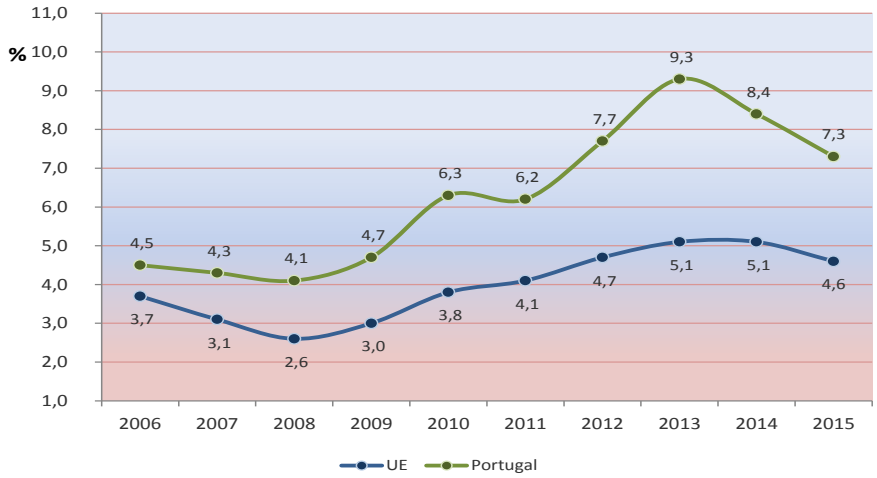
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em relação à média dos países europeus, a taxa de desemprego dos jovens conheceu um decréscimo entre 2006 e 2008, tendo vindo a aumentar, progressivamente, desde então. Assim, em 2015, a taxa de desemprego jovem da média dos países europeus foi de 20,4%, mais 2,7 p.p. face a 2006, após ter invertido

a sua tendência de crescimento em 2013, ano em que evidenciou o valor mais elevado do período em análise.

A taxa de desemprego de longa duração para Portugal, que registou uma subida progressiva desde 2006, duplicou o seu valor em 2013, quando atingiu o valor máximo (9,3%) da última década. Porém, em 2014, constata-se uma inflexão do comportamento desta taxa, com o início de uma fase de decréscimo.

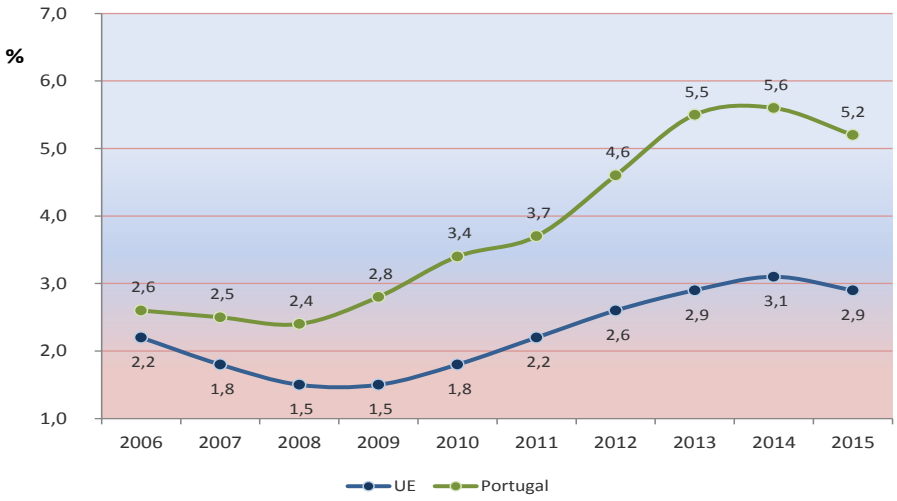
15. Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, o desemprego de longa duração registou taxas de 8,4% e 7,3%, em 2014 2015, respetivamente. Quando comparada com a taxa da média dos países da UE, a taxa portuguesa apresenta uma diferença superior de 2,7 p.p., apesar de, em 2006, essa diferença ser bastante inferior (0,8 p.p.).

16. Taxa de desemprego de muito longa duração (% na população ativa)



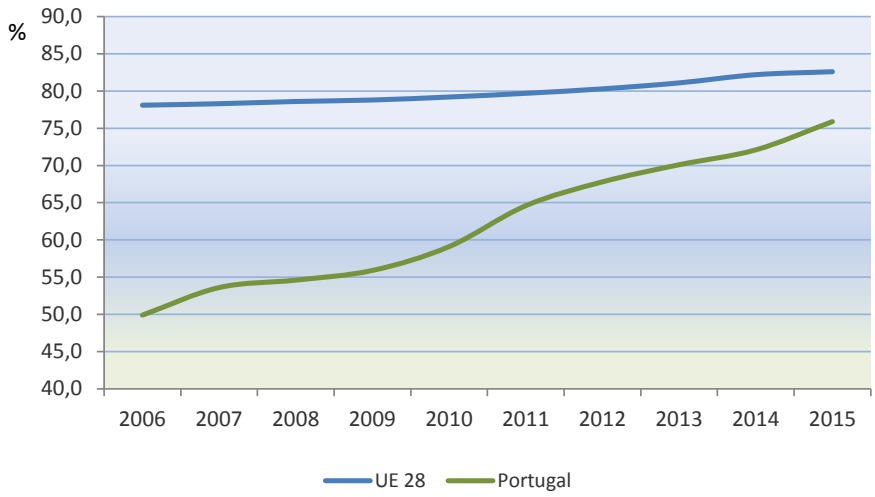
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Quanto ao desemprego de muito longa duração, este evidencia uma tendência similar ao desemprego de longa duração, com a taxa média europeia a manter uma certa constância entre os 1,5% e os 3%, enquanto a taxa portuguesa registou uma subida de 2,6 p.p., entre 2006 e 2015, distanciando-se, assim, cada vez mais da média dos 28 países da União.

2.1.4. População com Nível de Educação Secundário

A percentagem da população portuguesa, entre os 20 e os 24 anos com, pelo menos, um nível de educação secundário era, em 2014, de 75,9%, cerca de menos 6,7 p.p. do que média da UE 28. No entanto, desde o início do período em análise, esta proporção tem vindo a crescer regularmente e de forma mais acentuada em Portugal, tendo aumentado 26 p.p., enquanto na média da União esse aumento foi de 4,5 p.p. Em Portugal, esse acréscimo acentuou-se sobretudo a partir de 2009, tendo a proporção destes jovens aumentado cerca de 16 p.p. entre 2009 e 2014.

17. Evolução da população (20 aos 24 anos) com o nível de educação secundário



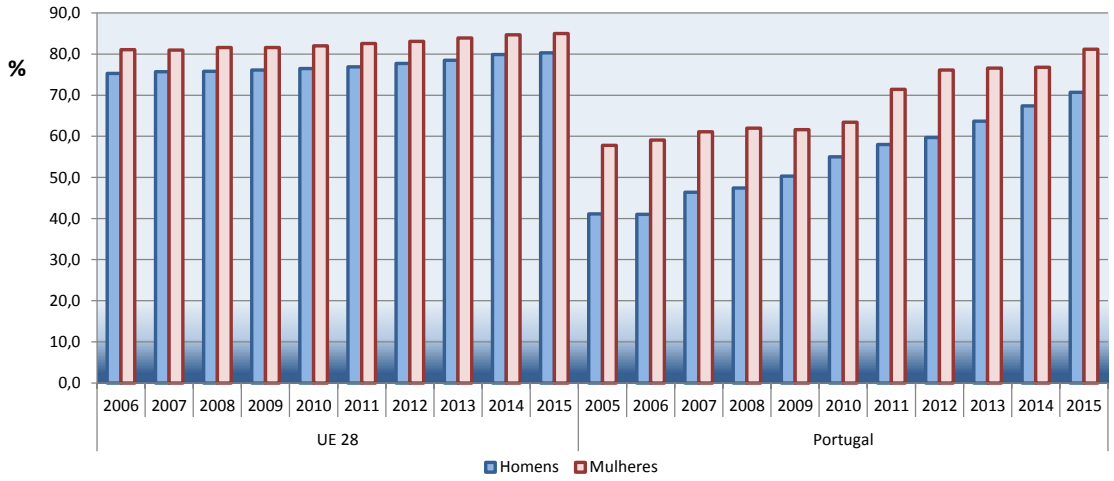
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em Portugal, em 2015, a percentagem de mulheres jovens que atingiu o nível secundário foi mais expressiva do que a dos homens (81,2% de mulheres para 70,7% de homens). Entre 2006 e 2015 registou-se um aumento nesta proporção relativamente a ambos os sexos. Deste modo, no espaço de uma década, a percentagem de homens jovens cresceu 29,7 p.p., enquanto a proporção de mulheres com este nível de ensino aumentou cerca de 22 p.p.

Relativamente ao período homólogo, em 2015, a percentagem de mulheres (81,2%) subiu 4,4 p.p., aproximando-se, cada vez mais, da média europeia (85%). Quanto à população masculina com este nível

habilitacional, apesar de um aumento de 3,3 p.p. face a 2014, a sua percentagem em 2015 atingiu os 70,7%, mantendo-se inferior à percentagem do conjunto dos 28 países da União (80,3%).

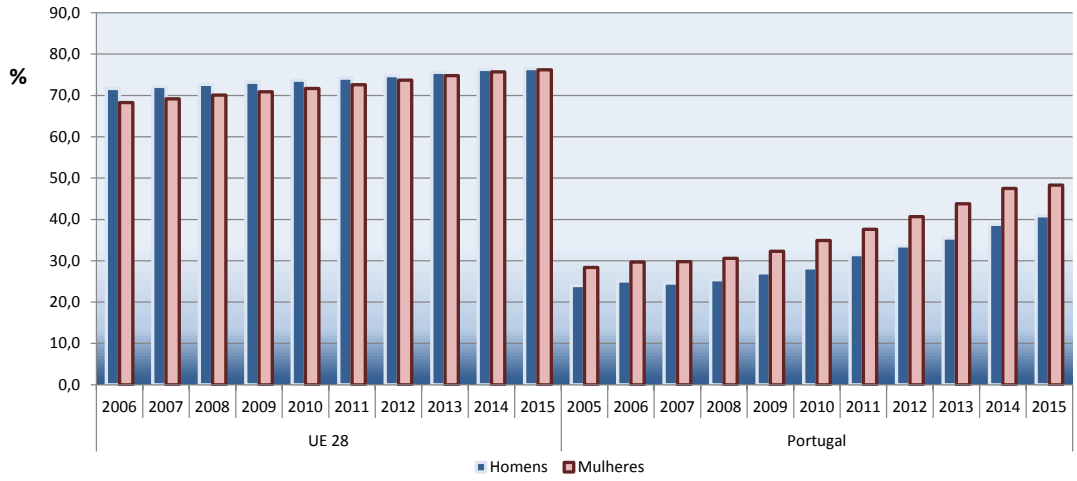
18. População (20 aos 24 anos) com o nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

No escalão etário dos 25 aos 64 anos, a proporção de pessoas que possuía, pelo menos, o nível de educação secundário superior era, em 2015, de 44,8%, menos 31,5 p.p. relativamente à proporção registada na média dos países europeus (76,3%). No início do período em análise essa percentagem era, em Portugal, pouco mais de um terço da percentagem da média europeia, o que reflete uma melhoria bastante significativa no que respeita a este escalão etário no nosso país (cerca de mais 17,3 p.p.)

19. População (25 aos 64 anos) com o nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

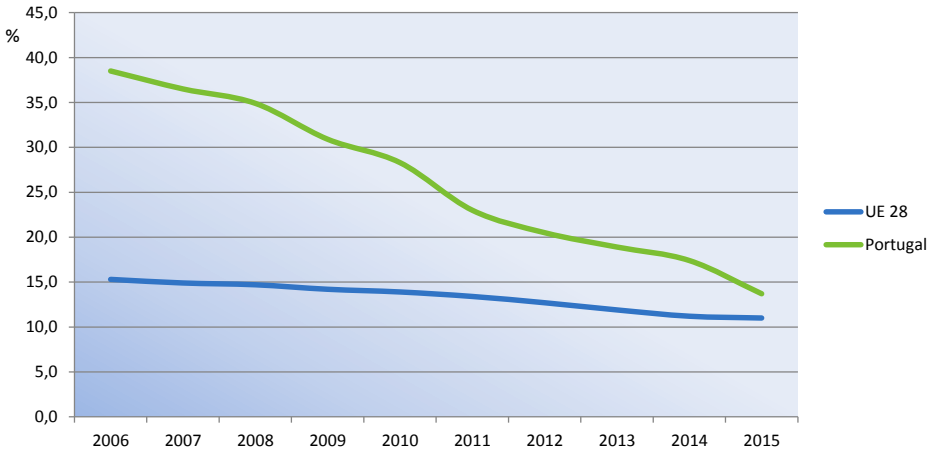
A proporção de mulheres era em 2015, tal como em 2006, mais elevada do que a dos homens. Na média dos países da UE, por outro lado, neste escalão etário, a percentagem de homens ultrapassava a de mulheres. A diferença da proporção entre géneros aumentou, em Portugal, entre 2006 e 2015 de 4,6 p.p. para 7,4 p.p.

2.1.5. População jovem

- **Saída escolar precoce**

A proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o ensino secundário inferior e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação tem diminuído progressivamente em Portugal e de forma bastante mais acentuada do que na média dos países europeus, embora seja ainda superior à observada relativamente à média da UE.

20. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola



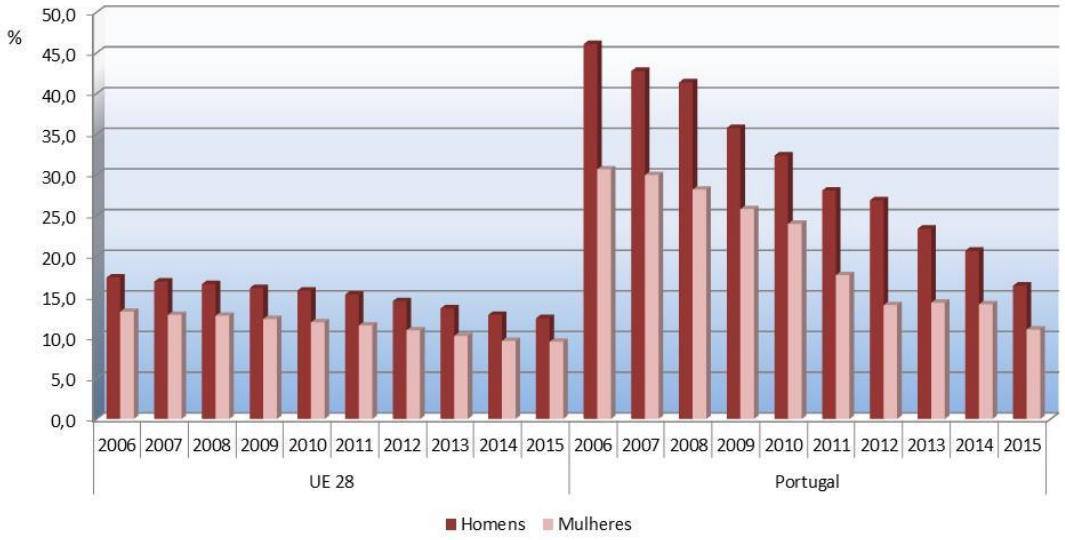
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o ensino secundário inferior, diminuiu de 38,5% em 2006 para 13,7% em 2015, tendo-se aproximado da média dos 28 países da UE 28 que, em 2015, se fixou nos 11%.

Uma análise mais detalhada permite evidenciar que a percentagem de homens que abandona precocemente a escola é muito superior à percentagem de mulheres, tanto para Portugal como para o conjunto dos 28 países da União. De facto, em 2015, a percentagem masculina dos que saíram

precocemente da escola foi superior à feminina, não obstante essa diferença ser mais pronunciada em Portugal (mais 2,9 p.p. no que respeita à média da UE e mais 5,4 p.p. em Portugal).

21. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

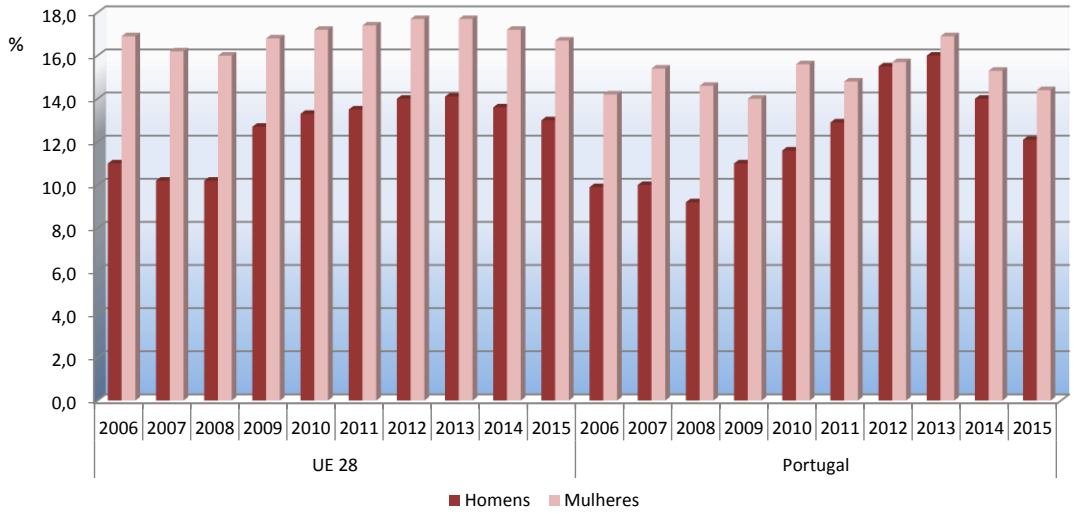
De salientar o facto de, desde 2006, a percentagem de homens portugueses, que abandonaram precocemente a escola, ter diminuído de forma mais acentuada, quando comparada com o decréscimo verificado na percentagem de mulheres. Assim, entre 2006 e 2015, a percentagem masculina evidenciou uma redução de 29,7 p.p., enquanto na feminina se constatou uma descida de 19,7 p.p. Refira-se ainda que, no conjunto dos 28 países da União, estas diferenças assumiram uma menor expressão, tendo a percentagem de homens que saíram precocemente da escola diminuído 5 p.p., entre 2006 e 2015, enquanto a das mulheres decresceu 3,7 p.p., no mesmo período de análise.

- **População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF[14])**

Considerando a percentagem de jovens NEEF, entre os 15 e os 29 anos de idade, evidencia-se um acréscimo deste tipo de população jovem até 2013, quando atinge a percentagem máxima do período em análise (16,4% em Portugal e 15,9 na União), tendo vindo, desde então, a diminuir. De salientar que, em 2015, 13,2% da população portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, valor inferior à média europeia que registou mais 1,6 p.p. (14,8%).

[14] NEEF – *Jovens Não Empregados que não estão em Educação ou Formação.*

22. População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo

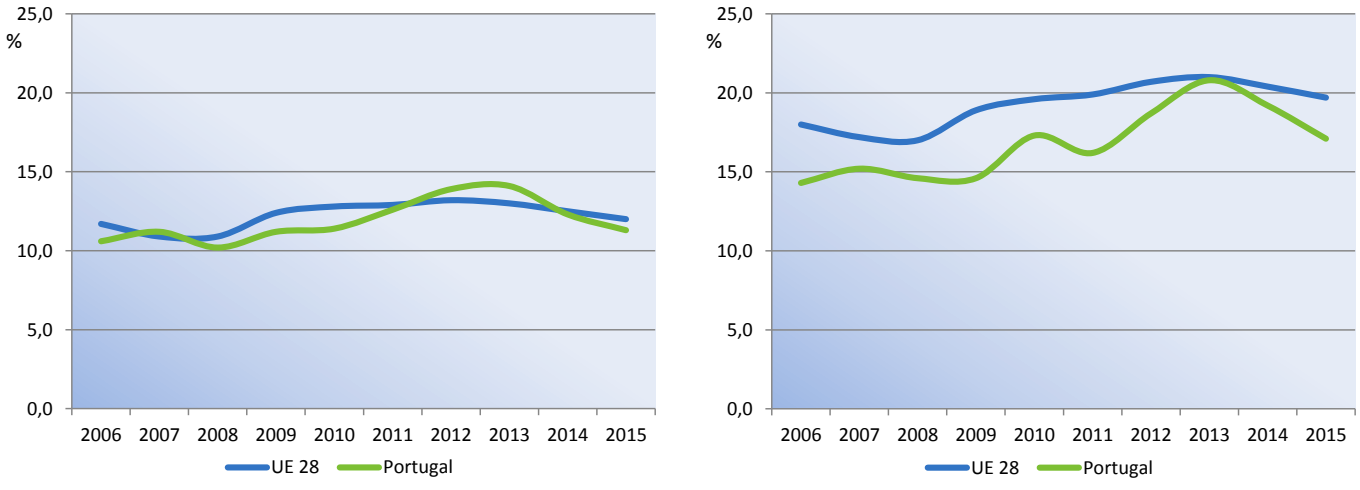


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Por outro lado, a análise do mesmo tipo de informação, mas por sexo, coloca em evidência o facto de, em geral, tanto em Portugal como na União Europeia, a população feminina NEEF apresentar percentagens superiores quando comparada com a população masculina nas mesmas condições. De registar que, relativamente a estes jovens NEEF, dos 15 aos 29 anos, a diferença percentual entre as mulheres e os homens é mais expressiva no conjunto dos países da União do que em Portugal. De facto, nos últimos anos em Portugal, verificou-se uma aproximação dos valores percentuais de ambos os sexos, no que concerne à população jovem NEEF.

23. População jovem NEEF

15 a 24 anos **25 a 29 anos**

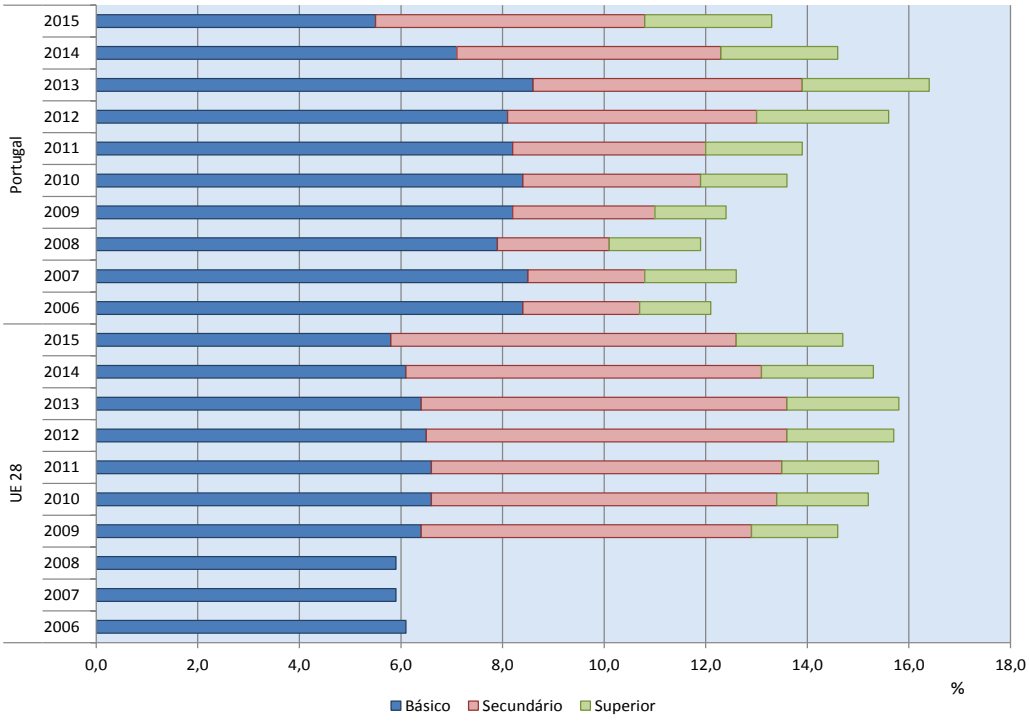


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Numa análise mais desagregada deste tipo de população por escalão etário, constata-se que a população jovem NEEF se concentra nas idades entre os 25 e os 29 anos, tanto em Portugal (17,1%), como no seio da Europa comunitária (19,7%), tendo, na última década, aumentado progressivamente até 2013, ano em que se inverteu esta tendência. Refira-se ainda que, neste grupo etário a percentagem de mulheres continua a ser superior à dos homens, quer em Portugal (mais 9 p.p.), quer sobretudo no conjunto dos países da união (mais 3,4 p.p.).

Considerando a população jovem NEEF por níveis de ensino, verifica-se que, em Portugal, estes se concentram sobretudo nos níveis de escolaridade do ensino básico (5,5%) e secundário (5,3), já que a percentagem de população entre os 15 e os 29 anos que não trabalha nem estuda e que detém habilitações superiores atinge 2,5%.

24. População jovem NEEF, por níveis de ensino



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

À semelhança de Portugal, também a União, no conjunto dos seus 28 Estados-membros, apresenta uma tendência semelhante, ou seja, os jovens NEEF de 15 a 29 anos têm maioritariamente o ensino básico (5,8%) e o secundário (6,8%), enquanto os do ensino superior apresentam uma percentagem com menor expressão (2,1%).

2.2. População e população ativa

2.2.1. População total

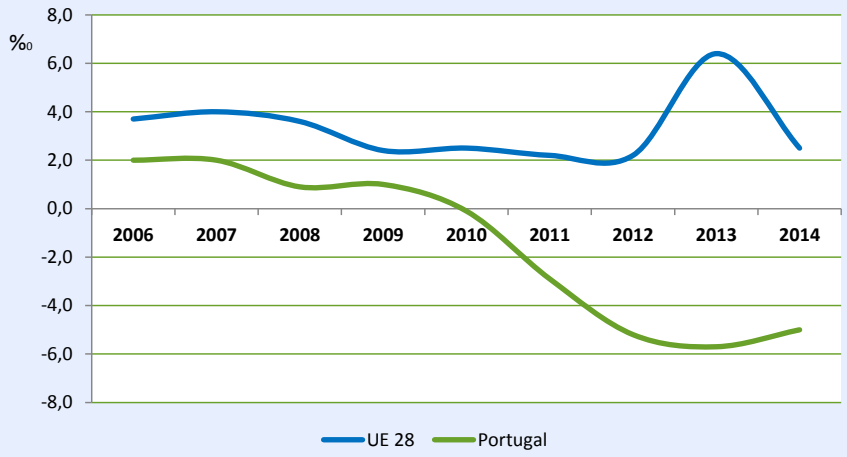
Em 2015, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, a população total residente no Continente era de 9 831,1 milhares de indivíduos, o que representa um decréscimo de 47,7 mil indivíduos relativamente a 2014. De facto, a população portuguesa no Continente tem vindo a diminuir consecutivamente desde 2011 a uma taxa média anual de cerca de 0,5%, tendo o número de mulheres decrescido a uma média de 0,34%, e população masculina a uma média de 0,76%. Em 2015 as mulheres representavam 52,6% da população total.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA E EM PORTUGAL

- ***Aspetos demográficos***

De acordo com a informação disponibilizada pelo Eurostat, no decurso da última década, Portugal viu a sua população residente decrescer, em particular e de forma acentuada, a partir de 2010, contrastando com a média dos 28 países da União que evidenciou sempre aumentos populacionais. Desde 2010 que Portugal tem vindo a apresentar um ritmo de crescimento populacional negativa, com taxas na ordem dos menos 5‰ desde 2012, em contraciclo com a tendência comunitária, que tem registado taxas sempre positivas e superiores a 2,2‰.

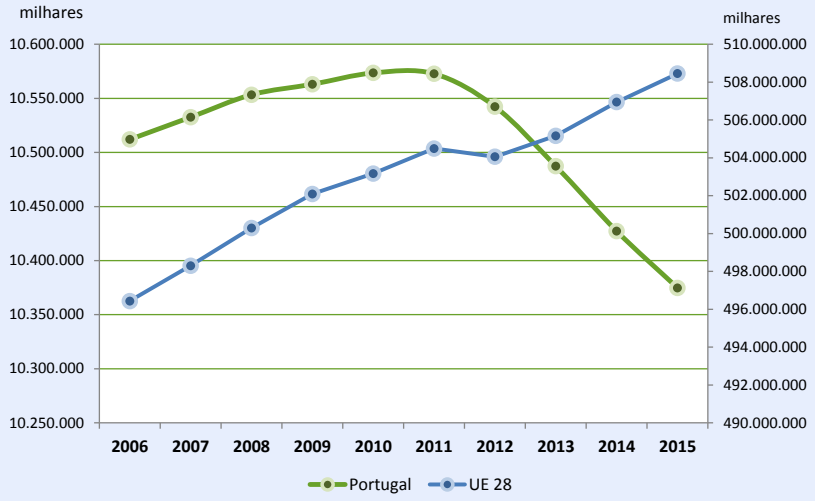
25. Taxa de crescimento populacional



Fonte: Eurostat

Assim, em 2014[15], verificou-se uma diminuição de cerca de 52,5 mil indivíduos, estimando-se que a população residente em Portugal tenha decrescido para 10 427 301, em 2014, e 10 374 822 em 2015.

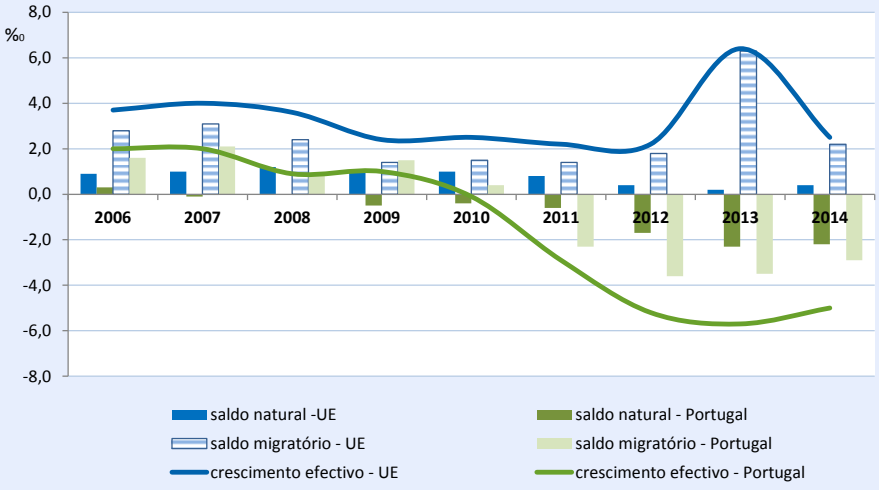
26. Evolução da população residente



Fonte: Eurostat

Pelo contrário, no conjunto dos Estados-membros da UE, em 2014, assistiu-se a um aumento populacional de quase 1 milhão e 300 mil pessoas, pelo que se estima que a população residente na União Europeia tenha aumentado para os 506 944 075, em 2014, e 508 450 856 em 2015.

27. Taxa de crescimento efectivo, taxa de crescimento natural e saldo migratório



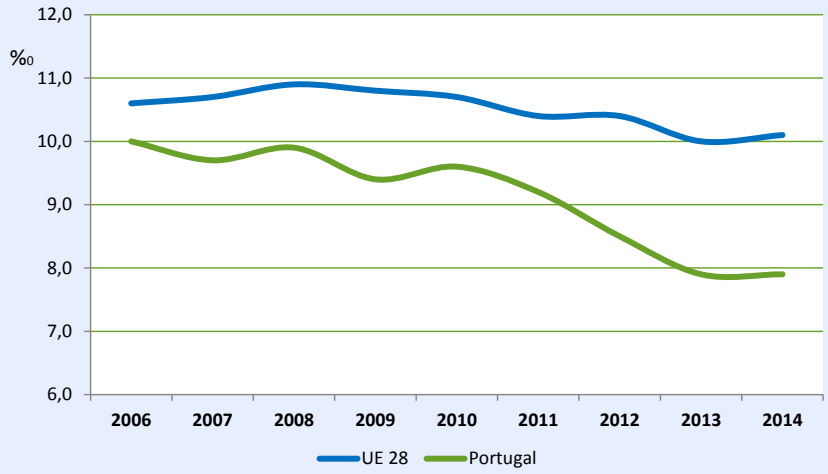
Fonte: Eurostat

[15] Devido à ausência de dados mais atualizados analisam-se aqui dados referentes a 2014.

Esta diminuição da população residente ficou a dever-se não apenas a um decréscimo do saldo natural[16], cuja tendência negativa, iniciada em 2009, se tem vindo a acentuar nos últimos anos, mas também ao saldo migratório[17] que, desde 2011, evidencia igualmente valores negativos.

Dada a relativa estabilização da taxa de mortalidade em Portugal, durante a última década, o saldo natural negativo ficou a dever-se ao decréscimo da natalidade, que registou uma diminuição de 2,1 p.p., entre 2006 e 2014, passando de uma taxa de 10‰ para 7,9‰, respetivamente, distanciando-se ligeiramente da taxa da União, que apresenta uma tendência de estacionariedade nos últimos anos.

28. Evolução da taxa de natalidade



Fonte: Eurostat

Em termos evolutivos, ao longo dos últimos anos, continuou a verificar-se a tendência de decréscimo do crescimento efetivo. O saldo natural, que a partir de 2009 evidencia uma tendência negativa, passou de 0,3 ‰ em 2006 para menos 2,2‰ em 2014, o que, coadjuvado por um saldo migratório externo negativo, nos últimos anos, conduziu a uma variação negativa do crescimento efetivo da população que, desde 2012, tem registado valores na ordem dos menos 5‰.

Numa análise prospetiva, e tendo por base as projeções demográficas do Eurostat para Portugal, a atual taxa de fecundidade geral[18] (1,29) progredirá de forma diminuta até 2080 (1,60) originando, assim, uma taxa média de crescimento demográfico negativa.

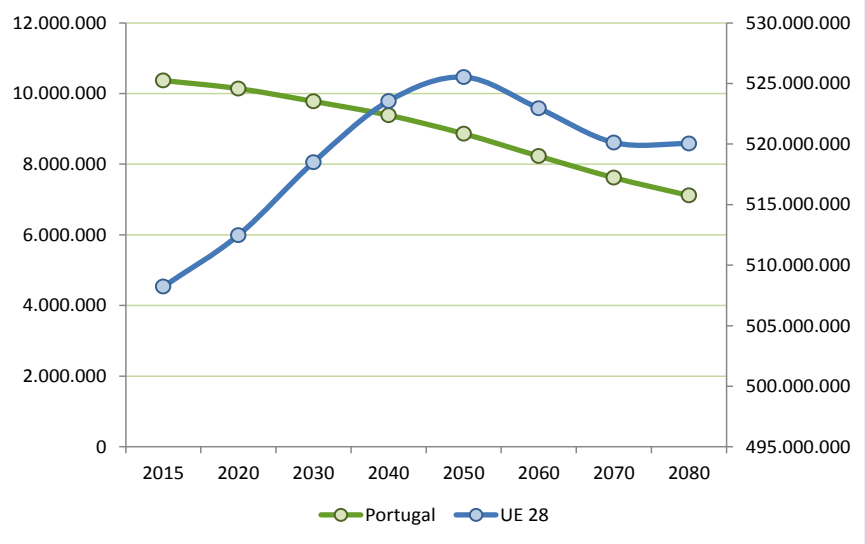
[16] Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos.

[17] Diferença entre o número de entradas e saídas de um país por migração.

[18] Número de nados-vivos por número médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos), observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, (habitualmente expresso em número de nados-vivos por 1000 mulheres em idade fértil).

Por conseguinte, prevê-se que esta situação reverta numa diminuição da população durante os próximos 65 anos, pelo que Portugal em 2080 contará com cerca de 7,1 milhões de habitantes.

29. Projecção da população residente até 2080



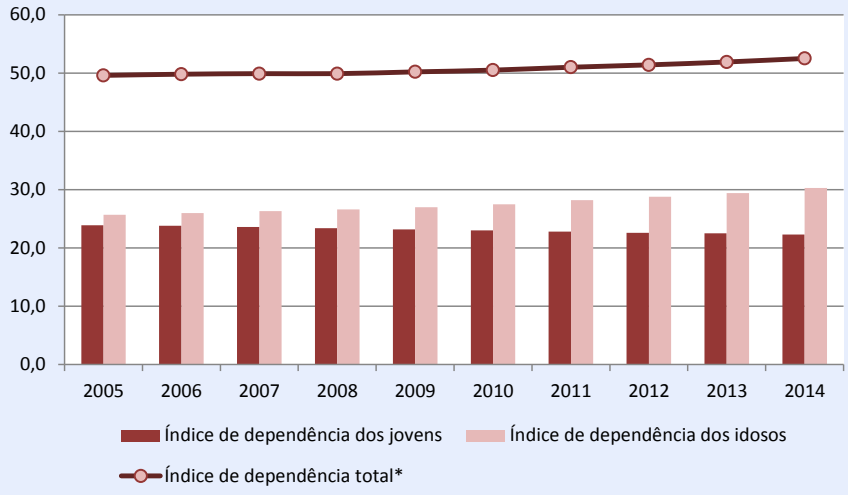
Fonte: Eurostat

A caracterização da estrutura etária portuguesa, através de elementos disponibilizados pelo Eurostat, permite-nos destacar o agravamento de uma situação que se tem feito sentir com maior acuidade durante a última década – o envelhecimento duplo. De facto, em 2014 continua a assistir-se a uma diminuição do grupo etário até aos 14 anos (14,6% quando no início deste milénio era de 16,5%), em simultâneo com um aumento de 3,9 p.p. de indivíduos com 65 e mais anos de idade (19,9%) em relação ao ano 2000.

Relacionando estes dois grupos etários – o dos jovens e o dos idosos – apercebemo-nos de que a proporção do grupo etário mais idoso relativamente ao mais jovem continua em ascensão. Desde o início do milénio, quando o número de idosos ultrapassou pela primeira vez o número de jovens, que o índice de envelhecimento19, em Portugal, se tem vindo a acentuar, tendo-se registado, em 2014, e segundo dados do INE, cerca de 141 idosos por cada 100 jovens.

[19] Relação entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0 aos 14 anos).

30. Evolução dos índices de dependência em Portugal



* Proporção de indivíduos dos 0 aos 14 anos e dos 65 e mais anos face à população ativa dos 15 aos 64 anos. Esta proporção é habitualmente expressa por 100 pessoas dos 15 aos 64 anos.

Fonte: Eurostat

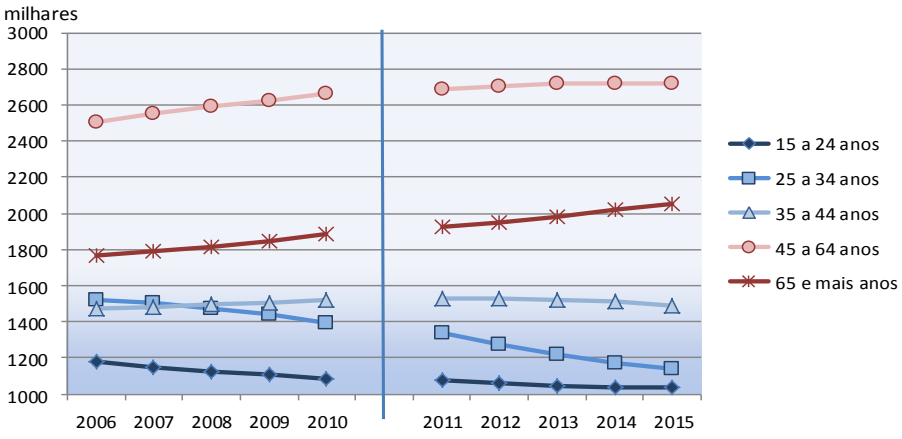
Este fenómeno de envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária portuguesa, tem-se repercutido igualmente ao nível dos índices de dependência. Assim, no decurso da última década, o índice de dependência dos idosos[20] tem crescido de forma contínua, ao contrário do índice de dependência dos jovens[21] que evidenciou uma quebra progressiva. Deste modo, e segundo dados do Eurostat, entre 2005 e 2014, a dependência dos idosos aumentou de 25,7 para 30,3 enquanto a dos jovens decresceu de 23,9 para 22,3.

Analisando a evolução da população de 15 e mais anos por escalões etários, é evidente desde o início da década, uma tendência para o envelhecimento da população, que se traduz num decréscimo de indivíduos nos escalões até aos 44 anos e num aumento consecutivo dos indivíduos nos escalões mais velhos, designadamente no escalão dos 65 e mais anos. Registe-se, contudo, que o decréscimo foi bastante menos acentuado no escalão dos 15 aos 24 anos (menos 40,6 mil pessoas entre 2011 e 2015) do que no escalão dos 25 aos 34 anos (menos 195,1 mil pessoas no mesmo período).

[20] Proporção de indivíduos com 65 e mais anos face à população ativa dos 15 aos 64 anos. Esta proporção é habitualmente expressa por 100 pessoas dos 15 aos 64 anos.

[21] Proporção de indivíduos dos 0 aos 14 anos face à população ativa dos 15 aos 64 anos. Esta proporção é habitualmente expressa por 100 pessoas dos 15 aos 64 anos.

31. Evolução da População com 15 e mais anos por escalões etários



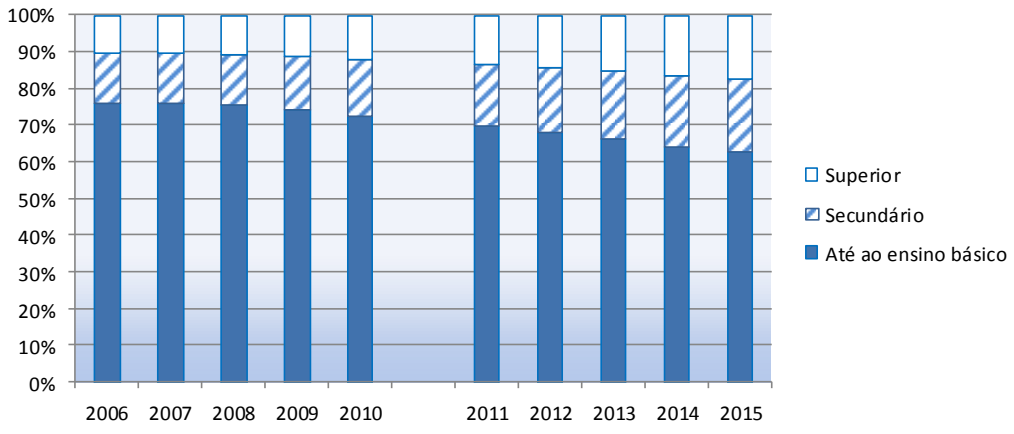
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Para além disso, no que respeita a este último escalão, esse decréscimo acentuou-se a partir de 2009 tendo registado variações negativas de cerca de 4,5% ao ano entre 2011 e 2013, quase o dobro da variação anual registada nos primeiros anos da década, o que indicia que, pelo menos parte desse decréscimo, está relacionado com o aumento da emigração neste escalão etário.

2.2.2. População por níveis de escolaridade

No início da década cerca de 76% da população com 15 e mais anos tinha até ao ensino básico. Em 2015 esse grupo representa 62,6% da população. Em contrapartida, no mesmo período, o peso da população com 15 e mais anos com o ensino secundário aumentou cerca de 6 p.p. e o peso da população com 15 e mais anos com o ensino superior, 7 p.p.

32. População com 15 e mais anos por nível de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

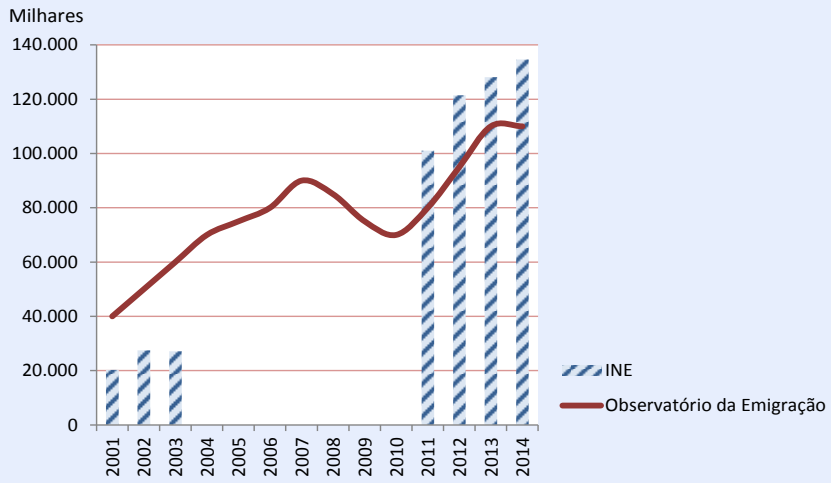
No que respeita às diferenças de sexo, a percentagem de mulheres com o ensino superior manteve-se bastante superior à percentagem de homens durante todo o período, tendo também aumentado mais rapidamente. Por outro lado, a percentagem de homens com o ensino básico e secundário foi sempre superior à percentagem de mulheres.

FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

- ***Evolução da Emigração portuguesa***

De acordo com a informação estatística[22] disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, em 2010, cerca de 2,2 milhões de emigrantes portugueses encontravam-se a residir no estrangeiro, o que, tendo por base o total da população portuguesa, correspondeu a uma taxa de 20,8%. Paralelamente, tendo presente que, para o mesmo ano em análise, a taxa de imigração em Portugal foi de 8,6%, dado que o número de imigrantes que entraram em Portugal, oriundos principalmente do Brasil, de Cabo Verde e da Roménia, foi de 918 mil indivíduos, constata-se a existência de um saldo migratório negativo.

33. Evolução da emigração portuguesa desde o início do milénio



* A ausência de informação sobre a emigração temporária entre 2004 e 2010, inviabiliza a apresentação dos valores totais da emigração portuguesa para os respetivos anos.

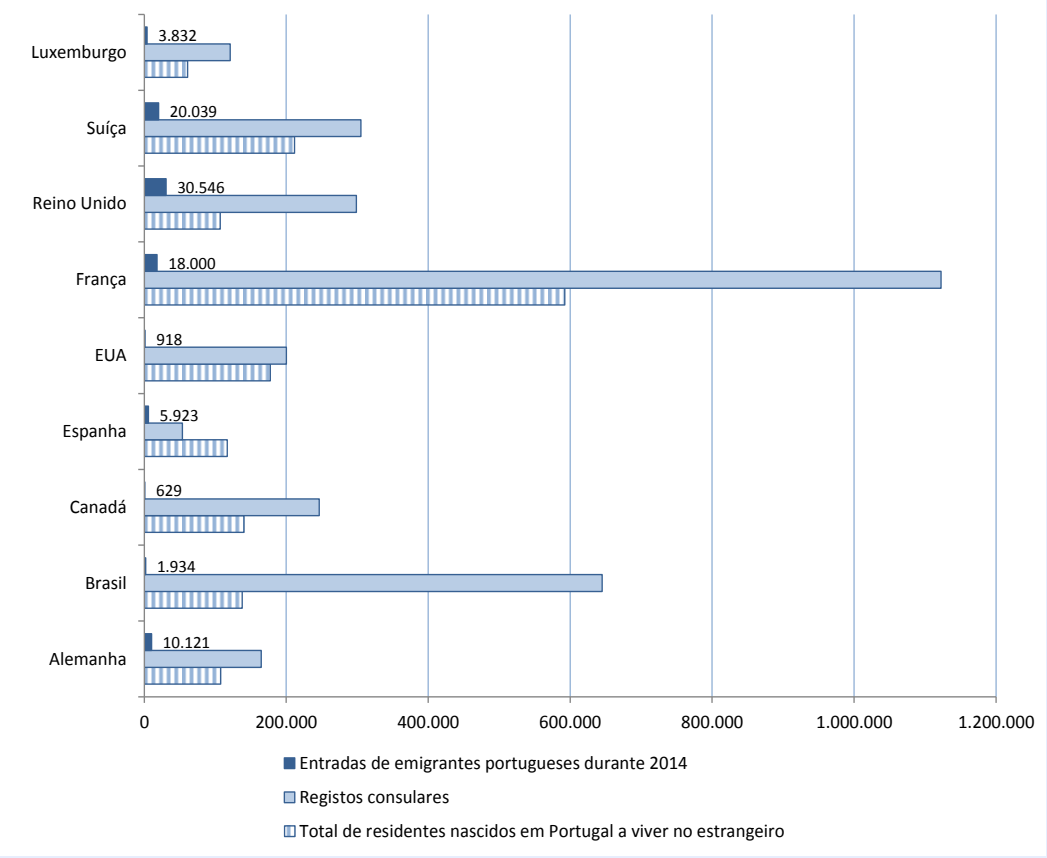
Fonte: INE, *Inquérito aos movimentos migratórios de saída* (1992 a 2007) e *Estimativas anuais da emigração* (desde 2008). OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

[22] A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2014.

Por outro lado, considerando os valores das estimativas do INE e nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino do Observatório do Emigração, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses ao longo dos últimos anos, em particular no decurso do último quinquénio. De salientar o facto de, no início do milénio, a taxa de emigração da população portuguesa com o ensino superior ter sido de 13,1%.

Analisando alguns dados da emigração portuguesa relativos a 2014, último ano disponível, observa-se que países de destino dos emigrantes portugueses foram sobretudo o Reino Unido (com cerca de 30,5 mil), a Suíça (com 20 mil), a França (com 18 mil) e a Alemanha (com 10,1 mil). Contudo, tendo em conta os valores totais da população residente no estrangeiro, mas nascida em Portugal, verifica-se que a emigração portuguesa, em 2014, se concentrava maioritariamente em França (592,3 mil), na Suíça (211,5 mil), nos EUA (177,4 mil), no Canadá (140,3 mil), no Brasil (138 mil), em Espanha (116,7 mil), na Alemanha (107,5 mil), no Reino Unido (107 mil) e no Luxemburgo (60,9 mil).

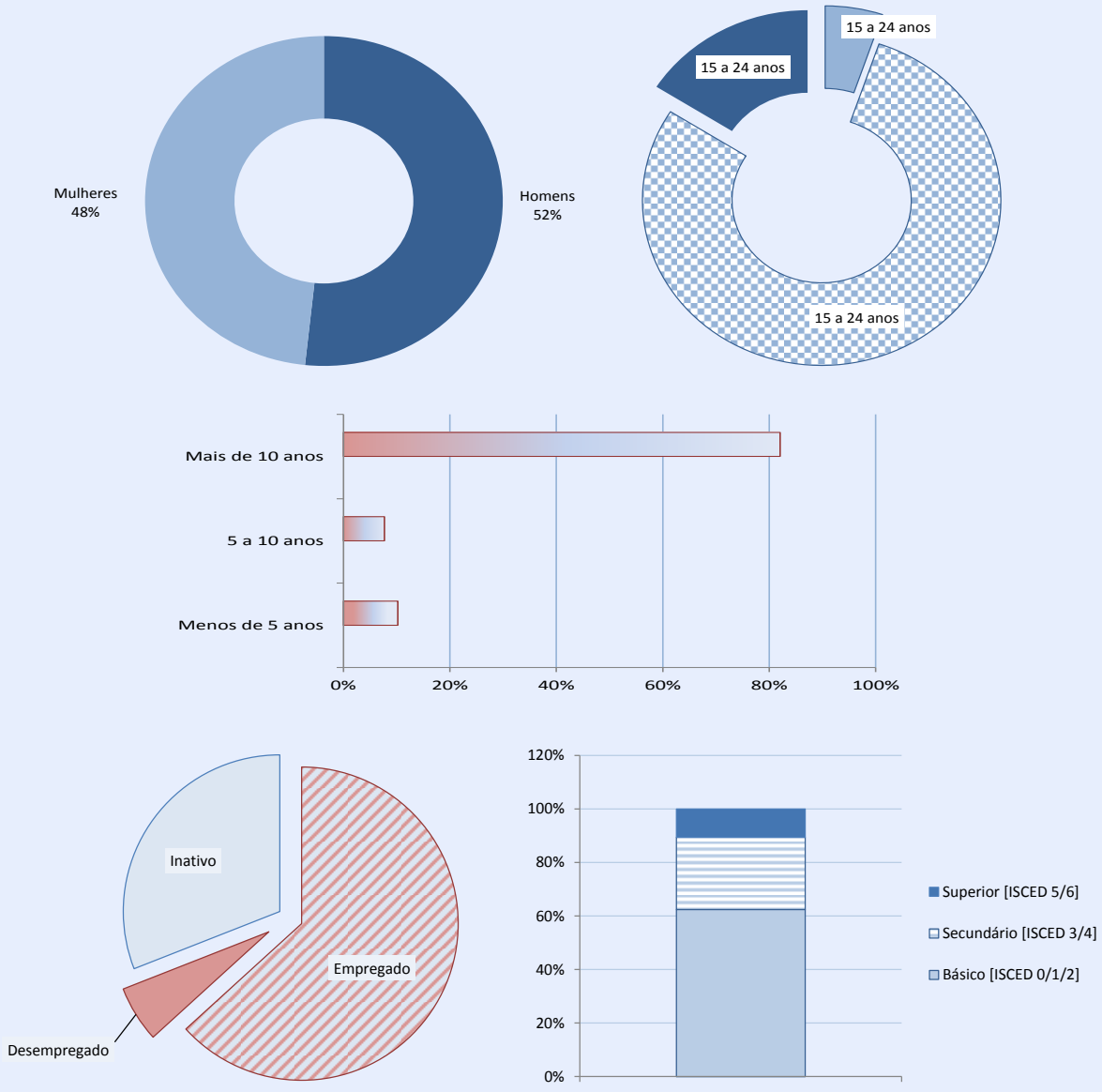
34. Emigrantes portugueses a residir no estrangeiro em 2014



Fonte: OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

Uma análise mais detalhada, designadamente no que respeita a alguns indicadores de caracterização sociodemográfica dos indivíduos nascidos em Portugal e residentes em países da OCDE, evidencia que, em 2010/2011[23], os emigrantes portugueses eram maioritariamente homens (52%), tinham idades sobretudo entre os 25 e os 64 anos (79%) e uma instrução básica (62%), encontravam-se emigrados há mais de 10 anos (82%) e 63% estavam empregados.

35. Caracterização sociodemográfica dos emigrantes portugueses nos países da OCDE em 2010/2011



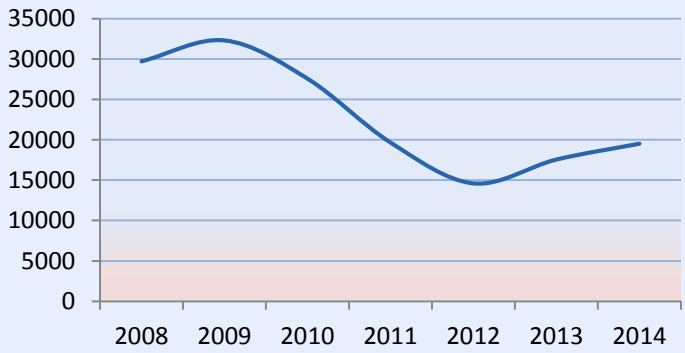
Fonte: OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados da OCDE, *Database on Immigrants in OECD Countries*.

[23] Devido à falta de dados em diferentes indicadores para alguns países da OCDE, apresenta-se 2010 e 2011 como período de referência.

- ***Evolução da Imigração portuguesa***

Considerando alguma informação das *Estimativas anuais de imigração*[24] do INE relativa à população proveniente de outros países que escolheu Portugal como destino de residência, numa breve caracterização, constata-se que, desde 2009, o valor total de imigrantes tem vindo a diminuir, não obstante evidencie uma ligeira subida a partir de 2012.

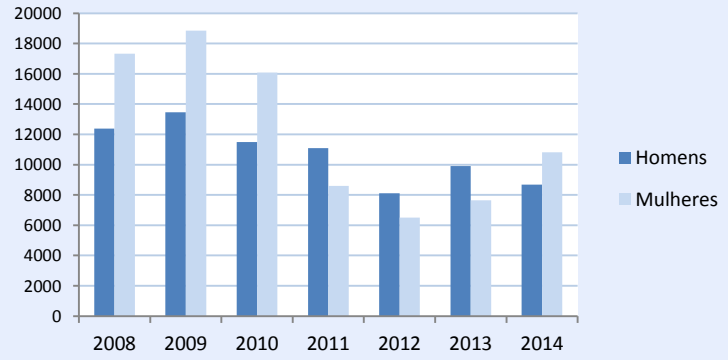
36. Evolução da população imigrada em Portugal



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Esta população estrangeira imigrada em Portugal repercutiu-se de forma diferenciada em ambos os sexos. Entre 2008 e 2010, a proporção de imigrantes masculinos foi inferior em 17 p.p. face à congénere feminina, situação que se inverteu entre 2011 e 2013, quando o valor percentual dos homens imigrados ultrapassou, em média cerca de 12 p.p. o valor registado para as mulheres estrangeiras a residir no nosso país.

37. Evolução da imigração portuguesa por sexos

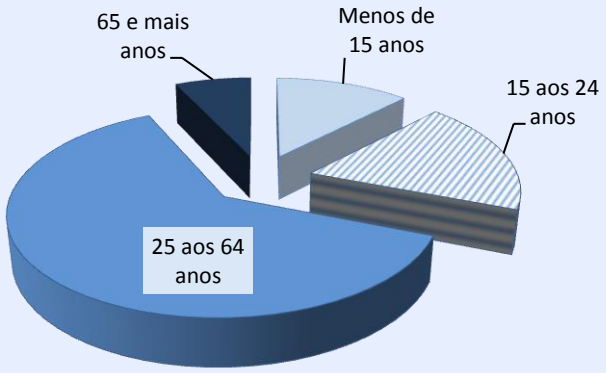


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

[24] Série estatística apenas disponível a partir de 2008.

Relativamente à distribuição etária, em 2014, a grande maioria da população estrangeira a residir em Portugal tinha entre 25 a 64 anos de idade (62,1%), em contraste com a menor proporção observada nos grupos etários mais jovens, nomeadamente no das idades entre os 15 aos 24 anos (18,6%).

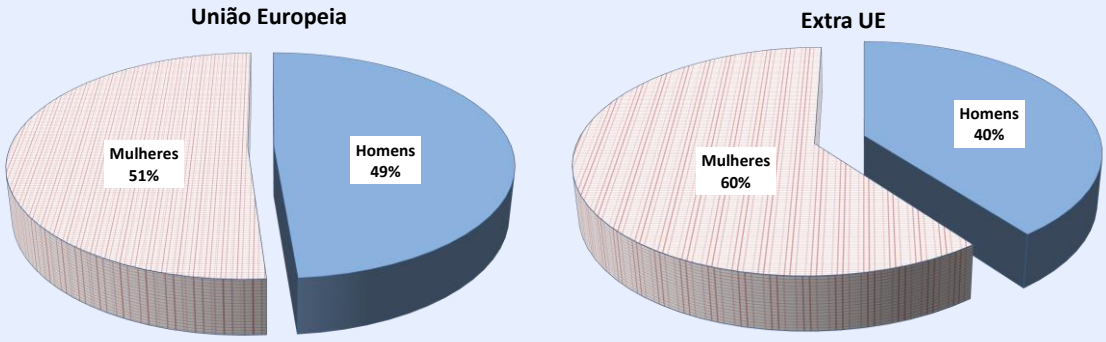
38. Estrutura etária da imigração portuguesa em 2014



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Por último, considerando a proveniência da imigração em Portugal, em 2014, observa-se que 54% do valor total dos imigrantes (19,5 mil) eram oriundos de Estados-membros da UE, enquanto 46% provinha de países extracomunitários. Por outro lado, evidencia-se o facto de, em relação a estes últimos, a percentagem das mulheres ser superior (60%) à dos homens (40%). Quanto à imigração com origem noutros Estados-membros da União, a diferença entre a proporção de homens e mulheres é menos pronunciada.

39. Proveniência dos imigrantes portugueses em 2014



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

2.2.3. População ativa e taxas de atividade

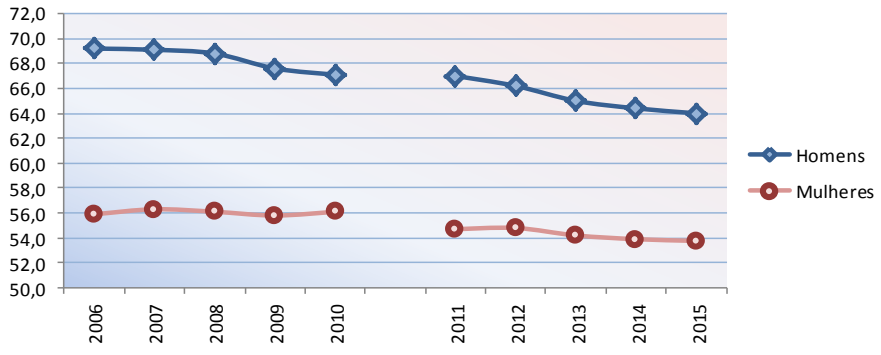
A população ativa tem diminuído sempre, desde 2007, se bem que de forma menos acentuada nos últimos 2 anos, depois de ter decrescido em quase 2% entre 2012 e 2013. No último ano a diminuição foi de cerca de 31,5 mil indivíduos.

Entre 2007 e 2012 o decréscimo da população ativa deveu-se quase exclusivamente à diminuição do número de homens, já que o número de mulheres apenas registou um ligeiro decréscimo entre 2008 e 2009. Nos anos seguintes registou-se um decréscimo em ambos os sexos, mas o número de homens ativos tem diminuído sempre de forma bastante mais significativa do que o número de mulheres.

Desagregando a população ativa por grupo etário, constata-se que o decréscimo da população ativa se concentrou nos escalões mais jovens (15 aos 24 e dos 25 aos 34 anos) e no escalão mais velho (65 e mais anos). Os restantes escalões aumentaram, até 2011, tendo-se verificado, depois, uma leve diminuição no escalão dos 35 aos 44 anos em 2013 e 2015. Os homens ativos diminuíram mais do que as mulheres em todos os escalões etários exceto no escalão dos 65 e mais anos.

A taxa de atividade (população com 15 e mais anos) era de 58,5% em 2015, tendo evoluído desfavoravelmente, no período em análise, logo a partir de 2007. Registou assim uma quebra anual média de 0,2 p.p. até 2010 e de 0, 5 p.p. entre 2011 e 2015. O valor mais acentuado deste decréscimo verificou-se em 2013 (- 0,9 p.p.) tendo-se este atenuado, a partir daí.

40. Evolução das taxas de atividade masculina e feminina



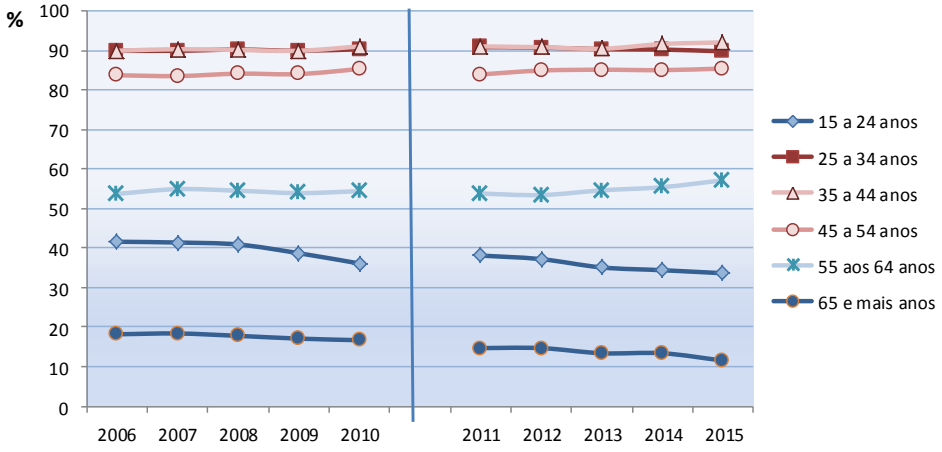
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A taxa de atividade masculina manteve-se bastante superior à feminina, (64% e 53,8% respetivamente, em 2015) mas sua evolução, durante a última década, foi claramente mais desfavorável, designadamente

a partir de 2008, ano a partir do qual a taxa de atividade masculina diminuiu em média 0,8 p.p. enquanto a feminina decrescia apenas 0,2 p.p.

Considerando os grupos etários, constata-se que a taxa de atividade se manteve em cerca de 90% nos escalões etários entre os 25 e 34 anos e os 35 e 44 anos ao longo de todo o período em análise e em cerca de 85% no que se refere no escalão etário dos 45 aos 54 anos. No entanto, enquanto nos escalões mais elevados a taxa de atividade aumentou, entre 2011 e 2015, no escalão entre os 25 e os 34 anos essa taxa diminuiu em cerca de 1 p.p.

41. Evolução das taxas de atividade por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No escalão entre os 55 e os 64 anos a taxa de atividade, que era de 53,7% em 2006 evoluiu positivamente ao longo da década tendo atingido os 57,1% em 2015. O maior acréscimo verificou-se exatamente no último ano e foi de 1,7 p.p.

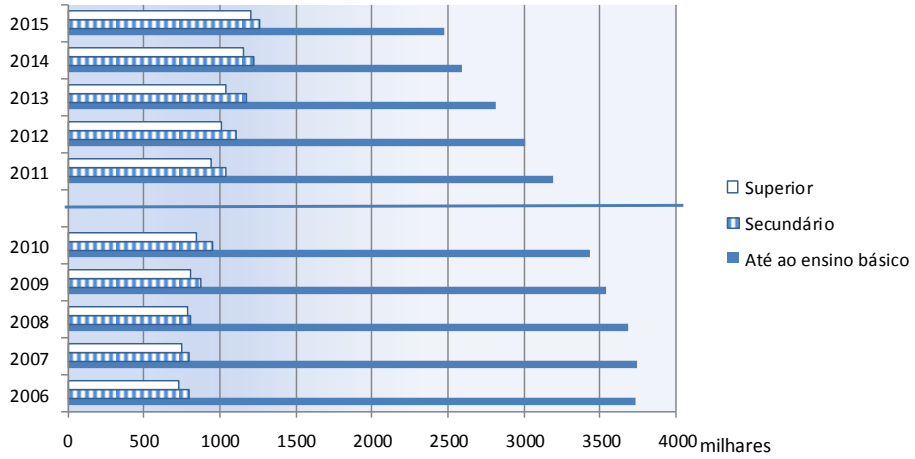
No escalão entre os 15 e os 24 anos a taxa de atividade era, em 2015 de 33,6% tendo decrescido 8 p.p. ao longo da década. Os maiores decréscimos verificaram-se em 2009 e 2010 e 2012. Quanto ao escalão dos 65 e mais anos, a taxa de atividade diminuiu sobretudo entre 2011 e 2015, tendo esse decréscimo atingido 1,3 p.p. em 2013 e 1,9 p.p. no último ano.

No que se refere às taxas de atividade por sexo, considerando os escalões etários, em todos os escalões em que a taxa de atividade cresceu ela cresceu mais para as mulheres sendo que nos escalões em que a taxa diminuiu, a diminuição da taxa de atividade das mulheres foi menor. A única exceção registou-se em 2010 no escalão entre os 15 e os 24 anos, em que a taxa de atividade dos homens decresceu 2,1 p.p. enquanto a das mulheres diminuiu 3,1 p.p.

- ***Por níveis de escolaridade completos***

Considerando a população ativa por nível de escolaridade completado, o número de ativos com até o ensino básico diminuiu de cerca de 3.735 mil indivíduos em 2006 (que representavam 71% da população ativa) para cerca de 2.472 mil em 2015, que constituíam aproximadamente metade da população ativa. No que se refere à população ativa com o ensino secundário, esta aumentou em cerca de 10 p.p. no mesmo período, tendo passado de cerca de 800 mil indivíduos para cerca de 1.265 mil, ou seja 25,6% da população ativa. Em 2015 a população ativa com o ensino superior tinha aproximadamente o mesmo peso (cerca de 25,4%) e somava 1.205 mil indivíduos, tendo aumentado, desde 2006 em cerca de 11 p.p.

42. Evolução da população ativa por níveis de escolaridade



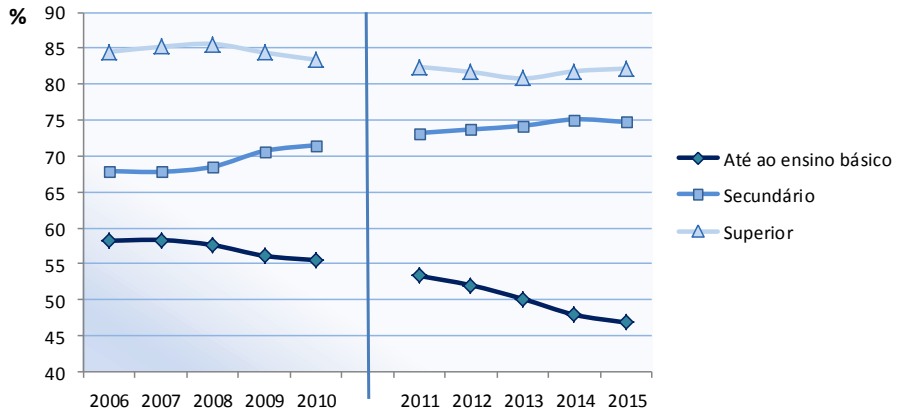
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere às diferenças entre sexos, a proporção de ativos do sexo masculino com o ensino básico manteve-se bastante superior ao longo de toda a série. Quanto aos ativos com o ensino secundário, a proporção entre sexos manteve-se equilibrada entre 2006 e 2010 mas, a partir de 2011, o peso das mulheres ultrapassou o dos homens ao longo do período em análise. Já no que respeita ao ensino superior o peso das mulheres ativas foi sempre bastante superior, tendo oscilado entre os 59% e os 61%.

Em 2015, a taxa de atividade dos indivíduos com até o ensino básico era de 46,8%, enquanto, no que se refere à população com o ensino secundário a mesma taxa era de 74,7% e, relativamente à população com o ensino superior de 82,7%. Ao longo de todo o período em análise, a taxa de atividade manteve-se sempre tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações mas a taxa de atividade da população com até ao ensino básico diminuiu consecutivamente, a partir de 2007 num total de 11,4 p.p. enquanto a taxa de atividade da população com nível secundário cresceu num total de 6,8 p.p., embora tenha registado uma ligeira diminuição no último ano. Já no que se refere à taxa de atividade dos

indivíduos com o ensino superior esta registou um aumento entre 2006 e 2008 e depois uma diminuição acentuada até 2013, tendo voltado a crescer, nos dois últimos anos, situando-se de qualquer modo, ainda abaixo do valor registado no início do período.

43. Evolução das taxas de atividade por níveis de escolaridade

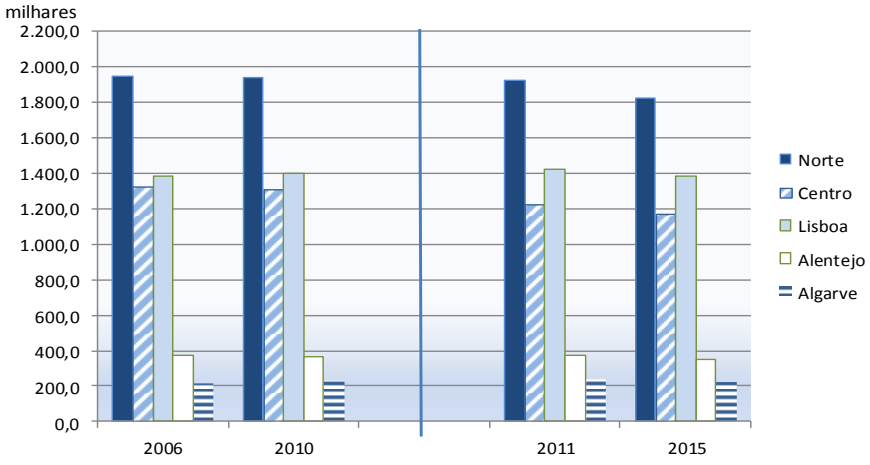


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

- ***Por regiões***

Em 2015 a região Norte concentrava cerca de 37% da população ativa, a região de Lisboa 28% e o Centro 23,5%. Já no que se refere ao Alentejo representava cerca de 7% da população ativa e o Algarve 4,5%.

44. Evolução da população ativa por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Nos primeiros 5 anos da década a população ativa diminuiu no Norte, no Alentejo e sobretudo no Centro e aumentou em Lisboa e no Algarve embora em Lisboa se tenha também registado uma diminuição a

partir de 2008. De 2011 em diante verificou-se um decréscimo em todas as regiões, mais acentuado no Norte e depois no Centro. No Norte, em Lisboa o ano de 2013 foi o ano de maior decréscimo, no Centro foi 2014 e no Alentejo 2015.

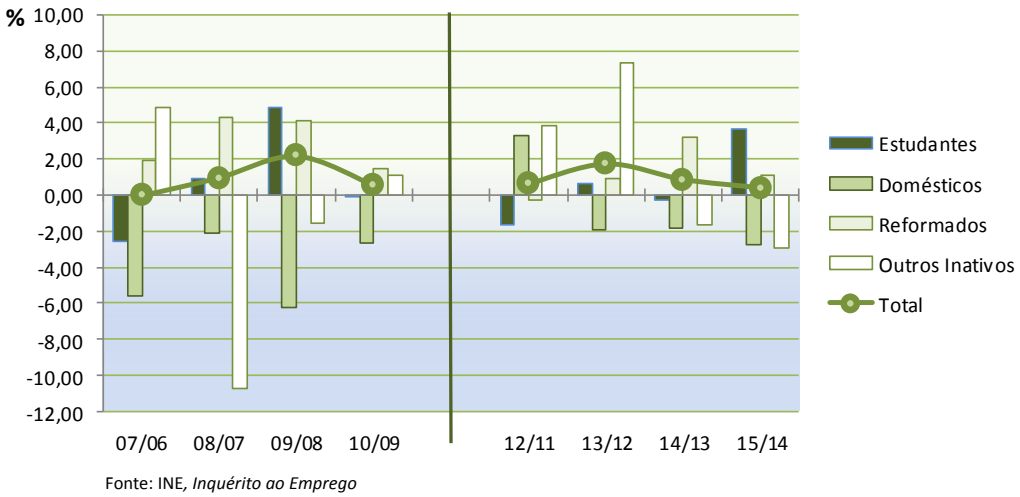
2.2.4. População Inativa

Em 2015 a população inativa era de 4.890 mil pessoas sendo que 1.392 eram jovens até aos 15 anos. No que se refere à população inativa com 15 e mais anos, 1.661,1 mil eram reformados e representavam quase metade do total (47,5%); 776,6 mil eram estudantes e constituíam 22,2% do total; cerca de 390 mil eram domésticos (11,2%) e, por último, 671,1 mil, ou seja 19,2%, eram "outros inativos".

Durante o período em análise a população inativa com 15 e mais anos aumentou, ligeiramente mais nos últimos 5 anos do que nos 5 anteriores. Apesar de cerca de 60% destes inativos serem mulheres o aumento registou-se sobretudo nos homens que cresceram em média cerca de 2% enquanto as mulheres aumentaram em média apenas 0,3%.

Os anos de maior crescimento da população inativa com 15 e mais anos foram os anos de 2009 (2,2%) e 2013 (1,7%), tendo o número de homens inativos nesses anos aumentado em 4,1% e 2,7% respetivamente.

45. Variação da população ativa com 15 e mais anos por categorias



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Se analisarmos as variações da população inativa com 15 e mais anos considerando as várias categorias constatamos que, nos primeiros 5 anos o aumento do número de inativos se deveu ao crescimento dos "reformados", sobretudo em 2008 e 2009 e dos "estudantes" em 2009, compensado em parte por um

decréscimo dos "domésticos" e dos "outros inativos". Já nos últimos 5 anos, pelo contrário, o acréscimo no número de inativos resultou do aumento do número dos "domésticos" em 2012 e dos "outros inativos" em 2012 e sobretudo em 2013 e depois, em 2014, a novo crescimento do número de "estudantes."

Ainda relativamente à população inativa refira-se o enorme aumento, a partir de 2011, do número de inativos "disponíveis que não procuram emprego", ou seja, daqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito não são contabilizados como desempregados mas como inativos. Estes constituíam, em 2006, cerca de 71 mil pessoas e representavam 2,5% do total dos inativos com 15 e mais anos. A partir de 2012, são já cerca de 7% desse total, o que em 2015 equivale a cerca de 235 mil pessoas.

2.3. Emprego e desemprego

2.3.1. Emprego

2.3.1.1. Emprego e taxas de emprego

Em 2015 havia no Continente 4.329,6 mil pessoas empregadas, mais 43,5 mil do que no ano anterior. Este número era, no entanto, ainda bastante inferior ao número de pessoas empregadas em 2011. O número de empregados aumentou, entre 2006 e 2008 em cerca de 30,8 mil pessoas para diminuir, em cerca de 218,7 mil entre 2008 e 2010, e depois, entre 2011 e 2013, em cerca de 294,4 mil indivíduos. Nos dois últimos anos o emprego voltou a crescer, em cerca de 108,2 mil pessoas.

O decréscimo registado atingiu bastante mais os homens do que as mulheres. De facto, o número de mulheres empregadas só começou a diminuir em 2009, tendo diminuído sempre percentualmente menos do que os homens e, a partir de 2013, aumentado percentualmente mais.

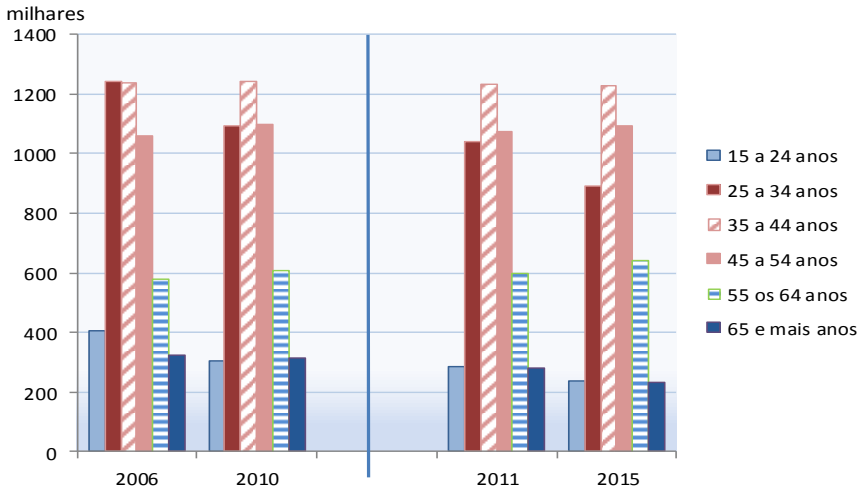
- **Por grupos etários**

Se analisarmos a evolução da população empregada no período em análise por grupos etários constatamos facilmente que o decréscimo no emprego se concentrou sobretudo nos grupos etários mais novos.

De facto, quer entre 2006 e 2010, quer entre 2011 e 2015 o número de indivíduos empregados nos escalões etários dos 45 aos 54 anos e dos 55 aos 64 anos aumentou e o grupo etário dos 35 aos 44 anos registou apenas um ligeiro decréscimo entre 2011 e 2015.

Em contrapartida no grupo etário dos 15 aos 24 anos a população empregada diminuiu consecutivamente e num total cerca de 104,3 mil pessoas nos primeiros 5 anos do período em análise e, entre 2011 e 2013 em cerca de 49 mil, para aumentar nos dois últimos anos em cerca de 10 mil indivíduos. Já a população entre os 25 e os 34 anos decresceu em cerca de 149 mil pessoas entre 2006 e 2010 e depois aproximadamente no mesmo número, entre 2011 e 2015, registando apenas um muito ligeiro acréscimo entre 2013 e 2014.

46. Evolução da População Empregada por grupos etários

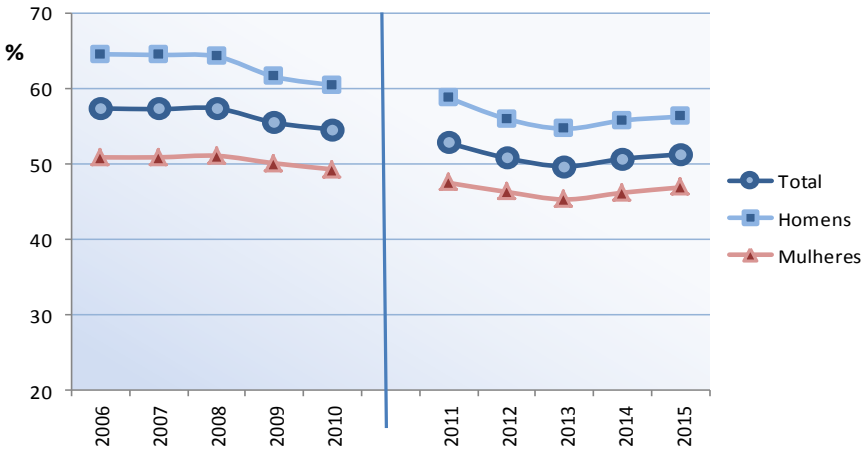


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Ao longo do período a taxa de emprego por sexo evoluiu de forma muito semelhante, embora se tenha verificado um decréscimo bastante mais acentuado na taxa de emprego dos homens (-4,1 p.p. entre 2006 e 2010 e menos 2,5 p.p. entre 2011 e 2015) do que nas mulheres (- 1,6 p.p. e menos 0,6 p.p. respetivamente). Assim, a taxa de emprego dos homens manteve-se bastante mais elevada do que a das mulheres ao longo da série, mas essa diferença atenuou-se de 13,7 p.p. em 2006 para 9,4 p.p. em 2015.

A análise das taxas de emprego por escalões etários permite confirmar que, nos escalões entre os 35 e os 64 anos a taxa de emprego se manteve mais ou menos estável tendo crescido nos últimos 2 anos. No que se refere ao escalão entre os 35 e os 44 anos o decréscimo mais acentuado verificou-se entre 2011 e 2013 mas, em 2014, já tinha regressado ao valor de 2011.

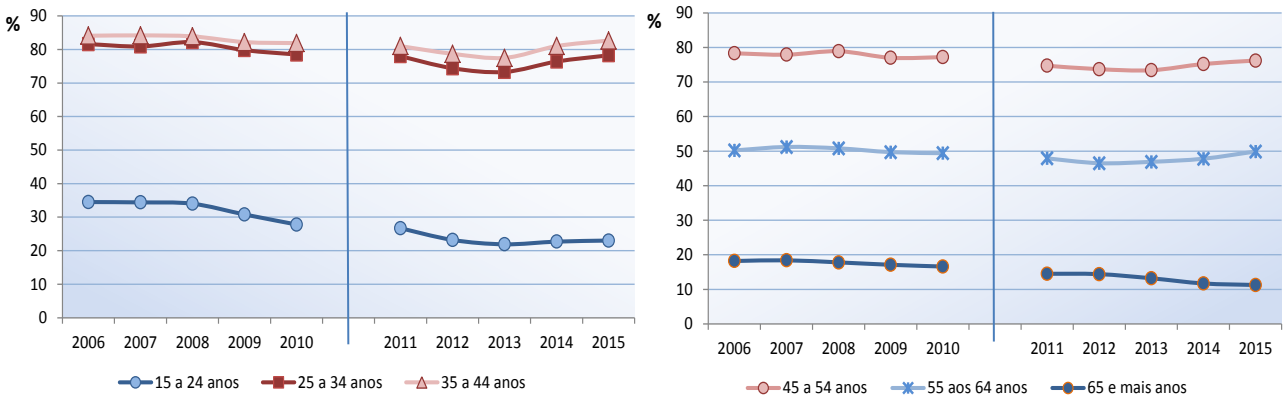
47. Taxa de Emprego por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A maior diferença entre população empregada e taxa de emprego verifica-se no escalão entre os 25 e os 34 anos. De facto, embora em termos absolutos a população empregada deste escalão etário tenha decrescido consideravelmente quer nos primeiros cinco anos do período em análise quer nos últimos cinco em termos de taxas de emprego essa diminuição foi menos acentuada, e entre 2011 e 2015, a taxa de emprego neste escalão etário cresceu, em termos médios, ultrapassando, em 2015, o valor registado em 2011. Este facto reforça a ideia de que parte da população este escalão etário terá optado por sair do País.

48. Taxas de emprego por escalões etários



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Já no escalão entre os 15 e os 24 anos a taxa de emprego acompanha a evolução em termos de pessoas empregadas, diminuindo, desde o início da série e de forma muito evidente entre 2008 e 2010. Entre 2011 e 2013 o decréscimo atenuou-se e, a partir de 2014, a taxa aumentou. Por último, no escalão de 65

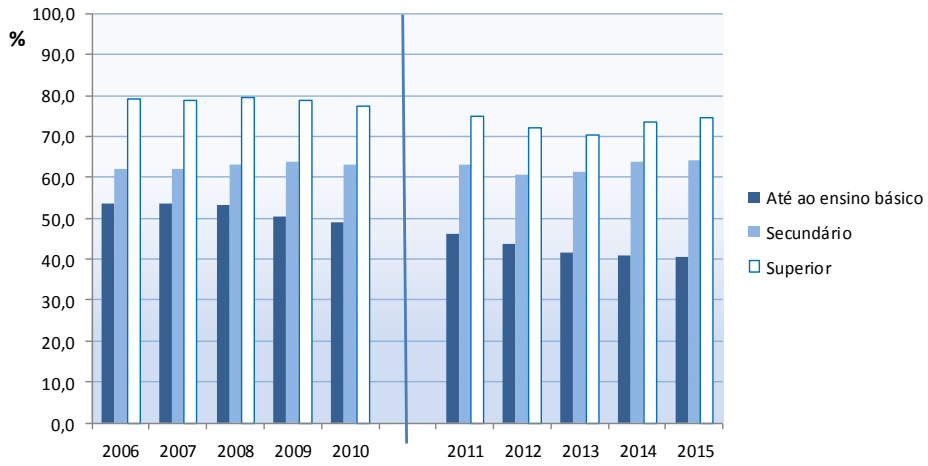
e mais anos a taxa de emprego decresceu apenas ligeiramente entre 2008 e 2010 para diminuir mais no período seguinte, sendo este o único escalão em que a taxa diminuiu entre 2013 e 2015.

- **Por níveis de escolaridade**

Das 4.329,6 mil pessoas que, de acordo com o Inquérito ao Emprego estavam empregadas, no Continente, em 2015, 2.148,6 mil, ou seja cerca de metade tinham até ao ensino básico. As pessoas empregadas com o ensino superior representavam cerca de 25,2% do total e eram apenas ligeiramente mais do que as pessoas empregadas com o ensino secundário (1.092,6 mil e 1.088,4 mil respetivamente).

Se analisarmos a evolução desde o início da série verificamos que, à semelhança do que se constatou no que se refere à população ativa, o peso da população empregada com até ao ensino básico diminuiu em mais de 20 p.p. tendo o peso da população empregada com o ensino secundário aumentado em cerca de 10 p.p. e o peso da população empregada com o ensino superior 11 p.p.

49. Taxas de emprego por nível de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

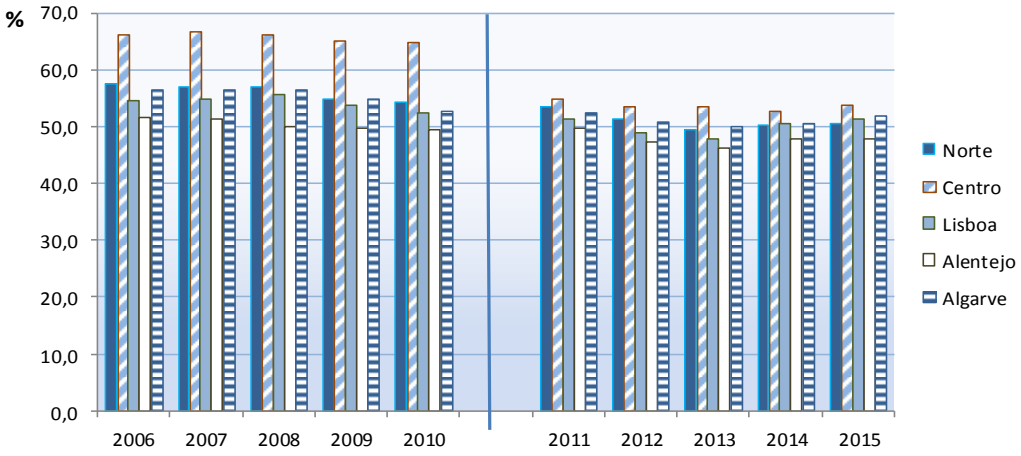
À semelhança do que acontece relativamente à taxa de atividade, a taxa de emprego é tanto mais elevada quanto mais elevado é o nível de escolaridade. Ao longo da série a taxa de emprego dos indivíduos com até o ensino básico diminuiu sempre, sobretudo entre 2008 e 2010 e depois entre 2011 e 2013. Já a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário cresceu, exceto entre 2009 e 2010 e 2011 e 2012. Quanto à taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior esta decresceu, entre 2008 e 2010 e mais ainda entre 2011 e 2013, para aumentar nos 2 anos seguintes até praticamente o valor registado em 2011.

A taxa de emprego masculina é mais elevada do que a feminina em todos os níveis de escolaridade mas essa diferença vai-se esbatendo à medida que aumenta o nível de escolaridade.

- **Por regiões**

Em 2015 como em 2006, o Norte era a região com maior número de pessoas empregadas, seguido pela região de Lisboa e depois pela região Centro. O Algarve era a região com menor número de empregados. Entre 2006 e 2010 a população empregada diminuiu em todas as regiões. Na região do Alentejo esse decréscimo iniciou-se ainda em 2007.

50. Taxas de Emprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Nos últimos cinco anos os maiores decréscimos registaram-se no Norte e depois em Lisboa embora nesta última região o aumento do emprego a partir de 2013 tenha permitido recuperar grande parte do emprego perdido. Ao contrário das outras regiões o Centro só registou um acréscimo no emprego a partir de 2014 e, no Alentejo e no Algarve, entre 2014 e 2015, o emprego voltou a diminuir.

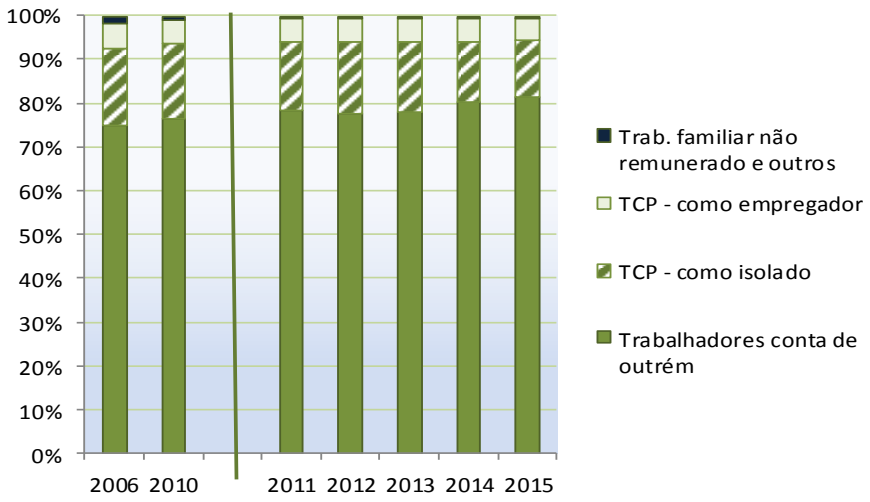
No que respeita às taxas de emprego, a região Centro manteve os valores mais elevados durante toda a década, seguida pela região Norte até 2012 e da região do Algarve a partir daí. Em 2014 e 2015 a região de Lisboa também ultrapassou a região Norte. Entre 2006 e 2010 o Algarve foi a região onde a taxa de emprego mais decresceu em média. Entre 2011 e 2015 a maior diminuição da taxa de emprego verificou-se no Norte, que ocupava o segundo lugar no período anterior. A região de Lisboa foi uma das regiões onde a taxa de emprego em média menos diminuiu entre 2006 e 2010 tendo depois registado, entre 2013 e 2015, um aumento equivalente ao decréscimo verificado entre 2011 e 2013.

Em todas as regiões a taxa de emprego masculina diminuiu mais do que a feminina. As maiores diferenças entre géneros registam-se no Algarve, entre 2006 e 2010 e no Norte entre 2011 e 2015.

2.3.1.2. População empregada por situação na profissão

Em 2015 os trabalhadores por conta de outrem (TCO) representavam 81,5% da população empregada, os trabalhadores por conta própria (TCP) 18% e os trabalhadores familiares não remunerados e outros 0,5%.

51. Evolução da População Empregada por situação na profissão



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

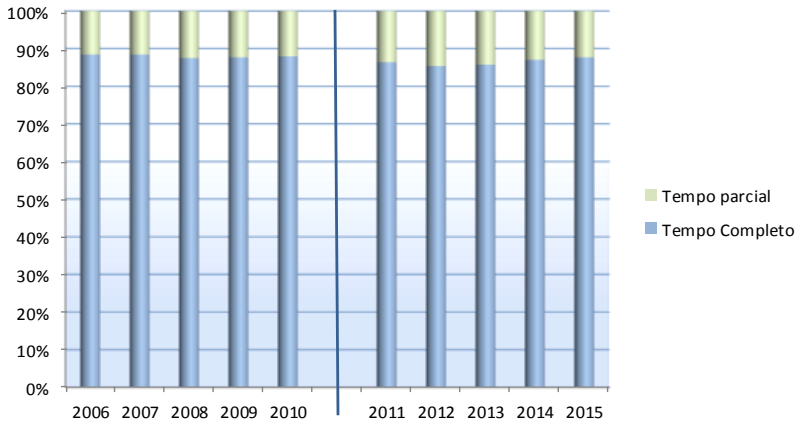
Se analisarmos a situação desde o início da série constatamos que o peso dos TCO na população empregada aumentou sempre, desde 2006, mas sobretudo nos 2 últimos anos, considerando que o seu número começou a aumentar, entre 2013 e 2014, enquanto o número de TCP continuava a decrescer.

Em número absolutos todas as categorias diminuíram a partir de 2008 e até 2010, exceto os trabalhadores familiares não remunerados e outros que decresceram entre 2006 e 2009 e cresceram entre 2009 e 2010. 2012 foi o ano em que se registou o maior decréscimo nos TCO (-4,6%) que continuaram a diminuir no ano seguinte (-2,4%) para voltarem a aumentar, 4,5% entre 2013 e 2014 e 2,7% no último ano. Em contrapartida os TCP diminuíram sempre, a partir de 2011, e de forma mais acentuada a partir de 2014. Os TCP como isolados acompanharam esta tendência, mas os TCP como empregadores decresceram apenas entre 2011 e 2012 e no último ano.

2.3.1.3.População empregada por tempo de duração de trabalho

Segundo o Inquérito ao Emprego do INE em 2015 87,6% da população empregada, o que correspondia a cerca de 3.794,2 mil pessoas, trabalhava a tempo completo e 12,4%, ou seja cerca de 535,4 mil pessoas, trabalhava a tempo parcial.

52. Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Os trabalhadores a tempo parcial cresceram, entre 2006 e 2007, cerca de 7,7% (ano em que os trabalhadores a tempo completo diminuíram ligeiramente) e começaram a decrescer em 2007. Entre 2008 e 2009 ambas a categorias diminuíram, e continuaram a diminuir no ano seguinte, embora de forma menos acentuada. Entre 2008 e 2010, os trabalhadores a tempo parcial decresceram assim, em cerca de 8% enquanto os trabalhadores a tempo inteiro decresciam 4%.

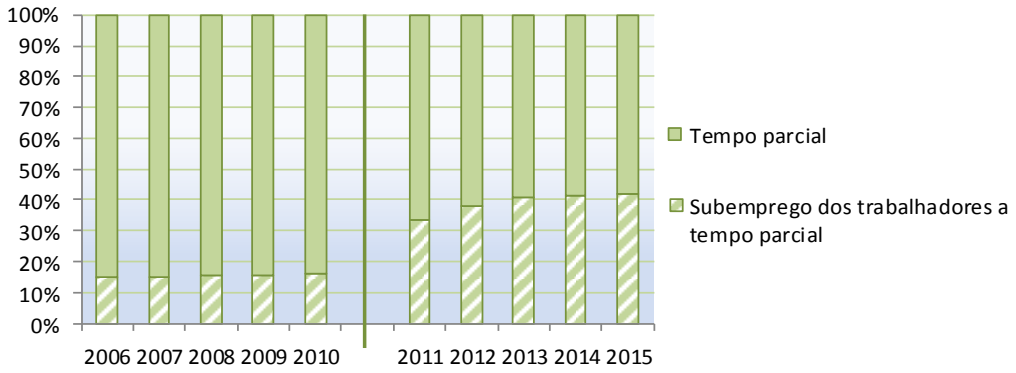
Entre 2011 e 2012, a população empregada que trabalhava a tempo parcial cresceu 2,8% enquanto os trabalhadores a tempo completo sofriam o maior decréscimo da série (-5,1%) mas no ano seguinte os trabalhadores a tempo parcial decresceram mais do dobro dos trabalhadores a tempo completo (-4,7% para -2,2%) e continuaram a diminuir nos anos seguintes, enquanto os trabalhadores a tempo completo aumentavam. Disto resultou um decréscimo de 1,2 p.p. no peso dos trabalhadores a tempo parcial relativamente ao total de empregados, entre 2011 e 2015.

Se tivermos em conta as diferenças entre sexos constatamos que os trabalhadores a tempo completo são maioritariamente homens e os trabalhadores a tempo parcial são maioritariamente mulheres. Contudo, o número de trabalhadores a tempo completo homens diminuiu 6,7%, entre 2006 e 2010 enquanto o número de mulheres nesta categoria decresceu apenas 1,1%. Entre 2011 e 2015, o número de homens

diminuiu mais do dobro do número de mulheres até 2013 e, no ano seguinte, aumentou bastante menos embora, em 2015, o aumento tenha sido bastante equilibrado.

Relativamente aos trabalhadores a tempo parcial, e no que se refere aos primeiros cinco anos em análise, o número de homens começou a diminuir em 2007 enquanto o número de mulheres ainda aumentava, mas depois o número de mulheres diminuiu de forma bastante mais acentuada. Entre 2011 e 2014, esta tendência manteve-se, com as mulheres a diminuir percentualmente bastante mais do que os homens. Em 2015, contudo, a situação inverteu-se: os trabalhadores a tempo parcial homens decresceram cerca de 7% enquanto as mulheres diminuíam apenas 0,7%.

53. Percentagem de subemprego dos trabalhadores a tempo parcial



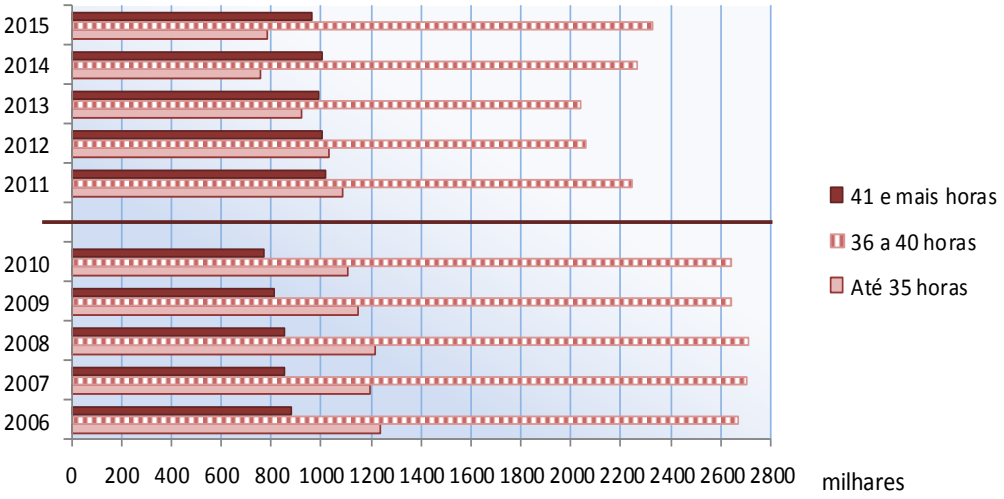
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

De acordo com os dados do INE o subemprego dos trabalhadores a tempo parcial tem vindo a crescer consideravelmente, sobretudo nos últimos cinco anos. Assim, em 2006, os indivíduos que, trabalhavam a tempo parcial mas estavam disponíveis para trabalhar mais horas constituíam cerca de 15% do total dos trabalhadores a tempo parcial, tendo esta percentagem aumentado em cerca de 0,8 p.p. até 2010. Em 2011 estes trabalhadores representam 33,2% do total dos trabalhadores a tempo parcial, sendo essa percentagem já de 40% em 2013. Em 2015, o subemprego representava 42% do total do emprego a tempo parcial.

- **Por escalão de duração semanal de trabalho**

Analisando a evolução da população empregada por escalão de duração habitual de trabalho constata-se que, em 2015 como em 2006, mais de metade trabalhava habitualmente entre 36 a 40 horas (53,6% em 2015). Já o peso dos indivíduos que trabalhavam habitualmente até 35 horas era de 18,2% e o dos indivíduos que trabalhavam habitualmente 41 e mais horas, 22,3% do total.

54. População empregada por escalão de duração semanal habitual de trabalho



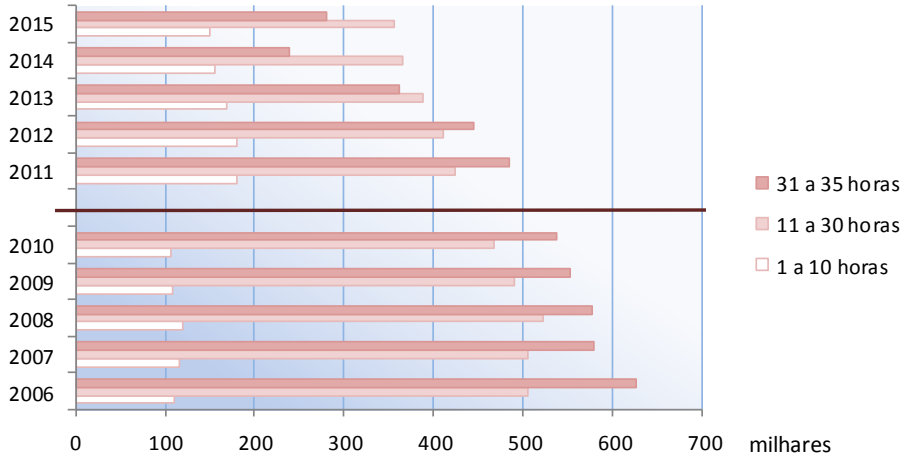
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2006 e 2007 o emprego aumentou exclusivamente devido ao crescimento da categoria dos que trabalhavam habitualmente entre 36 e 40 horas, já que as outras categorias diminuíram e, entre 2007 e 2008 sobretudo devido ao aumento da categoria dos que trabalhavam até 35 horas que cresceu em 1,7%. Entre 2008 e 2010 todas as categorias decresceram, decréscimo que foi de 9,1%, relativamente aos que trabalhavam até 35 horas (- 109,1 mil pessoas) e de 9,7% relativamente aos indivíduos que trabalhavam 41 h ou mais horas (-70,1 mil pessoas). Já a categoria dos que trabalhavam habitualmente entre 36 a 40 horas diminuiu em 2,6% e em -81 mil pessoas, sobretudo em 2009.

Entre 2011 e 2015, o peso da categoria dos que trabalhavam até 35 horas diminuiu em 5,9 p.p. e o peso da categoria dos que trabalhavam entre 36 e 40 horas aumentou em cerca de 4 p.p. O peso da categoria dos que trabalhavam 41 ou mais horas decresceu muito ligeiramente.

Analisando, de forma mais detalhada, os indivíduos que trabalham habitualmente até 35 horas verifica-se que, em 2015, aqueles que trabalhavam habitualmente entre 11 a 30 horas representavam 8,2% do total dos empregados, a subcategoria dos que trabalhavam entre 31 a 35 horas, 6,5% do total e a subcategoria dos que trabalhavam de 1 a 10 horas 3,5%. Das três, a subcategoria que decresceu mais foi a dos que trabalhavam entre 31 a 35 horas. De facto, entre 2006 e 2010 esta é a única subcategoria que decresceu sempre, tendo diminuído em cerca de 89,1 mil pessoas, enquanto a subcategoria dos que trabalhavam entre as 11 e as 30 horas decresceu em 54,9 mil, entre 2008 e 2010.

55. Emprego por escalão de duração habitual de trabalho até 35 horas



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, entre 2011 e 2015 o decréscimo da subcategoria dos que trabalhavam entre 31 e 35 horas foi tão acentuado que, a partir de 2013, a subcategoria dos que trabalhavam entre 11 a 30 horas a ultrapassou mantendo-se até 2015 a subcategoria com maior número de empregados. Assim, entre 2011 e 2015, a subcategoria dos que trabalhavam entre as 31 e as 35 horas decresceu em cerca de 203,9 mil pessoas, representando 75% do decréscimo total verificado na categoria dos TCO que trabalhavam habitualmente até 35 horas. A subcategoria dos que trabalhavam entre as 11 e as 30 horas perdeu cerca de 66,8 mil pessoas e a subcategoria dos que trabalhavam de 1 a 10 horas 24,9 mil pessoas.

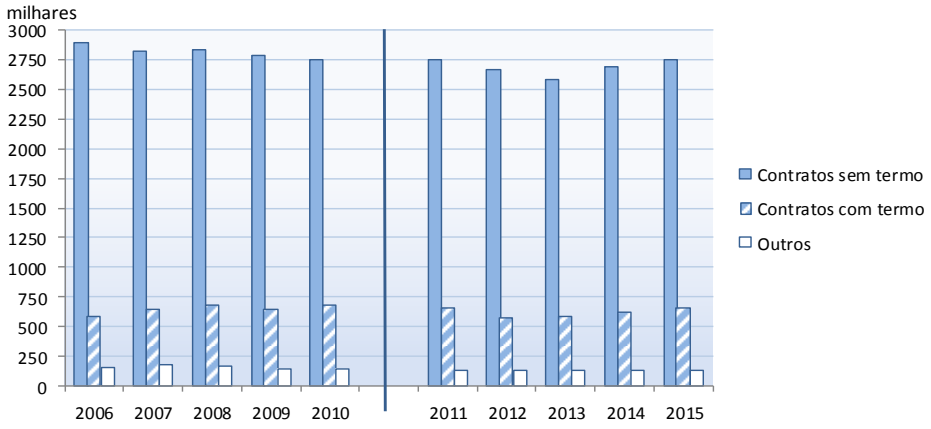
No que se refere às diferenças entre sexos, as mulheres constituem praticamente sempre mais de 60% dos que trabalhavam até às 35 horas (e em todas as subcategorias) enquanto os homens se mantiveram maioritários nas restantes categorias, representando sempre mais de 60% na categoria dos que trabalhavam 41 e mais horas.

2.3.1.4. Trabalhadores por conta de outrem

•Por tipo de contrato

De acordo com os dados do INE, em 2015, 3,529,3 mil trabalhadores eram trabalhadores por conta de outrem. Destes, 2,751,2 mil, ou seja, 78% tinham contratos sem termo e 655,9 mil (18,6%) tinham contratos a termo. Para além disso, 122,3 mil TCO tinham outro tipo de contratos. Entre 2006 e 2010, os TCO com contratos a termo aumentaram sempre, exceto entre 2008 e 2009, ano em que sofreram um decréscimo. Já os TCO com contratos sem termo diminuíram em 2007 e depois em 2009 e 2010. No ano de 2008 registaram um ligeiro aumento.

56. TCO com contratos a termo e sem termo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

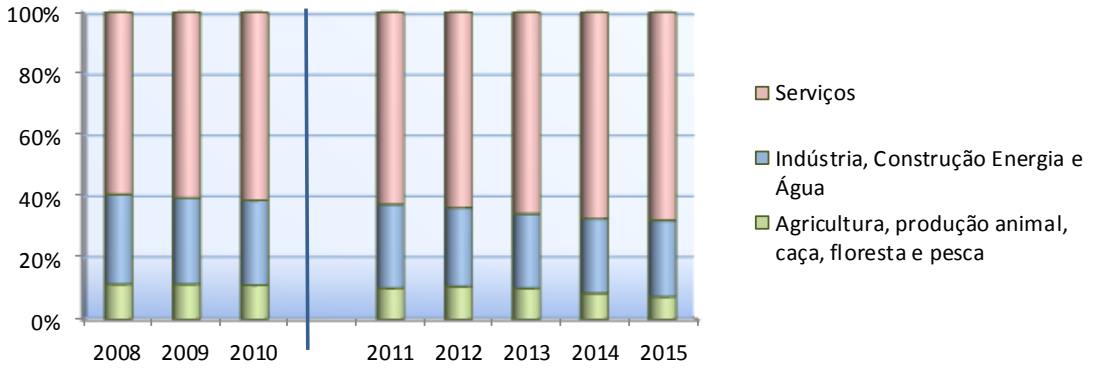
Entre 2011 e 2015, os TCO com contrato a termo decresceram acentuadamente entre 2011 e 2012 (-12,4%), tendo recomeçado a crescer em 2013 e de forma mais acentuada, a partir de 2014. Em 2015 o número de contratados a termo era já superior ao registado em 2011. Quanto aos TCO com contratos sem termo, estes diminuíram entre 2011 e 2013, sendo este o ano em que mais diminuíram em toda a série. A partir de 2014 voltaram a aumentar. Em 2015 o número de contratados sem termo era praticamente o mesmo do que em 2011.

No que se refere às diferenças entre sexos, nos primeiros cinco anos da série o número de homens com contratos a termo aumentou sempre mais do dobro do número de mulheres, exceto no ano de 2008, em que o número de homens com contratos a termo diminuiu em 9,3% e o número de mulheres apenas 0,2%. Em 2011 o número de mulheres contratadas a termo decresceu mais do que o número de homens e, em 2012, o número de homens desta categoria decresceu ainda enquanto o número de mulheres aumentou. Nos três últimos anos da série os trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo voltaram a aumentar mais do que as trabalhadoras mas a diferença foi menos acentuada do que entre 2006 e 2010.

2.3.1.5. População empregada por sectores de atividade

A análise do emprego por grandes sectores de atividade permite constatar que, em 2015, os serviços representavam 67,7% do emprego, *a indústria, construção, energia e água* representava 24,9% e a *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* 7,3%.

57. Emprego por grandes sectores de atividade



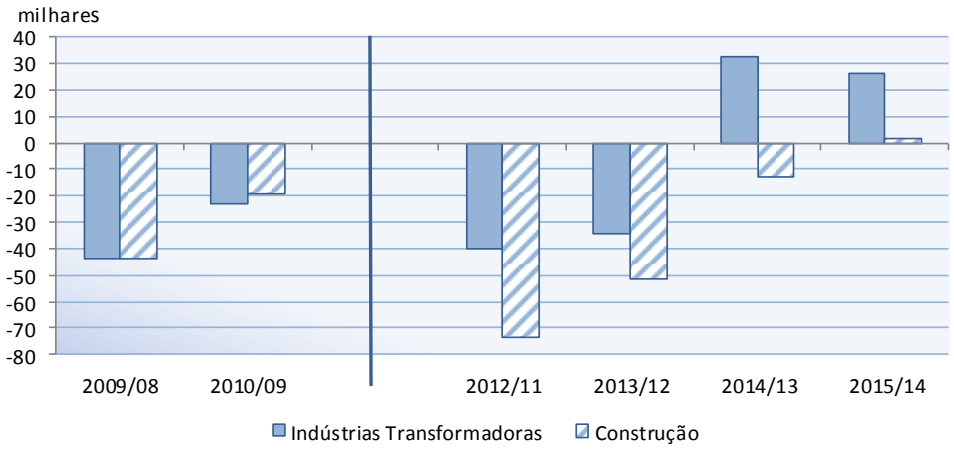
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Considerando a estrutura sectorial do emprego desde o início da série verifica-se que, entre 2008 e 2010 o peso do sector dos serviços aumentou enquanto o peso do *sector da indústria, construção, energia e água* diminuía aproximadamente na mesma proporção.

Entre 2011 e 2015 esta tendência acentuou-se, tendo o peso do sector dos serviços crescido em cerca de 5 p.p. e o peso do sector da *indústria, construção, energia e água* e da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* decrescido em aproximadamente 2,5 p.p.

Se analisarmos a evolução do emprego nestes sectores mais significativos desde o início da década, constatamos que, entre 2008 e 2010, o emprego decresceu em todos os sectores. No total, as *Indústrias Transformadora*s perderam, neste período, 8% dos trabalhadores, o que correspondeu a cerca de 66,8 mil pessoas. Quanto ao sector da *construção* o decréscimo no emprego foi de 13% (cerca de 63,1 mil trabalhadores).

58. Evolução do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção

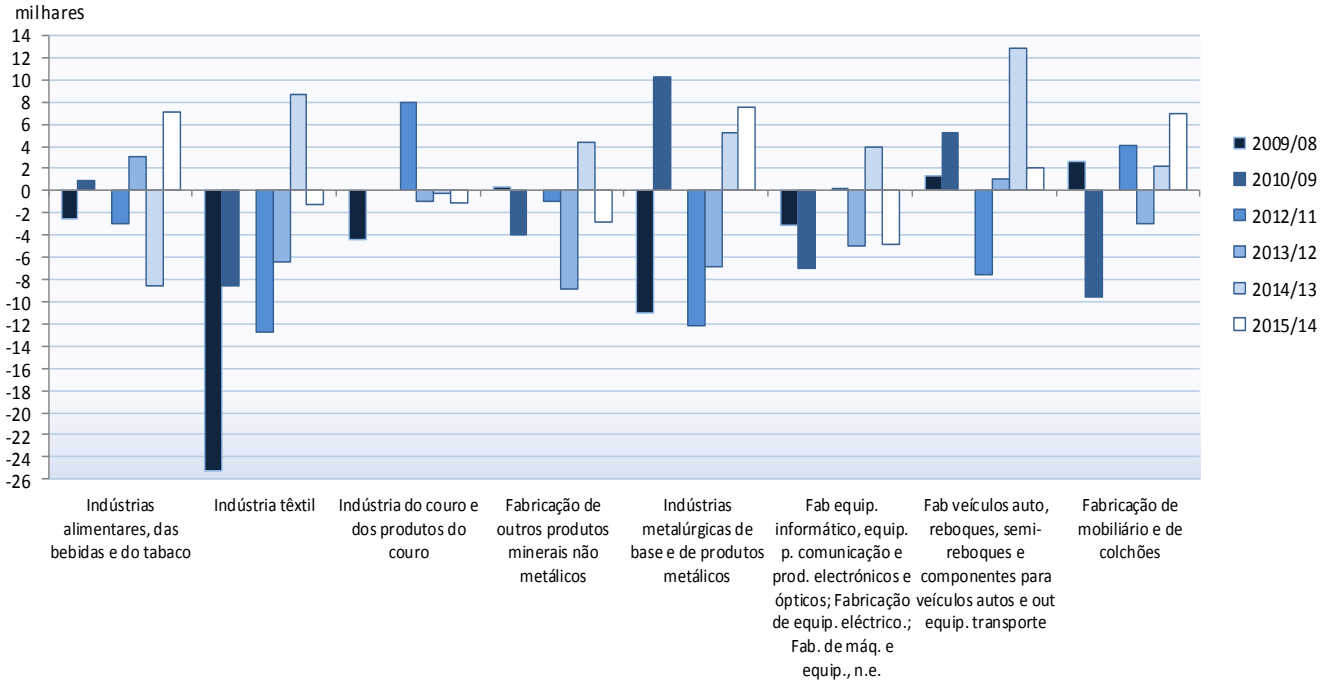


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que respeita ao emprego na indústria, construção, energia e água, em 2015 o conjunto das Indústrias Transformadoras representava 17,4% do emprego total enquanto a *construção* constituía 6,1%. No que respeita aos subsectores das Indústrias Transformadoras, a *indústria têxtil* representava 3,3% do emprego total; as *indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco*, 2,3% e as *indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos*, 2,2%. Tinham também alguma expressão a *indústria do couro e dos produtos do couro*; a *fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*; *a fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos eletrónicos e óticos etc.*; a *fabricação de mobiliário e de colchões* e a *fabricação de outros produtos minerais não metálicos*.

Entre 2011 e 2015, o emprego na *construção* continuou a diminuir significativamente. Entre 2011 e 2014 o emprego no sector decresceu em 34,4% (cerca de 137,7 mil empregados), com destaque para 2012 (-73, 7 mil pessoas) e 2013 (-51,3 mil indivíduos). Entre 2014 e 2015, contudo, verificou-se o emprego neste sector cresceu em 0,8%. No que respeita às Indústrias Transformadoras, entre 2011 e 2013 este sector sofreu um decréscimo de 9,9% no emprego (menos cerca de 74,4 mil pessoas), tendo crescido 8,3% nos dois últimos dois anos (cerca de 59,1 mil pessoas).

59. Evolução do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras



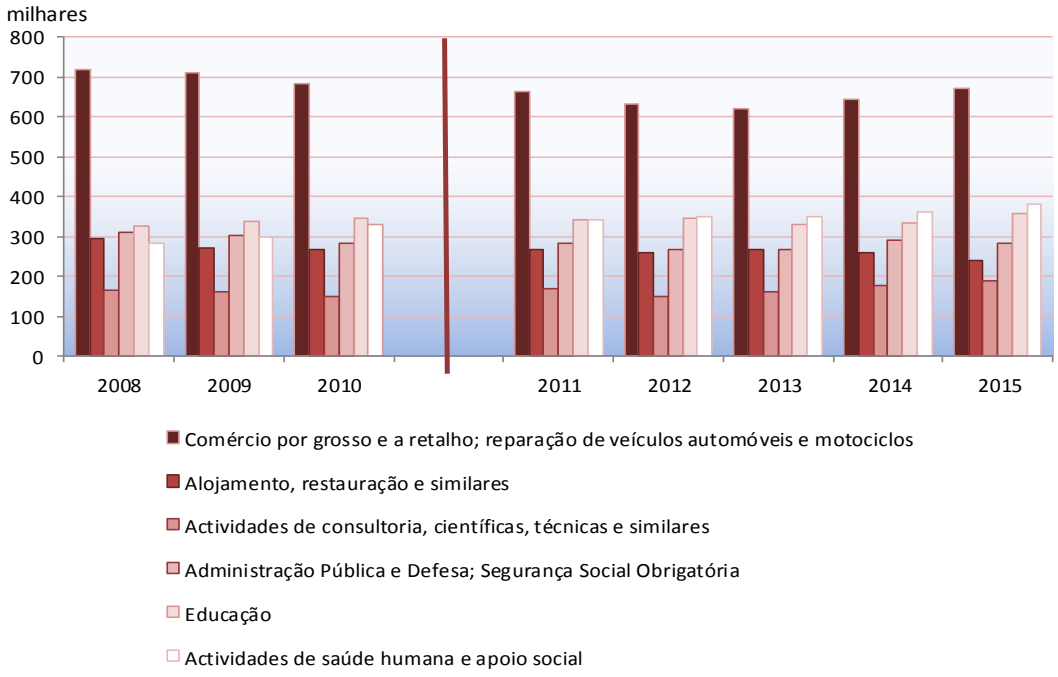
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere aos subsectores das Indústrias Transformadoras, nos primeiros cinco anos o emprego diminuiu em todos os subsectores, exceto no subsector da *fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*, em que aumentou ligeiramente.

De entre os subsectores das Indústrias Transformadoras *a indústria têxtil* foi o subsector que mais diminuiu em volume de emprego (cerca de 33,8 mil pessoas). Nos últimos cinco anos, o emprego decresceu nos sectores da *indústria têxtil* e das *indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* e da *fabricação de outros produtos minerais não metálicos*.

No que se refere aos serviços o sector com maior peso na estrutura do emprego, em 2015, continuava a ser o *comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos*, que representava 15,5% do emprego total. Seguiam-se as *atividades de saúde humana e apoio social* e a *educação* que constituíam, respetivamente, 8,8% e 8,3%. Depois a *administração pública, defesa, e segurança social obrigatória* representava 6,5%, o *alojamento, restauração e similares,* 5,5% e as *atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares,* 4,3%.

60. Evolução do emprego nos serviços



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2008 e 2010, nos sectores mais representativos dos serviços, o emprego cresceu significativamente no sector *das atividades de saúde humana e apoio social* (16,2%, ou que correspondeu a mais cerca de

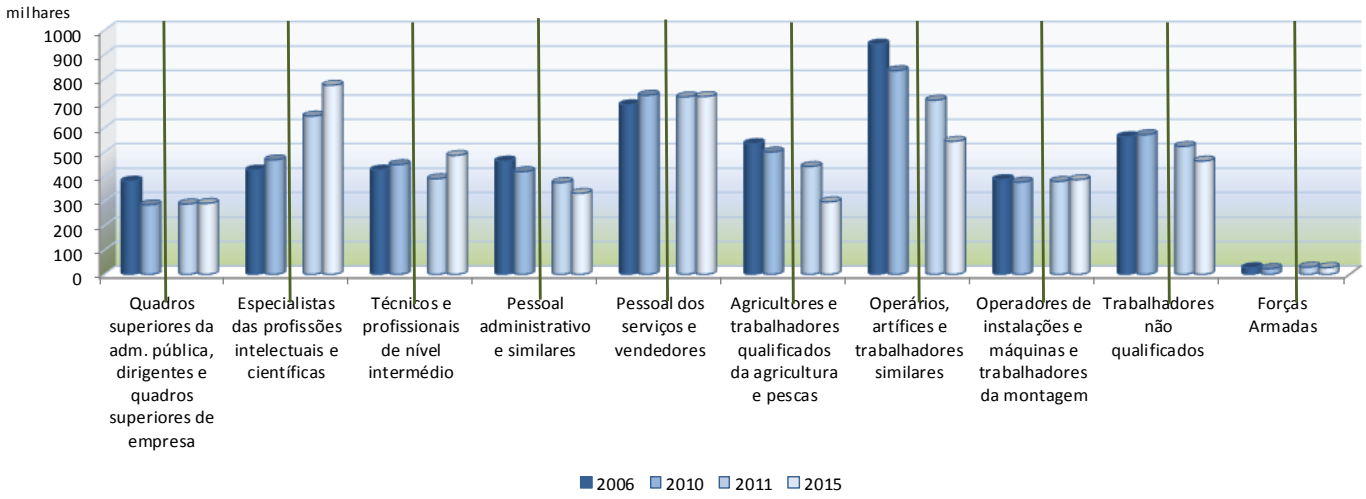
45,8 mil pessoas) e bastante menos na *educação* (6%, ou seja mais cerca de 19, 8 mil trabalhadores). Em todos os outros sectores o número de trabalhadores diminuiu, com destaque para o *sector da administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, (que perdeu 10% dos trabalhadores, ou seja, cerca de 31 mil pessoas); para o sector do *alojamento, restauração e similares*, que decresceu 9,7% em termos de emprego (em cerca de 28,8 mil indivíduos) e para o *comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos*, que perdeu 4,8% do emprego (cerca de 34, 7 mil trabalhadores).

Entre 2011 e 2015, pelo contrário, todos os sectores cresceram em emprego com exceção do sector do *alojamento, restauração e similares*, que perdeu sensivelmente o mesmo número de trabalhadores do que entre 2008 e 2010. De notar que este sector registou aumentos e decréscimos anuais de cerca de 10 mil trabalhadores, tendo decrescido em cerca de 18 mil trabalhadores no último ano. O sector das *atividades de saúde humana e apoio social* continuou a registar o aumento mais significativo em termos de emprego (11,4%, o que corresponde a mais 39,2 mil trabalhadores) seguido pelo sector das *atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares* (um aumento de 12,1%, ou seja, mais 20,3 mil trabalhadores). O primeiro destes sectores sofreu durante este período apenas um ligeiro decréscimo em 2013 e o sector das *atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares* começou a crescer a partir de 2012. O sector da *educação* também diminuiu apenas entre 2012 e 2013 para depois aumentar, mas de forma bastante menos significativa. Quanto ao sector do *comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* sofreu ainda um decréscimo pronunciado (-42, 6 mil indivíduos) até 2013, tendo crescido em cerca de 52 mil trabalhadores entre 2013 e 2015. Disto resultou um aumento de 1,4% em termos de emprego. O sector da *administração pública, defesa e segurança social obrigatória* registou apenas ligeiras oscilações, com um aumento mais evidente em 2014. Em 2015, o número de trabalhadores neste sector era sensivelmente o mesmo do que em 2011.

2.3.1.6. População empregada por grupos profissionais

Em 2015 o grupo profissional mais representativo em termos da população empregada eram os Especialistas das profissões intelectuais e científicas (17,9% das pessoas empregadas), seguido pelo Pessoal dos serviços e vendedores que constituíam 16,8%, dos Operários, artífices e trabalhadores similares (12,6%) e dos Técnicos e profissionais de nível intermédio (11,2%). O peso dos diferentes grupos profissionais alterou-se muito significativamente nos últimos dez anos. O decréscimo mais evidente verificou-se no grupo dos Operários, artífices e trabalhadores similares que, em 2006 representavam praticamente 26% dos empregados.

61. Evolução do emprego por grupos profissionais



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

De facto, entre 2006 e 2010, período em que a maioria dos grupos profissionais diminuiu, este grupo reduziu cerca de 108,8 mil trabalhadores. O grupo dos Quadros superiores da administração pública, dirigente e quadros superiores de empresa também diminuiu bastante durante este período (menos cerca de 97 mil trabalhadores). O grupo do Pessoal administrativo e similares decresceu em cerca de 43,3 mil trabalhadores. Em contrapartida, nestes primeiros cinco anos da série, os Especialistas das profissões intelectuais e científicas cresceram cerca de 41,5 mil empregados, o pessoal dos serviços e vendedores em 38,7 mil e os Profissionais de nível intermédio em cerca de 21,6 mil.

A evolução verificada entre 2011 e 2015 sublinha, de um modo geral e muito claramente, estas tendências: os Operários, artífices e trabalhadores similares diminuem em 168,3 mil pessoas e o Pessoal Administrativos e trabalhadores similares em 44,1 mil indivíduos. Já no que se refere aos Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas o decréscimo no número de empregados acentua-se (menos 145 mil pessoas). Por outro lado os Especialistas das profissões intelectuais e científicas aumentam em cerca de 126,1 mil pessoas e os Profissionais de nível intermédio em mais 95,6 mil. Quanto aos grupos dos Quadros superiores da administração pública, dirigente e quadros superiores de empresa e do pessoal dos serviços e vendedores, estabilizaram, neste segundo período, o que lhes permitiu manter sensivelmente o mesmo peso no emprego.

O grupo que revelou maiores diferenças entre as tendências verificadas no primeiro e no segundo período é o dos Trabalhadores não Qualificados, que aumentou ligeiramente até 2010 para diminuir sistematicamente entre 2011 e 2015 num total de cerca de 60 mil trabalhadores.

2.3.2. Desemprego

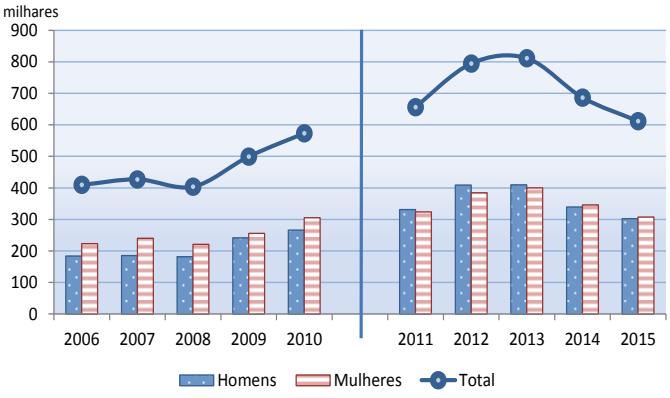
2.3.2.1. Desemprego e taxas de desemprego

Considerando os dados do Inquérito ao Emprego do INE em 2015 611,5 mil pessoas estavam desempregadas no Continente, menos 75 mil do que no ano anterior. O número de mulheres desempregadas era ligeiramente maior do que o número de homens.

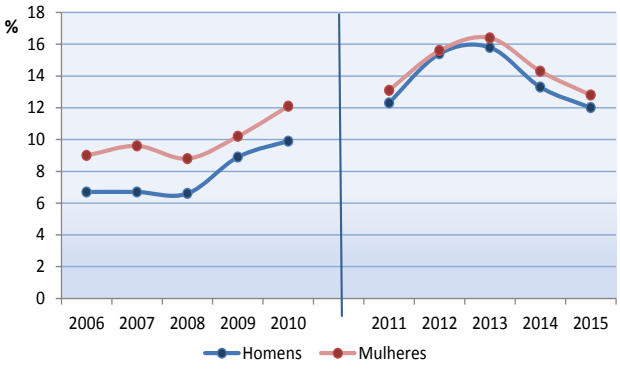
Entre 2006 e 2010, e depois de dois anos de alguma estabilidade, o desemprego cresceu, entre 2008 e 2010, em cerca de 169,4 mil indivíduos. Entre 2011 e 2013, o número de desempregados continuou a aumentar, tendo crescido em cerca de 155 mil pessoas. O maior aumento verificou-se entre 2011 e 2012, e foi de cerca 138,3 mil pessoas. Em contrapartida, nos dois últimos anos, o número de desempregados diminuiu (-199,5 mil pessoas) sobretudo entre 2013 e 2014 ano em que se registou um decréscimo de 124,5 mil desempregados. Deste modo, em 2015 o número de desempregados era já inferior ao verificado em 2011.

62. Evolução do número de desempregados por sexo

Número de desempregados por sexo



Taxa de desemprego por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

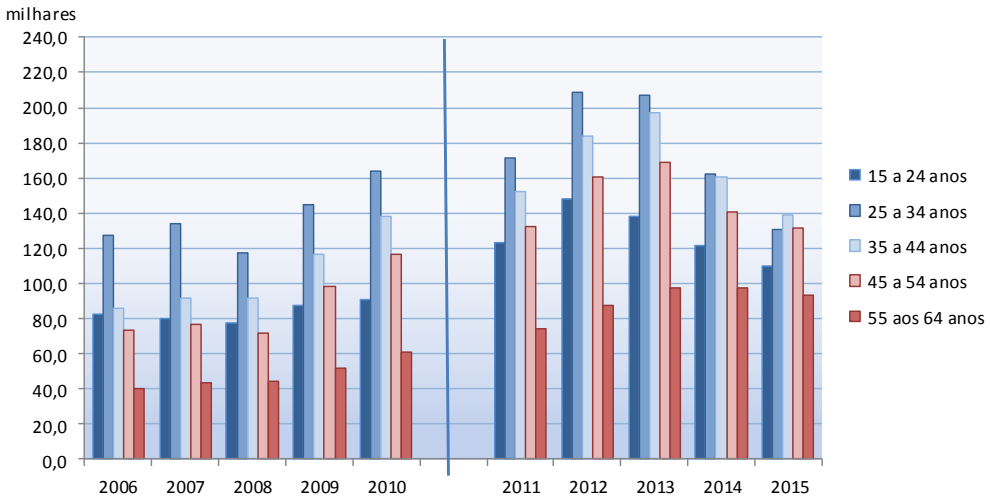
Durante os primeiros cinco anos da série o número de desempregadas manteve-se acima do número de desempregados de forma bastante evidente. A partir de 2011 a situação inverteu-se, embora a diferença entre sexos só se tenha acentuado em 2012. A partir de 2014 as mulheres voltaram a ser maioria se bem que numa percentagem muito próxima da dos homens.

A taxa de desemprego aumentou de 7,6% em 2006 para 16,1% em 2013 e, a partir daí, diminuiu. Em 2015 era 12,4%. Quanto à taxa de desemprego por sexo a taxa de desemprego feminina manteve-se acima da taxa de desemprego masculina durante toda a série sendo a diferença mais acentuada nos primeiros cinco anos.

- **Por grupos etários**

No que respeita ao desemprego por grupos etários, em 2015 o escalão etário que agregava maior número de desempregados era o escalão dos 35 aos 44 anos. Seguiam-se, com valores muito próximos, o escalão dos 45 aos 54 anos e o escalão dos 25 aos 34 anos.

63. Evolução do desemprego por grupos etários



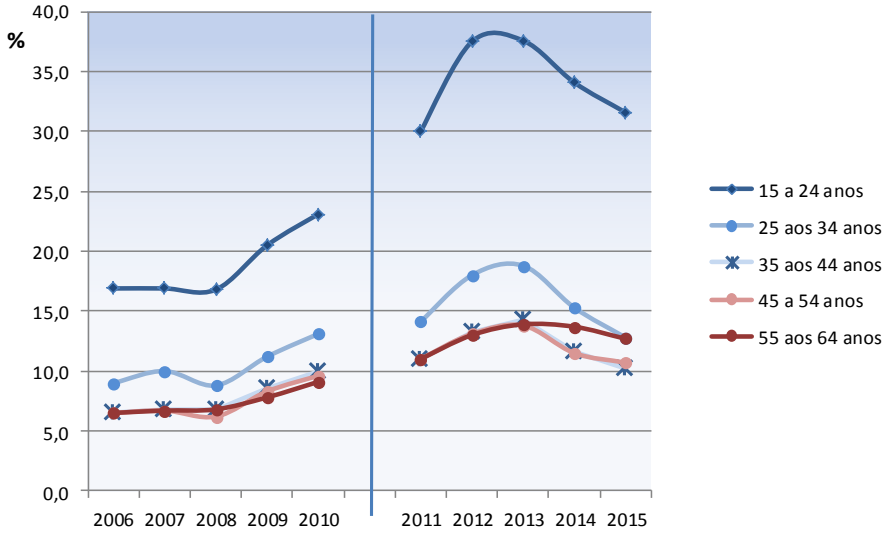
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Esta situação é muito diferente da que se verificava no início da série. De facto, em 2006, o escalão entre os 25 e os 34 anos registava um número de desempregados muito superior aos restantes escalões, e esta tendência manteve-se até 2010. Isto apesar de, entre 2007 e 2008, o decréscimo no desemprego que se registou na maioria dos escalões etários ter sido mais acentuado neste escalão e de o aumento verificado a partir de 2009, ter sido mais evidente nos escalões entre os 35 e os 54 anos. Durante este período, o escalão dos 15 aos 24 anos foi o escalão que registou o acréscimo menos significativo.

Entre 2011 e 2015, o desemprego decresceu nos escalões etários até aos 44 anos. No escalão dos 45 aos 54 anos o aumento registado entre 2011 e 2013 foi praticamente equivalente à diminuição verificada nos dois últimos anos e no escalão dos 55 aos 64 anos, após o crescimento verificado entre 2011 e 2013 o número de desempregados estabilizou. No escalão dos 25 aos 34 anos o aumento do número de

desempregados entre 2011 e 2012 foi equivalente ao aumento registado entre 2008 e 2010 mas, em 2014, o número de desempregados neste escalão era já inferior ao registado em 2011 e em 2015 caía para valores inferiores aos verificados em 2007. Quanto ao escalão entre os 15 e os 24 anos o crescimento registado entre 2011 e 2012 foi bastante maior do que o registado entre 2008 e 2010 mas a partir de 2012 o número de desempregados neste escalão diminuiu regularmente situando-se, em 2015, num valor mais baixo do que em 2011.

64. Taxas de desempregro por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

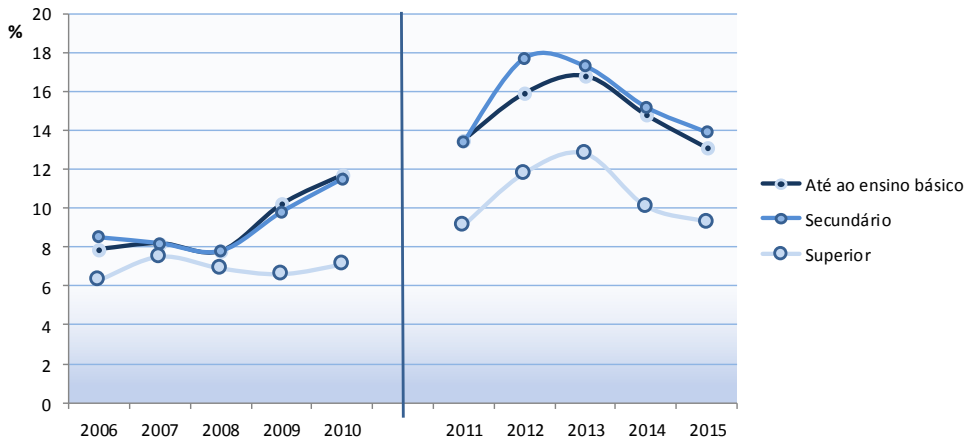
Ao longo de toda a série a taxa de desemprego diminuiu à medida que subia o escalão etário, com exceção do escalão dos 55 aos 64 anos cuja taxa de desemprego se manteve, nos dois últimos anos, superior à taxa de desemprego nos escalões entre os 35 e os 54 anos. No escalão dos 15 aos 24 anos a taxa de desemprego era muito superior à dos restantes escalões, tendo atingido os 30% em 2011 e depois aumentado até aos 37,6% em 2013. Em 2015, era de 31,6%.

Também no que se refere ao escalão entre os 25 e os 34 anos o nível de taxa de desemprego se destacou sobretudo nos anos de 2012 e 2013 em que atingiu os 17,6%. Em 2015, contudo, era praticamente equivalente à taxa de desemprego no escalão dos 55 aos 64 anos. A taxa de desemprego feminina manteve-se sempre superior à masculina nos escalões etários até aos 45 anos e inferior à masculina nos escalões etários mais velhos. Contudo, em 2014 e 2015, no escalão dos 45 aos 54 anos, a taxa de desemprego das mulheres ultrapassou a dos homens.

- **Por níveis de escolaridade**

De entre as 611,5 mil pessoas que estavam desempregadas, em 2015, 323,2 mil, ou seja 52,9% tinham até ao ensino básico, 176,4 mil (28.8% tinham o ensino secundário e 10,5 mil (18,3%) o ensino superior. Entre 2014 e 2015 o número de desempregados decresceu relativamente a todos os níveis de habilitações mais sobretudo entre os desempregados com até ao ensino básico (menos de cerca de 60,6 mil pessoas).

65. Taxas de desemprego por níveis de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere às taxas de desemprego, em 2015 a taxa de desemprego da população ativa com até o ensino básico era de 13,1%, ligeiramente mais baixa do que a da população ativa com o ensino secundário que era de 13,9%. A taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior era claramente mais baixa: 9,3% como aliás se manteve sempre mais baixa desde o início da série.

Entre 2011 e 2012 a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário aumentou em 4,2 p.p., quase o dobro do aumento registado relativamente à população ativa com até o ensino básico (2,4 p.p.) cujo aumento foi aliás inferior ao da taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior (2,7 p.p.) Contudo, em 2012, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário começou a decrescer, tendo aumentado ainda para os restantes escalões de habilitações. Entre 2013 e 2015 a taxa de desemprego diminuiu para todos os níveis de habilitações, em 2014 de forma tanto mais acentuada quanto maior o número de habilitações e em 2015 de forma exatamente inversa.

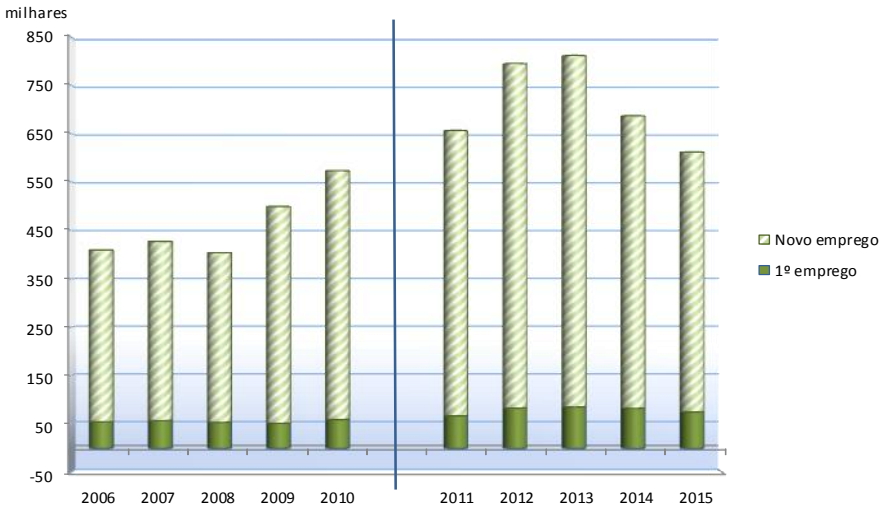
No que respeita às diferenças entre sexos, entre 2006 e 2010 a taxa de desemprego feminina era superior à masculina para todos os escalões de habilitações. No período seguinte esta diferença manteve-se no que respeita à população com o ensino secundário e também à população com o ensino superior embora

a taxa de desemprego dos homens com o ensino superior ultrapasse a das mulheres no ano de 2011. Relativamente ao ensino básico a taxa de desemprego dos homens era superior à das mulheres em 2012 e 2013 e nos anos seguintes as taxas eram praticamente equivalentes.

- **Por experiência anterior de trabalho**

Considerando os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2015, 12,3% da população desempregada, ou seja cerca de 75,3 mil pessoas estavam à procura do 1º emprego e 87,7%, que correspondiam a 563,3 mil pessoas estavam à procura de novo emprego. Esta proporção era ligeiramente diferente no início da série. Entre 2006 e 2008 os desempregados à procura de novo emprego constituíam cerca de 13,4%. Depois, entre 2008 e 2009 os desempregados à procura de novo emprego cresceram consideravelmente o que se traduziu num aumento do seu peso relativo em cerca de 3 p.p. Os desempregados à procura do 1º emprego só aumentaram entre 2009 e 2010 embora percentualmente de forma muito semelhante aos restantes desempregados.

66. Desemprego por experiência anterior de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2013, o desemprego continuou a crescer nas duas categorias, sendo que, proporcionalmente, os desempregados à procura do primeiro emprego cresceram mais. Em contrapartida, entre 2013 e 2015 o decréscimo no desemprego deveu-se sobretudo à diminuição daqueles que procuravam novo emprego, o que resultou num aumento da proporção da outra categoria.

O número de mulheres desempregadas à procura do 1º emprego foi superior ao dos homens durante praticamente toda a série. Nos primeiros anos da década, a percentagem de mulheres aumentou, nesta

categoria, tendo atingido cerca de 60% em 2007 e 2008. A partir daí a diferença esbate-se e, em 2012 e 2013 o seu número é praticamente equivalente ao dos homens. Nos dois últimos anos a percentagem de mulheres volta a crescer sendo de 54% em 2015. Os desempregados à procura de novo emprego registam uma evolução semelhante em termos de sexos embora, a partir de 2011 os homens desempregados se tornem maioritários, representando cerca de 51% e, a partir de 2014, passem a representar 50% desta categoria.

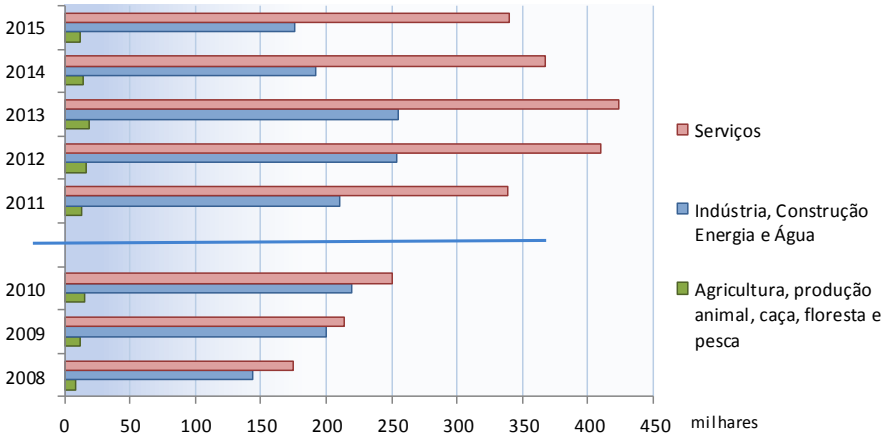
Relativamente aos diferentes escalões etários, e no que respeita aos desempregados à procura do primeiro emprego a maioria situava-se naturalmente no escalão dos 15 aos 24 anos embora os desempregados desta categoria com entre 25 aos 54 anos tenham crescido percentualmente mais e diminuído percentualmente menos ao longo da série. Já no que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, ao longo de toda a série o escalão entre os 25 e os 54 anos constituiu em média 65% do desemprego total, sendo que os escalões dos 15 aos 24 anos e dos 55 aos 64 anos representam cerca de 10%. De notar contudo, nos últimos anos um aumento do peso dos desempregados com entre 55 e 64 anos, que entre 2013 representavam 12% do desemprego total e em 2015 representavam 15,2%, bem como dos desempregados com 65 e mais anos.

2.3.2.2. Desempregados à procura de novo emprego

- **Por áreas de atividade**

Em 2015, a maioria dos desempregados à procura de novo emprego provinha dos *serviços*. Os desempregados deste sector somavam cerca de 339,9 mil pessoas que representavam 63,4% do desemprego total.

67. Desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

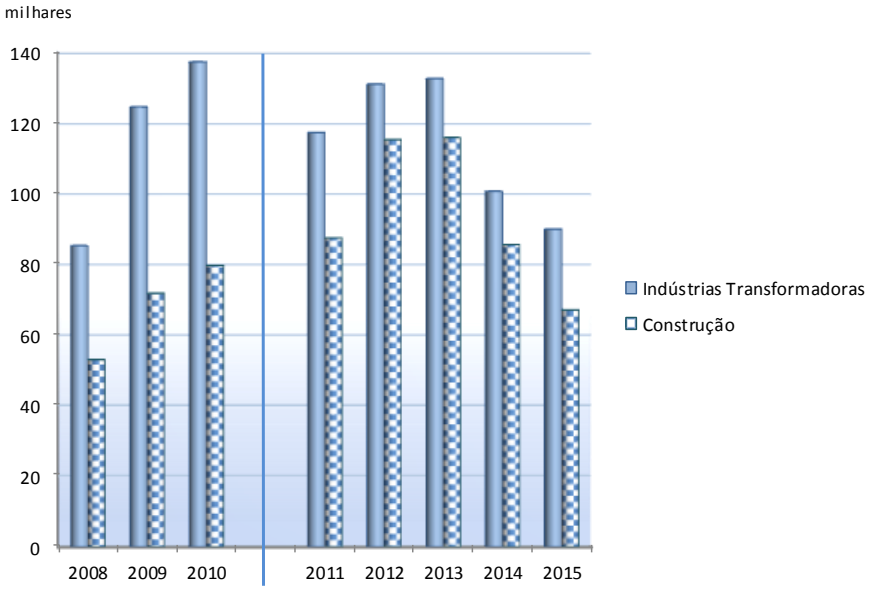
Por outro lado, 176,3 mil desempregados, constituindo 32,9% do desemprego total, eram oriundos da *Indústria*, *construção*, *energia* e *água*. Quanto aos desempregados da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* estes eram cerca de 12,4 mil e representavam 1,7%.

Entre 2008 e 2010 o número de desempregados aumentou de forma quase equivalente na *Indústria*, construção, energia e água e nos *Serviços* (cerca de mais 76 mil pessoas), embora na *Indústria, construção, energia e água* o maior aumentos e tenha registado entre 2008 e 2009, enquanto nos *Serviços* se distribuía equilibradamente pelos dois anos. A *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* sofreu um acréscimo percentualmente equivalente no número de desempregados.

Entre 2011 e 2013, entretanto o número de desempregados dos *Serviços* cresceu quase o dobro dos desempregados da *Indústria, construção, energia e água*, tendo-se esse aumento concentrado, em ambos os casos, entre 2011 e 2012. Na *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, os desempregados também cresceram, em número muito semelhante ao do período anterior.

Entre 2013 e 2015, contudo, o decréscimo do desemprego na Indústria, construção, energia e água foi muito mais acentuado do que nos *Serviços*. Disso resulta que, em 2015, os desempregados no sector dos serviços fossem ainda em número superior ao registado em 2011 enquanto na Industria, construção, energia e água o seu número se situasse num valor claramente abaixo do valor de 2009. Quanto à *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* o valor de 2015 é praticamente o mesmo de 2011.

68. Desempregados à procura de novo emprego na Indústria Transformadora e Construção

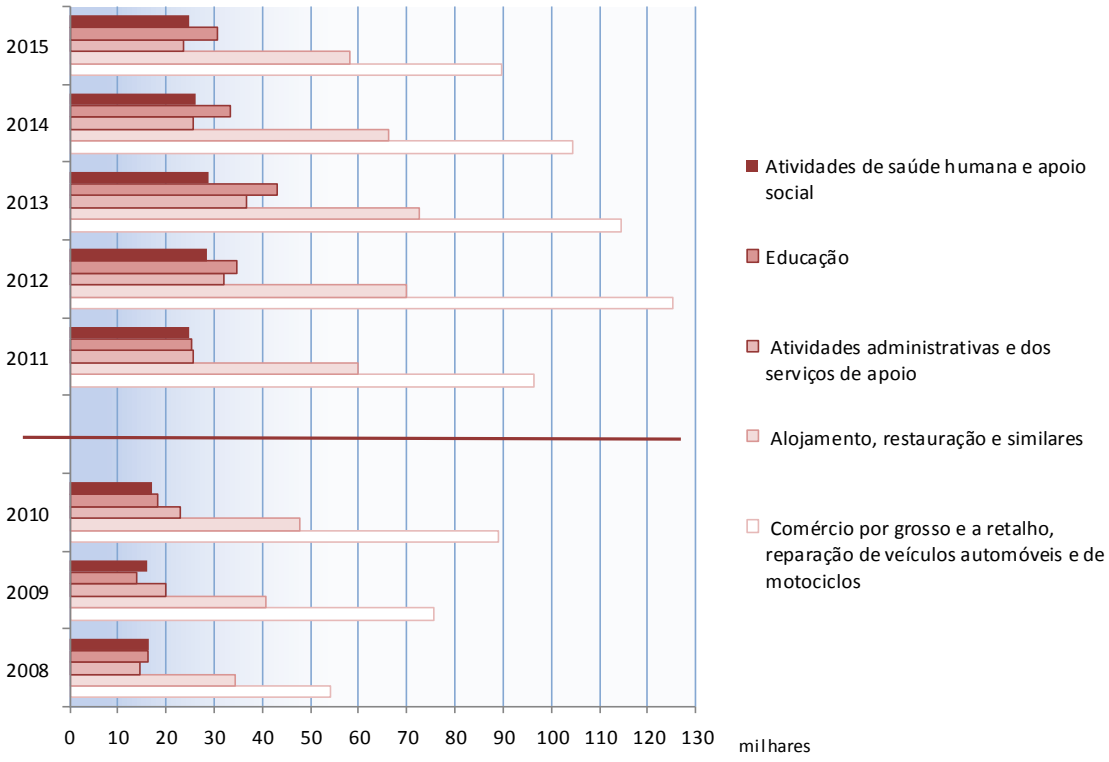


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2015 as *Indústrias Transformadoras* representavam 12,7% dos desempregados e a *Construção* 9,4%. Entre 2008 e 2010 a percentagem de desemprego nas *Indústrias Transformadoras* aumentou 4,8 p.p. (mais 52 mil pessoas) enquanto o peso do desemprego na Construção crescia 2,2 p.p. o que correspondeu a um acréscimo de 26,7 mil desempregados. Em ambos os sectores os maiores aumentos registaram-se entre 2008 e 2009.

Entre 2011 e 2013 o desemprego continuou a aumentar acentuadamente nos dois sectores, que foi de mais 28,4 mil desempregados na Construção, o que significou um acréscimo de 1,4 p.p. no peso deste sector e de cerca de 15,3 mil desempregados nas Industrias Transformadoras, que se traduziu num decréscimo no seu peso no total de desemprego de 1,3%. Entre 2013 e 2015, o desemprego diminui em ambos os sectores: menos 48,8 mil desempregados à procura de novo emprego do sector da construção e menos 42,6 mil do sector das Industrias Transformadoras. Deste modo, em 2015, quer num quer noutro sector, o desemprego estava já abaixo dos valores de 2009.

69. Desempregados à procura de novo emprego nos serviços



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere aos principais sectores dos serviços, em 2015, 16,7% dos desempregados provinham do *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos*, 10,8% do *alojamento, restauração e similares*; 5,7% eram oriundos da *educação*; 4,7% das *atividades de saúde humana e apoio*

social e 4,5% das *atividades administrativas e dos serviços de apoio*. Estes sectores mantêm-se os sectores com maior volume de desempregados ao longo de toda a série com destaque para o sector do *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos*.

De facto, o peso deste sector aumentou o seu peso em 1,9 p.p., (mais cerca de 35 mil pessoas) entre 2008 e 2010 enquanto no sector *do alojamento, restauração e similares* o desemprego cresceu em cerca de 13,3 mil e isso significou um decréscimo de 0,5 p.p. do peso deste sector no desemprego total. No sector das *atividades administrativas e dos serviços de apoio* registou-se um aumento de cerca de 8,3 mil desempregados que resultou num crescimento do seu peso no total de 0,3 p.p. Nos restantes dois sectores acima referidos o número de desempregados aumentou apenas ligeiramente, em 2010.

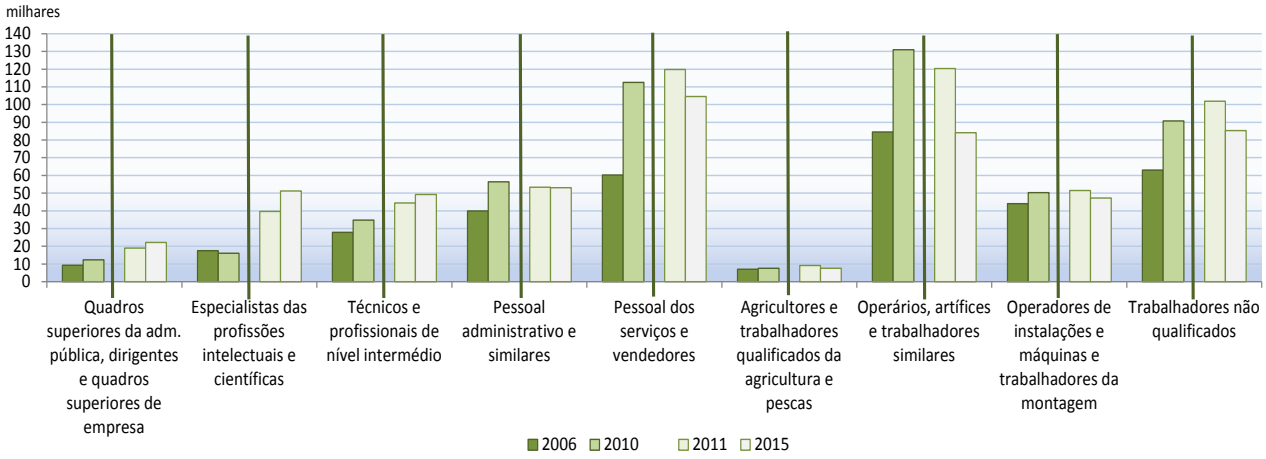
No que respeita aos últimos 5 anos o desemprego no *sector do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* registou um acréscimo significativo entre 2011 e 2012 mas a partir daí diminuiu consecutivamente. Em 2015, o número de desempregados neste sector era pois inferior ao valor registado em 2011.

Os outros quatro sectores diminuíram apenas a partir de 2013. A *Educação* foi, neste período, o sector que mais aumentou em número de desempregados, a seguir ao comércio e também o sector que menos decresceu, pelo que, em 2015, registava um peso acrescido de 1,4 p.p. relativamente ao total de desempregados. No sector das *atividades administrativas e serviços de apoio* o desemprego aumentou um pouco mais do que no sector do *alojamento, restauração e similares* mas também diminuiu mais. Em 2015 ambos estes sectores registaram valores de desemprego mais baixos do que em 2011. O sector das *atividades de saúde humana e apoio social* registou apenas ligeiras oscilações no número de desempregados ao longo dos últimos cinco anos.

- **Por grupos profissionais**

Analisando o desemprego nos vários grupos profissionais constatamos que, em 2015, o grupo que reúne maior número de desempregados é o do Pessoal dos serviços e vendedores. Seguem-se-lhe o grupo dos Trabalhadores não qualificados e o grupo dos Operários, artífices e trabalhadores similares. No início da série estes eram também os três grupos com maior volume de desempregados mas o grupo dos Operários, artífices e trabalhadores similares tinha mais peso e o Pessoal dos serviços e vendedores ocupava apenas o terceiro lugar.

70. Desemprego por Grupos Profissionais



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2006 e 2010 o desemprego aumentou em todos os grupos profissionais exceto no dos especialistas das profissões intelectuais e científicas. O maior aumento verificou-se exatamente no grupo do pessoal dos serviços e vendedores embora o crescimento tenha sido também significativo no grupo dos Operários, artífices e trabalhadores similares.

Já entre 2011 e 2015 apenas se verificaram aumentos nos grupos dos técnicos e profissionais de nível intermédio e mais ainda os especialistas das profissões intelectuais e científicas. Em todos os restantes grupos o desemprego decresceu, sobretudo nos grupos dos operários, artífices e trabalhadores similares que, em 2015, registava um volume de desemprego semelhante a 2006. Nos grupos dos trabalhadores não qualificados e do pessoal dos serviços e vendedores o decréscimo teve também algum significado.

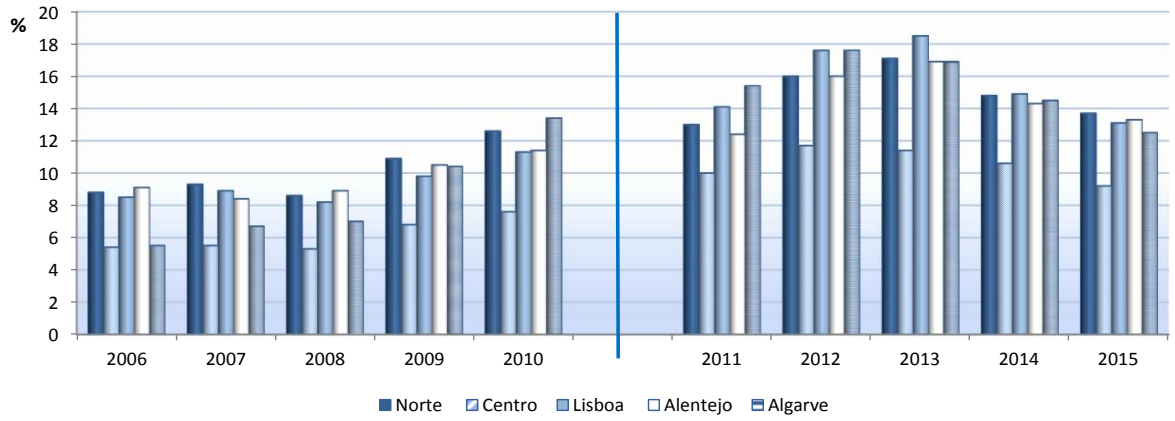
2.3.2.3. Desemprego por regiões

Considerando os dados do Inquérito ao Emprego do INE, a região Norte, sendo a região com maior número de ativos e de empregados era também a região que concentrava maior número de desempregados, em 2015 (cerca de 249,2 mil indivíduos que representavam mais de 40% do desemprego total). Seguiam-se a região de Lisboa e a região Centro. Esta estrutura regional do desemprego manteve-se desde o início da década. Entre 2006 e 2010, o desemprego aumentou em todas as regiões, sobretudo a partir de 2008. Entre 2011 e 2013 continuou a aumentar, no Norte, em Lisboa e no Alentejo mas, no Centro e no Algarve, em 2013 já tinha começado a decrescer. A partir de 2014 diminuiu em todas as regiões, de tal modo que, em 2015 só a região do Alentejo registava valores de desemprego mais elevados do que 2011.

No que se refere às taxas de desemprego, em 2015, o Norte era igualmente a região com a taxa mais elevada, mas o Alentejo e Lisboa apresentavam taxas de desemprego muito próximas. A maior diferença registava-se na região Centro que registou, aliás, taxas de desemprego consideravelmente mais baixas do que as outras regiões durante toda a série (tal como apresentou taxas de emprego mais elevadas).

Em 2006, o Alentejo era a região com a taxa de desemprego mais alta, embora muito próxima da taxa de desemprego no Norte e em Lisboa. Em 2007, as posições alteraram-se e o Alentejo passou para terceiro lugar para, em 2008, assumir novamente o primeiro lugar. Em 2009, a taxa de desemprego no Algarve ultrapassou a da região de Lisboa e ocupou o terceiro lugar e, em 2010 era no Algarve que se registava a taxa mais elevada. De facto, entre 2006 e 2010 o Algarve foi a região onde a taxa desemprego mais cresceu (cerca de 7,9 p.p.) sendo esse aumento de cerca de 3,8 p.p. na região que registou o segundo maior aumento que foi o Norte.

71. Evolução da taxa de desemprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2012 a taxa de desemprego continuou a aumentar, em todas as regiões. Em 2011, o Algarve continuava a ser a região com a taxa de desemprego mais elevada, Lisboa ocupava o segundo lugar e o Norte o terceiro. No ano seguinte, Lisboa e o Algarve registavam um valor semelhante de taxa de desemprego, e o Alentejo alcançava a da região Norte. Em 2013, a taxa de desemprego começou a decrescer, no Centro e no Algarve A partir de 2014 a taxa decresceu em todas as regiões, mas mais acentuadamente em Lisboa e depois no Algarve.

De uma forma geral, nas diferentes regiões, a taxa de desemprego feminina é mais elevada do que a taxa de desemprego masculina. O Norte e o Alentejo são as regiões onde essa diferença é mais acentuada, sobretudo entre 2006 e 2010. Em Lisboa, no mesmo período, a taxa de desemprego masculina e feminina

mantém-se muito próxima. Entre 2011 e 2015, a taxa de desemprego masculina é superior à feminina em Lisboa e no Algarve.

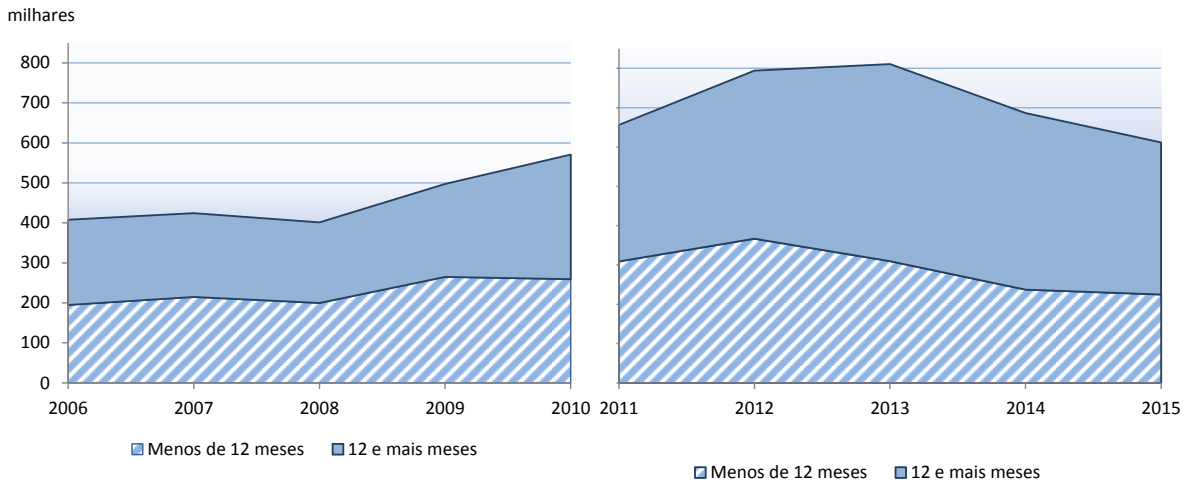
Em 2015, 63,3% das pessoas desempregadas no Continente, ou seja, cerca de 386,9 mil indivíduos, estavam desempregados há 1 ano ou mais sendo que os desempregados há menos de 12 meses somavam 224,7 mil.

2.3.2.4. Desempregados de longa duração e muito longa duração

Em 2006, os desempregados de longa duração (DLD) constituíam pouco mais de metade do total dos desempregados (52,3%) e o seu número diminuiu nos dois anos seguintes, pelo que, em 2008, o seu peso no desemprego total tinha decrescido ligeiramente. Em 2009, considerando o fluxo de novos desempregados, representavam apenas 46,8%. Contudo, em 2010, ano em que os desempregados há menos de 12 meses sofreram um ligeiro decréscimo, a percentagem de DLD aumentou para 54,6%.

Entre 2011 e 2014 o peso dos DLD aumentou sempre embora de forma menos acentuada nos dois primeiros anos, devido ao crescimento do número de desempregados até 12 meses. Em 2014 constituíam 65,4% dos desempregados. Contudo, nos últimos dois anos o seu número diminuiu, no último ano, bastante mais do que os desempregados até 12 meses

72. Desemprego de Longa Duração



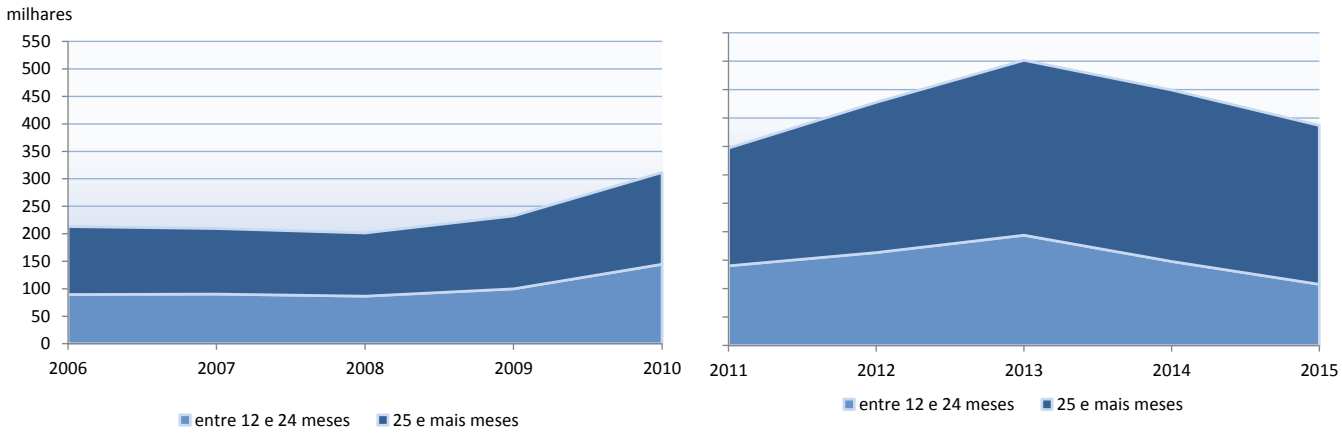
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere às diferenças entre sexos, em 2015 os homens constituíam 53% dos desempregados até 12 meses e aproximadamente 50% dos desempregados com 12 e mais meses.

No início da série o número de mulheres e homens desempregados até 12 meses era muito equilibrado, situação que se alterou a partir de 2008 com o aumento do desemprego masculino. Em 2010 os homens representam assim 52% dos desempregados até 12 meses. Quanto aos DLD, entre 2006 e 2010 as mulheres foram sempre maioritárias, constituindo cerca de 55% do total desta categoria, embora em 2010 a percentagem tenha decrescido cerca de 2 p.p.

Entre 2011 e 2015 os homens mantiveram-se maioritários na primeira categoria e, de uma forma geral, equilibrados relativamente às mulheres, no que respeita aos DLD. Dos 386,9 mil indivíduos que, no ano de 2015, estavam desempregados há mais de 1 ano, 279,3 mil estavam desempregados há mais de 2 anos, ou seja eram desempregados de muito longa duração (DMLD). De facto, nesse ano, os desempregados há mais de 2 anos constituíam 45,7% do desemprego total.

73. Desempregados de longa e muito longa duração



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

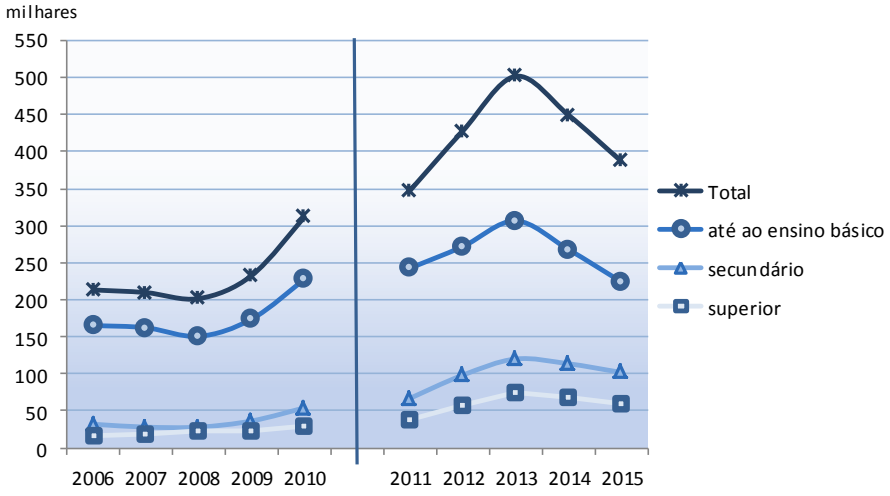
No início da década os Desempregados de muito longa duração (DMLD), ou seja, os desempregados há mais de 2 anos, representavam cerca de 30,3% do total dos desempregados e o seu número e peso diminuíram, até 2008. Em 2009, os desempregados há mais de 2 anos cresceram consideravelmente mas o aumento dos novos desempregados foi ainda maior. Assim a percentagem de DMLD nesse ano é de 26,7%. Em 2010, a categoria que mais aumentou em número foi a dos desempregados entre 12 e 24 meses mas o peso dos DMLD também cresceu (29,3% do desemprego total).

Entre 2011 e 2013, os DMLD foram a categoria de desempregados que mais cresceu em número e, a partir de 2014 a categoria que menos diminuiu. Disto resultou um aumento consecutivo do seu peso relativo no total dos desempregados, sobretudo entre 2013 e 2014, ano em que a percentagem de DMLD passou de 37,9% para 43,9% do desemprego total.

Entre os DMLD e tal como acontece relativamente aos desempregados de longa duração em geral, as mulheres eram maioritárias durante os primeiros cinco anos e mantiveram um peso relativo aproximado de 50% entre 2011 e 2015. Ao longo de toda a série percentagem de mulheres DMLD era ligeiramente mais elevada do que percentagem de mulheres DLD.

Quanto aos desempregados de longa duração (DLD) o número de desempregados com o ensino básico nesta categoria era bastante superior ao número de desempregados até 12 meses. Em 2006, estes representavam 77,5% do total de DLD.

74. Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações



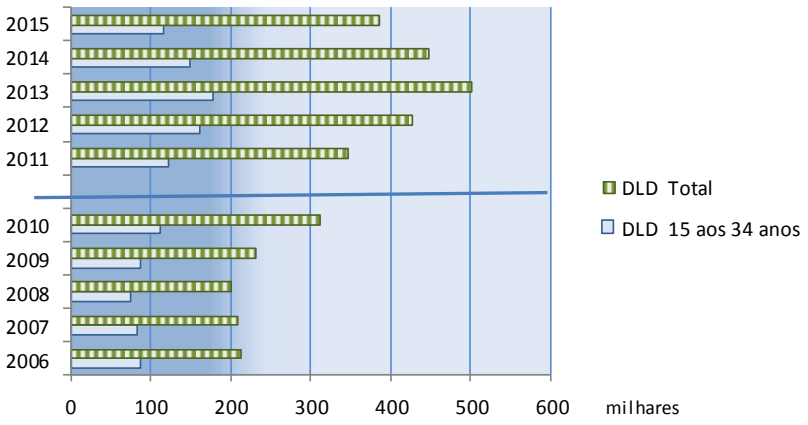
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2006 e 2008 os DLD diminuíram, sendo essa diminuição mais acentuada para os DLD com o ensino básico e tendo os DLD com o ensino superior crescido ligeiramente. Entre 2008 e 2010 os DLD aumentam, sobretudo entre 2009 e 2010, tendo esse acréscimo atingido todos os níveis de habilitações mas mais os DLD com o ensino secundário.

Entre 2011 e 2013, os DLD aumentaram fortemente relativamente a todos os níveis de habilitações. Em termos absolutos os DLD com o ensino básico cresceram pouco mais do que os DLD com o ensino secundário, cujo peso aumentou 4,7 p.p. O peso dos DLD com o ensino superior cresceu 4,2 p.p.. Entre 2013 e 2015, o desemprego de longa duração diminuiu em todos os níveis de habilitações mas de forma mais acentuada nos DLD com o ensino básico. Deste modo, em 2015, os DLD com este nível de ensino eram claramente menos do que em 2011 e representavam 60% do total de DLD, sendo o peso dos DLD com o ensino secundário 26,3% e o dos DLD com o ensino superior 15,5%.

Numa breve análise do DLD por grupo etário, constata-se que a população jovem entre os 15 e os 34 anos, na última década, tem representado cerca de um terço do total do DLD, não obstante, a partir de 2013, se ter vindo a verificar um decréscimo tanto do seu valor absoluto como do seu peso relativo. Deste modo, entre 2013 e 2015, o peso dos DLD jovens no total dos DLD diminuiu cerca de 5,5 p.p., o que se traduziu em menos 62,3 mil jovens DLD.

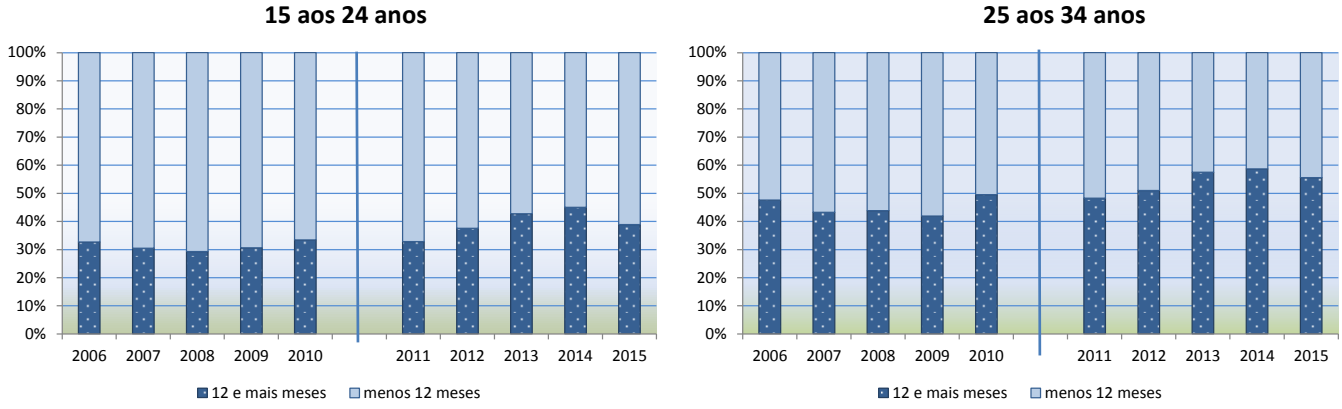
75. Desempregados há 12 e mais meses com entre 15 e 34 anos



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, desagregando este grupo de idades, verifica-se que, a partir de 2012, o desemprego de maior duração (12 e mais meses) é predominante no grupo de idades entre os 25 e os 34 anos, ao contrário do nível etário mais baixo, dos 15 aos 24 anos, onde o maior número de desempregados se encontra nessa situação há menos de 12 meses.

76. Desempregados entre os 15 e os 34 anos por duração da procura de emprego

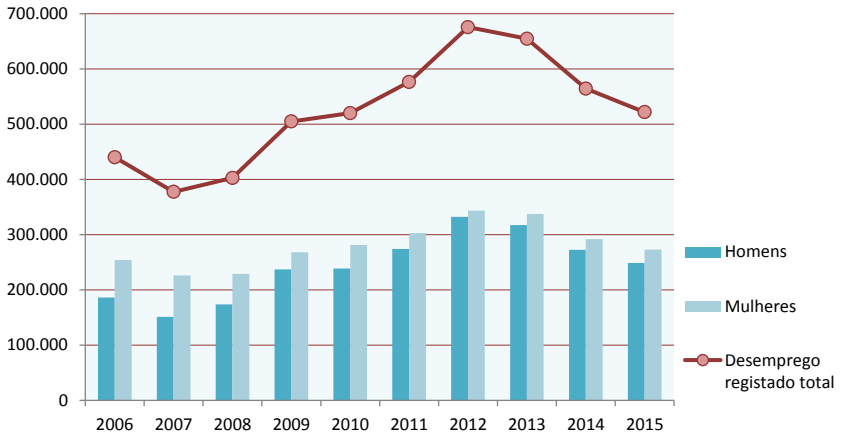


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

3. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO

De acordo com a informação disponibilizada pelo IEFP, no final de Dezembro de 2015, havia cerca de 521,6 mil desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Continente, o que representou uma diminuição de aproximadamente 42,7 mil indivíduos face ao final do ano anterior. Este decréscimo do desemprego registado foi mais acentuado para os homens (-8,8%) do que para as mulheres (-6,4%), pelo que o peso relativo masculino decresceu, no final de 2015, representando 47,7% do total do desemprego registado.

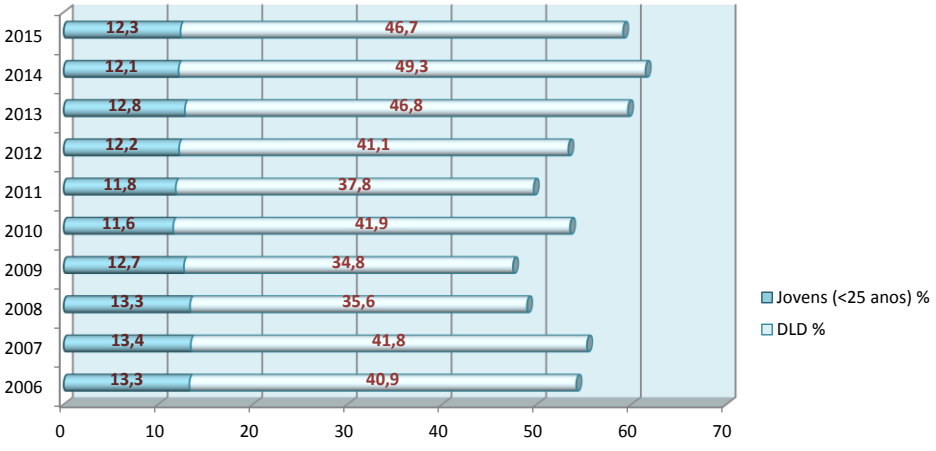
77. Evolução do Desemprego registado por género



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao número de desempregados registados de longa duração (DLD), em 2015, verificou-se uma quebra de 12,4% face ao período homólogo (menos 34,5 mil pessoas), tendo o respetivo peso relativo no total de inscritos diminuído 2,6 p.p. no mesmo período, atingindo 46,7%.

78. Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registado



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

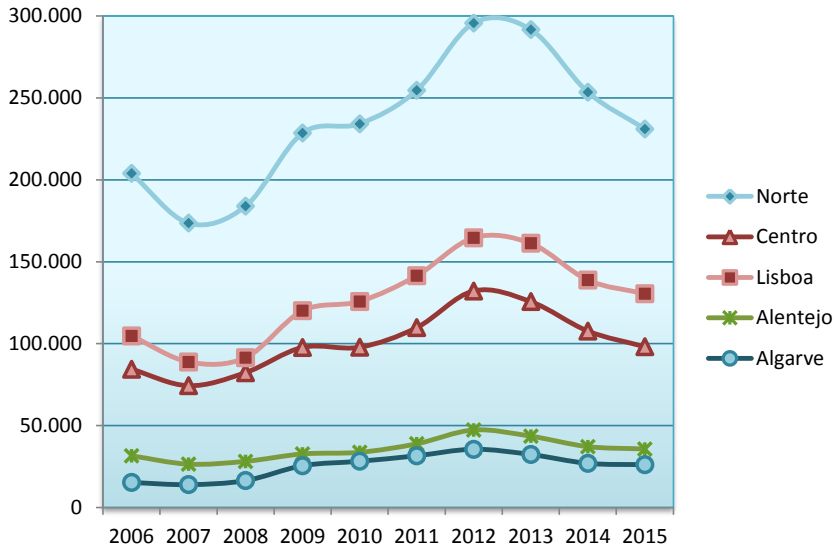
Quanto ao número de jovens inscritos, registou-se igualmente um decréscimo (-6%, ou seja, menos 4,1 mil indivíduos), mantendo-se, no entanto, o seu peso relativo sensivelmente idêntico ao do ano anterior (12,3%).

Por outro lado, a análise regional permite constatar que a tendência de decréscimo anual do desemprego, iniciada em 2013, se verificou em todas as regiões do Continente. O Norte continuou a ser a região mais afetada pelo desemprego, com cerca de 231 mil desempregados inscritos, não obstante ter evidenciado, em 2015, a maior descida face ao período homólogo (-8,9%), *ex æquo* com a região Centro.

De salientar que o Norte, só por si, representava, no final de 2015, cerca de 44,3% do total de registos de desemprego. Seguiram-se as regiões do Centro e de Lisboa, com menos 9,6 mil e 8,4 mil indivíduos inscritos face a Dezembro de 2014, que conjuntamente com o Norte representavam perto de 88,1% do desemprego registado no Continente, em Dezembro de 2015.

No que respeita às restantes regiões, tanto o Alentejo como o Algarve registaram variações negativas, com descidas do número de desempregados na ordem dos 3%, o que, em termos absolutos, se traduziu nos decréscimos menos expressivos (menos 1,4 mil pessoas na região alentejana e menos 824 na região algarvia).

79. Evolução do Desemprego registado por regiões

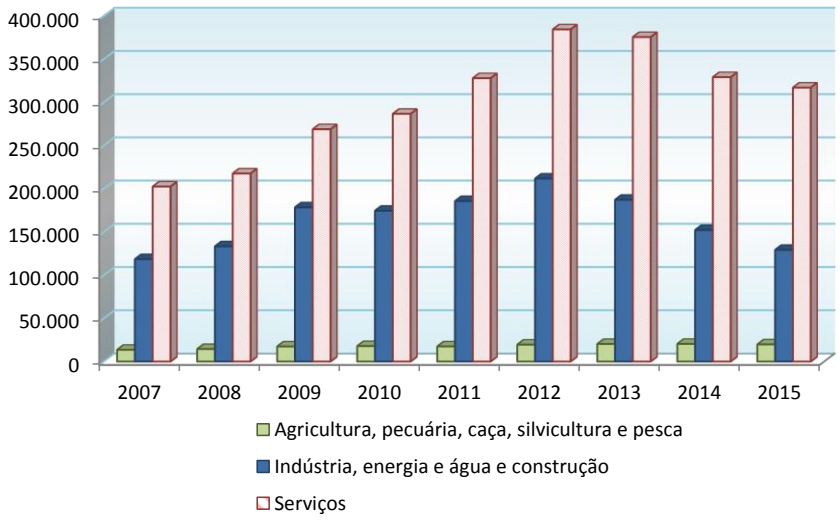


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao desemprego registado por sectores de atividade, a maior proporção de desempregados inscritos à procura de novo emprego continuou a provir do sector dos *Serviços* (68%), seguindo-se a

Indústria, Energia e Água e Construção (27,7%) e a *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* (4,3%).

80. Desemprego registado por sectores de atividade



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

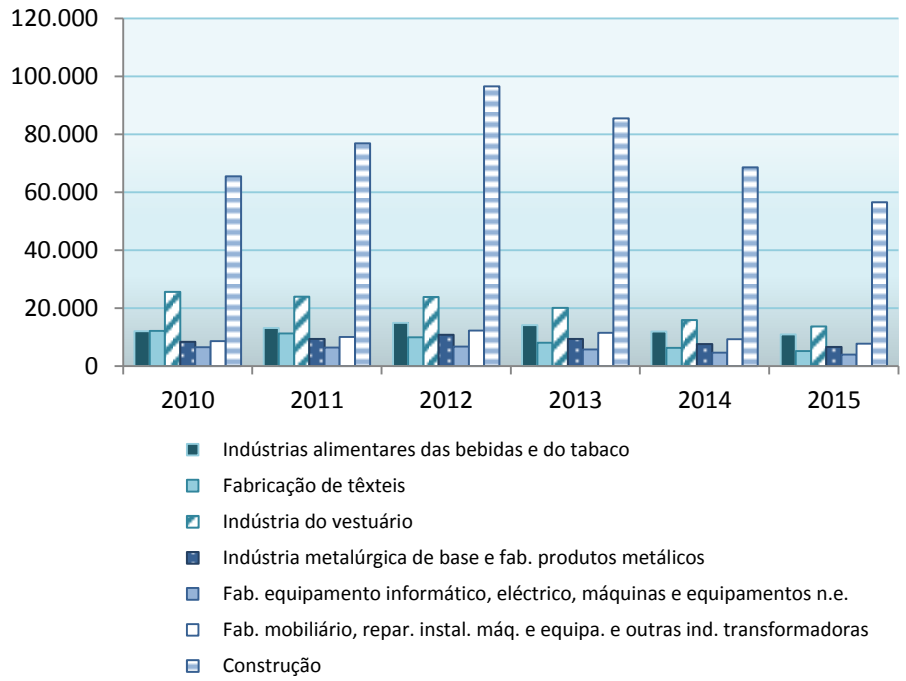
Apesar de todos os sectores de atividade evidenciarem, em dezembro de 2015, quebras face ao período homólogo, o sector da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* registou, em 2015, a quebra menos expressiva (-2,9%), o que se traduziu, dada a sua menor representatividade (4,3%) no total dos sectores, numa diminuição de 588 desempregados. Os restantes sectores registaram igualmente uma descida do número de desempregados inscritos face a Dezembro de 2014.

Não obstante o sector dos *Serviços* ter o maior peso relativo no conjunto dos sectores de atividade (68%), em dezembro de 2015, foi o sector da *Indústria* que apresentou a maior descida absoluta face ao período homólogo (cerca de menos 23 mil inscritos).

Numa análise mais desagregada da *Indústria, Energia e Água e Construção*, foi o subsector da *Construção* que continuou a assumir maior peso relativo no total de desempregados inscritos provenientes da *Indústria* (43,8%), logo seguido da *Indústria do Vestuário* (10,6%) e das *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* (8,4%).

De salientar que o subsector da *Construção* registou a maior quebra em termos absolutos, com uma diminuição de 12,1 mil desempregados inscritos, logo seguido pela *Indústria do vestuário* que evidenciou também um decréscimo do número de inscrições, com menos 2,3 mil desempregados inscritos neste subsector, face ao período homólogo.

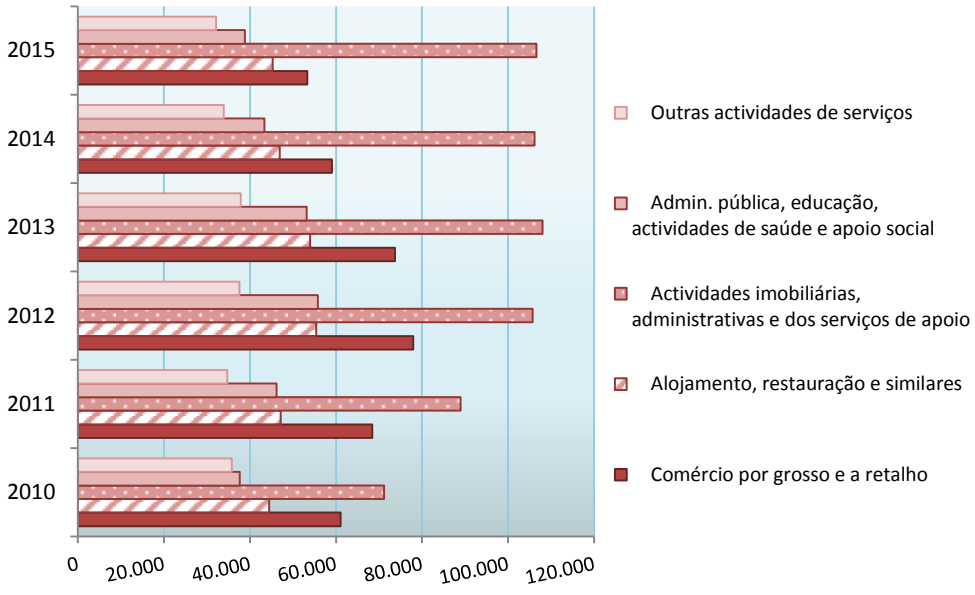
81. Desemprego registado na Indústria



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No sector dos *Serviços*, o subsector com maior peso relativo (34,1%) – *Atividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio* – registou um aumento pouco expressivo do desemprego em relação a dezembro de 2014 (0,4%), o que, em termos absolutos, se traduziu no registo de mais 477 desempregados.

82. Desemprego registado nos Serviços



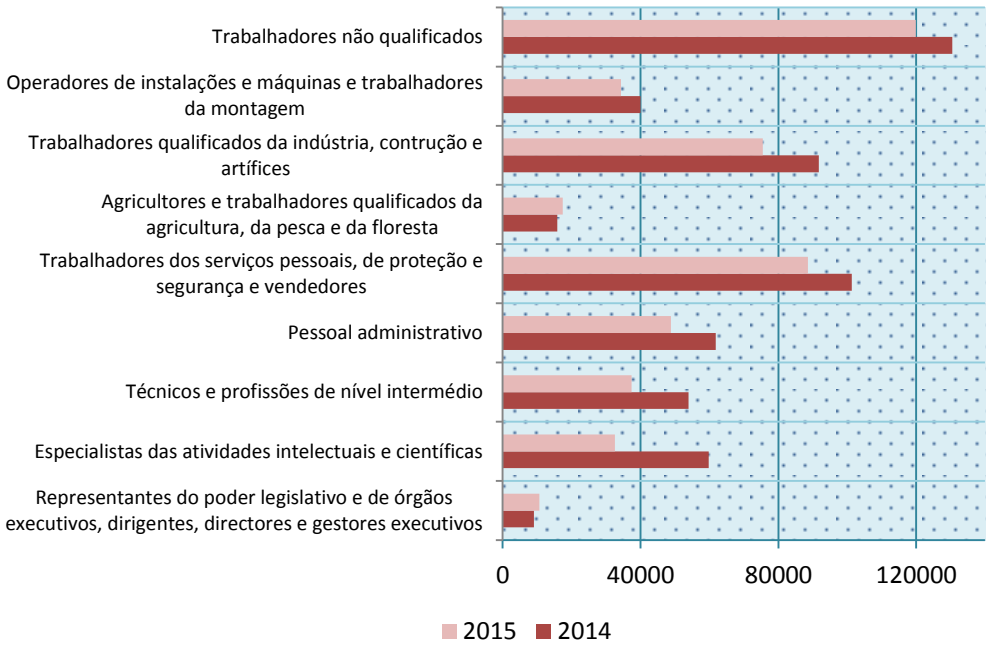
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao subsector *Comércio por Grosso e a Retalho*, que manteve, em 2015, a segunda maior representatividade com 17,1% do total do desemprego registado no sector dos *Serviços*, verificou-se o maior decréscimo, em termos absolutos, do número de desempregados inscritos (-5,7 mil). O subsector da *Administração Pública, Educação, Atividades de Saúde e Apoio Social* evidenciou, também, uma descida expressiva do número de desempregados inscritos (menos 4,5 mil).

Em 2015, as profissões mais representadas nos ficheiros dos Centros de Emprego do Continente continuaram a ser os *Trabalhadores não qualificados* (12,9%) e o *Pessoal dos serviços de proteção e segurança* (9,5%), sucedendo-se os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (8,1%).

Em valores absolutos, a evolução face a Dezembro de 2014 indiciou uma quebra na maioria das profissões, tendo-se verificado os maiores decréscimos do número de inscritos nas profissões de *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (menos 27,3 mil) *dos Técnicos e profissões de nível intermédio* (menos 16,6 mil), dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (menos 16,2 mil). Pelo contrário, os maiores aumentos, em termos absolutos, registaram-se nos grupos de profissões inseridas nos *Agricultores e trabalhadores qualificados da Agricultura, da pesca e da floresta* (mais 1,5 mil) e nos *Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos* (mais 1,5 mil).

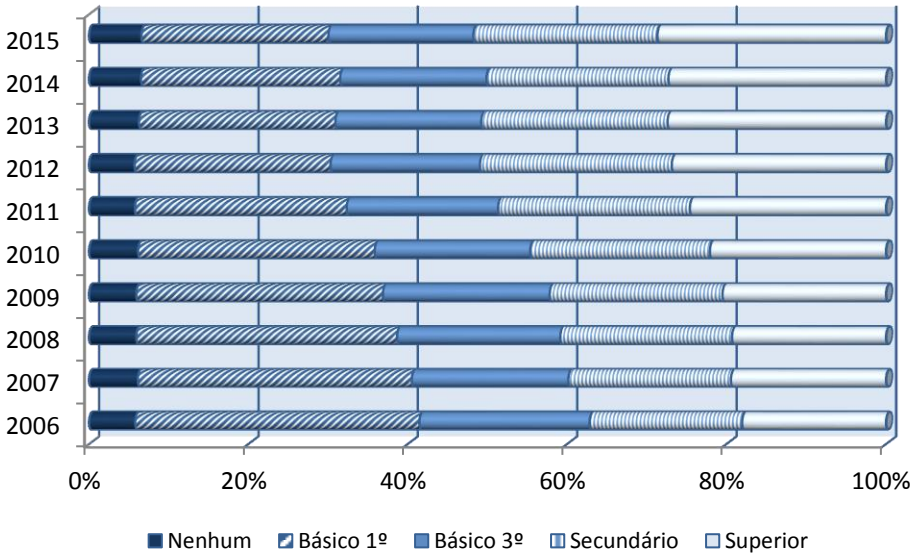
83. Desemprego registado (novo emprego) por profissões



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ao nível das habilitações, quando comparado com a estrutura de 2006, denota-se que os desempregados registados com o 3º ciclo do Ensino Básico, Secundário ou Superior têm vindo a assumir maior peso no desemprego total, em detrimento dos que têm níveis inferiores de habilitações. Contudo, em 2015, os desempregados registados com o Ensino Secundário assumiram o maior peso no desemprego total (24,7%) com um aumento de 8,4 p.p. em relação a 2006, ao contrário dos desempregados com o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico que, no espaço de uma década, viram o seu peso relativo diminuir 12 p.p. e 3,7 p.p., respetivamente.

84. Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações (%)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

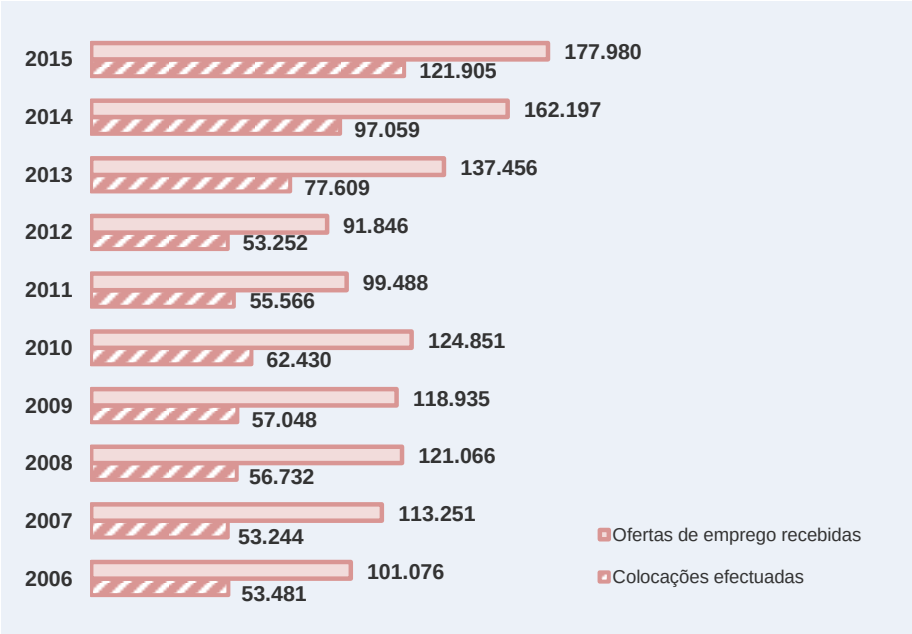
A evolução do desemprego registado face a Dezembro de 2014 registou quebras em todos os níveis de ensino, tendo os maiores decréscimos ocorrido no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, com menos 13,7% e menos 8,9% respetivamente, o que se traduziu em menos 16,7 mil e 7,9 mil desempregados registados. De registar que, em 2015, o 3ª Ciclo do Ensino Básico evidencia, em termos absolutos, a terceira maior diminuição no desemprego registado, com menos 7,7 mil indivíduos (-6,9%) relativamente ao período homólogo.

4. OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO

Segundo os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego continuaram a aumentar ao longo de 2015, mantendo-se assim a tendência de aumento progressivo que se verifica desde 2013. Desta forma, o número de ofertas cresceu 8,9%, atingindo quase 178 mil em 2015.

Por outro lado, em 2015 e face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego apresentou igualmente uma subida. Deste modo, o número de colocações evidenciou, igualmente, uma variação positiva na ordem dos 25,6%, no período em análise, o que correspondeu a mais 24,8 mil colocações face a dezembro de 2014. Assim, constata-se que, em 2015, 68,5% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos centros de Emprego.

85. Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

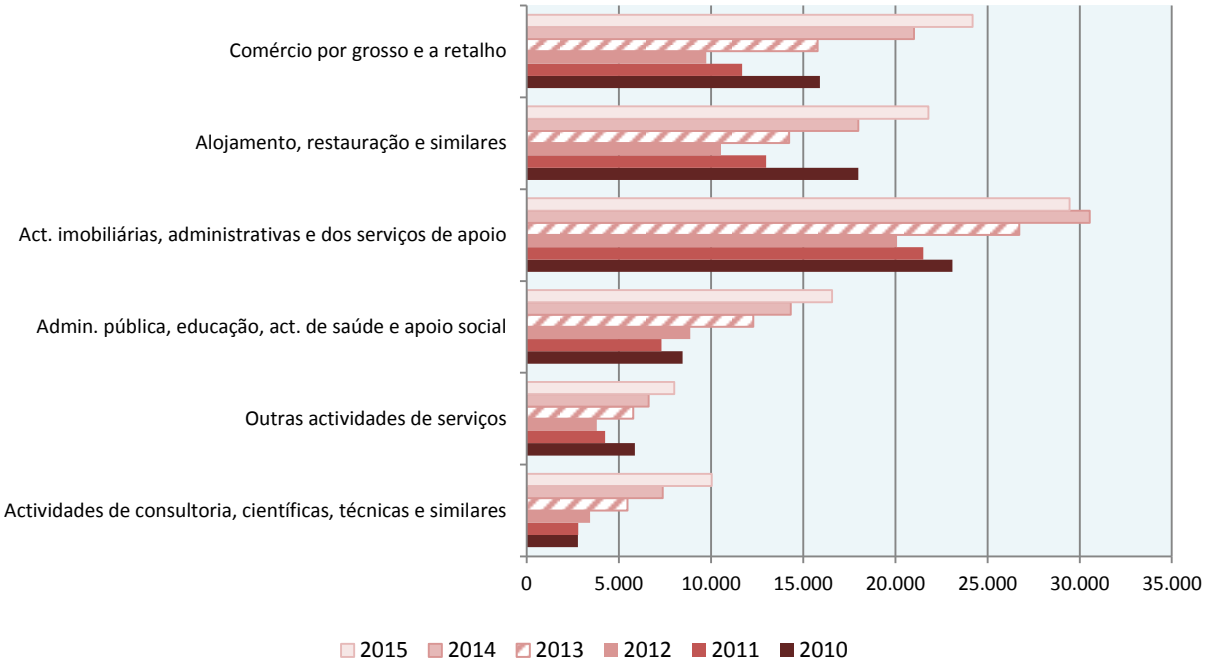
Em termos sectoriais, constata-se que foram sobretudo os sectores da *agricultura* (mais 24,2%) e dos *serviços* (mais 12%) que contribuíram para o aumento de ofertas de emprego registadas em 2015 (mais 8,9%), uma vez que o sector da *indústria* apresentou uma quebra (menos 3,1%), totalizando no ano de 2015 menos 1,4 mil ofertas recebidas.

De salientar que, em termos absolutos, foi o sector dos *serviços* que apresentou o maior número de ofertas recebidas (14,7 mil face a 2,5 mil no *sector agrícola*).

Uma análise desagregada das ofertas de emprego permite evidenciar que, em 2015, 68,5% foram oriundas dos *Serviços*, tendo a sua distribuição se concentrado em particular nas *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (16,6%), *Comércio por grosso e a retalho* (13,6%) e no *Alojamento, restauração e similares* (12,2%). Contudo, foram os subsectores das *Atividades financeiras e de seguros*, das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e do *Comércio, manutenção, reparação de veículos automóveis e motociclos*, que registaram as maiores variações positivas com 35,4%, 26,5% e 22,9%, respetivamente.

Por outro lado, as *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* foi o único subsector dos *Serviços* onde se observou uma redução no número de ofertas recebidas em 2015 relativamente ao período homólogo (menos 3,7%).

86. Ofertas de emprego recebidas – Serviços

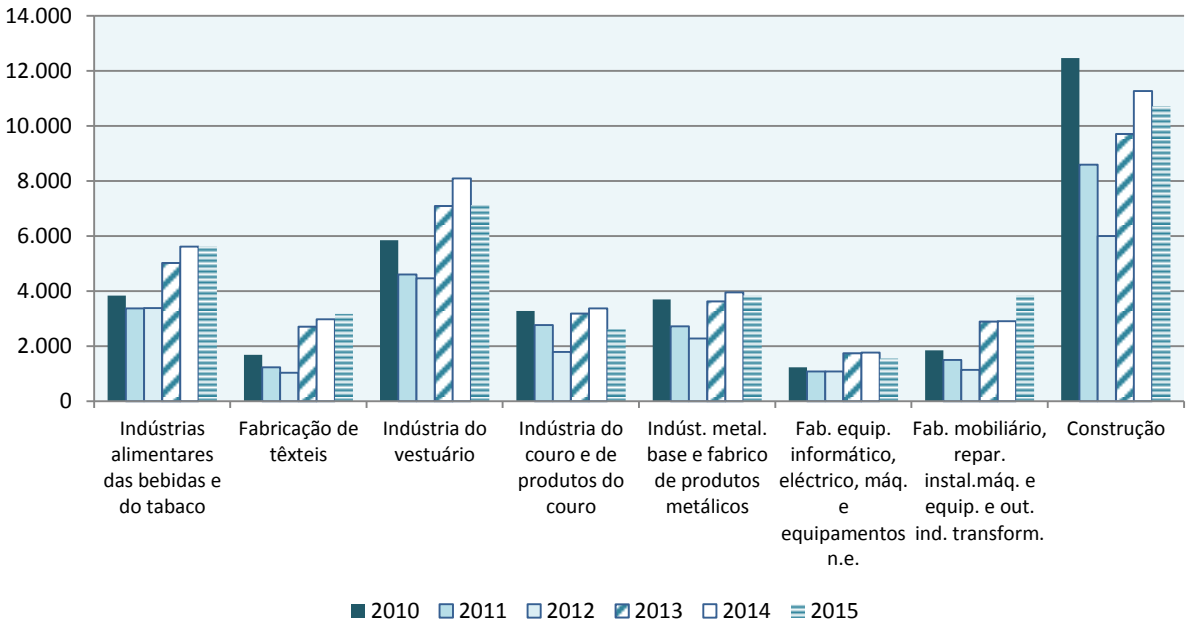


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao sector da *Indústria, energia, água e construção*, em 2015, a *Construção* foi responsável por 6% do total das ofertas de emprego recebidas, não obstante ter registado um decréscimo de 5,1% face ao ano anterior. Seguem-se a *Indústria do vestuário* (4%) e as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (3,2%).

No período em análise, não obstante continuarem a ser os subsectores da *indústria* mais representativos em termos de ofertas recebidas, a *Construção* e a *Indústria do vestuário* foram as atividades que sofreram os maiores decréscimos absolutos de ofertas recebidas (menos 545 e menos 972), a par com a *Indústria do couro e de produtos de couro* que evidencia igualmente uma quebra em termos absolutos (com menos 759 ofertas de emprego).

87. Ofertas de emprego recebidas – Indústria



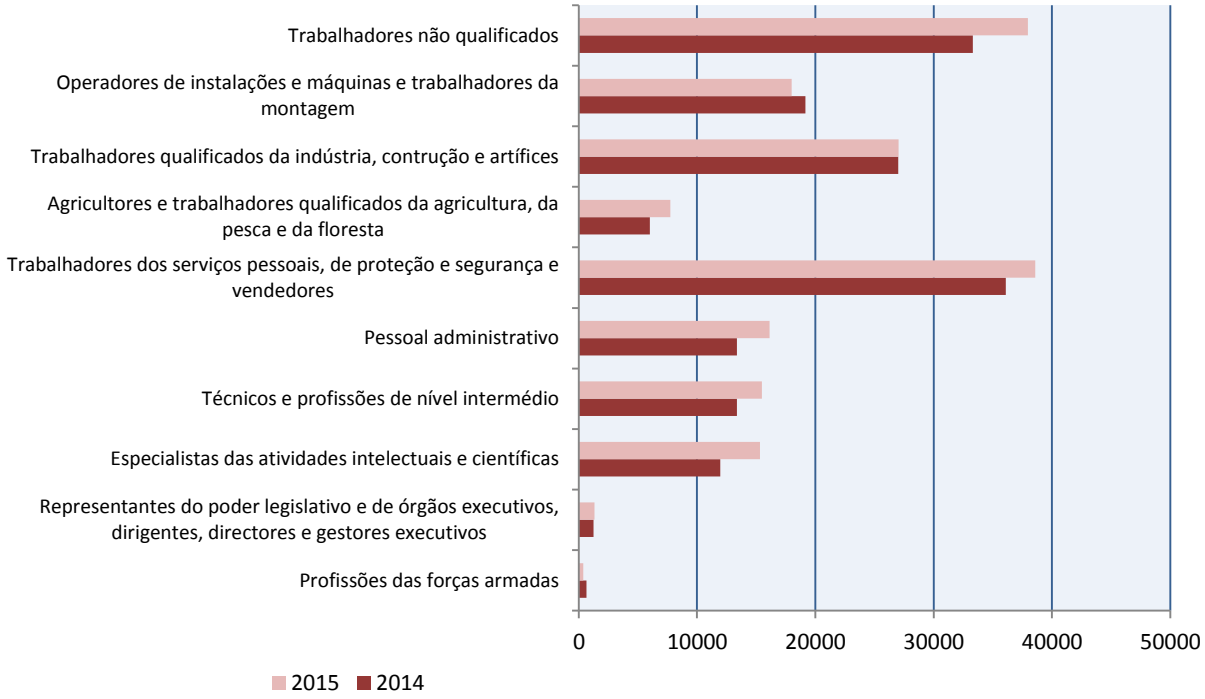
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando as ofertas de emprego recebidas em 2015, por categorias profissionais, verifica-se que o *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* continua a apresentar-se como o grupo profissional mais representado com 10,8%, não obstante, no período em análise, a variação positiva no seu número de ofertas de emprego ter sido pouco expressiva (6,9%).

Ainda em termos de representatividade, destacam-se os *Trabalhadores não qualificados* com um peso de 10,7%, que, em 2015, registaram uma variação de mais 13,9%, o que, em termos absolutos, se traduziu no maior número de ofertas registadas (mais 4,6 mil).

De salientar o facto de, à exceção das *Profissões das forças armadas* e dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem*, todas as restantes categorias profissionais evidenciaram acréscimos de ofertas de emprego.

88. Ofertas Recebidas por grupos profissionais



Nota: A adoção, em 2014, da Classificação Portuguesa de Profissões (CPP 2010) nas estatísticas do IEFP apenas permite a comparação de 2015 com o período homólogo.

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Em relação ao período homólogo, em 2015, observaram-se apenas decréscimos absolutos no número de ofertas recebidas nos grupos profissionais dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem* (menos 1177) e das *Profissões das forças armadas* (menos 246). Por outro lado, para além dos *Trabalhadores não qualificados* que evidenciaram o maior aumento do número de ofertas recebidas nos Centros de Emprego, também os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (mais 3369) e o *Pessoal administrativo* (mais 2758) registaram acréscimos significativos.

6. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS

Neste capítulo analisa-se informação relativa aos Quadros de Pessoal, disponibilizados pelo GEP. Os últimos dados disponíveis nesta altura respeitam a 2014. Para além disso, considerando que grande parte da análise respeita aos sectores de atividade e tendo em conta que em 2008 entrou em vigor uma revisão da Classificação das Atividades Económicas (CAE ver.3) o estudo realizado centrou-se no período 2008-2014.

6.1. Estrutura empresarial

Em 2014, 270.181 empresas responderam aos Quadros de Pessoal, mais 4.321 empresas do que no ano anterior contrariando a tendência de decréscimo no número de empresas respondentes que se vinha verificando desde 2008. Este decréscimo foi particularmente acentuado entre 2009 e 2010 (menos cerca de 54 mil empresas) depois reduziu-se em 2011 (mesos cerca de mil empresas) para voltar a aumentar em 2012 (menos quase 13 mil). Entre 2012 e 2013 ainda se registou uma diminuição embora ligeira no número de empresas respondentes (menos 2.166)

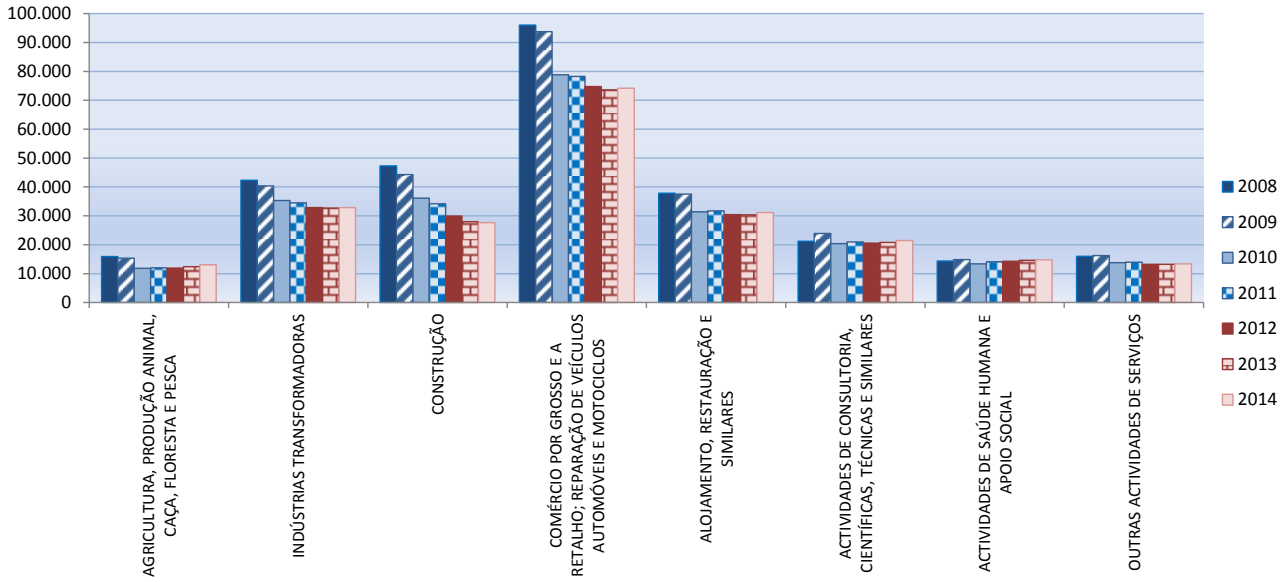
Em 2014, como nos anos anteriores, os sectores de atividade que reuniam maior número de empresas eram o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos;* as *Industrias Transformadoras, o Alojamento, restauração e similares* e a *Construção.* Tinham também algum peso em termos de número de empresas as *Atividades de Consultoria, Cientificas, Técnica e similares; as atividades de saúde humana a apoio social e as Outras atividades de serviços e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.*

Entre 2013 e 2014 os únicos sectores de atividade em que o número de empresas respondentes diminuiu foram *as Industrias Extrativas* e sobretudo a *Construção* (menos cerca de 300 empresas).Os sectores onde o número de empresas mais cresceu foram o *Alojamento e Restauração,* depois a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, e as *Atividades de Consultoria, Cientificas, Técnica e similares* e ainda o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos.*

No período em análise, o sector em que o número de empresas mais diminuiu foi o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* logo seguido pela *Construção.* As *Indústrias*

Transformadoras e o *Alojamento, restauração e similares* também registaram decréscimos com algum significado. Já o número de empresas das *Atividades de saúde humana e apoio social* e das *Atividades de Consultoria, Cientificas, Técnica e similares* aumentou.

89. Evolução do Número de Empresas por Atividade



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se praticamente sem alterações ao longo de toda a série embora a percentagem de empresas nos escalões com 50 e mais trabalhadores tenha crescido ligeiramente. A variação mais acentuada registou-se em 2010, tendo o peso do escalão de empresas até 9 trabalhadores diminuído 1 p.p. a favor do escalão de empresas com 10 a 49 trabalhadores. Nos anos seguintes, o escalão de empresas mais pequenas foi recuperando representatividade.

Os sectores com maiores percentagens de **empresas até 9 trabalhadores** são os sectores das *atividades imobiliárias*, o das *Outras atividades de serviços e* o da A*gricultura, caça, floresta e pesca o das Outras atividades de serviços e o das atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares.*

No segmento das **empresas com entre 10 a 49 trabalhadores**, destacam-se os sectores das *indústrias extrativas* e da *administração pública, defesa e segurança social obrigatória*. Nos escalões de empresas com 50 e mais trabalhadores destaca-se o peso do sector da *captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição.*

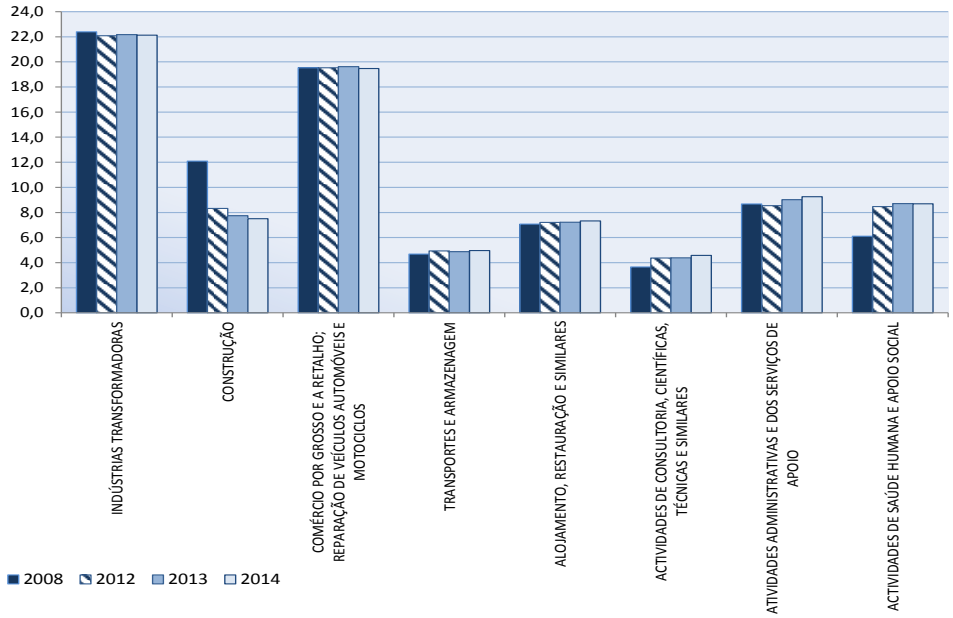
Refira-se que, no sector da *administração pública, defesa e segurança social obrigatória* a percentagem de empresas no escalão dos 10 aos 49 trabalhadores aumentou em cerca de 16 p.p. em 2010 e continuou e reforçar-se, nos anos seguintes. Por outro lado, o peso do sector da *educação* neste segmento decresceu sempre ao longo da série, em proveito do escalão **até 9 trabalhadores, (**que representava 62,2% das empresas em 2007 e 74,3% em 2014)

O número de empresas que responderam aos Quadros de Pessoal aumentou, entre 2013 e 2014, em todas as regiões, depois de ter diminuído consecutivamente nos quatro anos anteriores, sobretudo em 2012. Entre 2010 e 2014 o saldo em termos de número de empresas nas diferentes regiões é pois ainda negativo. A região Norte destaca-se das restantes porque, embora tenha sofrido um decréscimo no número de empresas próximo do decréscimo registado em Lisboa e no Centro, recuperou, em 2014, cerca de metade do número de empresas perdidas.

6.2. Emprego nas empresas

Os sectores de atividade mais significativos em termos da estrutura do emprego nas empresas eram, em 2014, as *Indústrias Transformadoras*, que representavam 22,1% dos trabalhadores, o *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e Motociclos* (19,6%) as *atividades administrativas e os serviços de apoio* (9,3%), as *atividades de saúde humana e apoio social* (8,7%) a *construção* (7,8%), e o *alojamento e restauração* (7,3%).

90. Estrutura sectorial do emprego nas empresas

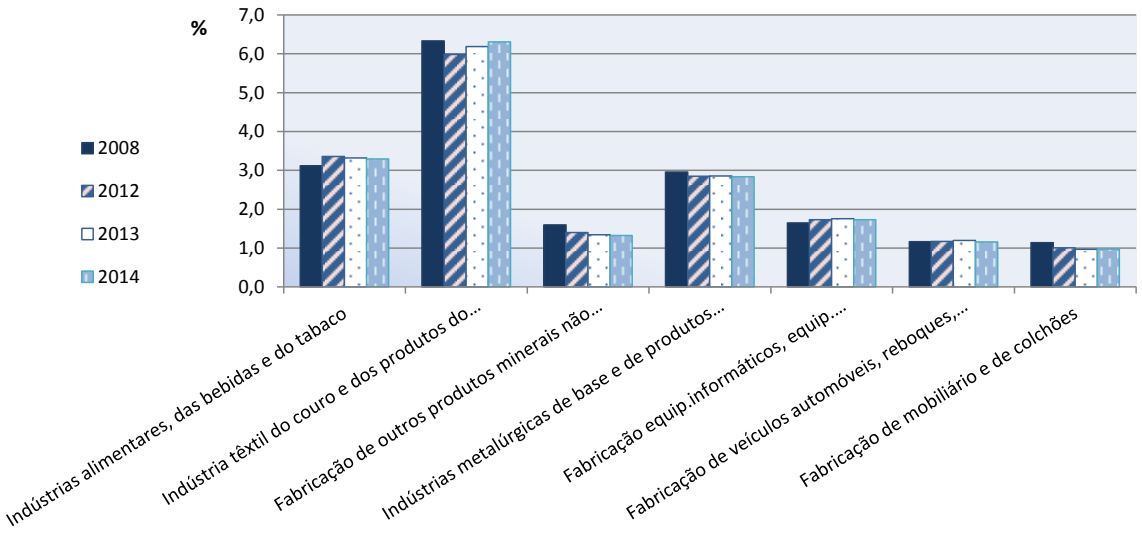


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Analisando a evolução a estrutura do emprego entre 2008 e 2014, no entanto, constata-se que o sector da *construção* sofreu um fortíssimo decréscimo já que representava, no início da série, cerca de 12,1% do total do emprego. Já no que respeita às *Indústrias Transformadoras* o seu peso no emprego diminuiu entre 2008 e 2011 para voltar a crescer até uma percentagem próxima da inicial. O mesmo aconteceu com o sector do comércio. A *saúde humana e apoio social* foi o sector que mais cresceu percentualmente neste período, (2,6 p.p.).

No que se refere aos subsectores mais representativos da indústria transformadora, estes eram, em 2014 como em 2008 *Industria têxtil, do couro e dos produtos do couro, as Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* e as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco.*

91. Estrutura do emprego nas empresas nos Subsectores da Indústria Transformadora

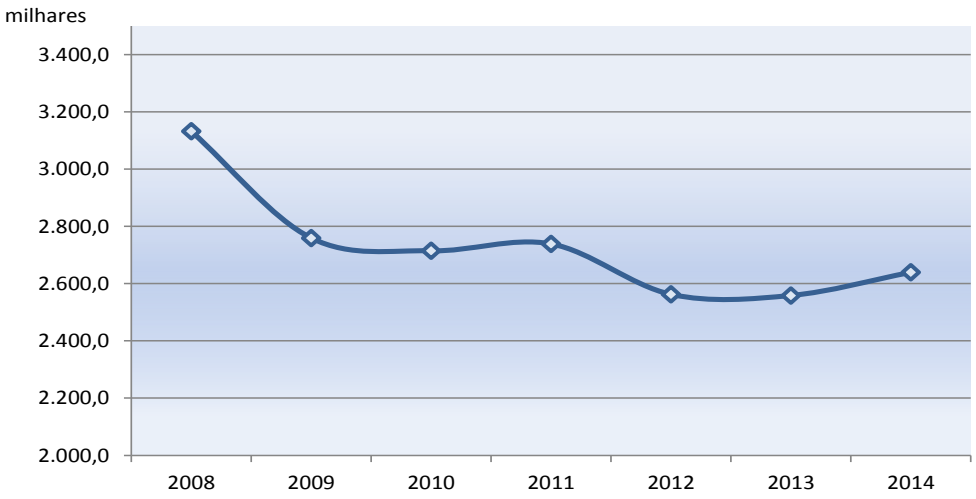


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, em 2014, os trabalhadores ao serviço nas empresas eram 2,639,9 e aumentaram em cerca de 80,9 pessoas relativamente a 2013.

Entre 2008 e 2013, os trabalhadores ao serviço nas empresas decresceram sempre, com exceção do ano de 2011 em que aumentaram em cerca de 24 mil. Ao todo, nesses 6 anos esta diminuição saldou-se e, cerca de menos 574 mil trabalhadores tendo-se os maiores decréscimos, registado em 2009 (menos cerca de 373 mil) e em 2012 (menos cerca de 172 mil).

92. Evolução do número de pessoas ao serviço



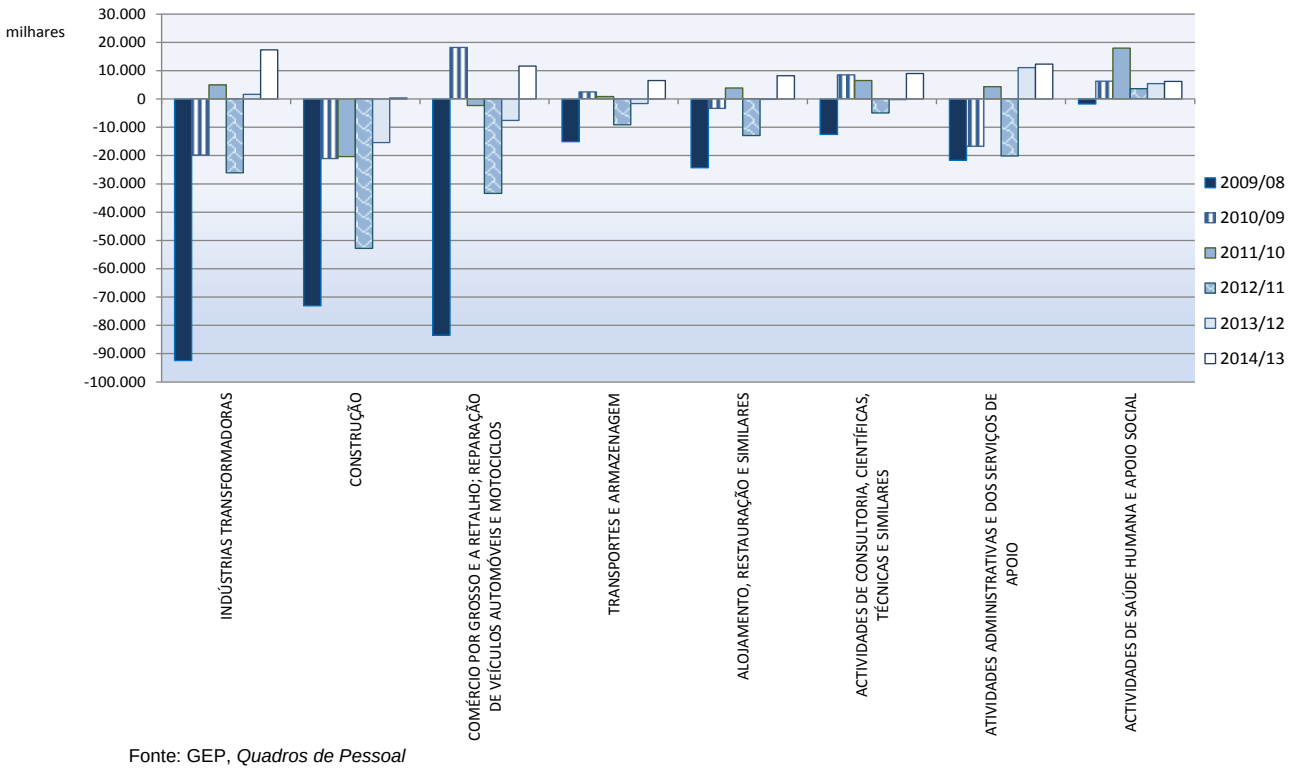
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- **Por sectores de atividade**

No que se refere aos diferentes sectores de atividade, entre 2013 e 2014, todos os sectores mais significativos em termos de emprego nas empresas cresceram em número de trabalhadores embora no sector da *Construção* esse aumento tenha sido mínimo. Os sectores em que o emprego mais cresceu foram as *Indústrias Transformadoras* e depois as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* e o *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos.*

Entre 2008 e 2014, o sector que mais perdeu trabalhadores ao serviço foi a *Construção* (cerca de 182 mil) seguido pelo sector das *Industrias Transformadoras*, embora neste sector o número de trabalhadores tenha crescido ligeiramente em 2011 e depois, em 2013. O terceiro sector que mais sofreu em termos de emprego foi o *comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* que, contudo, registou, em 2010, o acréscimo mais considerável. Embora de forma menos evidente os sectores das *atividades administrativas e dos serviços de apoio* e do *alojamento, restauração e similares* também registaram decréscimos com algum significado. Quanto aos sectores das *atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares* e das *atividades de saúde humana e apoio social* o saldo dos seis anos em análise é positivo, sobretudo neste último sector, em que se verifica apenas uma ligeira diminuição em 2009 no número de pessoas ao serviço, seguida por um aumento consecutivo do emprego.

93. Diferenças anuais no número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais sectores de atividade, 2008-2014



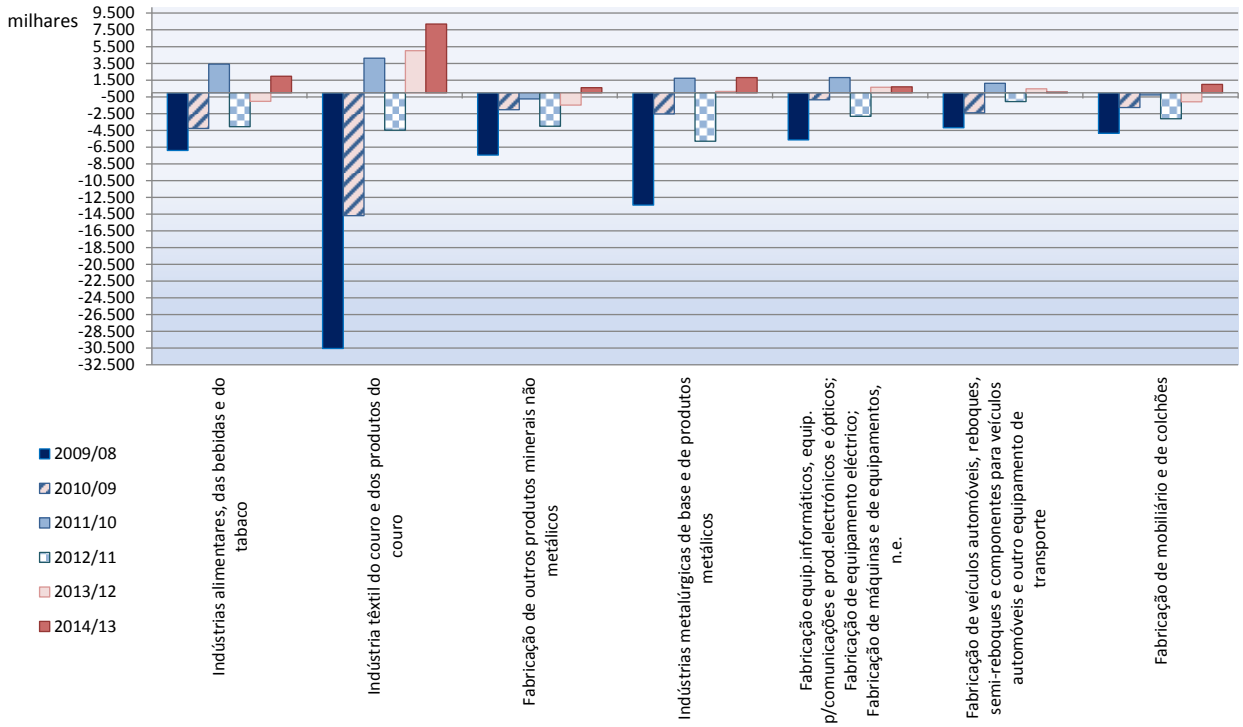
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

No que se refere aos subsectores mais significativos das Indústrias Transformadoras, entre 2008 e 2010 o número de trabalhadores decresceu em todos os subsectores mais significativos sendo esse decréscimo particularmente acentuado entre 2008 e 2009. Os subsectores onde o número de pessoas ao serviço mais diminuiu, neste período, foram o *da Industria têxtil, do couro e dos produtos do couro* (menos cerca de 45 mil trabalhadores no total dos 2 anos), as *Industrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* (menos cerca de 16 mil trabalhadores), as *Industrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (menos cerca de 11 mil) que, entre 2009 e 2010, ultrapassaram o decréscimo registado nas *Industrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* e a *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (cerca de menos 9,5 mil trabalhadores).

Entre 2010 e 2011 o número de trabalhadores ao serviço aumentou, na quase totalidade destes sectores, mas voltou a diminuir, em todos, no ano seguinte, se bem que de forma mais suave do que entre 2008 e 2010. Nos subsectores das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco*, da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* e da *Fabricação de mobiliário e de colchões* esse decréscimo prolongou-se em 2013. O *subsector da Industria têxtil, do couro e dos produtos do couro* foi o subsector que registou o aumento mais significativo no número de trabalhadores ao serviço, em 2013, que ultrapassou,

inclusivamente, o decréscimo registado no ano anterior. Em 2014 este foi também o subsector em que o número de trabalhadores mais cresceu, embora eles tenham aumentado em todos estes subsectores.

94. Diferenças anuais do número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores de atividade das Indústrias Transformadoras



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Considerando **os trabalhadores ao serviço** por dimensão de empresas em 2014, as **empresas com 100 e mais trabalhadores** eram responsáveis por 39,7% do emprego, tendo o seu peso crescido em 3,8 p.p. desde 2008. Nos escalões de empresas até aos 49 trabalhadores registou-se um ligeiro decréscimo do peso do emprego de cerca de 1,9 p.p. no mesmo período.

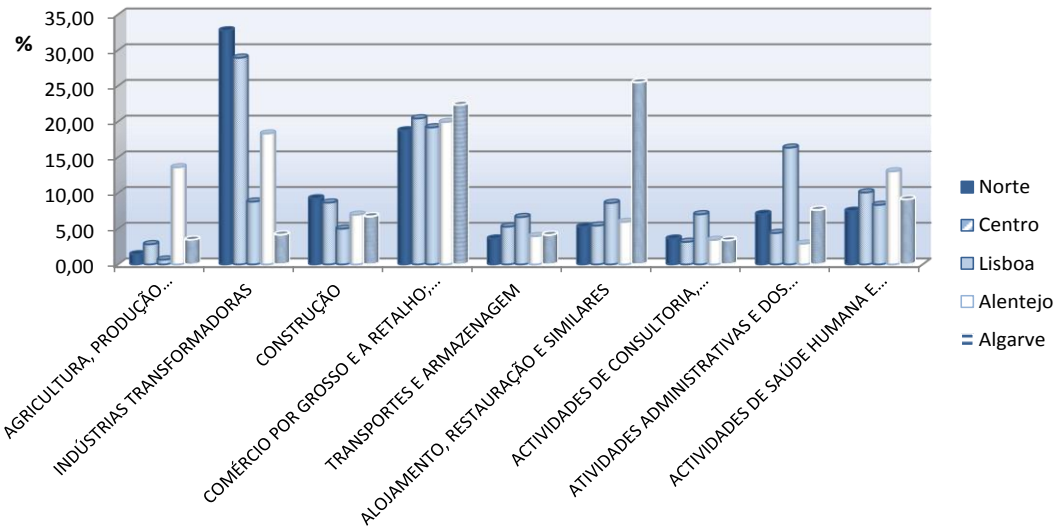
Em 2014, no escalão de empresas **até 9 trabalhadores** os sectores de atividade com maior volume de emprego eram as *atividades imobiliárias*, a *agricultura, caça, floresta e pesca*, o das *atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares e* do *alojamento, restauração e similares.* Em todos estes sectores, o peso deste escalão de empresas decresceu, desde 2008. Os sectores com mais peso no segmento das empresas entre os **10 e os 49 trabalhadores** eram as *indústrias extrativas* e a *administração pública, defesa e segurança social obrigatória.* No que se refere a este último sector registe-se que o peso do emprego neste escalão aumentou de 25,9% em 2008 para 62,6% em 2010, em prejuízo do escalão das empresas com **100 ou mais trabalhadores,** e continuou a reforçar-se, nos anos seguintes. No escalão de empresas com **100 ou mais trabalhadores,** os sectores mais representativos em

termos de emprego eram, em 2014, o das *atividades administrativas e serviços de apoio* (80,1% do emprego no sector), *o* da e*letricidade, gás, vapor água quente e fria e ar frio* (76,1%)e o das *atividades financeiras e dos seguros* (75,3%).

- **Por regiões**

Analisando a estrutura do emprego por conta e outrem por regiões do Continente, constata-se que, em 2014, tal como em anos anteriores, o sector que tinha maior número de pessoas ao serviço no Norte e no Centro era o sector das *Indústrias Transformadoras,* que era também o segundo maior sector na região do Alentejo e o terceiro em Lisboa. Em Lisboa e no Alentejo o sector mais representativo em termos de emprego era o *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos,* que era o segundo sector com mais peso no Norte, no Centro e no Algarve.

95. Estrutura regional do Emprego



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

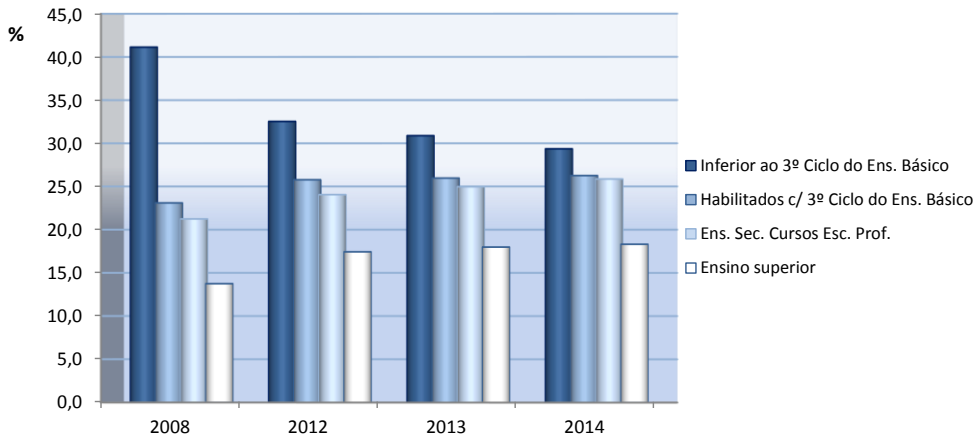
Na região do Algarve o sector mais representativo em termos de emprego continuava a ser o do *alojamento e restauração*. Na região de Lisboa, as *atividades administrativas e dos serviços de apoio* ocupavam o segundo lugar. No Alentejo sector da *Agricultura, produção animal, caça floresta a pescas* ocupava o terceiro lugar em termos de trabalhadores ao serviço, posição que, no Centro e no Algarve era ocupada pelo sector da *saúde humana e apoio social*. Na região Norte a Construção é ainda o terceiro maior sector no que respeita ao emprego.

Entre 2008 e 2014, o peso do sector da *construção* decresceu *mais de 4 p.p. em todas as regiões,* tendo esse decréscimo atingido os 10 p.p. no Algarve. Em contrapartida, o peso da *Saúde humana e apoio social* aumentou, em todas as regiões, sobretudo no Alentejo, em que o crescimento foi de cerca de 4 p.p. Para além disso, no Algarve, o emprego no *alojamento e restauração* também sofreu um aumento com algum significado, o mesmo acontecendo com o sector da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas* no Alentejo. O peso do sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, decresceu, no Alentejo, e aumentou no Norte e no Algarve. Refira-se ainda o acréscimo no peso do emprego no sector das *Atividades de consultoria, científicas e técnicas* nas regiões de Lisboa e do Alentejo.

- **Por níveis de habilitações e qualificações**

Em 2014 os TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino básico representavam 29,4% do total dos trabalhadores por conta de outrem, um pouco mais do que os habilitados com o 3º ciclo do ensino básico e com o ensino secundário e pós secundário não superior que constituíam 26,3% e 25,9% do total, respetivamente. Os TCO com o ensino superior representavam 18,3%.

96. Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitações



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

O peso dos TCO *com menos que o 3º ciclo do ensino básico* diminuiu regularmente desde 2008 embora de forma mais acelerada até 2011. Entre 2013 e 2014 este decréscimo foi de 1,5 p.p. Os TCO com o ensino secundário e pós secundário e os TCO com o ensino superior cresceram na mesma proporção ao longo da série mas, entre 2012 e 2014, o peso dos TCO com o ensino secundário e pós secundário cresceu mais.

Analisando a estrutura dos TCO por nível educativo e por sectores de atividade constata-se que, em 2014, 81% dos TCO na *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, 78% dos TCO das *indústrias*

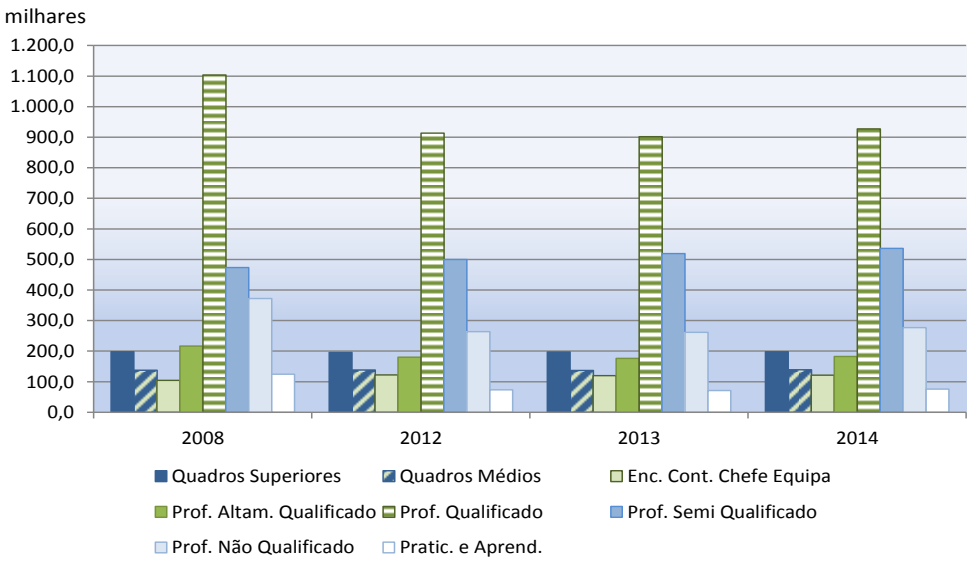
extrativas e 74,7% dos TCO da *Construção* e 71,1% dos trabalhadores das *Indústrias Transformadoras* tinham *até o 3º ciclo do ensino básico.* Nos sectores do a*lojamento, restauração e similares,* da *captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição*, dos *transportes e armazenagem* e das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* mais de 60% dos trabalhadores ao serviço tinham esse mesmo nível e habilitações.

Já os sectores do *comércio*, *das atividades financeiras e dos seguros, das atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas e das atividades dos organismos internacionais,* agregavam os maiores volumes de TCO com o *ensino secundário e pós secundário.* No sector das *atividades financeiras e dos seguros tal como no sector das atividades de informação e comunicação* e no sector da *educação* mais de 50% dos TCO tinham o *ensino superior*.

Refira-se que, no sector da administração pública, defesa e segurança social obrigatória o decréscimo no número de TCO entre 2008 e 2010 atingiu em maior percentagem os habilitados com o ensino superior do que resultou que o peso destes TCO diminuísse. Assim, os TCO com o ensino superior neste sector, que constituíam 31,4% do total em 2008 passaram, em 2010 a representar 13,4%. Em 2015 o peso dos TCO com este nível de habilitações no sector é de 15%.

No que se refere à **estrutura do emprego por níveis de qualificação** em 2014 o grupo dos **Profissionais qualificados** continuava a ser o mais representativo, constituindo 37,7% do total dos TCO. Seguia-se-lhe o grupo dos **Profissionais semiqualificados** (21,8%) e o grupo dos **Profissionais não qualificados (11,3%)**.

97. Evolução dos TCO por níveis de qualificação



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

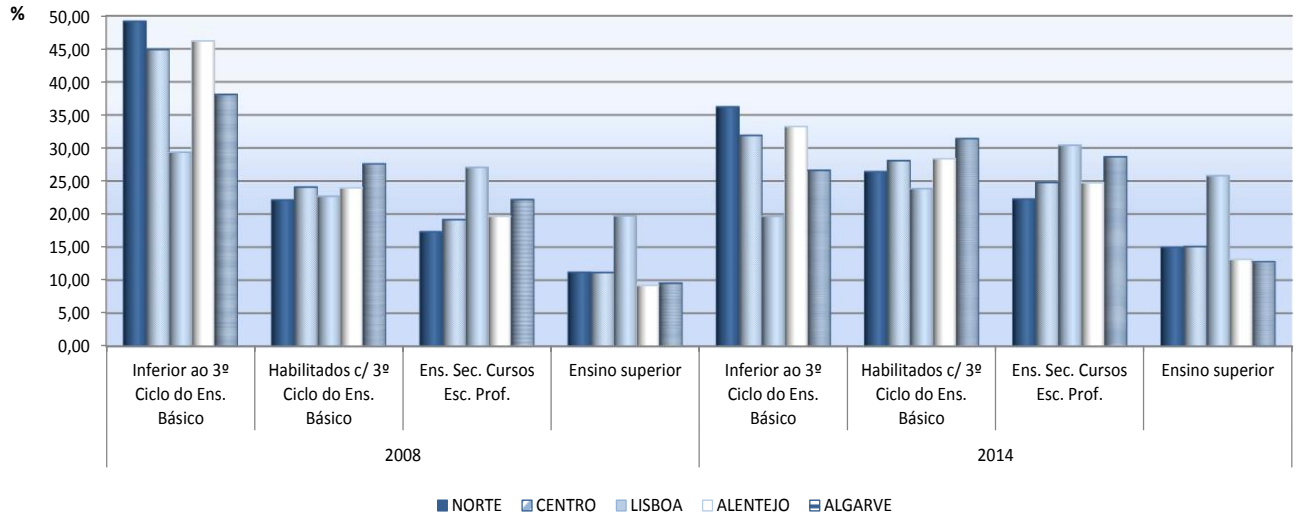
Entre 2008 e 2014 o grupo profissional que mais cresceu foi o dos P**rofissionais semiqualificados** cujo número aumentou sempre durante este período, exceto entre 2011 e 2012.Os grupos profissionais que mais diminuíram foram o **grupo dos Profissionais qualificados** e o **grupo dos Profissionais não qualificados** cujo número diminuiu sempre, até 2013, tendo crescido ligeiramente em 2014. No ano de 2012 todos os grupos profissionais diminuíram em número de TCO. Em contrapartida, e pela primeira vez desde 2008, em 2014 todos os grupos profissionais cresceram.

Em 2014 as mulheres eram maioritárias nos grupos dos **Profissionais semiqualificados,** no grupo dos **profissionais não qualificados** e sobretudo no grupo dos **profissionais semiqualificados,** grupo em que representavam mais 7,5 p.p. do que os homens. No que se refere aos grupos profissionais em que os homens constituíam a maioria o grupo em que a diferença relativamente às mulheres era maior era o grupo dos **Profissionais Qualificados**, em que os homens representavam mais 9,5 p.p. do que as mulheres. Esta situação mantinha-se desde 2008 mas as diferenças entre sexos era mais acentuada, sobretudo no que se refere aos **Profissionais Qualificados** (os homens tinham um peso acrescido de 11,3 p.p.) e aos P**rofissionais semiqualificados (**as mulheres tinham um peso acrescido de 10,2 p.p.).

Em 2014, possuíam o *ensino superior,* 78,9% dos **Quadros Superiores,** 62,5% dos **Quadros Médios** e 33,6% dos **Profissionais altamente qualificados.** A percentagem de TCO com o *ensino superior* aumentou, entre 2008 e 2014 para todos os níveis de qualificação, mas de forma mais significativa no que respeita aos **Encarregados, contramestres e chefes de equipa** . Por outro lado, o decréscimo no peso dos TCO com *menos que o 3º ciclo do ensino básico*, que foi comum a todas as categorias, atingiu valores mais elevados nas categorias de **Encarregados, contramestres e chefes de equipa, Profissionais semiqualificados** e **Profissionais Não Qualificados.** Contudo**,** em 2014, nos grupos dos **Profissionais Qualificados, dos Profissionais semiqualificados** e **Profissionais Não Qualificados** o escalão de habilitações que reúne maior percentagem de TCO é o dos que possuem menos que o 3º ciclo do ensino básico.

Em 2014, os TCO com até ao 3º ciclo do ensino básico representam, cerca de 60% dos TCO em todas as regiões exceto em Lisboa, onde constituíam 43,5%. Lisboa era a região com maior percentagem de TCO com o ensino secundário (30,4% do total) e com o ensino superior (25,8%) exatamente o oposto do que acontecia com a região Norte. O Algarve continuava a segunda região com maior percentagem de TCO com o ensino secundário (28,7%) e o Centro a segunda região em termos de percentagem de TCO com o ensino superior, (15,9%).

98. Evolução estrutura de habilitações TCO por regiões



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

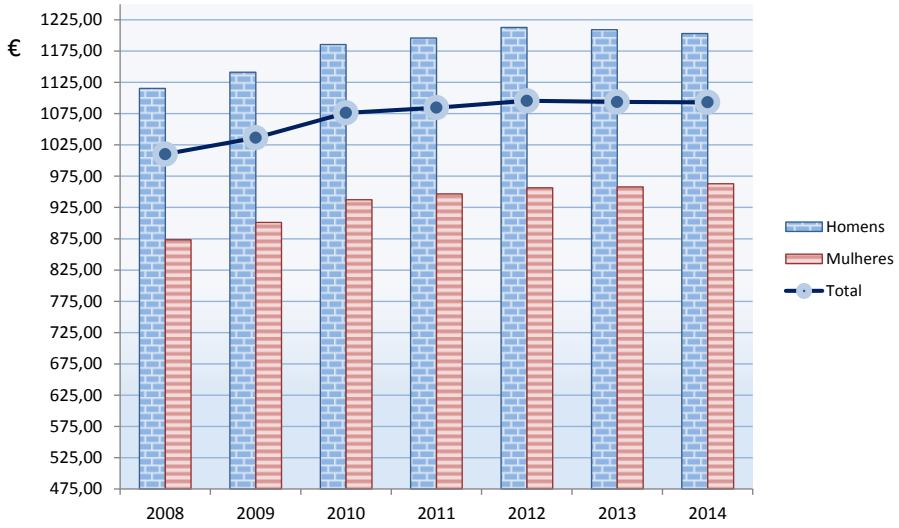
Lisboa foi a região onde a percentagem de TCO com o ensino superior mais cresceu, entre 2008 e 2014 enquanto o peso dos TCO com o ensino secundário cresceu mais no Algarve. Já o decréscimo dos TCO com menos que o 3º ciclo do ensino básico foi mais acentuado no Norte, no Alentejo e no Centro. O Norte e o Alentejo foram também as regiões que registaram maiores aumentos dos *TCO com até ao 3º ciclo do ensino básico*. Já no que se refere às regiões do Centro e do Algarve, a diminuição registada nos TCO com esse nível e habilitações resultou num reforço mais acentuado dos *TCO com o ensino secundário.*

7. GANHOS E REMUNERAÇÕES

7.1. Remunerações: ganhos médios e mediana do ganho[25]

Em 2014, o ganho médio mensal era de 1.093,21 € tendo diminuído 0,1% relativamente a 2013. Entre 2012 e 2013 tinha-se verificado já um decréscimo do ganho médio de 0,2%. Analisando a evolução do ganho médio mensal desde 2008 constata-se que este aumentou 2,6% entre 2008 e 2009 e depois 3,8% entre 2009 e 2010 para se manter em cerca de 1% nos anos seguintes e começar a decrescer, embora muito ligeiramente, nos dois últimos anos da série.

99. Evolução do ganho médio mensal por género



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

O ganho médio mensal feminino constituía cerca de 80% do ganho médio mensal masculino em 2014. Essa diferença entre géneros tem vindo, contudo, a atenuar-se desde 2008 tendo em conta que o ganho médio feminino cresceu percentualmente mais do que os homens todos os anos da série exceto no ano de 2012 sendo que, nos dois últimos anos continuou a crescer enquanto o masculino diminuía.

[25] Dos trabalhadores por conta de outrem que trabalharam o horário completo tendo auferido remuneração base completa no período de referência (outubro).

100. Ganho médio mensal e mediana do ganho (Valores em €)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ganho médio mensal	*1010,38*	*1036,44*	*1076,26*	*1084,55*	*1059,59*	*1093,82*	*1093,21*
Mediana do ganho	*721,82*	*740,00*	*768,38*	*776,00*	*783,62*	*785,45*	*786,99*

Nota: informação relativa ao continente e ao mês de outubro (período de referência estatístico).
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Em outubro de 2014, a mediana do ganho era de 787 euros, um valor mais baixo que o ganho médio. Ao longo da série, a mediana do ganho representou sempre cerca de 71,5% do ganho médio, tendo evoluído de um modo geral de forma semelhante, à exceção de 2011, 2013 e 2014, anos em que cresceu de forma mais acentuada.

101. Variações anuais do ganho médio mensal e da mediana do ganho (Valores em €)

	2009/08	2010/09	2011/10	2012/11	2013/12	2013/14
Ganho médio mensal	*2,58*	*3,84*	*0,77*	*1,02*	*-0,16*	*-0,06*
Mediana do ganho	*2,52*	*3,83*	*0,99*	*0,98*	*0,23*	*0,20*

Nota: informação relativa ao continente e ao mês de outubro (período de referência estatístico).
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

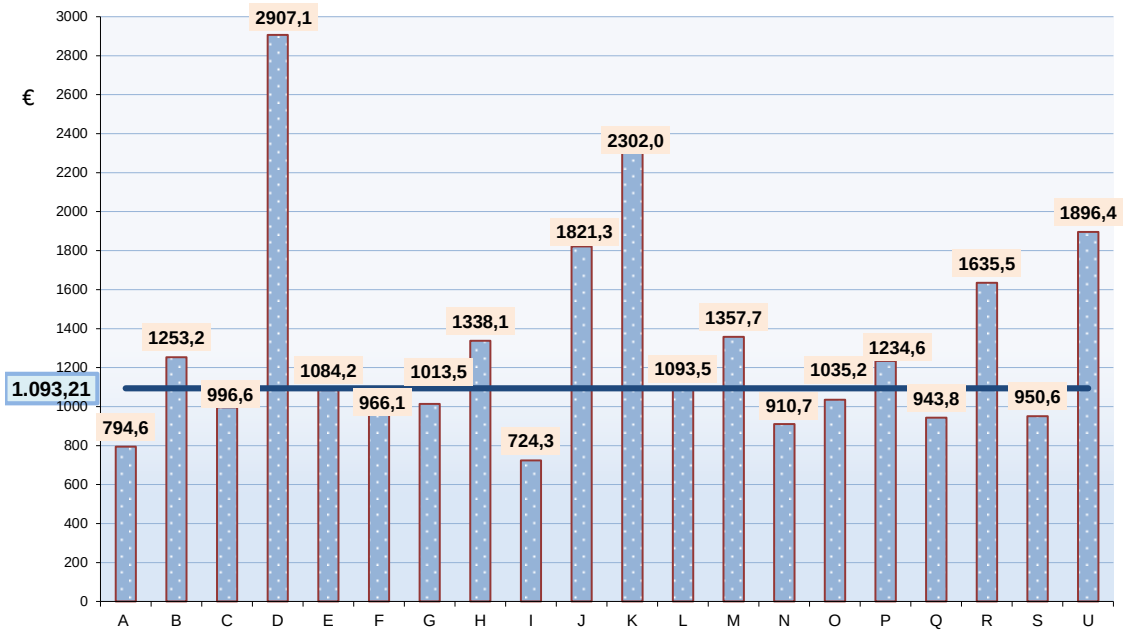
Analisando o ganho médio mensal por sectores de atividade constata-se que, em 2014, os sectores que registavam os valores mais elevados eram a *eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio,* (sector em que o ganho médio era quase três vezes superior ao ganho médio no Continente) seguido pelas *Atividades financeiras e de seguros*, *pelas Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* e pelas A*tividades de informação e comunicação*. Em contrapartida os sectores do *Alojamento, restauração e similares*, e o sector da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* tinham os ganhos médios mensais mais baixos.

Entre 2013 e 2014, verificou-se uma diminuição dos ganhos médios em cerca de metade dos sectores, que foi mais acentuada nas *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (-4,8%), *nas atividades de informação e de comunicação* (-2,3%) e nas *atividades dos organismos internacionais* (-1,9%).

Os sectores em que o ganho médio mais cresceu, em 2014, foram as *indústrias extrativas* (3%) e depois, embora de forma bastante menos acentuada, na *administração pública, defesa e seguranças social*

obrigatória (1,4%) e no *Alojamento, restauração e similares* (1,3%). Analisando a evolução do ganho médio por sector de atividade desde 2008, constata-se que foi também no sector das Industrias extrativas, e mais ainda no sector da *eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* que o ganho médio mais aumentou. O sector onde o ganho médio mais diminuiu, ao longo da série, foram as *atividades de informação e comunicação.* Já quanto à *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* o ganho médio mensal não registou variação.

102. Ganho médio mensal por sectores de atividade em 2014



A	AGRIC., PROD.ANIMAL, CAÇA, FLORESTA PESCA
B	IND. EXTRACTIVAS
C	IND. TRANSFORMADORAS
D	ELECT, GÁS, VAPOR, ÁGUA E AR FRIO
E	CAPT.,TRATAM. E DISTRIBUIÇÃO ÁGUA; SANEAM.GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOL.
F	CONSTRUÇÃO
G	COM. POR GROSSO E A RETALHO; REP. VEÍCULOS AUTO E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJ., RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ACTIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
P	EDUCAÇÃO
Q	ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ACTIVID. ARTÍSTICAS, DE ESPECTÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS
U	ACTIV.DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERR.

Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

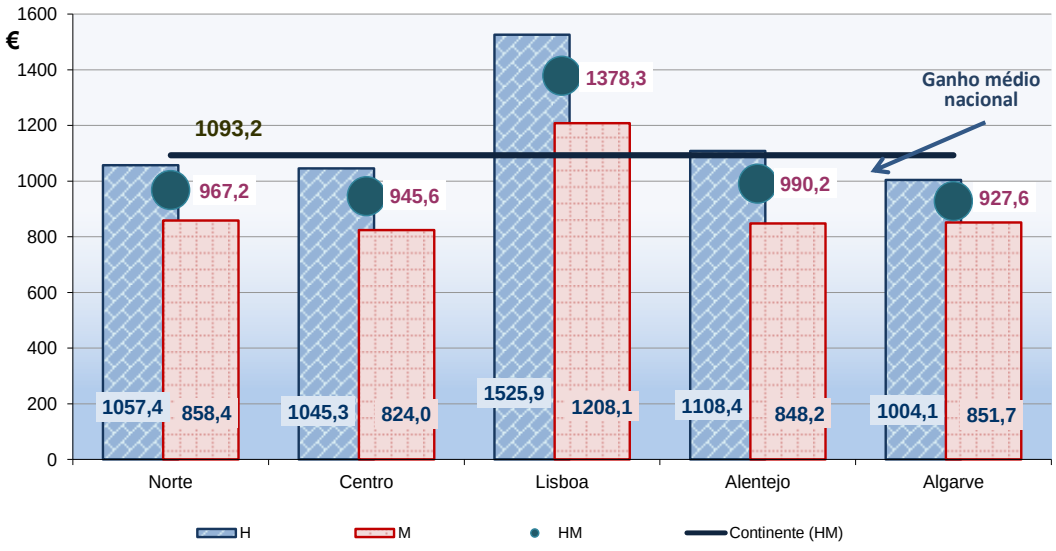
No que respeita às diferenças entre sexos nos diversos sectores de atividade, em 2014, o ganho médio feminino continuava ligeiramente superior ao masculino nos sectores das i*ndústrias extrativas*, da c*aptação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição*, da c*onstrução*, dos t*ransportes e armazenagem* e no da a*dministração pública, defesa e segurança social obrigatória. O* s sectores onde se registavam maiores diferenças mantinham-se as a*tividades artísticas, de*

espetáculos, desportivas e recreativas (menos cerca de 906,7 € para as mulheres), *nas atividades financeiras e de seguros (*menos cerca de 624 €), nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (menos 388,2 €) nas a*tividades de saúde humana e apoio social* (menos cerca de 359 €).

Sublinhe-se, no entanto que entre 2013 e 2014, o ganho médio feminino registado variações mais positivas em todos os sectores, exceto no que se refere à *Educação* em que o ganho médio feminino diminuiu enquanto o masculino aumentou ligeiramente e as Indústrias Transformadoras em que ambos aumentaram, mas mais o ganho médio masculino. Analisando a evolução do ganho médio por sexo desde 2008 verifica-se igualmente que a variação do ganho médio feminino foi mais favorável do que a variação do ganho médio masculino em todos os sectores, com exceção do da *eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio.*

Em 2014, como aliás nos anos anteriores, Lisboa era a região que apresentava um ganho médio mais elevado, (1.378,3 €). Seguiam-se a alguma distância as outras regiões, que apresentavam valores muito próximos. O Algarve era a região onde o ganho médio era mais baixo (927,6 €) As únicas variações positivas nos ganhos médios relativamente a 2013 registaram-se no Norte e no Centro. Considerando a evolução desde 2008 a evolução mais positiva em termos de ganhos médios verificou-se no Alentejo, seguindo-se-lhe o Norte.

103. Ganho médio mensal por género e por região



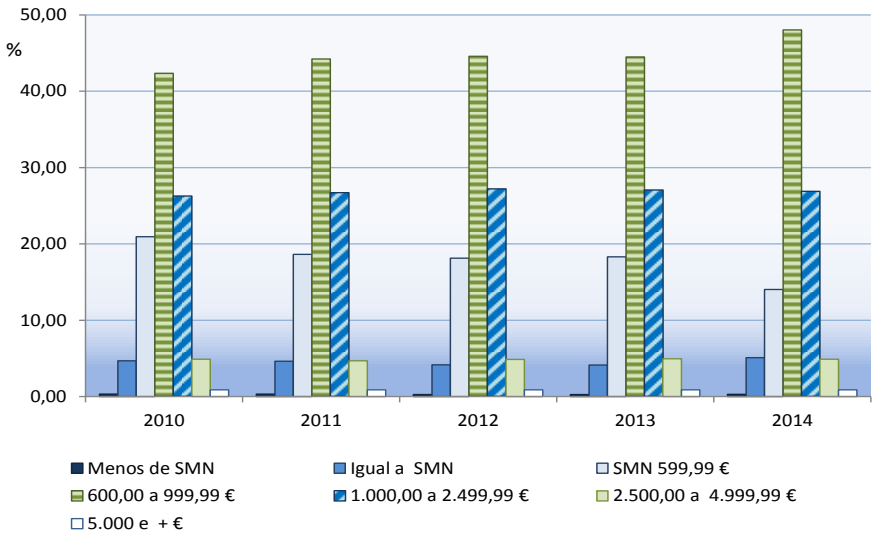
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Os ganhos médios masculinos eram superiores aos femininos em todas as regiões mas a evolução do ganho médio feminino foi mais positiva. Precisamente ao contrário do que vinha acontecendo em anos anteriores, em 2014, o Algarve foi a região onde a diferença entre o ganho médio feminino e masculino foi maior. O Centro foi a região onde essa diferença entre sexos foi menor.

7.2. Estrutura Remuneratória

Relativamente à estrutura remuneratória dos Trabalhadores por Conta de Outrem, em 2014, e **considerando a remuneração base mais as prestações regulares**[26], o escalão remuneratório que reunia maior percentagem de trabalhadores era o escalão dos "600 aos 999,99 €", que agregava cerca de 48% do total. Seguia-se-lhe o escalão dos "1000 aos 2499,9 €", que representava 26,8%, e depois o escalão "SMN aos 599,9 €" que constituía 14,2%. O escalão "igual ao SMN" agrupava 5,1% dos TCO e o escalão "entre os 2500 e os 4999,9 € 4,9%. Finalmente, o escalão remuneratório mais elevado, "5000 e mais €", representava apenas 0,9% dos TCO e o escalão mais baixo "menos do SMN" cerca de 0,3%. Entre 2010 e 2014 o peso do escalão remuneratório entre "600 e 999,99 €" aumentou 5,7 p.p. e o escalão imediatamente a seguir 0,6 p.p., em prejuízo dos escalões de remuneração mais baixos.

104. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO



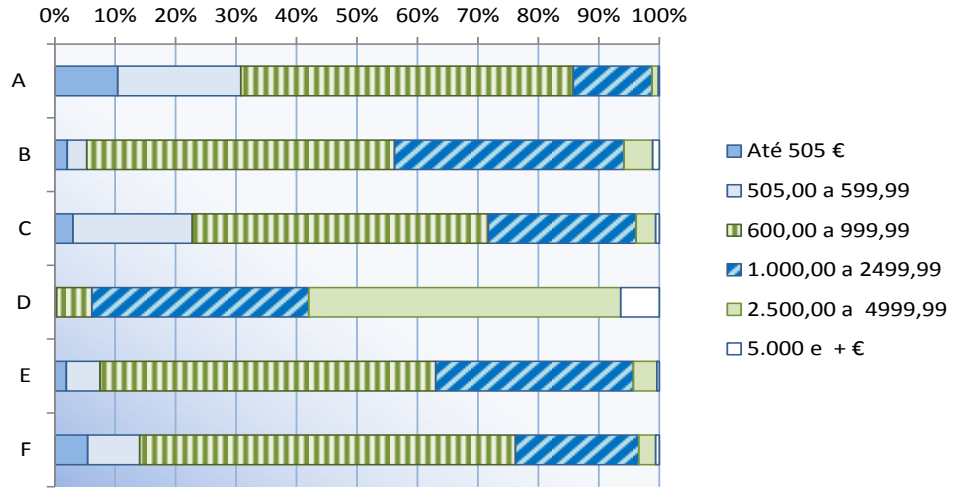
Nota: em 2012 o SMN aumentou de 575 € para 585 € e em 2014 para 505 €
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

[26] Dos trabalhadores por conta de outrem que trabalharam o horário completo tendo auferido remuneração base completa no período de referência (outubro).

Entre 2010 e 2011 o peso do escalão "SMN aos 599,9 €" decresceu 2,3 p.p. em proveito do escalão "600 aos 999,9 €" mas também do escalão "1000 a 2499,9 €". Em 2012, ano de atualização do SMN, foi aliás este último o escalão que mais cresceu. Já em 2013 ambos estes escalões perderam representatividade para o escalão "SMN aos 599,9 €". Em 2014, com nova atualização do SMN, o escalão "SMN aos 599,9 €" decresceu 4,3 p.p., em parte para o escalão "igual ao SMN", que aumentou, mas mais ainda para o escalão "600 aos 999,9 €".

Relativamente à estrutura remuneratória nos diferentes sectores de atividade, (excluindo os serviços), em 2014, refira-se que 9.6% dos trabalhadores da *Agricultura, produção animal, caça floresta e pescas,* se situava no escalão igual ao SMN, ou seja, ganhava 505 €; 45,3% dos trabalhadores da *Industria têxtil, do couro e dos produtos do couro* e 32,9% dos trabalhadores do *Fabrico de mobiliário e de colchões* situava-se no escalão "SMN aos 599,9 €"; 62,9% dos trabalhadores da *Construção e* 60,7% dos trabalhadores das *Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabrico de obras de cestaria e de espartaria* ganhava entre "600 e 999,9 €". No sector da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* mais de metade dos trabalhadores situava-se no escalão entre os "2500 e 4999,9 €". O peso do escalão "5,000 e mais €" neste sector (6,3%) era também muito mais significativo do que em todos os outros sectores

105. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO por sector de atividade em 2014

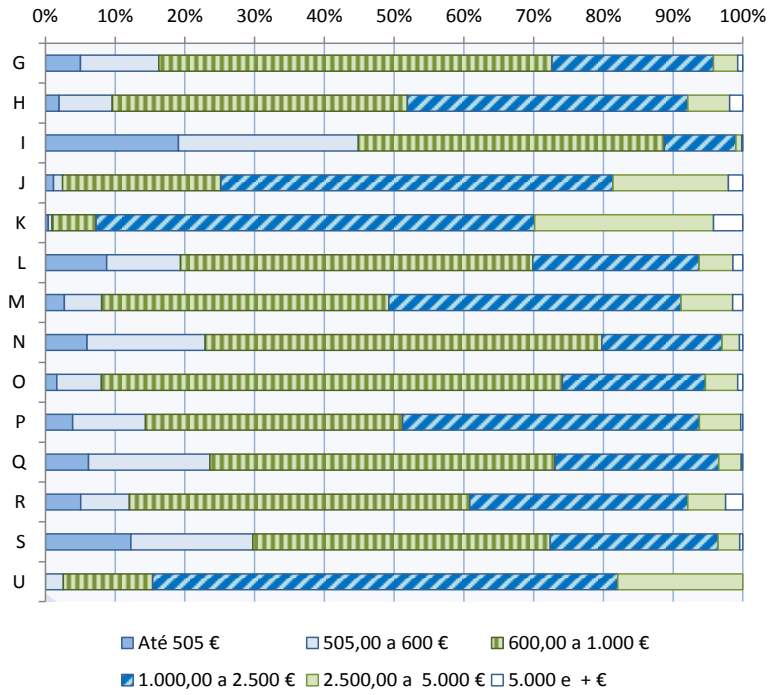


A	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA
B	INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPT.,TRAT. E DIST. DE ÁGUA; SANEAMENTO,GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO

Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

No que se refere aos serviços, em 2014 no *Alojamento, restauração e similares* e nas *Outras Atividades de Serviços* o peso do escalão "igual ao SMN" era de 18,5% e de 11,8%, respetivamente. Na *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* 66,1% dos trabalhadores auferia entre "600 e 999,9 €". Nos sectores das *Atividades financeiras e dos seguros* e das *Atividades de informação e comunicação* o escalão "1.000 aos 2.499,99 €" abrangia respetivamente, 63% e 56,2% dos trabalhadores, sendo que, no sector das *Atividades financeiras e dos seguros* 4,2% dos trabalhadores auferia "5000 e mais €". Refira-se ainda que as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* eram o sector em que o escalão remuneratório "até ao SMN" tinha maior significado, abrangendo 1, 8% dos trabalhadores.

106. Evolução da estrutura remuneratória dos TCO por sector de atividade em 2014 – serviços



G	COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO; REP. DE VEÍC. AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM	O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	P	EDUCAÇÃO
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO	Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS	R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES	U	ATIV. ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Analisando a evolução dos escalões remuneratórios entre 2010 e 2014 constata-se uma tendência geral para um ligeiro decréscimo na proporção de trabalhadores nos escalões até ao SMN e um aumento do peso dos escalões seguintes. Apenas no sector da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* se

registou uma diminuição mais acentuada (15,7 p.p.) no peso do escalão remuneratório 2500 € a 4.999,9 €.

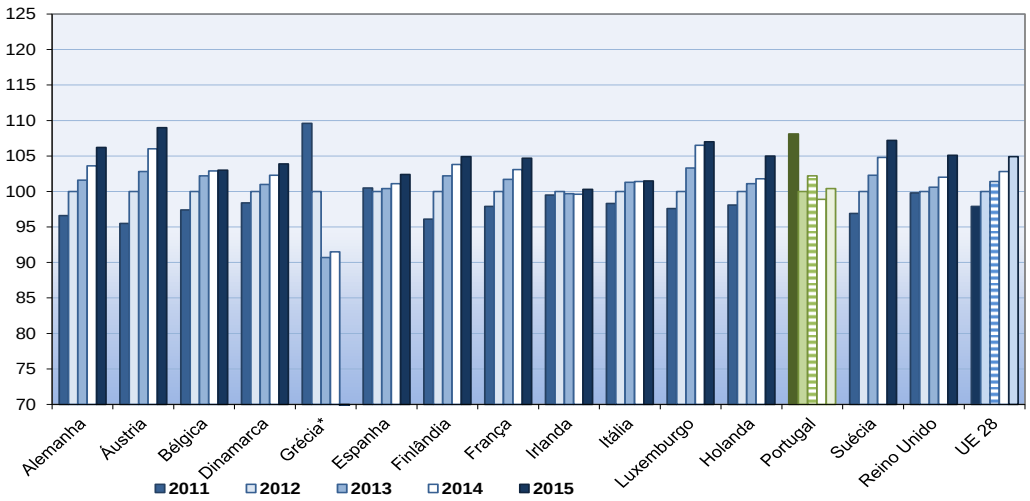
7.3. Índice do custo de trabalho

Segundo os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2015, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 1% relativamente a 2014. O índice do custo de trabalho aumentou na maioria dos sectores de atividade. O sector de atividade onde se verificou um maior acréscimo face a 2014 foi o das Outras Atividades de *Serviços*. O índice de custo de trabalho diminuiu nas *Indústrias Extrativas, Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição*, na *Educação* e nas *Atividades de saúde humana e apoio social*.

Considerando a informação coligida pelo Eurostat, constata-se que relativamente aos outros países da UE 28, Portugal é um dos países onde o custo de trabalho é mais baixo. Apenas em Chipre, na Eslovénia e na Irlanda se verificaram índices de custos de trabalho mais baixos.

107. Índice do custo de trabalho nos países da UE

(Base 2012 = 100)



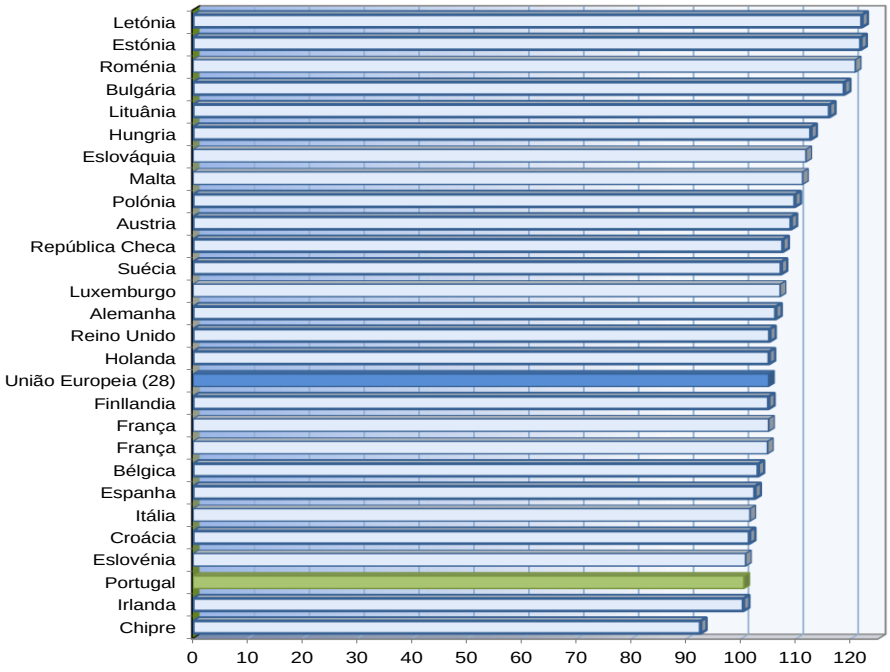
Fonte: EUROSTAT, *Labour Cost Índex*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os sectores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K). Não estão disponíveis valores para a Grécia, para 2015.

Registe-se que, em 2011, Portugal era, a seguir à Grécia, o Pais da U E onde o índice de custo de trabalho era mais elevado, mas foi também, a seguir à Grécia, o País onde este decresceu mais.

108. Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2015

(Base 2012 = 100)



Fonte: Eurostat, *Labour Cost Index*

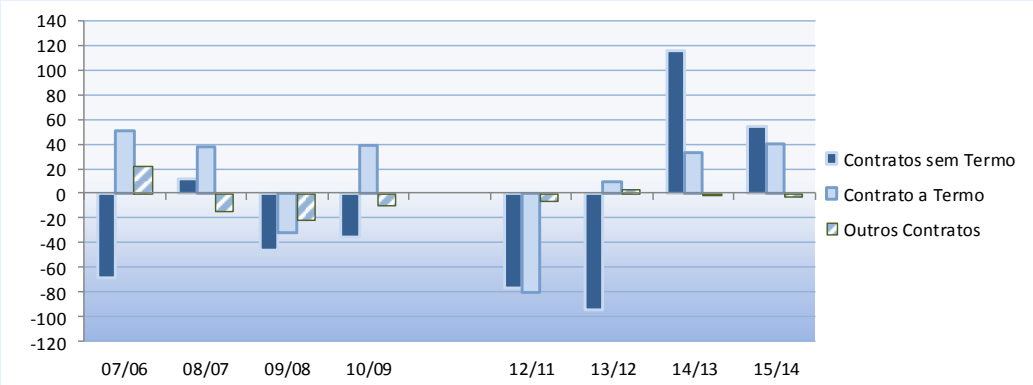
Notas: O índice do custo do trabalho abrange os sectores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

8. PRECARIEDADE[27] NO MERCADO DE TRABALHO

Há um conjunto de dados coligidos neste relatório que apontam para um aumento da precariedade no mercado de trabalho. No que se refere aos contratos de trabalho, nos últimos 10 anos, enquanto na média dos 28 países da União Europeia (ver ponto 2.1) a percentagem de contratos a termo, se manteve nos cerca de 14%, em Portugal esta percentagem era de 20,4% em 2006 e tinha aumentado para 22% em 2015.

No Inquérito ao Emprego do INE o peso dos contratos a termo no total dos trabalhadores por conta de outrem é inferior, (18,6% em 2015) mas a evolução é semelhante. Para além disso, ao longo de todo o período, os contratados a termo diminuem menos e crescem mais e mais rapidamente do que os contratados sem termo.

109. Evolução do número de TCO por tipo de contrato



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

De facto, entre 2006 e 2008, o emprego por conta de outrem cresceu em cerca de 40,6 mil pessoas mas apenas devido ao crescimento dos contratos a termo, que aumentaram 14,7%, (o que corresponde a cerca de mais 89 mil contratados) já que os contratos sem termo diminuíram, nestes dois anos.

[27] Neste relatório, a precariedade é associada a formas de trabalho que implicam insegurança no emprego, salários baixos e perda de regalias sociais.
Refira-se, contudo, que as formas mais flexíveis de trabalho, que se têm vindo a consolidar na Europa (que incluem, por exemplo, os contratos a termo, os contratos temporários, os contratos a tempo parcial e o recurso a prestadores de serviços) são defendidas como forma de garantir a competitividade das empresas numa economia globalizada. Para além disso, mercados de trabalho mais dinâmicos oferecem mais liberdade, oportunidades e recompensas aos indivíduos dispostos a aproveitá-las desde que estes reúnam as necessárias competências.
Todavia, a existência de uma multiplicidade de formas contratuais tem também promovido a segmentação do mercado de trabalho, concentrando a rotatividade de emprego em determinados grupos de trabalhadores e agravando a segregação e a desigualdade.

Mesmo entre 2008 e 2010, com o número de trabalhadores por conta de outrem a diminuir quase 3% (menos cerca de 106,5 mil pessoas) o número de contratos a termo cresce, em cerca de 1,7%, já que ao decréscimo verificado entre 2008 e 2009 se sucede um acréscimo ainda maior, entre 2009 e 2010.

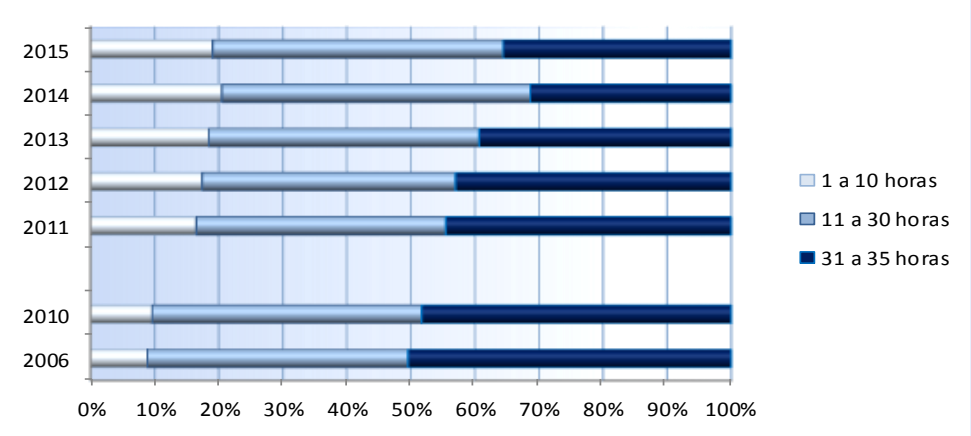
Entre 2011 e 2013 o decréscimo no emprego por conta de outrem foi bastante mais acentuado (cerca de -245,8 mil pessoas). Entre 2011 e 2012 os contratados a termo diminuem fortemente e num número muito próximo dos contratados sem termo, mas, no ano seguinte, com os contratos sem termo a diminuírem ainda mais, o número de contratados a termo aumentaram ligeiramente, Finalmente, entre 2013 e 2015, o emprego por conta de outrem cresceu em cerca de 241,4 mil indivíduos, tendo o número de contratados sem termo crescido em 6,5%, depois de terem diminuído 6,3% nos 2 anos anteriores. Por outro lado, os contratados a termo, que tinham diminuído 10,8% cresceram 12,3%.

Outro dado estatístico que aponta para um acréscimo da precariedade, respeita ao número de trabalhadores a tempo parcial que gostariam de trabalhar mais horas, ou seja, ao subemprego. Entre 2008 e 2010, a percentagem de subemprego aumentou em 1,3 p.p. A partir de 2011 esta percentagem é ainda mais significativa. Nesse ano, 33,2% dos empregados que trabalhavam a tempo parcial estavam disponíveis para trabalhar mais horas e essa percentagem cresceu em 8,8 p.p. até 2015.

Assim, os empregados que trabalhavam a tempo parcial parecem ter sido os primeiros a sofrer o decréscimo do emprego sendo que, relativamente aos que permaneceram empregados, as condições de emprego se agravaram, sobretudo nos últimos cinco anos.

Também a análise da evolução da população empregada por escalão de duração semanal habitual de trabalho aponta no sentido de um reforço da precariedade no mercado de trabalho nos últimos 10 anos. Assim, a população empregada que trabalhava habitualmente até 35 horas por semana constituía, em 2006 25,9% da população empregada e em 2015, 18,2%. Neste escalão a percentagem da população empregada que trabalhava habitualmente entre 11 e 30 horas aumentou, nos primeiros cinco anos, de 40,7% para 42,1%, em prejuízo da população empregada que trabalhava habitualmente entre 31 a 35 horas semanais. Mas foi sobretudo entre 2011 e 2015 que esse aumento se tornou mais evidente e significativo a ponto de, a partir de 2013, esta subcategoria passar a ser maioritária.

110. Evolução da população empregada por duração habitual de trabalho semanal até 35 horas



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A percentagem de pessoas empregadas que trabalhava entre 1 e 10 horas também aumentou, neste período, em 2,6 p.p. Assim, do total dos empregos que se perderam na categoria dos que trabalhavam habitualmente até 35 horas por semana, 75% trabalhavam habitualmente entre as 31 a 35 horas. No último ano, contudo, o ligeiro acréscimo no emprego respeita exclusivamente a esta subcategoria, já que as outras continuam a diminuir.

Para além destes aspetos há ainda que ter em conta a questão das remunerações. A comparação do salário mínimo em poder de compra padrão nos diferentes países da União Europeia (ponto 2.1.) permite constatar que, relativamente aos 21 países referidos, Portugal se situa em 13º lugar, à frente da Bulgária, da Roménia, das Repúblicas do Báltico, da Eslováquia, da Hungria e da República Checa.

De acordo com a informação dos Quadros de Pessoal do GEP, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, em 2014, era de 1.093,21 €, tendo este diminuído em 0,3% desde 2012. Por outro lado, a mediana do ganho era de 787 €.

Se analisarmos a estrutura remuneratória relativa às remunerações base mais prestações regulares dos TCO, verificamos que, em 2014, 67,4% do total dos trabalhadores por conta de outrem se enquadrava nos escalões até aos 999,99 €, (uma percentagem praticamente equivalente à registada em 2011) e 19,4% dos TCO se situava no escalão de remuneração até aos 599,99 €. (tendo essa percentagem diminuído em 6,5 p.p. deste 2010).

Relativamente aos diferentes sectores de atividade, o Alojamento, restauração e similares e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca eram, em 2014, os sectores em que o ganho médio era mais baixo (respetivamente 66,5% e 72,7% do ganho médio nacional).

Para além disso, o peso dos TCO nos escalões até 599,99 € no subsector da *Industria têxtil, do couro e produtos do couro* era de 49,2% no sector do *Alojamento, Restauração e similares* era de 44,9% e no sector da *Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca* era de cerca de 30%. Sublinhe-se ainda que, no sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* 1,8% dos trabalhadores tinha uma remuneração inferior ao salário mínimo, sendo essa percentagem de 0,3% para o total dos trabalhadores.

9. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

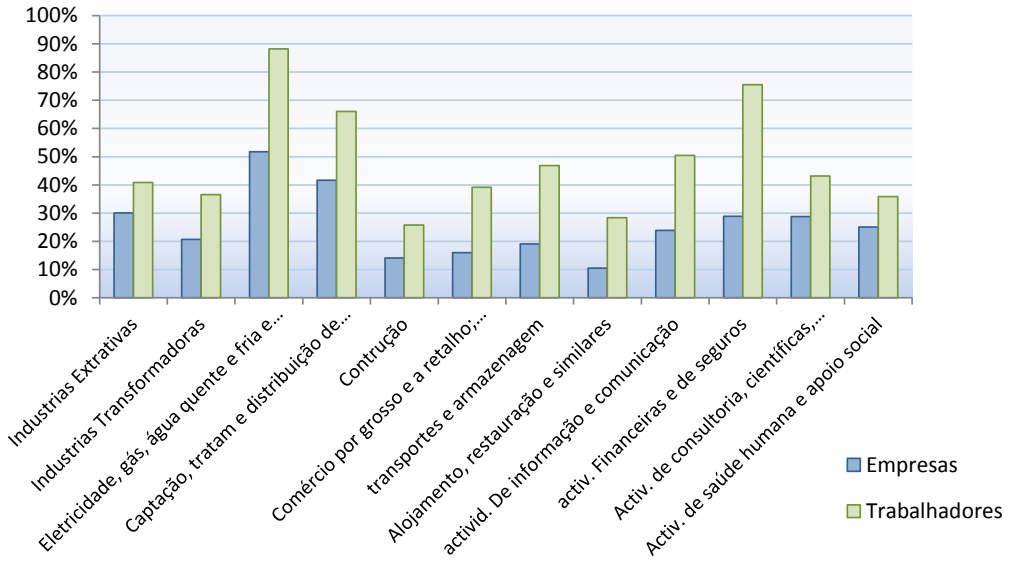
9.1. Formação contínua nas empresas

O relatório anual de formação contínua que constitui o anexo C do *Relatório Único* reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores. Esse relatório foi publicado pelo GEP a partir de 2010. Assim, procedeu-se à análise comparativa destes dados entre 2010 e 2014, ano a que respeita o último relatório disponibilizado.

Em 2014, 17,6% das empresas respondentes, ou seja, 45.574 empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores. Desde 2010 esta percentagem aumentou cerca de 2 p.p. embora o número de empresas não tenha variado muito.

Estas ações de formação abrangeram cerca de 976,6 mil trabalhadores, que correspondiam a 37% dos trabalhadores ao serviço nas empresas. Entre 2010 e 2013 essa percentagem de trabalhadores aumentou sempre (embora entre 2011 e 2012 se tenha verificado um decréscimo de cerca de 50 mil no número de trabalhadores abrangidos) Entre 2013 e 2014 a percentagem de trabalhadores diminuiu ligeiramente mas o número de trabalhadores abrangidos cresceu.

111. Empresas e trabalhadores envolvidos em acções de formação contínua por sectores de atividade em 2014



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

No que respeita aos diferentes sectores de atividade, os sectores em que maior percentagem de empresas desenvolveu ações de formação foram, em 2014, primeiro o sector da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* (51,8% das empresas) e depois o sector *da Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição* (41,7% das empresas) estes foram também os sectores em que as ações abrangeram percentagens mais significativas de trabalhadores ao serviço (88,2% e 66%, respetivamente) juntamente com o sector das *Atividades Financeiras e Seguros* (75,5% dos TCO do sector). Os sectores com menor percentagem de empresas promotoras de formação e trabalhadores abrangidos foram a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, e as *Atividades imobiliárias*.

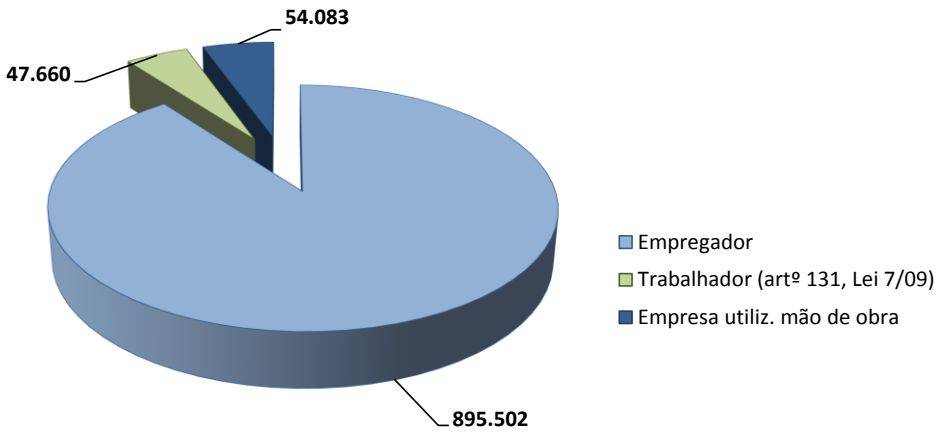
Entre 2010 e 2014 os sectores de atividade em que a percentagem de empresas promotoras de ações de formação bem como a percentagem de trabalhadores abrangidos mais cresceu foram a *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, as Indústrias extrativas e as Atividades de saúde humana e apoio social.* No sector da *Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares* verificou-se também um aumento significativo na percentagem de trabalhadores envolvidos embora a percentagem de empresas promotoras tenha diminuído.

Já no que se refere aos subsectores da Indústria Transformadora os subsectores que mais se destacam em termos quer da percentagem de empresas promotoras de formação quer em percentagem de trabalhadores abrangidos são: o do *Fabrico de coque, produtos petrolíferos refinados e aglomerados combustíveis, Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos*; o da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas; o do Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas* e o da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte,* sendo que os três últimos sectores foram também aqueles em que o número de empresas promotoras mais cresceu desde 2010.Nos dois últimos sectores, a percentagem de trabalhadores abrangidos também aumentou mais de 10 p.p. no mesmo período. O subsector com menor percentagem de trabalhadores envolvidos em ações de formação, em 2014, foi o da *Industria têxtil e dos produtos do couro.*

Se analisarmos o número de trabalhadores abrangidos por ações de formação continua considerando os escalões de dimensão das empresas constatamos que a percentagem de trabalhadores abrangidos aumenta à medida que o escalão de dimensão aumenta. Assim, em 2014, nas empresas com 1 a 9 trabalhadores 11,6% dos trabalhadores beneficiaram de ações de formação promovidas pelas empresas, enquanto nas empresas com 250 a 499 trabalhadores essa percentagem foi de 57,5% e nas empresas com

500 e mais trabalhadores de 62,2%. A percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação aumentou entre 2010 e 2013 em todos os escalões de empresas e diminuiu, entre 2013 e 2014, também em todos os escalões, exceto no escalão dos 50 aos 249 trabalhadores.

112. Trabalhadores em acções de formação por iniciativa da formação, em 2014



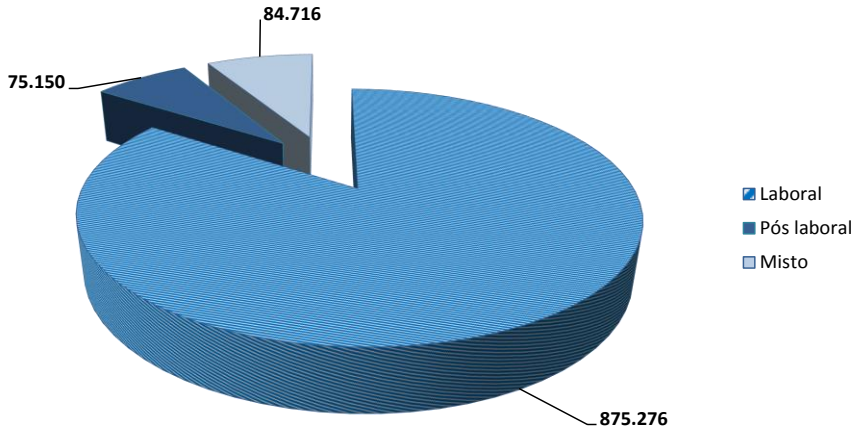
Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Em 2014, mais de 90% dos trabalhadores que frequentaram ações de formação frequentaram ações da iniciativa do empregador, 5,5%, ações de formação da iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra e 4,9% ações de formação por sua própria iniciativa.

No que respeita aos anos anteriores, a percentagem de trabalhadores em ações de formação, abrangidos por ações da iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra atingiu o valor mais alto em 2012, em que ultrapassou os 10%. Já o peso dos trabalhadores envolvidos em ações por sua própria iniciativa no total dos trabalhadores em formação registou o valor mais elevado em 2011 (8,7%)

Relativamente aos sectores de atividade, a percentagem de trabalhadores abrangidos por ações da iniciativa do empregador era de 99,5% do total dos trabalhadores em formação, no sector da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* e de quase 95% nos sectores do *Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos* e do *Alojamento, Restauração e similares.* Nos sectores da Educação, das *Atividades Imobiliárias* e das *Atividades Financeiras e dos Seguros* a percentagem de trabalhadores em formação que respeitava às ações de sua própria iniciativa era de mais de 10%. No sector das *Atividades Imobiliárias* bem como no sector das *Atividades de Consultoria, Cientificas, Técnicas e similares* mais de 10% dos trabalhadores em ações de formação frequentaram ações da iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra.

113. Trabalhadores em acções de formação por tipo de horário, em 2014



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Em 2014, aproximadamente 90% dos trabalhadores em formação frequentaram ações de formação em horário laboral e 8,7% em horário misto. 7,7% dos trabalhadores em formação frequentou ações em período pós laboral. A distribuição foi sensivelmente a mesma em anos anteriores, embora entre 2010 e 2013 o peso dos trabalhadores envolvidos em ações pós laborais e mistas se situasse nos 9%.

No que se refere aos diferentes sectores de atividade, sobressaem, em 2014, o sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* em que 30,8% dos trabalhadores em formação frequentaram ações em horário pós laboral e o *sector da informação e comunicação*, em que 34,3% frequentaram ações em horário misto. Do mesmo modo, no subsector do *Fabrico de pasta, de papel, cartão e seus artigos, impressão e reprodução de suportes gravados* as ações de formação em regime pós laboral envolveram 19,4% dos trabalhadores em formação e no subsector do *Fabrico de outros produtos minerais não metálicos* 23,3% dos trabalhadores frequentaram ações em horário misto.

Em 2014 as ações de formação contínua promovidas pelas empresas tiveram em média 33,4 horas, uma média que se tem mantido mais ou menos constante desde 2010. O número médio de horas de formação é muito equilibrado no que se refere aos diferentes escalões de dimensão de empresas.

No que respeita aos sectores de atividade destaque-se o sector das *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória* que registou uma média de 58,1 horas de formação em 2014 e o subsector do *Fabrico de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e*

outro equipamento de transportes cuja média de horas de formação foi de 50,2 horas. Ambos registaram aliás desde 2010, uma média de horas em geral superior à dos restantes sectores.

O custo médio das ações de formação continua nas empresas, em 2014, foi de 373,5 € tendo este decrescido em cerca de 25,7% desde 2010. O sector da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* foi o sector que registou custos médios de formação mais elevados (912 €) assim como o subsector da *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e aglomerados combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produto farmacêuticos*. Seguiram-se-lhes os sectores da *Informação e comunicação* e da *Administração pública, defesa a segurança social obrigatória*. Já os custos médios mais baixos verificaram-se nos sectores da *Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca* e das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio.* Entre 2010 e 2014 os sectores em que os custos médios da formação mais diminuíram foram o *Alojamento, restauração e similares* e as *Atividades artísticas, dos espetáculos, desportivas e recreativas.*

9.2. Medidas Ativas de Emprego no Instituto do Emprego e Formação Profissional

Para análise das medidas de formação e emprego desenvolvida pelo IEFP recorreu-se ao relatório de execução física e financeira daquele Instituto. Tendo em conta quer as alterações introduzidas nos últimos anos na tipologia das medidas quer a forma como estas foram sendo agrupadas em termos do relatório, considerou-se pertinente centrar a análise nos anos de 2013 a 2015, possibilitando assim a comparação entre anos. Finalmente, não estando ainda disponível quando da realização desta análise, o relatório relativo a Dezembro de 2015 foi analisada a informação relativa aos relatórios de Novembro.

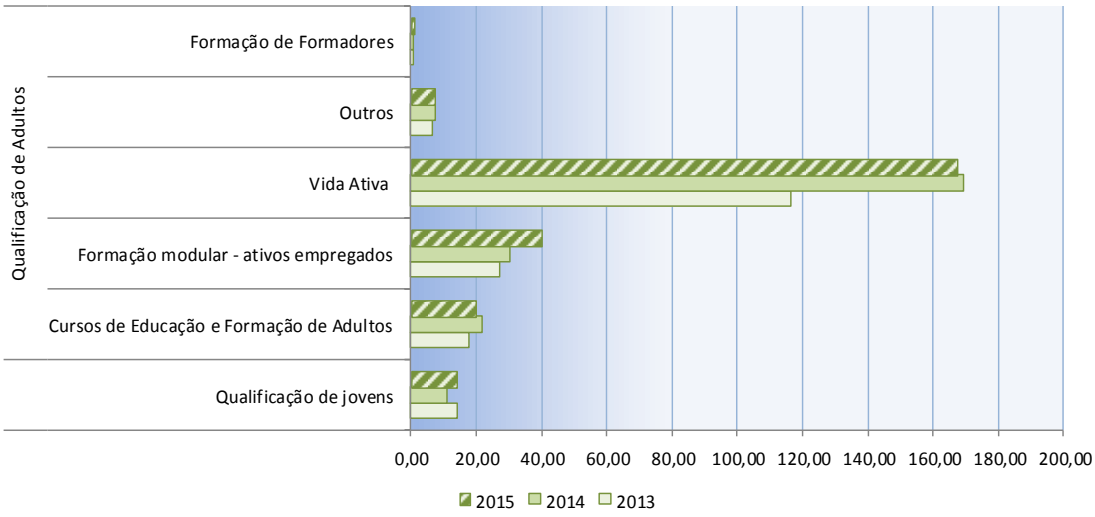
- ***Formação Profissional***

Em Novembro de 2015, 327,2 mil pessoas foram abrangidas por ações de formação promovidas pelo IEFP. 89,5% destas pessoas estavam enquadradas em ações de **Qualificação de adultos**. As ações de **Qualificação de jovens** enquadravam apenas 10% dos abrangidos tendo esta percentagem vindo a diminuir desde 2013, o que se compreende uma vez que grande parte da oferta de formação inicial dirigida aos jovens é disponibilizada pelo Ministério da Educação. (cursos profissionais, cursos de educação, formação e cursos vocacionais).

Dos indivíduos abrangidos por ações de formação implementadas pelo IEFP em 2015, 244,8 mil tinham concluído a formação em Novembro, mais cerca de 9,5 mil do que no ano anterior.

Destes 244,8 mil, 234,9 (94%) tinham concluído ações de **Qualificação de adultos,** designadamente ações da medida "Vida Ativa"[28], que enquadraram 167,5 mil pessoas (67% de todos os que concluíram formação) medida que, a partir de 2012, foi assumida como resposta a privilegiar no que respeitava aos adultos desempregados. Para além desta, teve algum significado a medida "Formação modular – ativos empregados", no âmbito da qual 40 mil pessoas concluíram formação (16% de todos os que concluíram formação) e os "cursos de Educação e Formação de Adultos" através dos quais se formaram 20,2 mil indivíduos (que representavam 0,8% do total). Quanto à **Qualificação de Jovens,** refira-se a medida "Aprendizagem", no âmbito da qual tinham concluído formação, em Novembro de 2015, 13,3 mil pessoas.

114. Número de formandos que concluíram cursos de formação até Novembro de cada ano



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro.

Relativamente aos anos anteriores, o número de pessoas que terminaram ações de **Qualificação de Jovens** até Novembro diminuiu, entre 2013 e 2014 e depois aumentou, entre 2014 e 2015, devido sobretudo à diminuição e ao acréscimo registado na medida "Aprendizagem", já que os "Cursos de Educação e Formação de Jovens", que abrangeram em 2013 11,8% dos formandos que concluíram ações, decresceram até quase desaparecerem, em 2015, e que os "cursos de especialização tecnológica" só tiveram alguma expressão em 2015, ano que em que abrangeram 3,2% dos jovens que concluíram ações.

[28] A medida Vida Ativa é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

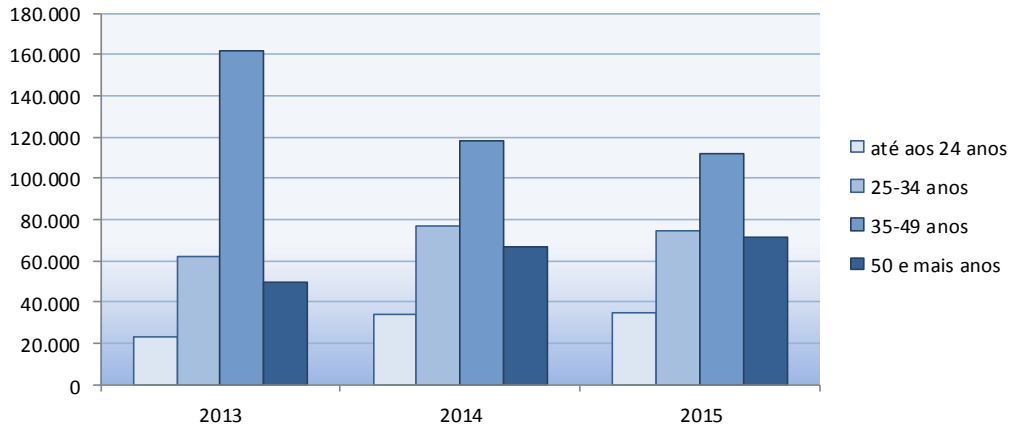
Relativamente à **Qualificação de Adultos,** entre 2013 e 2015 o número dos que terminaram formação aumentou sempre, entre 2013 e 2014 devido sobretudo à Medida "Vida Ativa" que registou um aumento de 45,6% no número dos que terminaram ações (mais 53 mil pessoas) embora as medidas "Formação Modular – ativos empregados" e "Cursos de Educação e Formação de Adultos" também tenham crescido (mais 2,9 mil e 4,1 mil pessoas, respetivamente) e, entre 2014 e 2015 devido à medida "Formação modular – ativos empregados", que foi a única a crescer, abrangendo mais cerca de 10 mil indivíduos.

Em Novembro de 2015 os homens constituíam 62,2% dos abrangidos em ações de **Qualificação de Jovens** e as mulheres 59% dos abrangidos nas ações de **Qualificação de Adultos**, tendo essas percentagens vindo a crescer desde 2013.

No que se refere aos níveis etários, nas ações de **Qualificação de Jovens** os abrangidos com até 24 anos constituíam 89,4% do total, uma percentagem ligeiramente menor do que em anos anteriores (em 2013 representavam 93,8% e em 2014, 92,5%). O único outro escalão etário com alguma expressão era o dos formandos com entre 25 e 34 anos, que em Novembro de 2015 eram 9,4%, do total, tendo crescido levemente relativamente aos anos anteriores.

No que respeita à Qualificação de Adultos a maioria dos abrangidos, em Novembro de 2015, tinha "entre 35 e 49 anos" mas, ao contrário dos outros escalões, o número de abrangidos deste escalão decresceu sempre, desde 2013, sobretudo entre 2013 e 2014. O "escalão 50 e mais anos", foi o que mais cresceu, nos 3 anos. Em Novembro de 2015, representava 30,3% dos abrangidos por ações de **Qualificação de Adultos.** O escalão "entre os 25 e os 34 anos" também cresceu, mas apenas entre 2013 e 2014. Em Novembro de 2015, constituía 31,6% dos abrangidos.

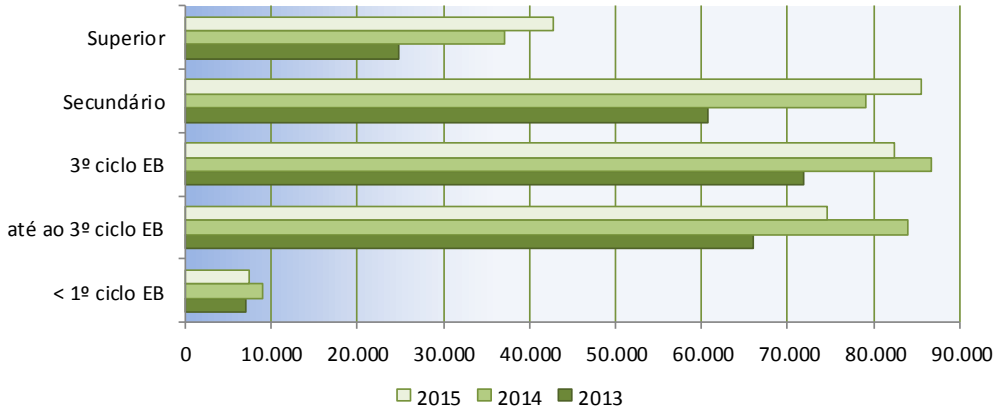
115. População abrangida por acções de Qualificação de Adultos por escalões etários



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Relativamente aos níveis de habilitações, nas medidas de **Qualificação de Jovens** 95,2% dos abrangidos tinham o 3º ciclo do ensino básico. De facto, a única medida que era especificamente dirigida a formandos com o ensino secundário era a medida de "Especialização Tecnológica", que tem pouca expressão em termos de abrangidos. Na medida "Aprendizagem", 99% dos abrangidos tinham até ao 3º ciclo do ensino básico, assim como 76,8% dos abrangidos pelos cursos de "Educação e Formação de Jovens" Contudo, nos anos anteriores, não só a percentagem de abrangidos com este nível de habilitações era menor, no que se refere à "Aprendizagem" como, no que se refere aos cursos de "Educação e Formação de Jovens" a percentagem de abrangidos com o ensino secundário foi superior, em 2013 (46,4% para 41,5% com o 3º ciclo do ensino básico) e, em 2015, metade dos abrangidos tinha o ensino secundário.

116. População abrangida por acções de Qualificação de Adultos por níveis de habilitações



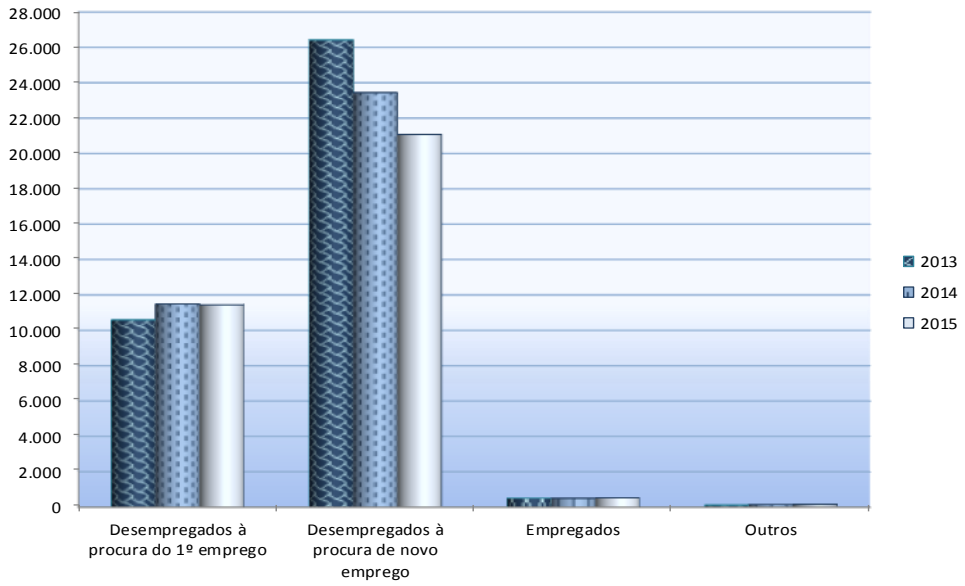
Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

No que se refere às ações de **Qualificação de Adultos** em Novembro de 2015 29,2% dos abrangidos por estas ações tinha o ensino secundário, uma proporção quase equivalente aos que tinham o 3º ciclo do ensino básico. Em anos anteriores, os abrangidos com níveis de habilitações até ao 3º ciclo do ensino básico e com o 3º ciclo do ensino básico tinham maior peso. O escalão dos abrangidos com o ensino secundário foi o que mais aumentou, em termos absolutos, entre 2013 e 2014 e, no ano a seguir, só cresceram os abrangidos nos escalões secundário e superior.

Relativamente às diferentes medidas de **Qualificação de Adultos**: na medida "Educação e Formação de Adultos" os abrangidos com até o 3º ciclo do ensino básico e com o 3º ciclo do ensino básico constituíam cerca de 83% até 2014 e eram 79,8%, em Novembro de 2015. Já no que respeita à "Formação Modular-Ativos Empregados", os abrangidos com até o 3º ciclo do ensino básico e com o 3º ciclo do ensino básico representavam 48,7%, em Novembro de 2015, para 32% de abrangidos com o ensino secundário e 18,9%

de abrangidos com o ensino superior. Relativamente a Novembro de 2013, os escalões de habilitações mais elevados aumentaram, nesta medida, tendo-se o crescimento mais acentuado verificado nos abrangidos com o ensino superior. Na medida "Vida Ativa", metade dos abrangidos em Novembro de 2015 tinha até ao 3º ciclo do ensino básico e o 3º ciclo do ensino básico enquanto os abrangidos com o ensino secundário representavam 32,3% e os abrangidos com o ensino superior 16,9%. Nesta medida os abrangidos com o ensino secundário diminuíram em termos percentuais entre 2013 e 2014 para crescerem novamente entre 2014 e 2015. Os abrangidos com o ensino superior também cresceram, em cerca de 2,8 p.p. no último ano.[29]

117. População abrangida nas acções de Qualificação de Jovens por situação face ao emprego no início da formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

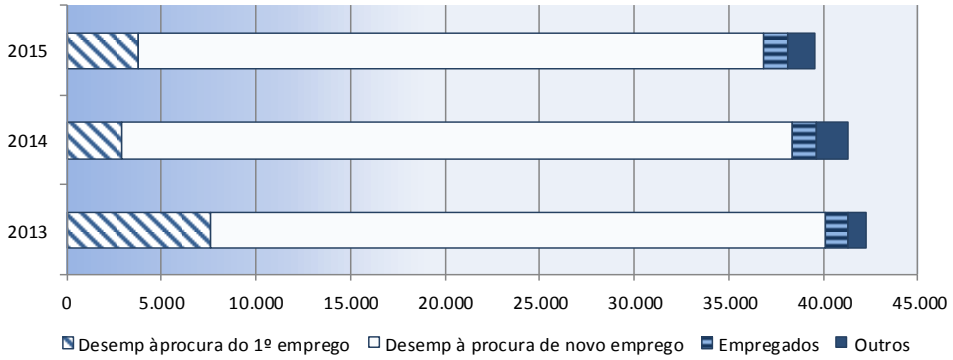
Analisando a situação face ao emprego no início da formação, dos abrangidos pelas ações de formação profissional promovidas pelo IEFP, constatamos que, no que se refere à **Qualificação de Jovens**, a esmagadora maioria dos abrangidos, em Novembro de 2015, eram desempregados, concretamente desempregados à procura de novo emprego (63,5%) representando os desempregados à procura do 1º emprego 34,5% dos abrangidos. Em anos anteriores esta diferença era mais acentuada: em 2013 os desempregados à procura de novo emprego constituíam 70,2% e, em 2014, 65,9%.

[29] Este crescimento do número de abrangidos com o ensino superior resulta, em grande parte, da celebração de 26 protocolos de colaboração com instituições do ensino superior, para desenvolver formação na área das Tecnologias de informação e comunicação, designadamente programação, dirigida a desempregados com habilitações superiores em cursos de baixa empregabilidade, incluindo os abrangidos pela Garantia Jovem.

No que respeita à situação face ao emprego no início da formação, dos abrangidos pelas ações de **Qualificação de Adultos,** em Novembro de 2015, 82,1% eram desempregados, dos quais 69,2% à procura de novo emprego. Os empregados constituíam 17,4%. Em 2013 os desempregados eram 85,6% e, em 2014, 86,9%. Quanto aos empregados, o seu peso evoluiu de 6% para 7,4% entre 2013 e 2014.

Analisando os abrangidos nas ações de **Qualificação de Adultos** por situação face ao emprego por medida, no que se refere aos cursos e Educação e Formação de adultos a esmagadora maioria, em Novembro de 2015 como nos anos anteriores, era constituída por desempregados à procura de novo emprego. Em 2013, os desempregados à procura do 1º emprego representavam 17,9% dos abrangidos por esta medida mas o seu peso diminuiu para 9,6% em 2015.

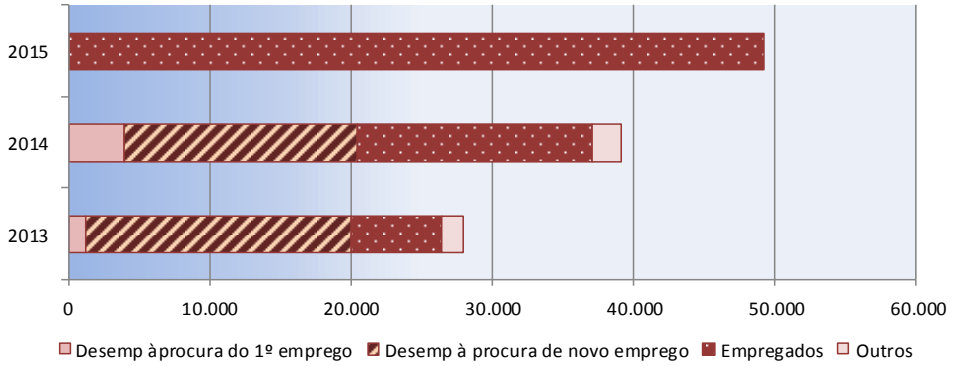
118. População abrangida nos Cursos de Educação e Formação de adultos por situação face ao emprego no início da formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Relativamente à medida "Formação modular – ativos empregados" e ao contrário do que poderia parecer evidente, no ano de 2013, 71,6% dos abrangidos eram desempregados tendo essa percentagem decrescido para 52,2% em 2014. Apenas no ano de 2015 esta medida abrangeu apenas ativos empregados.

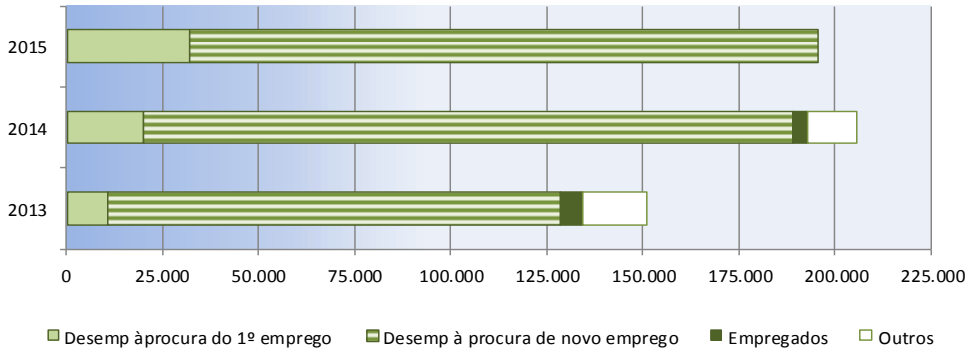
119. População abrangida nas acções de formação modular – ativos empregados por situação face ao emprego no inicio da formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Em contrapartida, a medida "Vida Ativa" abrangeu, em 2015, apenas ativos desempregados, 83,6% dos quais desempregados à procura de novo emprego. Em 2013 3,9% dos nesta medida eram ativos empregados. Em 2014 essa percentagem diminuiu para 1,9%.

120. População abrangida pela medida "Vida Ativa" por situação face ao emprego no início da formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

- ***Medidas de Apoio ao Emprego***

Em Novembro de 2015, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP envolviam 186,45 mil pessoas, das quais 35,6% (cerca de 68 mil) frequentavam estágios ao abrigo da medida "Inserção profissional"[30], 33,8% (64,5 mil) tinham contratos de emprego-inserção[31] e 27,6% (51,5 mil) tinham beneficiado de apoios à contratação.

Destes 186,45 mil indivíduos cerca de 135 mil tinham terminado medidas de apoio ao emprego: 51,5 mil tinham beneficiado de apoios à contratação; 41,4 mil tinham concluído estágios e 32,7 mil tinham concluído contratos de emprego-inserção. Para além disso, 1,4 mil pessoas tinham beneficiado de apoios à criação do próprio emprego ou empresa.

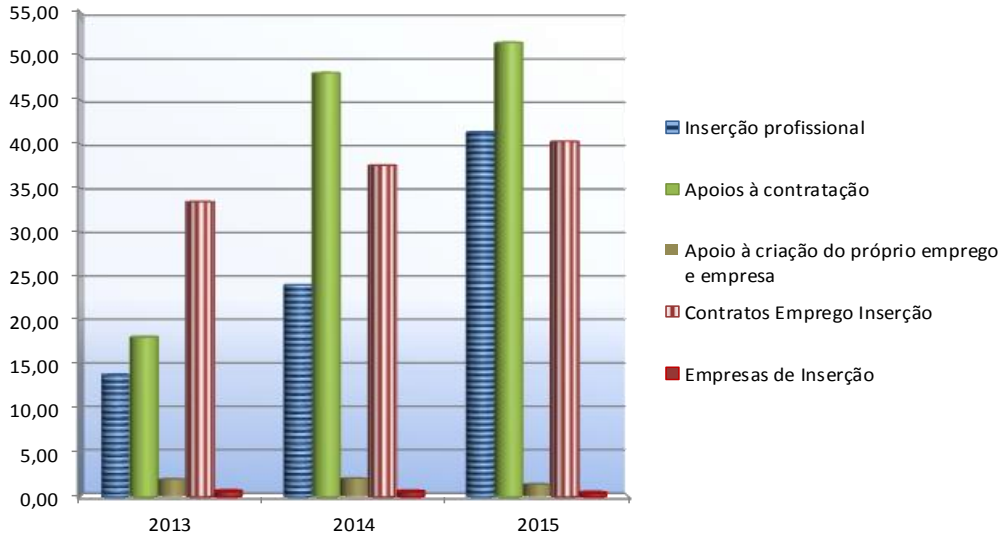
Entre 2013 e 2015, o número de pessoas que concluíram medidas de apoio ao emprego aumentou sempre. Os maiores aumentos ocorreram na medida "Apoios à Contratação" que cresceu em quase 30 mil pessoas entre 2013 e 2014 e depois em cerca de 3,4 mil entre 2014 e 2015 e depois na medida "Inserção profissional" que cresceu em cerca de 10,2 mil pessoas entre 2013 e 2014 e em 17,4 mil entre

[30] A medida Inserção Profissional respeita a estágios profissionais de diferentes tipos e designações: "INOV" "Impulso Jovem ", "Estágios Emprego"; "Emprego – Jovem Ativo"; "Reativar".

[31] Medida dirigida a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e de rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

2014 e 2015. O número dos que concluíram "Contratos Emprego-Inserção" também cresceu, embora de forma bastante menos significativa (mais 6,8 mil pessoas no total dos 2 anos).

121. Número de abrangidos que terminaram medidas de Apoio ao Emprego



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Relativamente ao número de abrangidos por sexo, em Novembro de 2015 as mulheres eram maioritárias em todas as medidas, exceto no "Apoio à criação do próprio emprego e empresa" em que 63,5% eram homens. As mulheres representavam 60,2% dos abrangidos por "Contratos de Emprego-Inserção", 58,8% dos abrangidos no âmbito da Medida "Inserção profissional" e 57,8% dos abrangidos pelos "Apoios à Contratação". Entre 2013 e 2015 a tendência é de um ligeiro decréscimo na percentagem de mulheres em todas estas medidas.

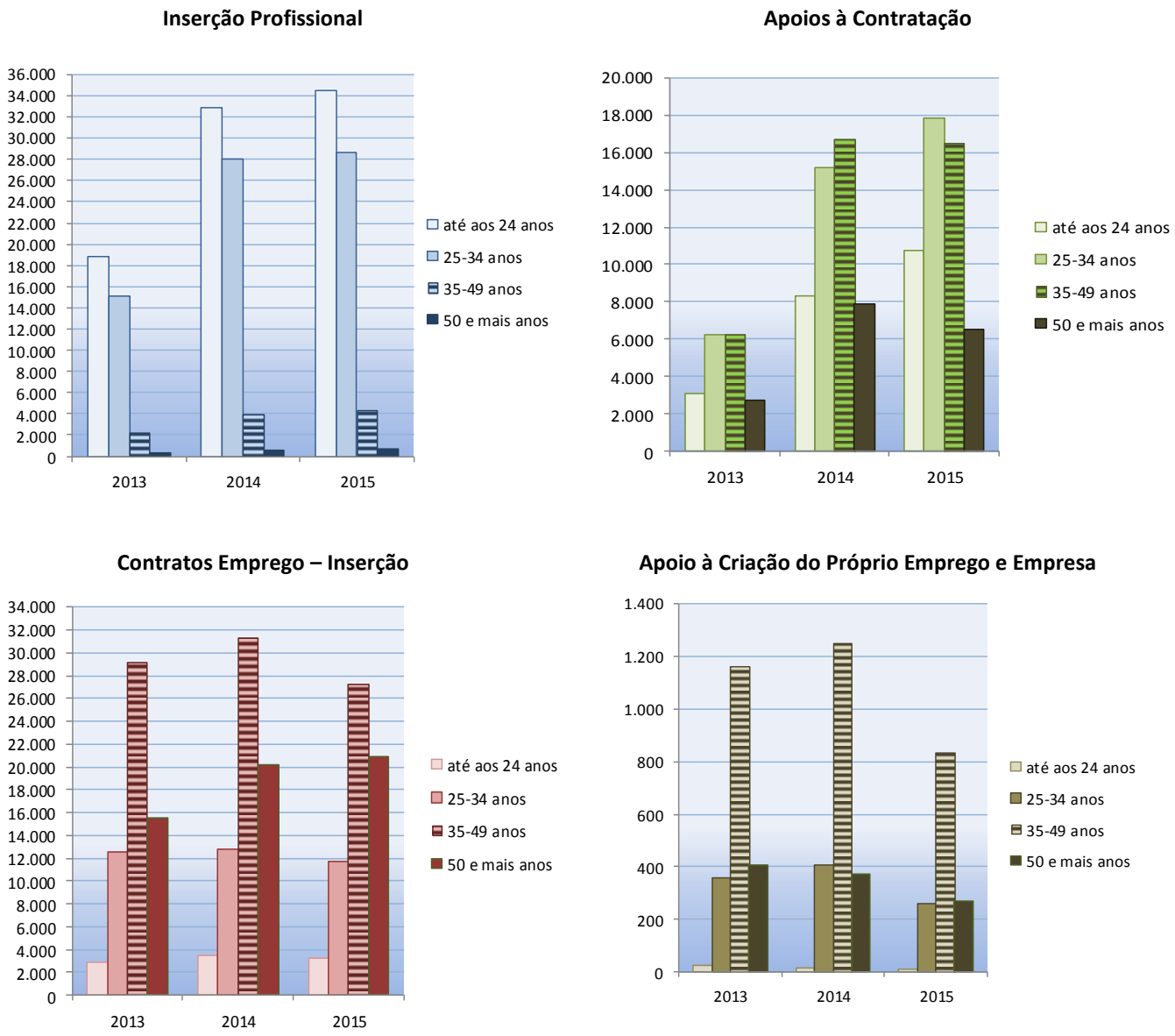
Analisando os indivíduos abrangidos por medidas ativas de emprego considerando os escalões etários constata-se que, em Novembro de 2015, 31,7% tinha entre 25 e 34 anos, 26,8% entre os 35 e os 49 anos, 26,3% tinha até aos 24 anos e 15,4% tinha 50 e mais anos. Entre 2013 e 2015 registou-se um aumento nos abrangidos dos escalões etários até aos 34 anos e a uma diminuição dos escalões mais elevados.

Na medida de "Inserção Profissional" mais de metade dos abrangidos, em 2015 como nos anos anteriores, tinha entre 15 e 24 anos sendo que cerca de 40% dos restantes abrangidos tinha entre os 25 e os 34 anos. O escalão dos 35 aos 49 anos representava 6,3% dos abrangidos em Novembro de 2015, tendo crescido ligeiramente relativamente aos anos anteriores.

No que respeita aos "Apoios à Contratação" o escalão etário mais representado em termos de abrangidos, em Novembro de 2015, era o dos 25 aos 34 anos seguido muito de perto pelo escalão dos 35

aos 49 anos, que em 2014 tinha sido o escalão com mais peso. Refira-se que, nesta medida, o escalão dos 50 e mais anos tinha algum significado e um peso próximo do escalão dos 15 aos 24 anos nos anos de 2013 e 2014.

122. População abrangida pelas medidas ativas de emprego por escalões etários



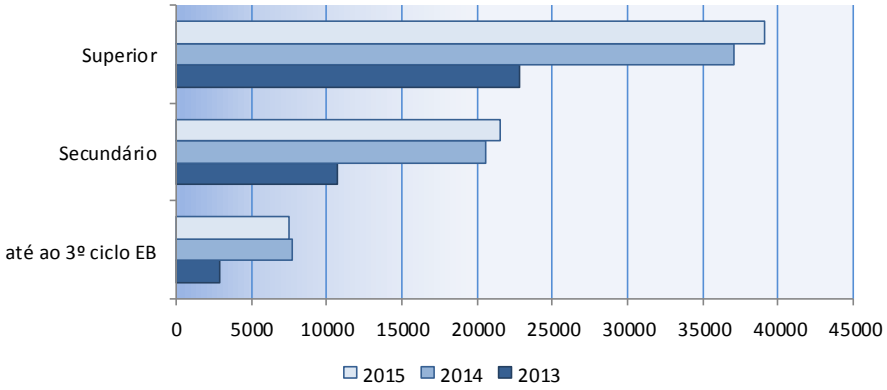
Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Já no que se refere aos "Contratos Emprego-Inserção" era evidente o peso do escalão dos 35 aos 49 anos, seguido pelo escalão dos 50 e mais anos cujo significado cresceu, entre 2013 e 2015. O escalão dos 25 ao s 34 anos representava, nesta medida, cerca de 19% do total de abrangidos.

Também na medida "Apoio à criação do próprio emprego e empresa" a esmagadora dos beneficiários se enquadrava no escalão dos 35 aos 49 anos. O peso dos escalões dos 25 aos 34 anos e dos 50 e mais anos era muito aproximado e variava entre os 18 e os 20% ao longo dos 3 anos.

Analisando os abrangidos pelas medidas ativas de emprego promovidas pelo IEFP por níveis de habilitações, em Novembro de 2015, 40% tinha até ao 3º ciclo do ensino básico, 31,3% tinha o ensino superior e 27,9% o ensino secundário. Em 2013 o peso dos abrangidos com até ao 3º ciclo do ensino básico era bastante mais elevado (49%) representado os habilitados com o ensino superior 26,7% e os habilitados com o ensino secundário 24,5%.

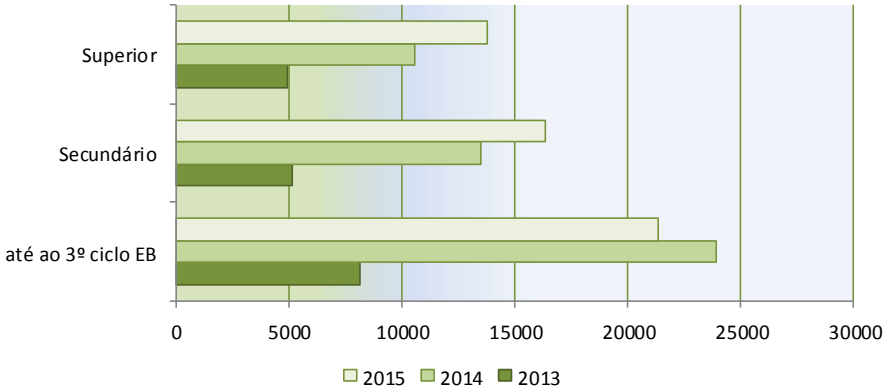
123. População abrangida pela medida "Inserção Profissional" por níveis de habilitações



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Na Medida "Inserção profissional" os habilitados com o ensino superior constituíam em Novembro de 2015. 57,4% dos abrangidos tendo o seu peso diminuído cerca de 5 p.p. desde 2013. Seguiam-se os habilitados com o ensino secundário que aumentaram cerca de 2 p.p. entre 2013 e 2015. Os abrangidos com até o 3º ciclo do ensino básico constituíam 12% em 2015.

124. População abrangida pela medida "Apoios à Contratação" por níveis de habilitações

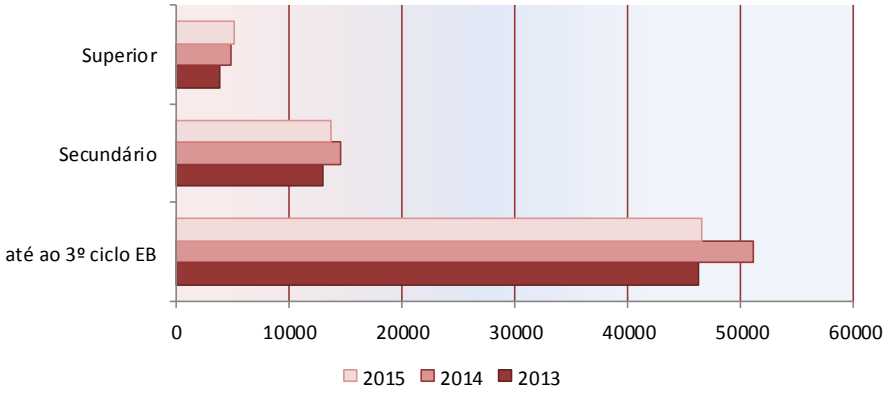


Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

No que respeita à medida "Apoios à Contratação", em Novembro de 2015, 42% dos abrangidos tinha até o 3º ciclo do ensino básico, 31,7% tinha o ensino secundário e 26,7% tinha o ensino superior. Nos anos anteriores o peso dos abrangidos pelo 3º ciclo do ensino básico era ainda mais elevado, tendo chegado a representar 50% dos abrangidos em 2014. O peso dos abrangidos com o ensino superior diminuiu, entre 2013 e 2014 para voltar a crescer.

Relativamente aos "Contratos Emprego-Inserção" cerca de 66% dos abrangidos em 2015 tinha entre o 1º e o 3º ciclo do ensino básico, sendo que os abrangidos com menos que o 1º ciclo representavam 5% nesta medida, um pouco menos do que os abrangidos com o ensino superior (8%). Os indivíduos que possuíam o ensino secundário constituíam cerca de 21%. Nos anos anteriores estes escalões tiveram pesos muito semelhantes.

125. População abrangida pelos "Contratos Emprego-Inserção" por níveis de habilitações



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

No que se refere à situação face ao emprego, em Novembro de 2015 93% dos abrangidos encontravam-se desempregados no início da formação e esta percentagem manteve-se constante ao longo dos 3 anos em análise.

Relativamente à medida "Inserção Profissional" e aos abrangidos em Novembro de 2015, os desempregados constituíam 88,6% do total, sendo que número de desempregados à procura do 1º emprego era quase idêntico ao número de desempregados à procura de novo emprego. Em 2013, a situação era muito semelhante. Os desempregados representavam 89% do total dos abrangidos. Em 2014 essa percentagem foi ligeiramente inferior (85,6%) e o peso dos desempregados à procura do 1º emprego foi mais alto.

No que se refere aos “Apoios à contratação” os desempregados constituíam a quase totalidade dos abrangidos. Em Novembro de 2015 os desempregados à procura de novo emprego representavam 84,9% do total dos beneficiários enquanto que, em 2013, 88,6% eram desempregados à procura do 1º emprego.

Também no que respeita aos “Contratos de Emprego-Inserção” os desempregados representam sempre mais de 95% nos 3 anos em análise.

Já relativamente aos “Apoios à criação do próprio emprego e empresa”, em Novembro de 2015, o peso dos empregados era de 9,3%, tendo aumentado sempre, desde 2013, sendo que, de entre os desempregados, os desempregados à procura de novo emprego representaram 86,8%, uma percentagem ligeiramente inferior à dos anos anteriores.

10. LIMITAÇÕES DAS ESTATÍSTICAS COMO EXPRESSÃO DA REALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

10.1. A relação crescimento/desemprego e desemprego/taxa de atividade

É bastante comum que a imprensa escrita e falada, e também os parceiros sociais e agentes da política, usem a taxa de desemprego como um indicador capaz de sintetizar a situação concreta do mercado de trabalho. É também usada em termos comparativos entre os países ou evolutivos a propósito da variável tempo.

Parecem muitas vezes mal compreendidas as determinantes da taxa de desemprego que podem relativizar o seu significado, nomeadamente na relação entre o emprego e o desemprego.

Existe a forma virtuosa de diminuir o desemprego que consiste na criação líquida de postos de trabalho assente no crescimento económico, ou seja, o aumento do nível de emprego baseia-se na criação adicional de riqueza.

Contudo o crescimento económico só é criador de emprego se a sua taxa de crescimento for superior à taxa de crescimento da produtividade. Dito de outro modo, a taxa de crescimento do emprego é igual à diferença entre as taxas de crescimento económico e da produtividade o que explica que os processos intensivos em capital sejam menos criadores de emprego, ou até destruidores, se o crescimento da produtividade for superior ao crescimento do produto.

A produtividade por trabalhador tem tido valores baixos e erráticos. Numa situação de maior normalidade, desde que atinjam valores próximos de 1% ao ano, será o suficiente para retirar metade do potencial criador de emprego ao crescimento do produto. O aumento do nº de horas de trabalho pode aumentar a produtividade por trabalhador sem efeitos semelhantes na produtividade horária.

Se existir um diferencial positivo entre a taxa de crescimento do produto e a taxa de crescimento da produtividade haverá criação de emprego e deveria existir uma diminuição do desemprego (o contrário também é verdadeiro). Mas para tanto, seria necessário que o número de postos de trabalho criados fosse superior ao aumento do número de pessoas na população ativa. Poderá mesmo acontecer, que o nº

de postos de trabalho aumente, mas ao mesmo tempo aumentar o nº de pessoas desempregadas se a variação positiva da população ativa for superior ao crescimento do nº de postos de trabalho.

Como a eliminação de postos de trabalho resulta da fragilidade ou do valor negativo do crescimento económico (ou também dum crescimento muito elevado da produtividade) poderemos ter uma economia altamente expansiva com aumento do nível e da taxa de desemprego (muita gente estará a entrar na população ativa) ou uma economia muito recessiva com quebra do nº de desempregados e da taxa de desemprego (quando há muito abandono da população ativa).

Formalizando:

$$A = \frac{Y}{L}$$

$$L = \frac{Y}{A}$$

l = y-a

Com:

A = produtividade com a=taxa de crescimento da produtividade

Y = produto com y=taxa de crescimento do produto

L = pop. empregada com l=taxa de crescimento da pop. Empregada

PA = L+D

D = PA-L

Com:

ΔD = ΔPA-ΔL

ΔD>0 se +ΔPA>+ΔL ou -ΔPA<-ΔL

ΔD<0 se +ΔPA<+ΔL ou -ΔPA>-ΔL

Com:

PA – pop. ativa

L – pop. empregada

D – pop. desempregada

Δ - variação positiva ou negativa. Quando positiva + ou negativa –

10.2. Aplicação ao caso português

A evolução da produtividade, dada a dimensão das suas variações, não tem influenciado, de forma significativa o emprego. No entanto a evolução da criação líquida de postos de trabalho (evolução do nível de emprego) e as variações da população ativa têm já um peso muito elevado na explicação da taxa de desemprego.

Segundo os dados do INE, incluídos neste Relatório, a população empregada passou de um máximo de 4.888,0 milhares de pessoas em 2008 para um mínimo de 4.221,4 milhares em 2013. A diferença é de 658,6 milhares. Até 2015 (após 2013) a sua subida gradual totalizou 108,2 milhares. Ora, com tudo o resto constante o desemprego e a taxa de desemprego teriam que ter subido entre 2008 e 2013, tal como aconteceu.

126. Alguns indicadores do mercado de trabalho

	2008	2013	2015
Taxa de desemprego	7,6	16,1	12,4
População ativa	5.283,9	5.032,4	4.941,1
População empregada	4.880,0	4.221,4	4.329,6
População desempregada	403,7	811,0	611,5
Emigração	De 2001 a 2008 - 465.000 2008 – 85.000	De 2009 a 2013: + 430.000	+ 110.000
Inativos disponíveis	64,6	253,8	234,9

Fontes: INE, *Inquérito ao Emprego*
Observatório da Emigração, *Relatório Estatístico 2015*, Estimativas das saídas totais de emigrantes portugueses

Os indicadores constantes do quadro anterior baseiam-se na constatação que o ano de 2008 culmina a evolução expansionista da economia e do emprego suscitando, nas outras variáveis, comportamentos coerentes com este facto. Inversamente, 2013 é o ano da inflexão da tendência de contração da atividade económica. As conclusões que interligam estas variáveis não são fáceis de compreender não só pela quebra de série em 2011, como ainda pelos chamados desfasamentos temporais ente o emprego, o desemprego e a evolução da economia como ainda pelo facto das variáveis se traduzirem em valores médios anuais.

Entre 2008 e 2013 o nível de emprego caiu 658,6 mil pessoas ao passo que o desemprego subiu de 407,3 mil pessoas (a diferença dos dois fluxos é de 251,3 mil pessoas) tendo em conta um valor máximo de 811 mil desempregados em 2013.

Mas ao mesmo tempo, o número de inativos disponíveis, contando apenas com algumas dezenas de milhares de pessoas nos primeiros anos até 2010, começa a aumentar rapidamente para 156 mil em 2011, 209,5 mil em 2012 até ao máximo de 253,8 mil em 2013 (repare-se na coincidência da semelhança entre este valor e a diferença entre a redução do emprego e o aumento do desemprego). Constataram-se valores trimestrais que ultrapassaram os 300 mil inativos disponíveis.

Os inativos disponíveis constituem um grupo estatístico que se define, nos termos do INE, por pessoas disponíveis para trabalhar mas que não procuraram emprego num período especificado – o de referência ou nas 3 semanas anteriores. Ora, este facto implicaria que os desempregados de longa duração e de muito longa duração (lembre-se o efeito histerese e a % dos DLD que são cerca de 2/3 dos desempregados) teriam que manter um longo ou muito longo esforço sistemático de procura o que dificilmente seria viável no contexto num mercado de trabalho sem alternativas significativas.

Embora não esteja em causa a justeza do conceito ou do rigor da sua aplicação é difícil, não acreditar que em épocas de crise prolongada o critério da procura promove a inativação devido à aplicação do critério da procura ativa do desemprego. Admite-se que não será fácil alargar o período de referência da procura. Contudo, os períodos de procura, a sistematicidade e a intensidade da procura são certamente influenciados por situações de elevado desemprego e de uma grande proporção de DLD e MLD.

Ao mesmo tempo a emigração apresentou os valores elevados que se registam no quadro anterior. O ajustamento às hipóteses teóricas acima explicitadas faria supor que, uma parte relevante, mas não necessariamente todos os emigrantes, são pessoas à procura de 1º emprego ou oriundos da população inativa, ou que, nalguns casos menos representativos, teriam ingressado na população ativa desempregada ou empregada.

A população ativa vai descendo moderadamente (a população inativa sobe moderadamente) ambas com valores coerentes com os registados noutras variáveis.

A taxa de desemprego, depois de uma evolução sempre crescente desce de forma notória entre 2013 e 2015 (3,7 pp), o que pode ser explicado pela criação de 108,2 mil empregos e pela emigração que se manteve 4014 e 2015 com os valores mais elevados (110 mil pessoas por cada ano.

Em conclusão, dir-se-ia que o critério da taxa de desemprego, para permitir uma mais adequada leitura da situação do mercado de trabalho, tem que ser vista em conjunto:

- Com a evolução do nível de emprego que constitui a verdadeira base real, analítica e prospetiva da boa relação do emprego com a atividade económica e com a produtividade. Por si só é muito mais esclarecedor do que qualquer outro indicador na medida em que nos diz se a economia está a contribuir para a solução do desemprego ou para o agravar;

- Com as migrações (note-se que a % da população imigrada na pop. total teve um descida suave e regular ao longo da crise, pelo que os efeitos sobre a taxa de desemprego vieram essencialmente dos emigrantes);

- Com os inativos disponíveis cujos números estão publicados e classificados à parte. Esta transparência estatística não tem sido sempre aproveitada de forma sistemática.

II. ANÁLISE SEMESTRAL

1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: EMPREGO

1.1. População ativa e taxas de atividade

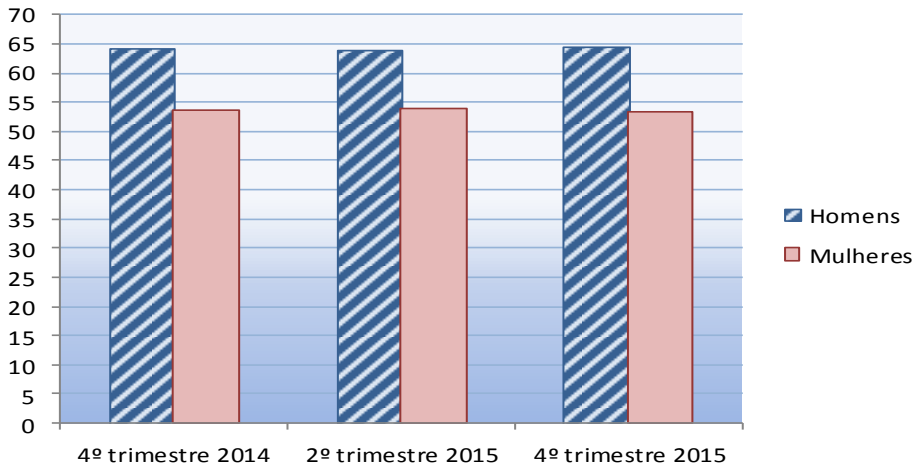
De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE no 4º trimestre de 2015[32] a população ativa totalizava 4.943,4 mil pessoas, cerca de mais 0,1% do que no trimestre homólogo. Já entre o 2º e o 4º trimestre de 2015, a população ativa diminuiu cerca de 0,1%.

Se considerarmos as diferenças entre sexos, a evolução foi oposta: o número de homens ativos aumentou, quer relativamente ao período homólogo quer ao segundo trimestre do ano, enquanto o número de mulheres ativas diminuiu, sobretudo relativamente ao 2º trimestre de 2015 (cerca de 1%).

No que se refere à evolução da população ativa por escalões etários, os maiores aumentos percentuais relativamente ao período homólogo verificaram-se nos escalões a partir dos 55 anos, embora os ativos mais jovens (15 aos 24 anos) também tenham crescido ligeiramente.

Relativamente ao 2º trimestre de 2015 o único acréscimo significativo verificou-se no escalão dos 15 aos 24 anos que aumentou em cerca de 6,6%.

127. Evolução da taxa de atividade por género



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

[32] Para análise da evolução relativa ao 2º semestre de 2015 e considerando que os dados do Inquérito ao Emprego do INE são trimestrais, foram considerados os dados relativos ao 4º trimestre de 2015 utilizando-se, para comparação com o semestre homólogo os dados relativos ao 4º trimestre de 2014 e, para comparação com o 1º semestre de 2015 os dados relativos ao 2º trimestre.

A taxa de atividade da população com 15 e mais anos no 4º trimestre de 2015 era de 58,6%, sendo a taxa de atividade feminina de 53,4% e a taxa de atividade masculina 64,5%.

A taxa de atividade registou um aumento de 2 p.p. relativamente ao trimestre homólogo, aumento que foi exclusivamente devido ao crescimento da taxa de atividade masculina, já que a feminina registou um ligeiro decréscimo. Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 a taxa masculina cresceu na mesma proporção que a taxa de atividade feminina diminuiu (0,6 p.p.)

Relativamente às taxas de atividade por escalão etário registe-se o aumento da taxa de atividade do escalão dos 54 aos 65 anos em 1,7 p.p. relativamente ao trimestre homólogo e o aumento de 2,2 p.p. na taxa de atividade dos 15 aos 24 anos relativamente ao 2º trimestre de 2015.

- ***Por regiões***

No que se refere às diferentes regiões do Continente, Lisboa foi a região em que o número de ativos cresceu mais relativamente ao trimestre homólogo e o Alentejo a região onde a população ativa sofreu maior decréscimo, seguida pela região do Algarve. Refira-se ainda que, ao contrário das outras, nestas duas regiões, o número de ativos homens diminuiu mais do que o número de ativos mulheres.

No que se refere à evolução relativa ao 2º trimestre de 2015, o decréscimo, na região do Algarve, é superior ao registado no Alentejo e, na região Centro, constata-se uma diminuição da população ativa de 1%.

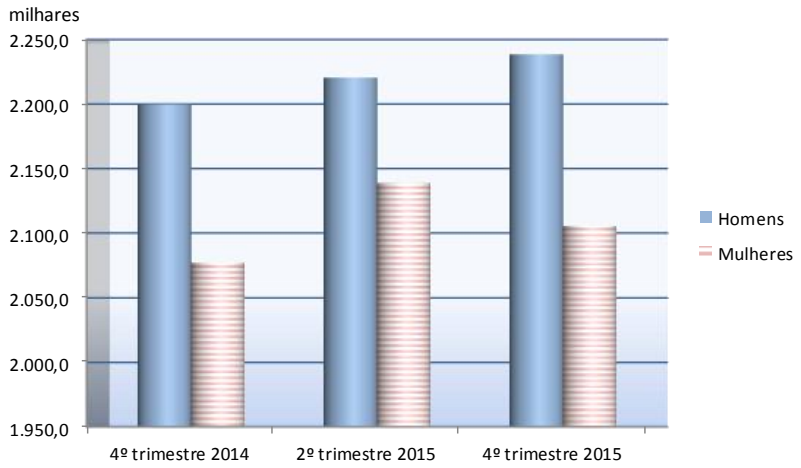
A análise das taxas de atividade por região permite verificar que não só relativamente ao 2º trimestre de 2015 mas também relativamente ao trimestre homólogo, o decréscimo verificado na região do Algarve é mais acentuado do que o verificado na região do Alentejo.

1.2. Emprego e taxas de emprego

No 4º trimestre de 2015, no Continente, estavam empregadas 4.344 mil pessoas, 51,5% das quais eram homens. Relativamente ao 4º trimestre de 2014, o número de empregados cresceu, em cerca de 1,6%, tendo o emprego masculino crescido mais do que o emprego feminino.

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015, pelo contrário, o emprego sofreu uma ligeira diminuição, devido totalmente ao decréscimo no número de mulheres empregadas, uma vez que o número de homens empregados cresceu.

128. Evolução do emprego por sexo



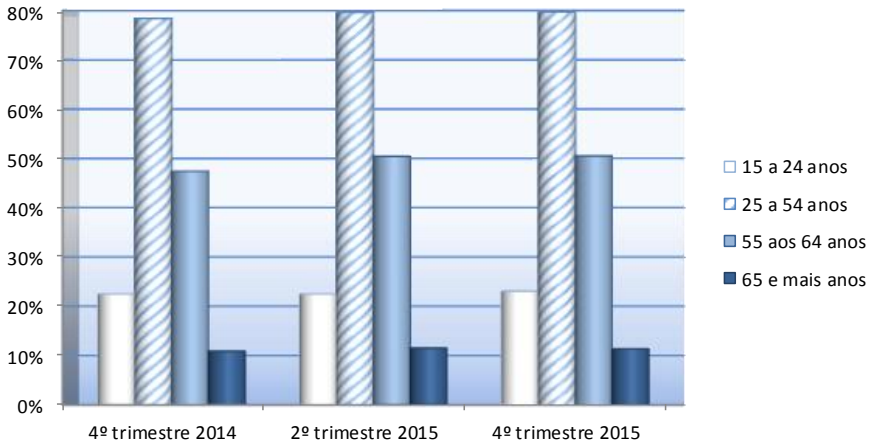
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando a evolução da população empregada por grupos etários constatamos que entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015 o emprego cresceu sobretudo nos escalões etários a partir dos 55 anos. No escalão etário dos 15 aos 24 anos também aumentou cerca de 2,7%.

No que se refere à evolução relativamente ao 2º trimestre de 2015 foi exatamente este o único escalão a registar um crescimento com algum significado (2,2%)

A taxa de emprego da população com 15 e mais anos que, no 4º trimestre de 2015, era de 51,5% registou uma evolução semelhante: um crescimento de 0,9% relativamente ao 4º trimestre de 2014 que foi de 1,1% no que se refere aos homens e um ligeiro decréscimo relativamente ao 2º trimestre de 2015.

129. Evolução da taxa de emprego por escalões etários



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere à taxa de emprego por escalões etários, entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015 o escalão que mais cresceu foi o escalão entre os 55 e os 64 anos (3,1 p.p.) e depois o escalão entre os 25 e os 54 anos (1,3 p.p.).

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 nenhum escalão registou diferenças significativas.

- ***Por regiões***

No 4º trimestre de 2015 o Norte era a região com maior número de pessoas empregadas, seguido pela região de Lisboa, mas Lisboa foi a região onde o emprego mais cresceu relativamente ao trimestre homólogo (3,2%). Na região Centro e no Algarve o emprego aumentou cerca de 1%, ligeiramente mais do que no Norte. O Alentejo foi a única região onde se verificou um decréscimo relativamente ao 4º trimestre de 2014, que foi de 1,3%.

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 o emprego diminuiu em todas as regiões exceto em Lisboa, com destaque para a região do Algarve, em que diminuiu 4,6% seguindo-se-lhe o Alentejo (- 2,2%) e depois o Centro (-1,6%)

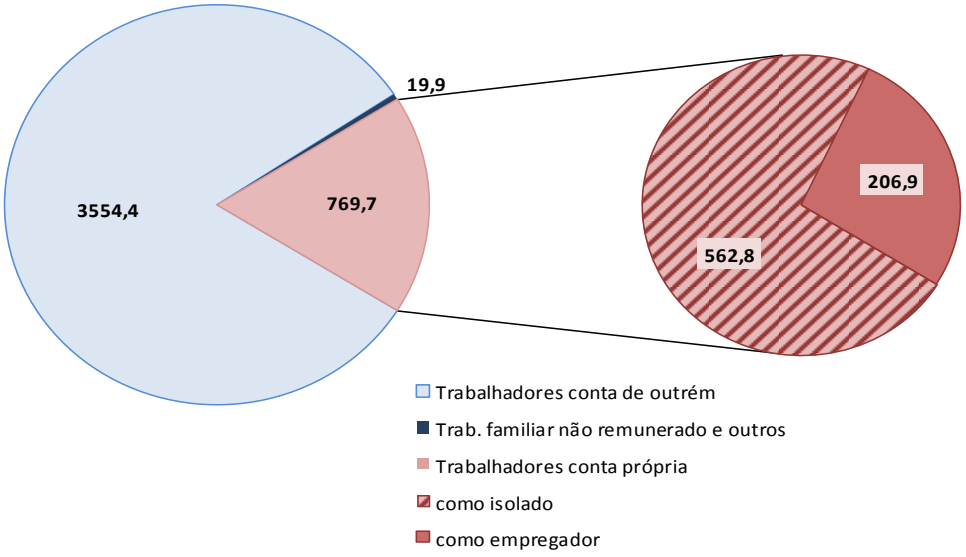
No que se respeita às taxas de emprego no 4º trimestre de 2015 a região Centro registava o valor mais elevado, 53,6%, seguindo-se-lhe a região de Lisboa (52%) e depois a região Norte, 50,6%. A evolução das taxas de emprego entre o 4º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2014 acompanhou a evolução no número de empregados mas, no Alentejo a taxa de emprego não diminuiu. Relativamente às taxas de emprego por sexo no Norte, no Centro e em Lisboa a taxa de emprego masculina cresceu mais embora no Norte e em Lisboa essa diferença tenha sido muito pequena. No Alentejo e no Algarve a taxa de emprego dos homens diminuiu enquanto a taxa de emprego das mulheres aumentou.

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 a taxa de emprego decresceu 2,4 p.p. no Algarve, 0,8 p.p. no Alentejo e no Centro e 0,1 p.p. no Norte e em Lisboa cresceu 0,9 p.p. Neste período, a diferença entre sexos foi mais evidente com a taxa de emprego feminina a diminuir no Norte e no Centro enquanto a taxa de emprego masculina aumentava e a taxa de emprego feminina a decrescer o dobro da taxa de emprego masculina no Alentejo. Em Lisboa, a taxa de emprego das mulheres cresceu, embora um pouco menos do que a dos homens. O Algarve foi a única região onde a taxa de emprego masculina decresceu bastante mais do que a taxa de emprego das mulheres.

1.3. População empregada por situação na profissão

No 4º trimestre de 2015, dos 4.334 indivíduos empregados, 3.554,4 mil eram trabalhadores por conta de outrem (TCO) e constituíam 81,8% da população empregada, 769,7 mil indivíduos eram trabalhadores por conta própria (TCP) representando 17,7% da população empregada e 19,9 mil eram trabalhadores familiares não remunerados e outros (0,5%). De entre os trabalhadores por conta própria, cerca de 73,1% trabalhavam isoladamente.

130. População empregada por situação na profissão – 4º trimestre de 2015



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente ao 4º trimestre de 2014, os trabalhadores por conta de outrem (TCO) cresceram cerca de 2% e os trabalhadores por conta própria (TCP) diminuíram 0,6% sobretudo devido ao decréscimo dos TCP como empregadores, que diminuíram 7,3%.

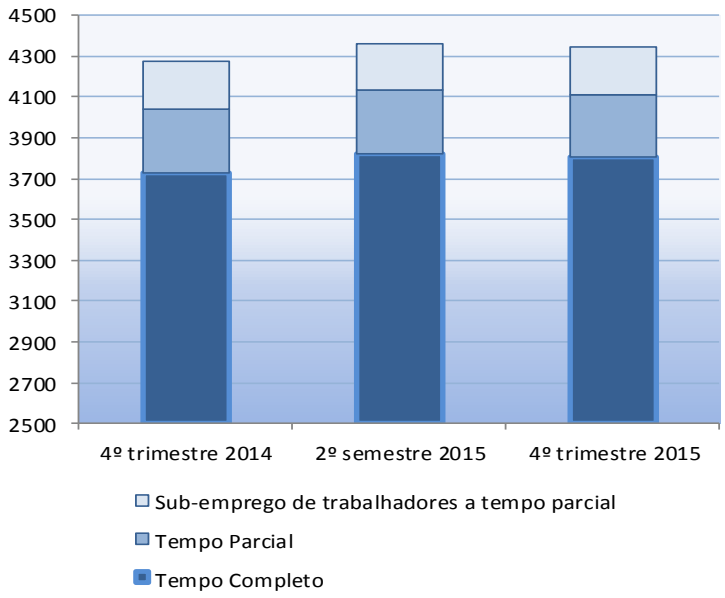
Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015, registe-se uma diminuição de 3,7% no número de TCP que foi ligeiramente superior relativamente aos TCP como trabalhadores isolados.

No 4º trimestre de 2015 as mulheres representavam 51% dos TCO e os homens 63,7% dos TCP. Contudo, e relativamente ao trimestre homólogo, o número de TCO homens cresceu percentualmente mais do que o das mulheres e entre o TCP o n´úmero de mulheres aumentou e o dos homens diminuiu.

1.4. População empregada por tempo de duração de trabalho

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE no 4º trimestre de 2015, 87,6% da população empregada trabalhava a tempo inteiro e 12,4%, trabalhava a tempo parcial. Entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015 o número de indivíduos que trabalhava a tempo inteiro aumentou 2,1% enquanto os indivíduos que trabalhavam a tempo parcial diminuíram 1,9%. Relativamente ao 2º trimestre de 2015 ambos os grupos decresceram ligeiramente.

131. Evolução da população empregada por tempo de duração do trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

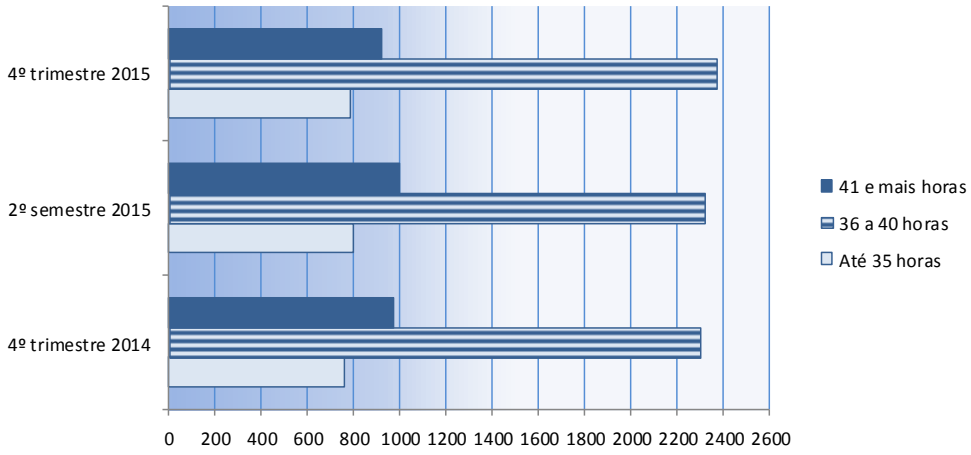
No que se refere às diferenças entre sexos, os homens constituíam 52,6% das pessoas que trabalhavam a tempo inteiro no 4º trimestre de 2015 e as mulheres 55,4% dos indivíduos que trabalhavam a tempo parcial. Relativamente ao trimestre homólogo, no primeiro grupo homens e mulheres cresceram equilibradamente enquanto, no segundo grupo, o número de mulheres diminuiu mais do dobro do número de homens.

No que respeita à evolução relativamente ao 2º trimestre de 2015 o número de homens cresceu nos dois grupos, sobretudo no grupo dos que trabalham a tempo parcial, enquanto o número de mulheres diminuiu.

De entre os indivíduos que trabalhavam a tempo parcial, 42,5% estavam em situação de subemprego, ou seja, estavam disponíveis para trabalhar mais horas. No 4º trimestre de 2014, essa percentagem era de

43,1%.As mulheres constituem 65% destes trabalhadores e o seu número aumentou, relativamente o trimestre homólogo, enquanto o número de homens diminuiu.

132. População empregada por escalão de duração habitual de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Das 4.344 mil pessoas que, no 4º trimestre de 2015, estavam empregadas, cerca de 2.375,6 mil, ou seja, 54,7% trabalhavam habitualmente entre 36 e 40 horas por semana, 918 mil (21,1%) 41 e mais horas e 785,9 mil (18,1%) até 35 horas.

Entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015 a categoria que mais cresceu foi a dos que trabalhavam habitualmente entre 36 a 40 h por semana, embora a categoria dos que trabalhavam habitualmente até 35 horas também tenha aumentado, sobretudo devido ao aumento da subcategoria dos que trabalhavam habitualmente entre 31 e 35 horas semanais. Já o escalão dos que trabalhavam 41 e mais horas por semana diminuiu. Os homens aumentaram bastante mais que as mulheres na categoria dos que trabalhavam habitualmente entre 36 e 40 horas. Na categoria dos que trabalhavam até 35 horas o aumento foi semelhante para os dois sexos mas o número de mulheres cresceu na subcategoria dos que trabalhavam de 1 a 10 horas enquanto o número de homens diminuía. Na subcategoria dos que trabalhavam habitualmente entre 11 a 30 horas semanais verificou-se exatamente o oposto – os homens aumentaram e as mulheres decresceram.

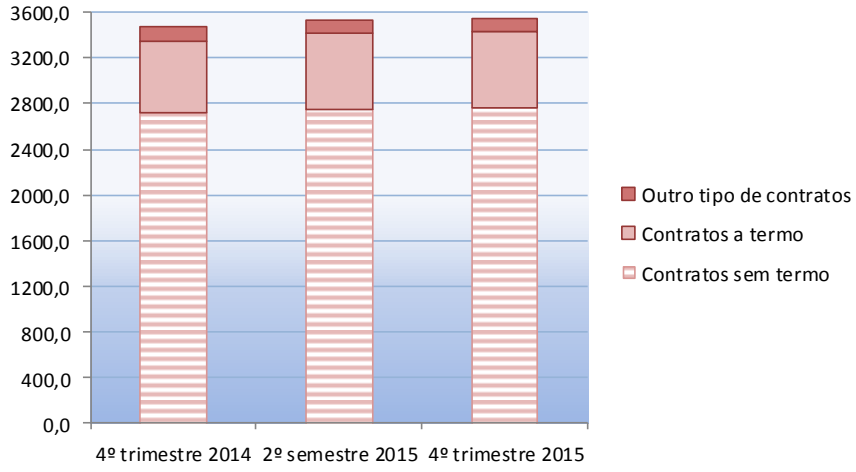
Relativamente ao 2º trimestre de 2015 a única categoria que cresceu foi a dos que trabalhavam habitualmente entre 36 e 40 horas por semana, tendo os homens crescido bastante mais do que as mulheres.

1.5. Trabalhadores por conta de outrem

- ***por tipo de contrato***

No 4º trimestre de 2015, 77,7% dos trabalhadores por conta de outrem tinham contratos sem termo, 18,8% tinham contratos a termo e 3,4% tinha outro tipo de contratos. Entre os trabalhadores por conta de outrem com contratos sem termo as mulheres eram maioritárias mas no grupo dos TCO com contratos a termo, o número de homens e mulheres era muito equilibrado.

133. TCO com contratos a termo e sem termo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

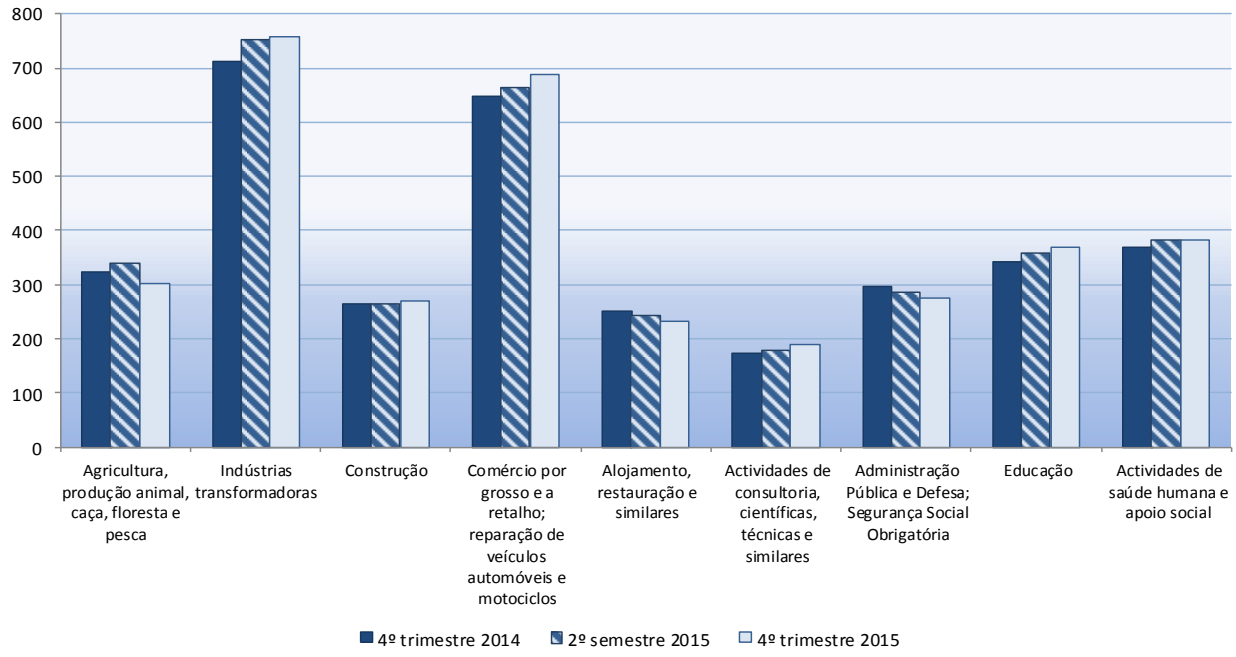
Se analisarmos a evolução relativamente ao trimestre homólogo, constatamos que o número de TCO com contratos a termo cresceu percentualmente bastante mais do que o número de TCO com contratos sem termo (6,4% e 1.4% respetivamente) tendo inclusivamente aumentado mais, em termos absolutos (cerca de mais 40,1 mil pessoas com contratos a termo e mais cerca de 39,3 mil indivíduos com contratos sem termo). Em ambos os grupos, mas sobretudo no que respeita aos contratados a termo, o número de homens aumentou mais do que o número de mulheres.

Entre o 2º trimestre e o 4º trimestre de 2015 registou-se também um ligeiro aumento em ambos os grupos, aliás bastante equilibrado. Nos dois grupos este aumento deveu-se em exclusivo ao crescimento no número de TCO homens, já que as mulheres diminuíram.

1.6. Emprego por sectores de atividade

No 4º trimestre de 2015, 2.924,5 mil pessoas trabalhavam nos serviços, que representavam 67,3% do emprego, 1.068,1 mil trabalhavam na Indústria, Construção Energia e Água, constituindo 24,6% do total dos empregados e 300,9 mil (6,9% dos empregados) trabalhavam na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. Os sectores de atividades mais significativos, em termos de emprego eram as Industrias Transformadoras, que representavam 17,4% da população empregada, o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (15,9%) e as Atividades de saúde humana e apoio social (8,8% do total dos empregados).

134. Evolução do emprego nos sectores de atividade mais representativos



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

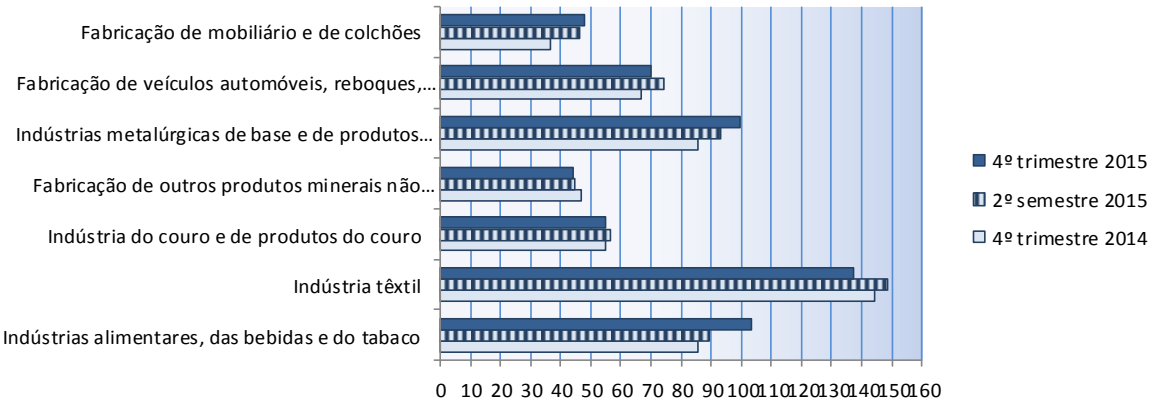
Se analisarmos a evolução da população empregada por sectores de atividade relativamente ao trimestre homólogo verificamos que o sector que percentualmente mais cresceu, em termos de emprego, foi o das *Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares*, seguido pelo da *Educação* e depois pelo *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos.* Em termos absolutos, no entanto o sector que mais cresceu em número de empregados foi o das *Industrias Transformadoras* seguido pelo sector do *Comércio.* Nos sectores das *Atividades de saúde e apoio social* e da *Construção* o emprego também cresceu, neste período, embora de forma menos significativa. Por outro lado nos sectores do *Alojamento, restauração e similares*, a *Administração publica, defesa e segurança social obrigatória* e a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* o emprego diminuiu.

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015, e considerando os sectores mais significativos em termos de emprego, foi também estes três sectores que registaram um maior decréscimo, sobretudo a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e do Alojamento, restauração e similares, sectores em que a sazonalidade tem um peso evidente. O sector que mais cresceu percentualmente em termos de emprego neste período foi ainda o sector das Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares.

No que se refere aos subsectores das Indústrias Transformadoras, os subsectores mais representativos em termos de emprego eram, no 4º trimestre de 2015, os subsectores da *Indústria têxtil*, das *Industrias alimentares, das bebidas e do tabaco,* e das *industrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos*, seguidos pelos subsectores da F*abricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte;* da *Industria do couro e dos produtos de couro,* da *Fabricação de mobiliário e de colchões* e da F*abricação de outros produtos minerais não metálicos*.

De entre estes subsectores, e relativamente ao trimestre homólogo, a população empregada cresceu percentualmente mais nos subsectores da *Fabricação de mobiliário e colchões*; da F*abricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte e* das *Industrias alimentares, das bebidas e do tabaco* sendo que, em termos de número de trabalhadores, este último foi o sector que registou maior crescimento. De entre os subsectores mais representativos, o emprego decresceu na *Fabricação de produtos minerais não metálicos* e sobretudo na *Indústria Têxtil.*

135. Evolução do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere à evolução na população empregada entre o 2º e o 4º trimestre de 2015, o maior acréscimo em termos de emprego verificou-se também no subsector das *Indústrias alimentares, das*

bebidas e do tabaco embora nos subsectores das *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* e do *Fabrico de mobiliário e de colchões* o emprego também tenha aumentado. Nos restantes subsectores mais representativos o emprego diminuiu, tendo esse decréscimo sido mais acentuado mais uma vez na *Indústria Têxtil.*

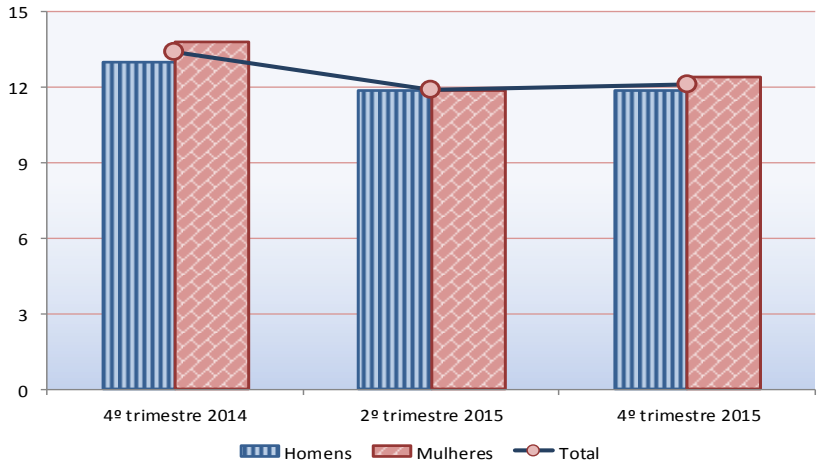
2. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO

2.1. Desemprego e taxas de desemprego

Tendo em conta os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, no 4º trimestre de 2015 havia no Continente 599,4 mil indivíduos desempregados, menos 9,1% que no trimestre homólogo. O número de mulheres e homens desempregados era muito semelhante mas, relativamente ao trimestre homólogo, o desemprego feminino decresceu mais.

Já entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 o desemprego cresceu, em cerca de 1,8%, tendo o desemprego feminino aumentado 2,8%.

136. Evolução da taxa de emprego por género



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

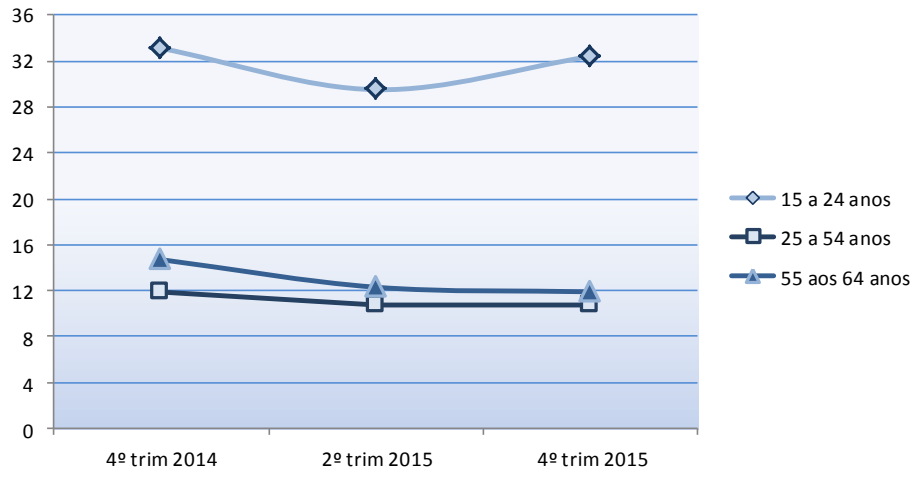
No 4º trimestre de 2015 a taxa de desemprego era de 12,1% sendo a taxa de desemprego feminina (12,4%) ligeiramente mais alta do que a masculina (11,9%).

2.2. Desemprego por grupos etários

Dos 599,4 mil indivíduos que estavam desempregados no 4º trimestre de 2015, 114,3 mil tinham entre os 15 e os 24 anos, constituindo 5,2% do total. Por outro lado, cerca de 93,5 mil (4,2%) tinha entre os 55 e os 64 anos. Relativamente ao trimestre homólogo desemprego diminuiu em todos os grupos etários, embora de forma muito ligeira no grupo etário mais jovem (-0,7%).

Por outro lado, em comparação com o 2º trimestre de 2015, o desemprego cresceu de forma particularmente significativa precisamente no escalão mais jovem (+17,2%). No escalão dos 55 aos 64 anos o desemprego também aumentou, neste período. O escalão dos 25 aos 54 anos registou um ligeiro decréscimo no número de desempregados.

137. Taxas de Desemprego por grupos etários



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Se analisarmos a evolução da taxa de desemprego por grupos etários constatamos que, relativamente ao período homólogo, esta decresceu tanto mais quanto mais velho o escalão etário. No escalão mais jovem a taxa de desemprego masculino diminuiu mais mas nos escalões seguintes foi a taxa de desemprego feminina que mais decresceu.

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 a taxa de desemprego só aumentou no grupo etário dos 15 aos 24 anos (2,9%) e particularmente no que se refere aos homens (4,5%)

- ***por experiência anterior de trabalho***

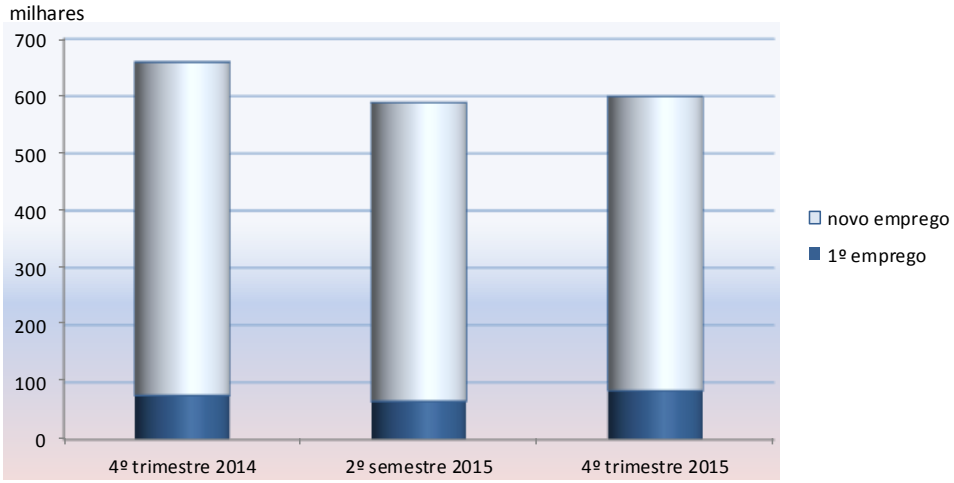
De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, dos 599,4 mil indivíduos desempregados no 4º trimestre de 2015, 85,3 mil estavam à procura do 1º emprego. Estes representavam 14,2% do total dos desempregados. Os desempregados à procura de novo emprego totalizavam 514,1 mil pessoas. Em ambas as categorias o número de homens e mulheres era muito aproximado.

Comparando estes valores com os do trimestre homólogo constatamos que houve um aumento de 11,2% no número dos desempregados à procura do 1º emprego e, em contrapartida, um decréscimo de 11,8% no que respeita aos desempregados à procura de novo emprego. O acréscimo registado na primeira

categoria deveu-se quase exclusivamente ao aumento do número de desempregados homens, que foi de 25%. Na segunda categoria as mulheres desempregadas diminuíram ligeiramente mais do que os homens.

Relativamente ao 2º trimestre de 2015 o número de desempregados à procura do 1º emprego cresceu 27,7% (depois de ter diminuído cerca de 13% relativamente ao 4º trimestre de 2014), o desemprego masculino em 48,5% e o feminino em 12%. No que se refere aos desempregados à procura de novo emprego o seu número decresceu em 1,5% devido à diminuição do número de desempregados homens (-4,2%), uma vez que as mulheres desempregadas aumentaram 1,5% nesta categoria.

138. Desemprego por Experiência anterior de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

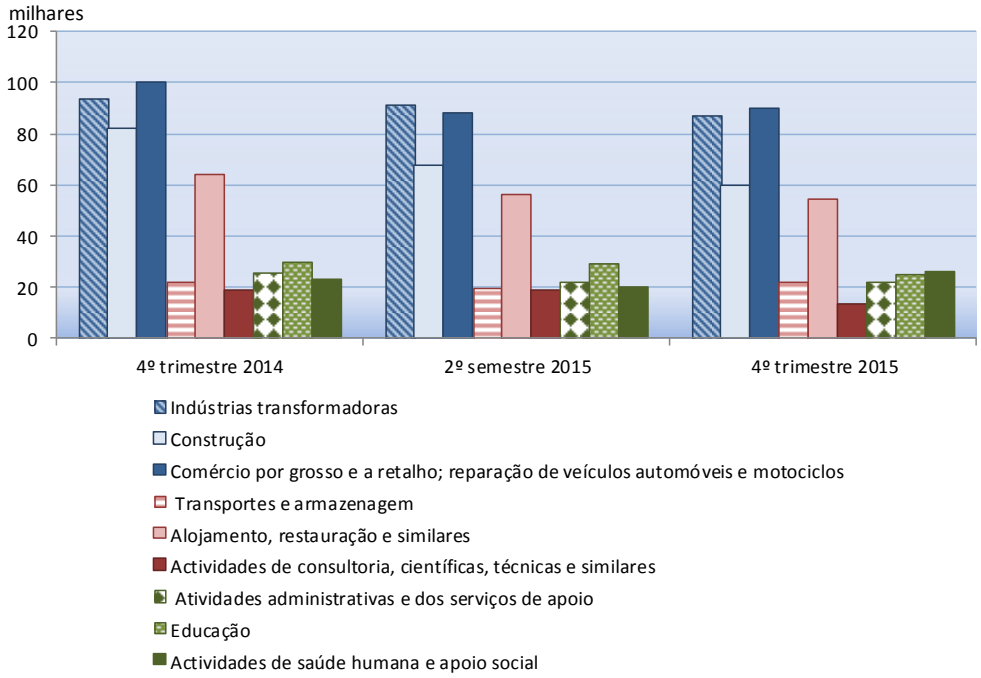
Analisando os desempregados à procura do primeiro emprego por escalões etários, no 4º trimestre de 2015, 71,6% tinham entre 15 e 24 anos embora os desempregados com entre 25 aos 54 anos tenham crescido mais, percentualmente, relativamente ao trimestre homólogo. No que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, 71,3% enquadrava-se no escalão entre os 25 e os 54 anos. Nesta categoria, todos os escalões etários registaram uma diminuição no desemprego relativamente ao trimestre homólogo.

2.3. Desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade

No 4º trimestre de 2015, os sectores de atividade os sectores que concentravam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram: o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos*, sector donde provinham 17,5% dos desempregados; as *Industrias*

Transformadoras, donde eram oriundos 16,9% dos desempregados, *Construção* (11,7%) e *Alojamento, restauração e similares* (10,5%).

139. Desempregados à procura de novo emprego por sectores de atividade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

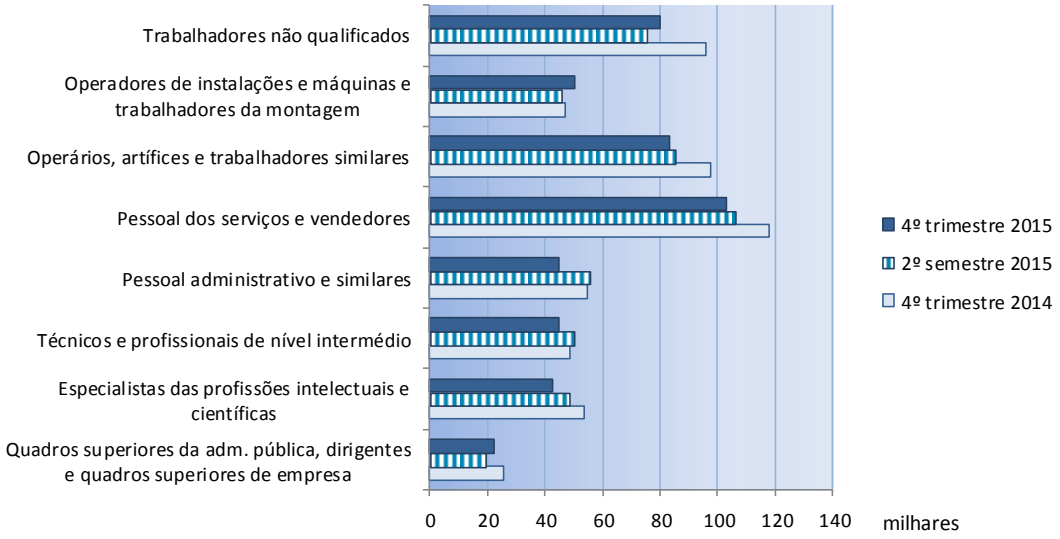
Relativamente ao 4º trimestre de 2014 os desempregados à procura de novo emprego decresceram na maioria dos sectores, tendo diminuído percentualmente, de forma mais significativa nos sectores das *Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares*, na *Construção*, na *Educação* e no *Alojamento, restauração e similares*. Em termos absolutos, o sector onde o desemprego mais diminuiu foi o da *Construção*. No que se refere aos sectores mais representativos, neste período o desemprego cresceu no sector das *Atividades de saúde humana e apoio social*.

Se considerarmos a evolução relativamente ao 2º trimestre de 2015, os sectores de origem dos desempregados em que o desemprego mais diminuiu foram, em geral os mesmos, embora o decréscimo no sector das *Industrias Transformadoras* tenha sido mais acentuado do que no sector do *Alojamento, restauração e similares.* Neste período, e relativamente aos sectores mais representativos, o número de desempregados que provinham das *Atividades de saúde humana e apoio social* aumentou mas também, o número dos que provinham dos *Transportes e armazenagem* e do *Comércio por grosso e a retalho; reparação e automóveis e motociclos.*

- ***Por grupos profissionais***

No que se refere aos grandes grupos profissionais, no 4º trimestre de 2015, 20,1% dos desempregados à procura de novo emprego enquadravam-se no grupo do Pessoal dos serviços e vendedores, 16,2% no grupo dos Operários, artífices e trabalhadores similares e 15,6% no grupo dos Trabalhadores não qualificados.

140. Desempregados à procura de novo emprego por grupos profissionais



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

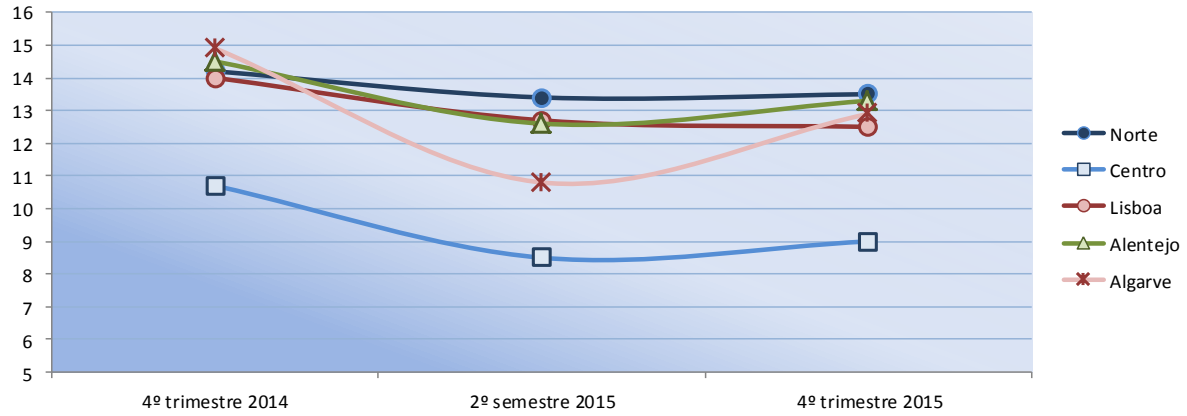
Analisando a evolução dos desempregados à procura de novo emprego relativamente ao 4º trimestre de 2014 verifica-se que o seu número diminuiu em todos os grupos profissionais exceto no grupo dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem*. Esse decréscimo foi particularmente acentuado nos grupos com mais peso em termos de desemprego, acima referidos, e ainda no grupo dos Especialistas das profissões intelectuais e científicas.

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 contudo, os desempregados oriundos dos grupos dos *Trabalhadores não Qualificados* e dos *Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas* aumentam, embora o maior acréscimo, em termos absolutos, se tenham verificado no grupo dos *Operadores de Instalações e máquinas e trabalhadores de montagem*. Por outro lado, os maiores decréscimos registaram-se nos grupos do *Pessoal administrativo e similares,* dos *Especialistas das profissões intelectuais e científicas* e dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio.*

- ***Por regiões***

No 4º trimestre de 2015 quase 41% dos desempregados concentravam-se na região Norte, 29,2% em Lisboa e 17,5% no Centro. No que se refere às diferenças entre sexos, o Norte é a região onde o número de homens e mulheres desempregados mais se aproxima e o Algarve a região onde se regista uma maior diferença, representando os homens 54% do total dos desempregados.

141. Evolução da taxa de desemprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere à taxa de desemprego, no 4º trimestre de 2014 esta era mais elevada no Norte, mas depois no Alentejo e no Algarve. A região com a taxa de desemprego mais baixa era a região Centro. Em Lisboa e no Algarve a taxa de desemprego feminina era mais baixa do que a masculina.

Entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015 a taxa de desemprego baixou em todas as regiões, mais acentuadamente no Algarve e depois no Centro. A região Norte foi a região onde esse decréscimo foi menor. No Norte, em Lisboa e no Algarve a taxa de desemprego feminina diminuiu mais do que a masculina, sendo essa diferença mais significativa no Algarve. No Centro e sobretudo no Alentejo a taxa de desemprego masculina decresceu mais.

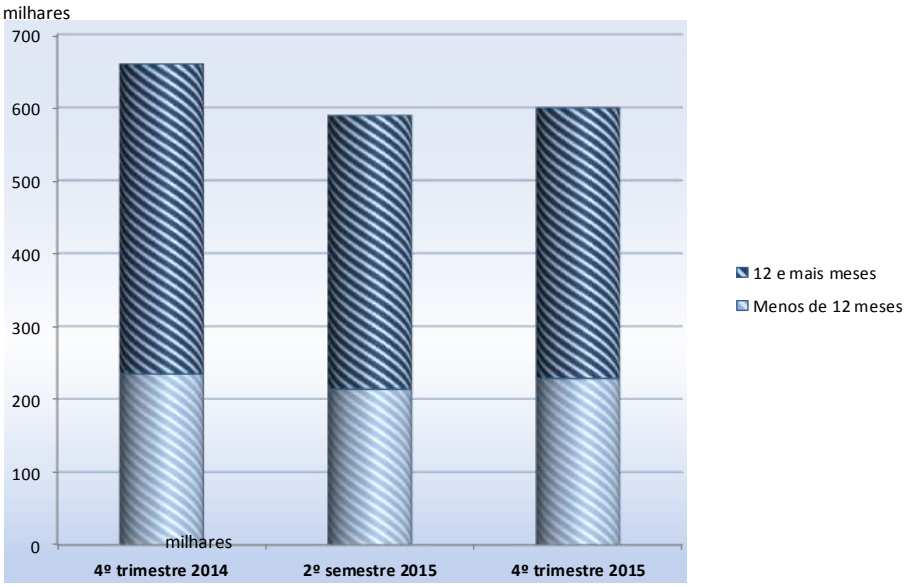
Relativamente ao 2º trimestre de 2015 a taxa de desemprego subiu em todas as regiões exceto em Lisboa. No Algarve esse aumento foi de 2,1%. Em Lisboa o decréscimo registado deveu-se apenas à diminuição na taxa de desemprego feminina que, em todas as outras regiões, aumentou contudo mais do que a masculina.

2.4. Desemprego de Longa Duração

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, no 4º trimestre de 2015 61,9% dos desempregados encontrava-se desempregado há 12 e mais meses. De entre os desempregados que procuravam emprego há menos de 12 meses, 77,4% procurava emprego há menos de 6 meses.

Quer no que respeita aos desempregados há menos de 12 meses, quer relativamente aos desempregados há 12 e mais meses as mulheres e os homens estavam representados de forma quase equivalente.

142. Desemprego por duração da procura



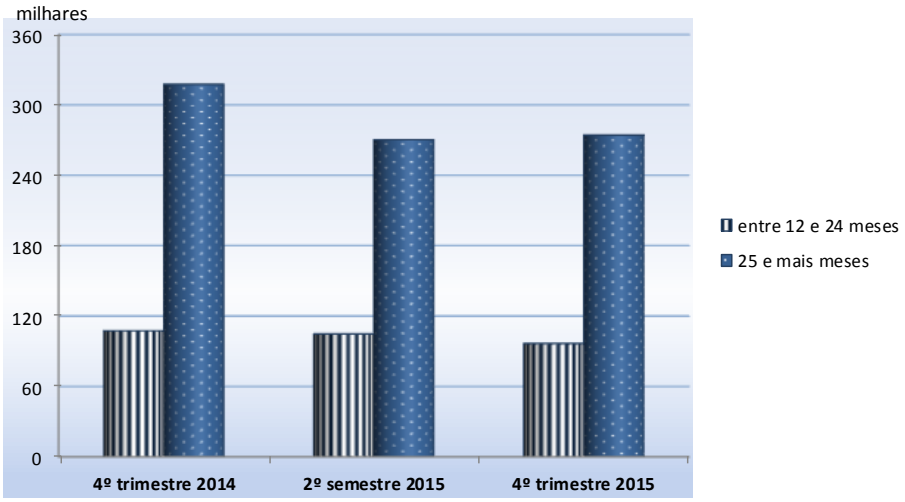
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente ao 4º trimestre de 2014 o desemprego diminuiu em ambas as categorias, mas bastante mais no que respeita aos desempregados há 12 e mais meses (DLD) que decresceram em cerca de 54 mil pessoas. De entre os desempregados há menos de 12 meses, a subcategoria que mais diminuiu foi a dos desempregados há entre 7 e 11 meses, sendo que a subcategoria dos que procuravam emprego há menos de 6 meses aumentou. No que se refere às diferenças entre sexos as mulheres desempregadas diminuíram mais dos que os homens em ambas as categorias. O número de homens desempregados diminuiu mais do que o número de mulheres na subcategoria dos desempregados com entre 7 e 11 meses.

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 os desempregados há menos de 12 meses cresceram devido ao aumento dos desempregados há menos de 6 meses, uma vez que os desempregados há entre 6 e 11

meses diminuíram. Em contrapartida os DLD decresceram ligeiramente. A percentagem de mulheres desempregadas há menos de 12 meses cresceu mais do que a percentagem e homens e a percentagem de mulheres DLD diminuiu menos.

143. Desempregados de longa e muito longa duração



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No 4º trimestre de 2015, dos 371 mil indivíduos que estavam desempregados há mais de 1 ano (DLD), 74% já procurava emprego há 25 ou mais meses, ou seja, era desempregado de muito longa duração (DMLD). Em comparação com o 4º trimestre de 2014 o desemprego diminuiu tanto na subcategoria dos desempregados com entre 12 e 24 meses (menos cerca de 10,7 mil) como na subcategoria dos desempregados há mais de 2 anos (menos 43,3 mil), tendo diminuído mais, em ambas as subcategorias, no que se refere às mulheres.

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 os DLD decresceram, em 1,1%. O número de desempregados há entre 12 e 24 meses diminuiu, tendo decrescido mais no que se refere aos homens mas os DMLD aumentaram, em 1,4% tendo crescido mais no que respeita às mulheres.

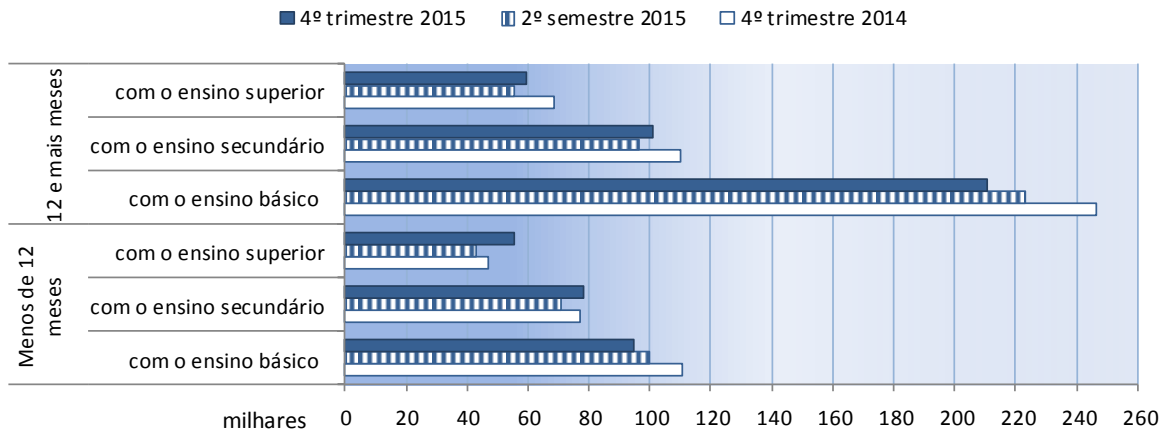
2.5. Desempregados por níveis de habilitações e duração da procura de emprego

No 4º trimestre de 2015, 51% das pessoas desempregadas tinham até o ensino básico, quase 30% possuía o ensino secundário e 19,2% tinha o ensino superior. Entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de

2015 registou-se um decréscimo de desempregados relativamente a todos os níveis de habilitações que foi mais acentuado nos desempregados com o ensino básico (-14,5%) depois nos desempregados com o ensino secundário (-4,2%) e muito ligeiro nos desempregados com o ensino superior (-0,4%).

Considerando os desempregados há menos de 12 meses no 4º trimestre de 2015, o peso dos desempregados com o ensino básico era menor (41,5% do total desta categoria) enquanto os desempregados com o ensino secundário e o ensino superior representavam, respetivamente, 34,2% e 24,3% do total.

144. Desempregados por duração de procura de emprego por níveis de habilitações



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere a esta categoria de desempregados entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015 apenas diminuíram os habilitados com até o ensino básico (-14,3%) sendo que o maior acréscimo se verificou nos desempregados com o ensino superior (cerca de 8,6 mil indivíduos para 1,2 mil com o ensino secundário). De facto, na subcategoria dos desempregados entre 7 e 11 meses apenas os habilitados com o ensino superior cresceram (em cerca de 1,7 mil pessoas).

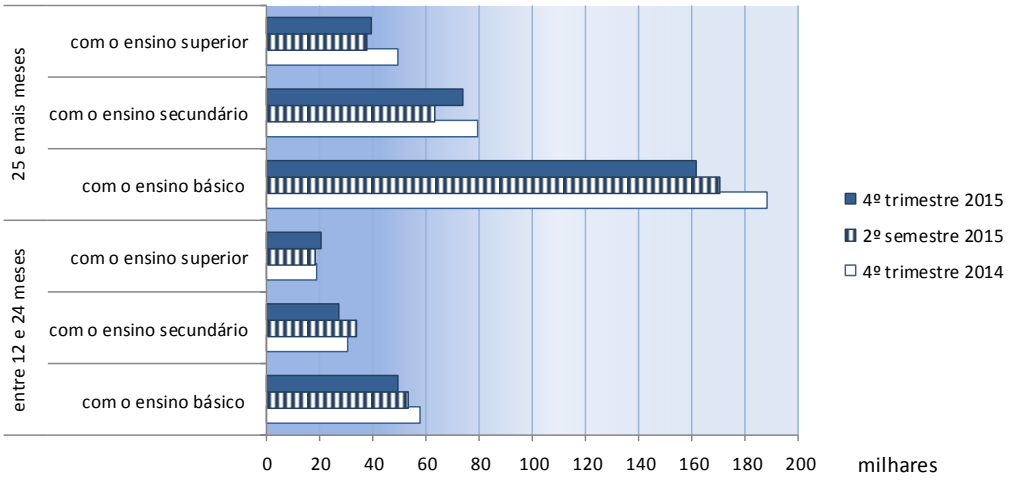
Comparando a evolução dos desempregados há menos de 12 meses entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 constata-se que o aumento verificado neste período, nesta categoria, se deve ao crescimento dos desempregados com o ensino secundário (10,2%) e sobretudo com o ensino superior (29,7%).

2.6. Desempregados de longa e muito longa duração por níveis de habilitações

Quanto aos desempregados de longa duração, o peso dos desempregados com o ensino básico nesta categoria, no 4º trimestre de 2015, era bastante superior (56,7% do total da categoria). Os desempregados de longa duração com o ensino secundário representavam 27,2% e os desempregados com o ensino superior 16,2%.

No que se refere aos desempregados há mais de 25 meses (desempregados de muito longa duração) os desempregados com o ensino básico tinham ainda mais peso (58,8% do total), sendo que os desempregados com o ensino secundário constituíam, nesta subcategoria, 26,9% e os desempregados com o ensino superior 14,3%.

145. Desempregados de longa e muito longa duração por níveis de habilitações



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2015 o desemprego decresceu relativamente a todos os níveis de habilitações, sobretudo no que se refere aos desempregados com o ensino básico. O número de desempregados com entre os 12 a 24 meses diminuiu, neste período, embora o número de desempregados com o ensino superior tenha registado um leve acréscimo. Já no que se refere aos desempregados com 25 ou mais meses (DMLD) o seu número decresceu relativamente a todos os níveis de habilitações, sendo esse decréscimo de 21% no que respeita aos desempregados com o ensino superior e de 14,4% no que respeita aos desempregados com o ensino básico.

Relativamente ao 2º trimestre de 2015 o número de DLD também diminuiu, mas apenas no que se refere aos desempregados com o ensino básico. No que se refere à subcategoria dos desempregados com entre 12 e 24 meses os desempregados com o ensino superior foram o único escalão que cresceu.

Na subcategoria dos DMLD verificou-se um decréscimo nos desempregados com até o ensino básico enquanto os desempregados com o ensino secundário aumentavam em 17,1% e os desempregados com o ensino superior em 4,8%. Registe-se ainda, no que se refere aos DMLD, que entre o 4º trimestre de 2014 e o 2º trimestre de 2015, os desempregados com o ensino básico diminuíram em aproximadamente o mesmo número em que diminuíram entre o 2º e o 4º trimestre de 2015. Já no que se refere aos desempregados com o ensino secundário e com o ensino superior verificou-se entre o 4º trimestre de 2014 e o 2º trimestre de 2015 um forte decréscimo (que foi de 20,8% para os desempregados com o ensino básico e de 24,6% para os desempregados com o ensino superior).

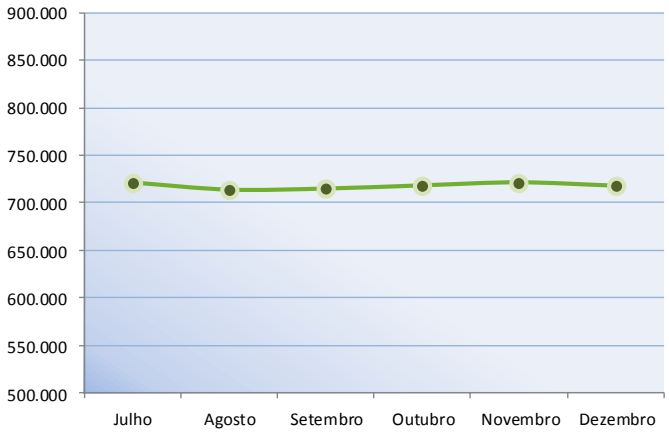
3. PEDIDOS DE EMPREGO REGISTADOS NOS CENTROS DE EMPREGO

3.1. Análise dos pedidos de emprego registados no 2º semestre de 2015 – situação no fim do mês

De acordo com a informação disponibilizada pelo IEFP para Portugal continental, no 2º semestre de 2015, a evolução dos pedidos de emprego apresentou alguma oscilação, com um decréscimo verificado no final de agosto e uma subida no final de novembro, registando-se, no final do semestre, cerca de 718 mil pedidos.

146. Evolução dos pedidos de emprego

(2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

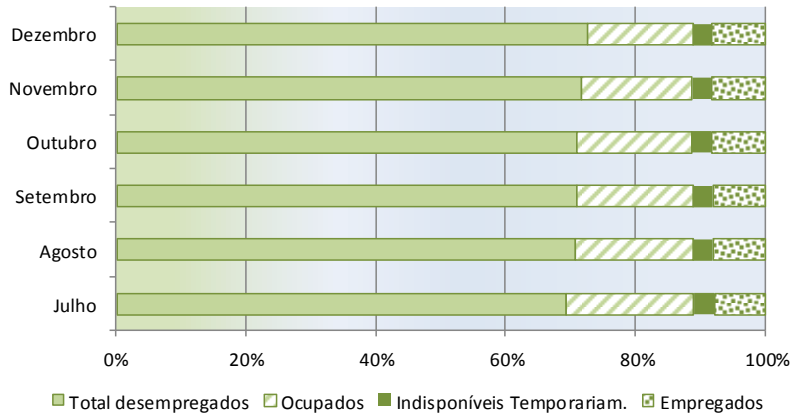
Numa análise mais detalhada dos diferentes tipos de pedidos de emprego por situação face ao emprego, constata-se que os pedidos por parte de desempregados assumiram uma grande expressão em todos os meses do semestre, com percentagens na ordem dos 70%, logo seguidos pela categoria dos que se encontram empregados, mas que procuram um novo emprego.

Relativamente aos pedidos de emprego por desempregados, observa-se um acréscimo no final de cada mês do semestre em análise, ou seja, registou-se um aumento de cerca de 21,4 mil desempregados, entre julho (500.176) e dezembro (521.611).

Contudo, uma análise mais pormenorizada deste desemprego registado, evidencia um ligeiro decréscimo dos pedidos para 1º emprego, a partir de novembro, em contraste com os pedidos de novo emprego que, à exceção do mês de setembro, apresentou sempre aumentos no final de cada mês. De salientar que, os pedidos de novo emprego representaram cerca de 90% do desemprego registado nos centros de emprego, no final de cada mês do semestre.

147. Pedidos de emprego por situação face ao emprego

(2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

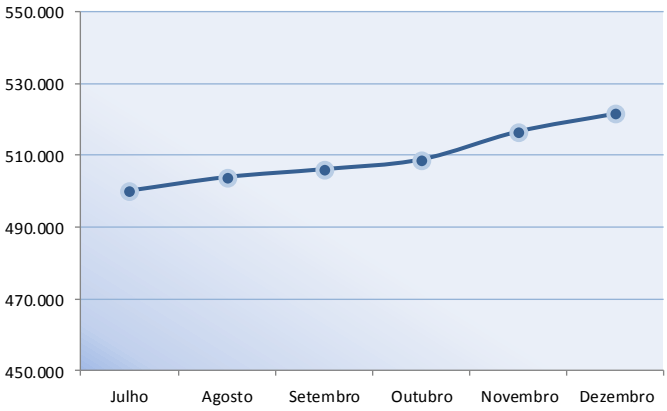


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ainda no que respeita ao desemprego registado, observou-se uma maior incidência entre as mulheres, cujo valor total de pedidos, quer para novo emprego, quer para 1º emprego atingiu, na média do semestre, 270,3 mil registos (53%), cerca de mais 31 mil pedidos face aos desempregados masculinos (47%).

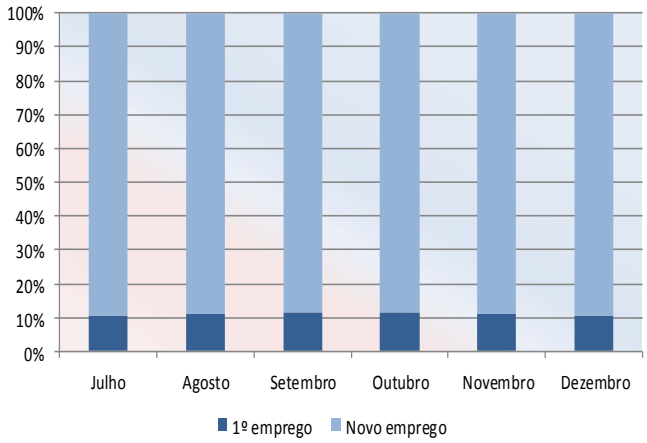
148. Evolução do desemprego registado

(2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



149. Desemprego registado por situação face ao emprego

(2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

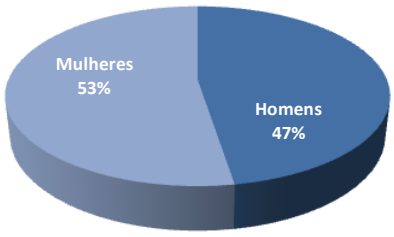


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por outro lado, considerando a informação disponível por grupos etários, constata-se que o desemprego registado se concentrou sobretudo nas idades de 25 e mais anos, que em termos médios, entre julho e dezembro, atingiram 447,2 mil (88%) pedidos no final de cada mês.

150. Desemprego registado por sexo

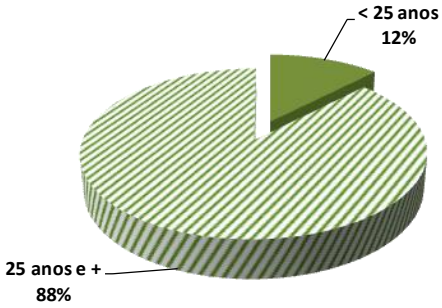
(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

151. Desemprego registado por grupo etário

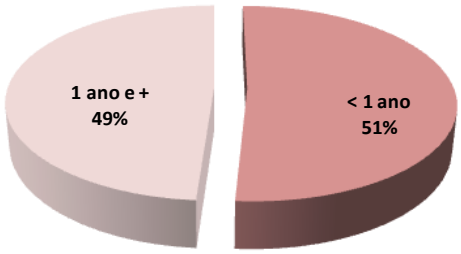
(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

152. Desemprego registado por tempo de inscrição

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



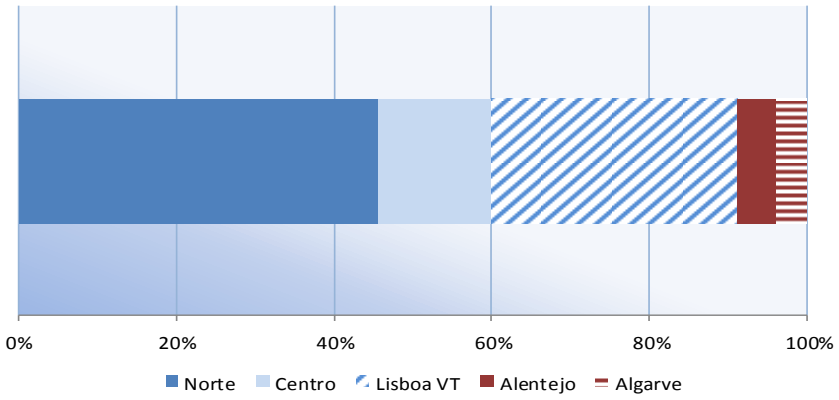
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto ao desemprego registado por tempo de inscrição, verifica-se que, na média do semestre, a sua representatividade foi quase equivalente. Todavia, analisando o total de desempregados inscritos no final de cada mês, verifica-se que os que se encontravam inscritos há menos de 1 ano aumentaram todos os meses do semestre, passando de 247,2 mil em julho para 277,8 mil em dezembro (mais 30,6 mil), contrariamente aos desempregados inscritos há 1 e mais anos que desceram de 252,9 mil em julho para 243,8 mil em dezembro (cerca de menos 9 mil).

A nível regional e em termos médios do semestre, o Norte concentrou a maior proporção do desemprego registado no fim de cada mês, com quase 232 mil pedidos de emprego, logo seguido por Lisboa e Vale do Tejo, com mais de 159 mil e pela região Centro, com 73,2 mil. Quanto ao Alentejo e ao Algarve, ambas as regiões apresentaram valores pouco expressivos, na ordem dos 20 mil pedidos.

153. Desemprego registado por região

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

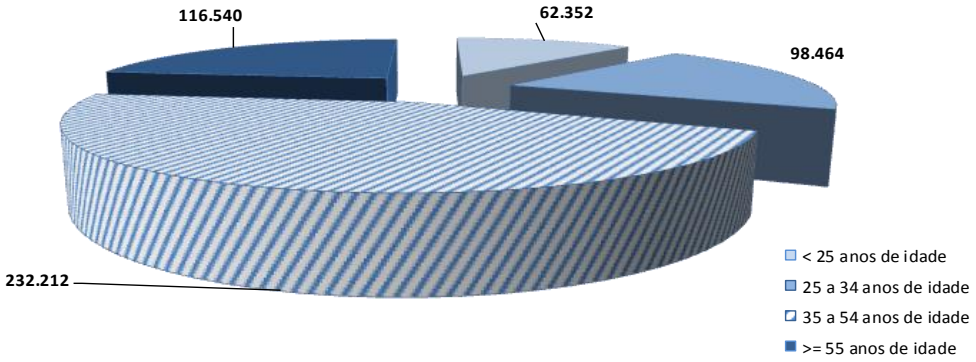


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto à estrutura etária, na média do semestre, observa-se que a grande maioria dos desempregados inscritos nos centros de emprego, no fim do mês, tinham idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (232,2 mil) e 55 ou mais anos (116,5 mil). De registar que a categoria etária mais jovem, respeitante aos desempregados com menos de 25 anos, assumiu a menor expressão, com pouco mais de 62 mil registos.

154. Desemprego registado por grupo etário

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

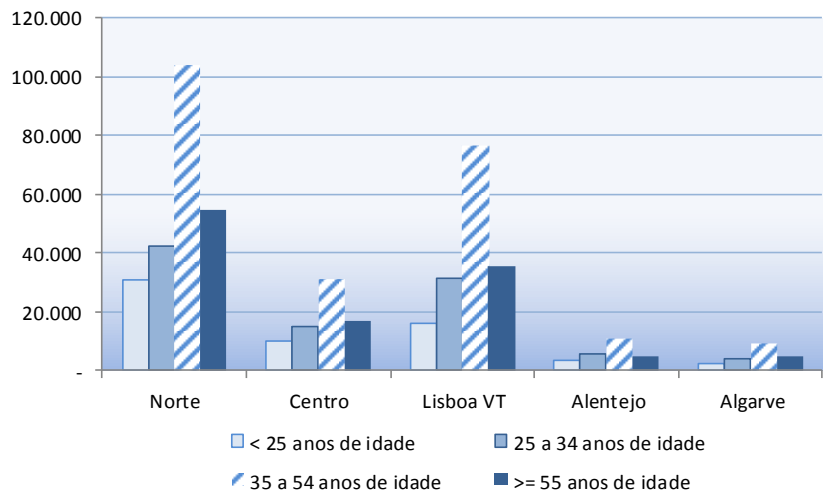


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando os diferentes grupos de idades e a diversidade regional, constata-se que, na média do semestre, à exceção do Alentejo, todas as restantes regiões acompanharam a tendência nacional. Assim, no Alentejo, para além dos desempregados de 35 a 54 anos, que se evidenciaram como o grupo etário mais representado, surgiu em segundo lugar a categoria de idades entre os 25 e os 34 anos.

155. Desemprego registado por grupo etário e região

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

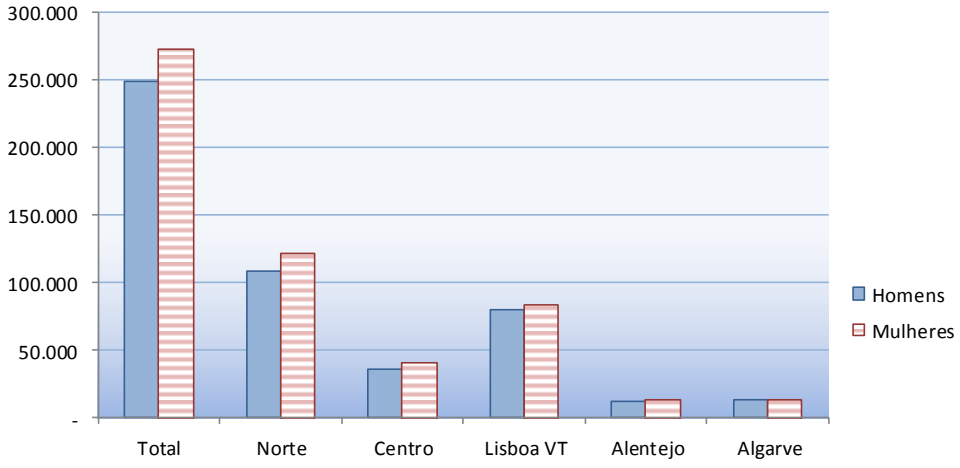


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por outro lado, tendo em conta o sexo, verifica-se que, em termos médios, no final do mês, o desemprego registado das mulheres foi superior ao dos homens, tendo esta tendência se evidenciado em todos os meses do semestre em análise e em todas as regiões do continente, não obstante em relação às regiões Centro e Norte, a diferença entre homens e mulheres ter sido mais expressiva (respetivamente 7,2% e 5,6%).

156. Desemprego registado por sexo e região

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

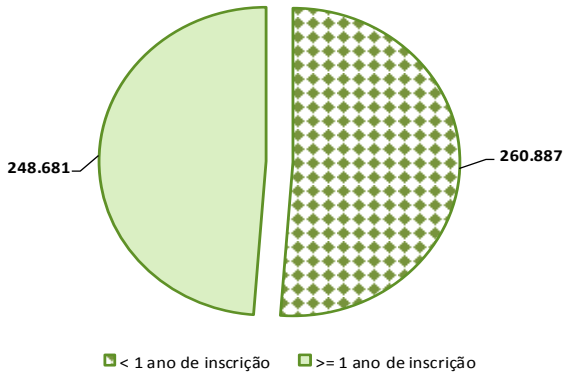


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No que respeita ao tempo de inscrição, como anteriormente referido, os desempregados inscritos há menos de um ano apresentaram uma maior incidência, apesar do diferencial entre ambas as categorias, na média do semestre, ter sido pouco significativo.

157. Desemprego registado por tempo de inscrição

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

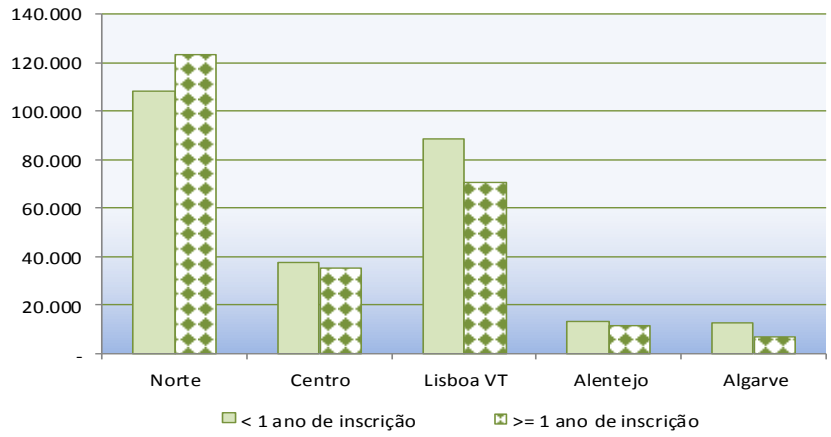


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Porém, quando analisadas regionalmente, estas categorias assumiram proporções diferenciadas consoante as regiões. À exceção do Norte, onde o número de desempregados inscritos há um ou mais anos foi maioritário, em todas as restantes regiões os desempregados inscritos há menos de um ano assumiram um maior peso, em particular na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve.

158. Desemprego registado por tempo de inscrição e região

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

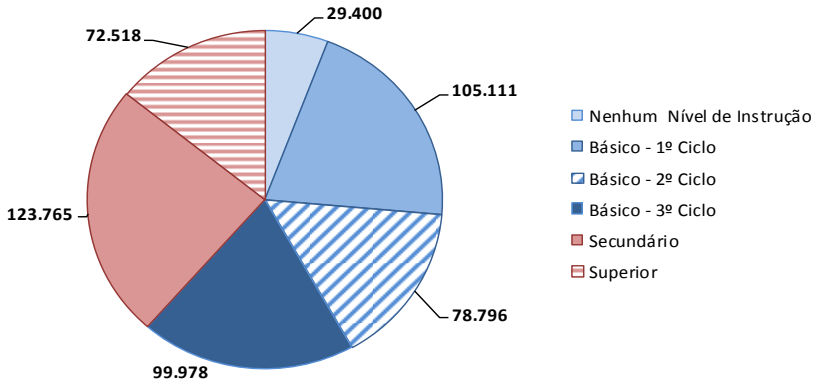


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ainda no que concerne ao desemprego registado, tendo em conta os diversos níveis de escolaridade, constata-se uma incidência similar em todos os níveis, exceção feita aos desempregados inscritos sem qualquer tipo de instrução, cujo valor, na média do semestre, assumiu o menor significado (29,4 mil), ao contrário do nível secundário (123,8 mil) que apresentou o maior registo. De salientar que, os desempregados inscritos com o ensino básico, só por si, concentraram mais de metade dos registos com cerca de 56% do total.

159. Desemprego registado por nível de instrução

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

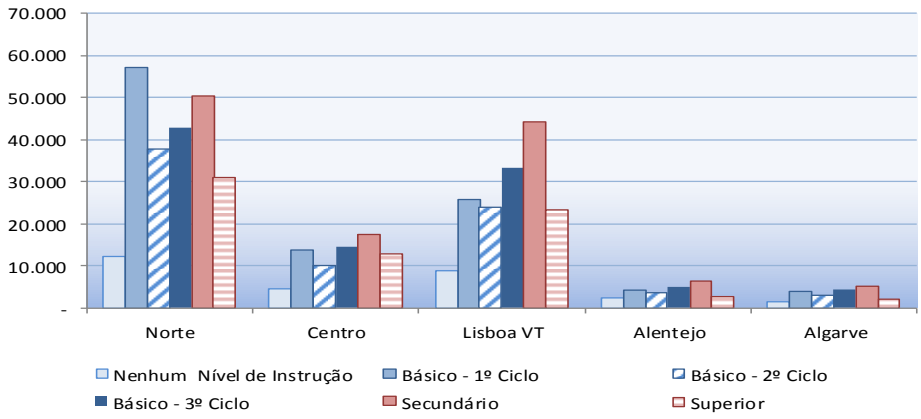


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

A nível regional, em termos médios, o Norte registou, no fim do mês, o maior contingente de desempregados com o ensino básico do 1º ciclo (25%), o que contrastou com as restantes regiões, cujos desempregados detinham maioritariamente o ensino secundário, logo seguido de perto pelo ensino básico do 3º ciclo.

160. Desemprego registado por tempo de inscrição e região

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando os grupos profissionais dos desempregados registados no continente, na média do 2º semestre, as profissões mais representadas foram os *vendedores* (9,5%), os *trabalhadores de limpeza* (8,8%), os *trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes* (8,7%), os *trabalhadores qualificados da construção e similares* (6,8%), os *empregados de escritório, secretários e operadores de processamento de dados* (6%) e os *trabalhadores dos serviços pessoais* (4,2%).

161. Desemprego registado por grupos profissionais
(Situação no fim dos meses)

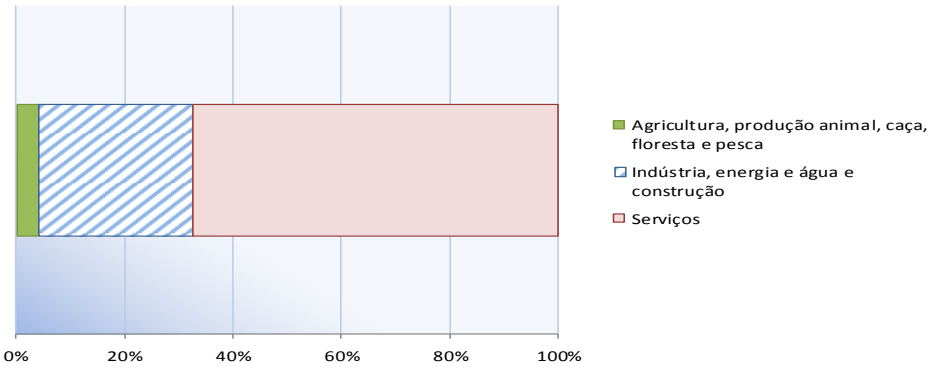
	2º semestre de 2015 (Média)
TOTAL	***509.567***
Vendedores	***48.482***
Trabalhadores de limpeza	***44.808***
Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	***44.509***
Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista	***34.712***
Empregados de escritório, secretários e operadores de processamento de dados	***30.437***
Trabalhadores dos serviços pessoais	***21.572***

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto à atividade económica de origem do desemprego, do total de desempregados, candidatos a novo emprego, que se encontravam inscritos no final dos meses do semestre em análise, a larga maioria provinha, em termos médios, do sector dos *Serviços* (66,8%), em particular das *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio*, do *Comércio por grosso e a retalho* e do *Alojamento, restauração e similares*.

162. Desemprego registado (novo emprego) por atividade económica

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



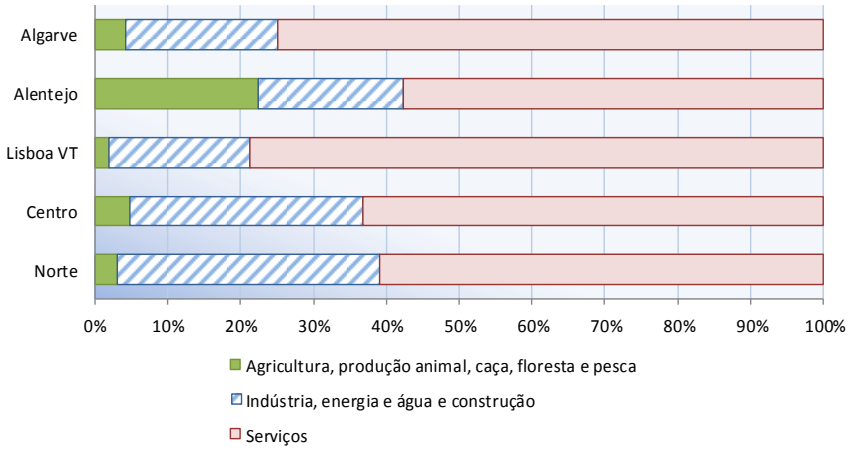
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Em segundo lugar, não obstante com menor expressão, evidenciou-se o sector da *Indústria* (28,4%), com destaque para o subsector da *Construção*. Por último, ao sector agrícola pertenciam apenas cerca de 4% dos desempregados inscritos como candidatos a novo emprego.

Em termos regionais, na média do semestre em análise, o sector dos serviços contribuiu de forma muito significativa para o desemprego registado, com destaque para Lisboa e Vale do Tejo e para o Algarve onde a incidência do desemprego neste sector foi maior. Relativamente à Indústria, este sector foi responsável por cerca de um terço do desemprego registado nas regiões Norte e Centro, tendo assumido proporções menores nas restantes regiões.

163. Desemprego registado (novo emprego) por atividade económica e região

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

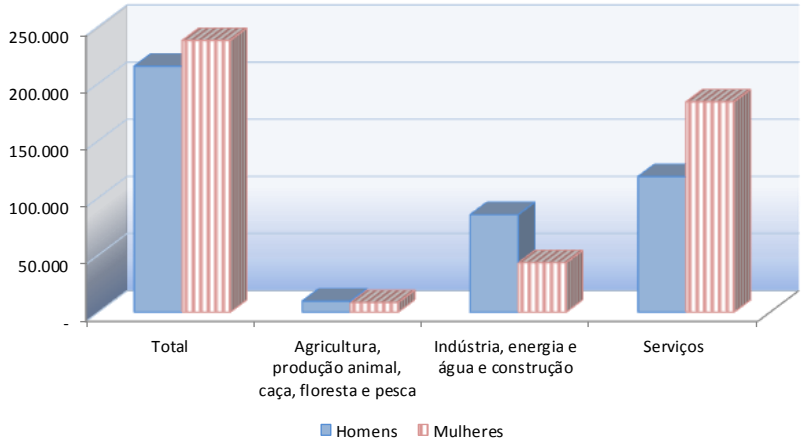


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto aos desempregados oriundos do sector agrícola, a sua expressão nas diversas regiões foi diminuta, à exceção do Alentejo, onde foi responsável por 22,5% do total do desemprego registado na região.

164. Desemprego registado (novo emprego) por atividade económica e sexo

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

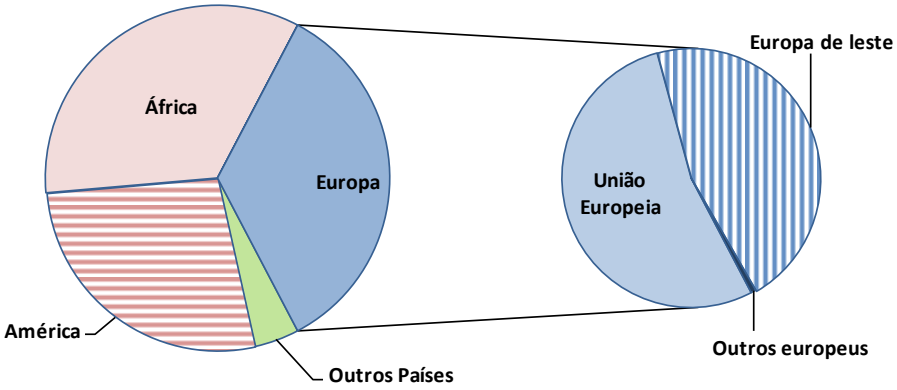


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ainda ao nível dos grandes sectores de atividade económica, evidencia-se, na média do 2º semestre de 2015, uma maior concentração de desempregados masculinos na *Indústria* (66,4%) e na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (53,5%), o que contrasta com o sector dos *Serviços*, onde o maior número de desempregados inscritos como candidatos a novo emprego são do sexo feminino (60,8%). De registar que, no sector da *Indústria*, os homens são responsáveis por dois terços do desemprego registado.

165. Desemprego registado por nacionalidade

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



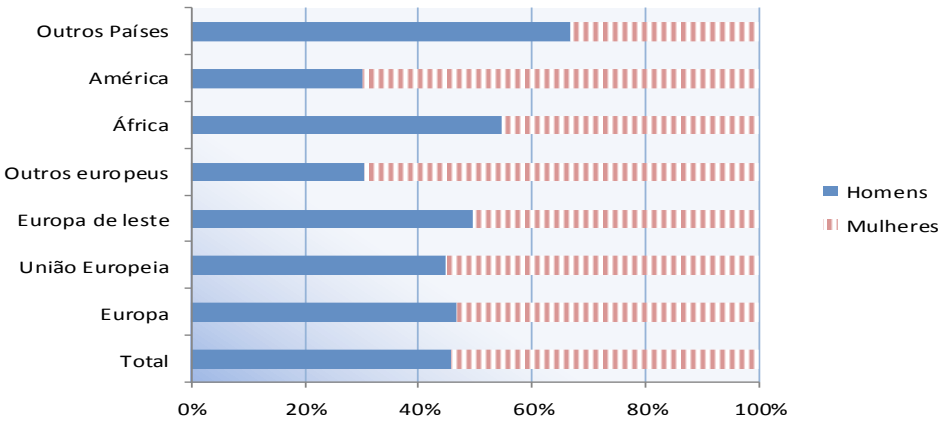
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando, ainda, o desemprego registado por nacionalidade no fim dos meses do semestre em análise, constata-se que, em termos médios, foram os imigrantes oriundos da Europa quem mais contribuiu para o aumento do desemprego, seguidos de perto pelos provenientes do continente africano, com 35% e 34%, respetivamente. Saliente-se o facto de, relativamente ao continente europeu, cerca de 53% do desemprego registado de imigrantes provir de países da União Europeia.

Por último, tendo em conta a nacionalidade e sexo dos desempregados imigrantes registados nos centros de emprego, evidencia-se que, na média do semestre, a contribuição feminina para o desemprego proveio maioritariamente dos continentes americano (4,4 mil) e europeu (4,3 mil), enquanto os imigrantes desempregados masculinos eram sobretudo oriundos de África (3,6 mil) e da Europa (3,1 mil).

166. Desemprego registado por nacionalidade e sexo

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



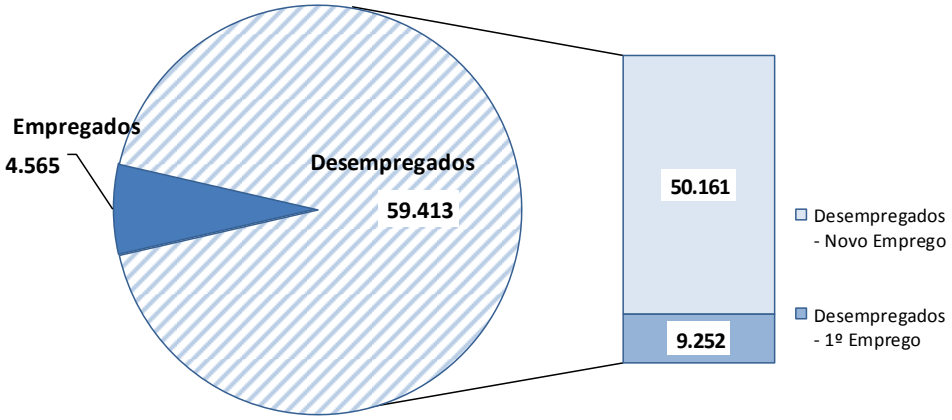
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

3.2. Análise dos pedidos de emprego no 2º semestre de 2015 – movimento ao longo do mês

Analisando a informação mensal das estatísticas do *Mercado de emprego* do IEFP, relativa ao 2º semestre de 2015, denota-se que ao longo dos meses, em termos médios, os pedidos de emprego foram sobretudos de desempregados inscritos como candidatos a novo emprego (78,5%).

167. Pedidos de emprego por situação face ao emprego

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)

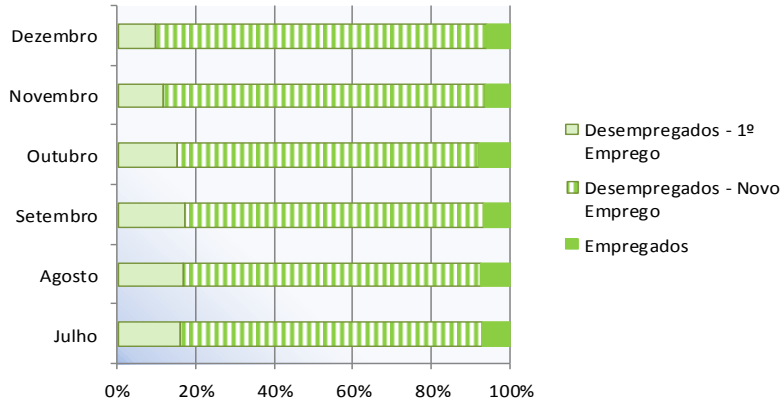


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Numa análise mais detalhada desta informação, constata-se que, nos meses de Setembro e Outubro, o número de pedidos de emprego foi superior face aos restantes meses do semestre, tendo esse aumento sido evidenciado quer por desempregados à procura de novo ou de 1º emprego, quer de empregados inscritos como candidatos a um novo emprego.

168. Pedidos de emprego por situação face ao emprego

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)

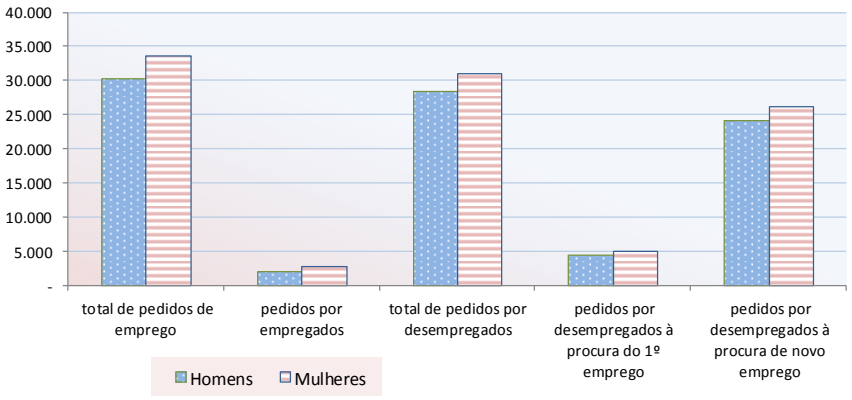


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por outro lado, não obstante, ao longo dos meses, o número de pedidos de emprego por mulheres ter sido superior face aos dos homens, quando se consideram as diferentes situações face ao emprego, constata-se que as proporções não foram equivalentes. De facto, os pedidos de novo emprego femininos (59%) assumem um maior peso relativo quando comparados com os masculinos.

169. Pedidos de emprego por situação face ao emprego e por sexo

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



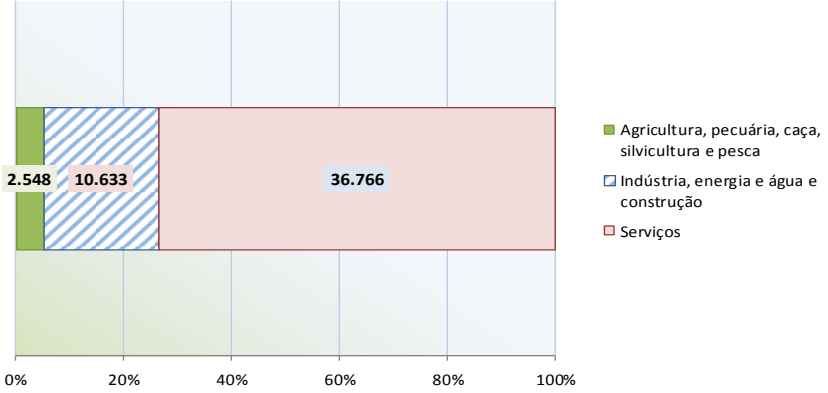
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto aos pedidos dos desempregados registados ao longo dos meses do semestre, a diferença entre os sexos não é tão expressiva (52% para as mulheres e 48% para os homens).

Relativamente ao sector económico de origem do desemprego, ao longo do meses do 2º semestre de 2015, a grande maioria dos desempregados candidatos a novo emprego proveio dos *Serviços* (73,3%), em particular das *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (38%), do *Alojamento, restauração e similares* (17%) e da *Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social* (15%).

170. Desempregados inscritos (novo emprego) por sector de atividade

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



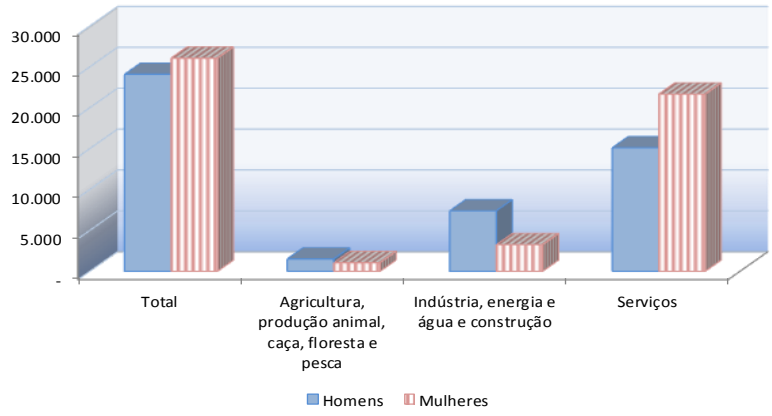
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

De salientar que, na *Indústria*, o segundo sector com maior número de desempregados inscritos (21,2%), a atividade com maior peso contributivo foi a *Construção*, que, só por si, foi responsável por 44,2% do total de registos de desemprego no sector.

Ao longo dos meses do semestre em análise, foram as mulheres quem mais contribuiu para o desemprego registado no sector dos *Serviços*, ao contrário das restantes atividades económicas, onde o volume de desempregados inscritos como candidatos a novo emprego foi superior no contingente masculino.

171. Desempregados inscritos (novo emprego) por atividade económica e sexo

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

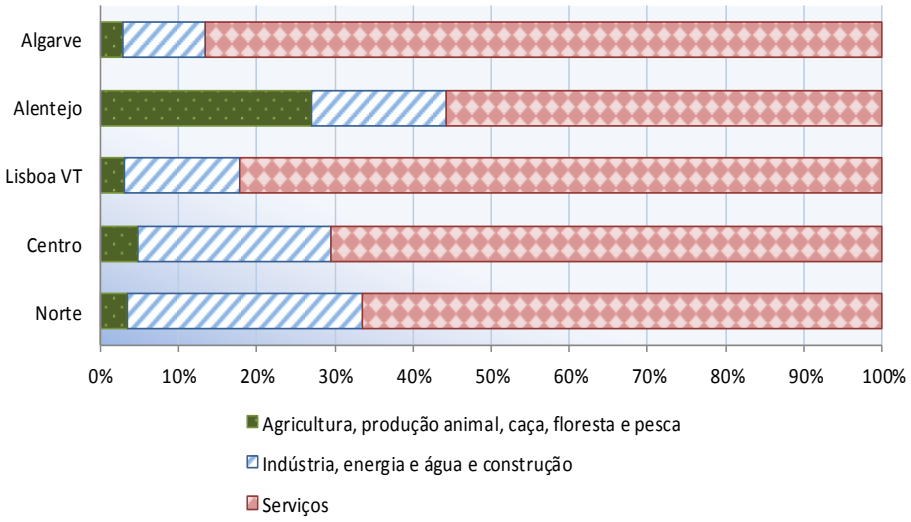
Desta forma, o número de mulheres desempregadas dos *Serviços* atingiu 59%, o que contrastou com os sectores *agrícola* e da *Indústria*, onde os desempregados masculinos representaram 59% e 69%, respetivamente.

A nível regional, apesar do sector dos serviços ter contribuído largamente ao longo dos meses do semestre para o desemprego registado, a sua representatividade nas várias regiões do continente foi diferenciada. Deste modo, o número de desempregados com origem nos *Serviços* atingiu uma maior concentração no Algarve (86,6%) e em Lisboa e Vale do Tejo (82%).

Quanto ao sector da *Indústria*, as suas maiores contribuições para o desemprego registado evidenciaram-se no Norte (30%) e no Centro (24,7%). Por último, de destacar o facto de, na região alentejana, o sector agrícola ter contribuído de forma significativa para o desemprego registado, com mais de 27%.

172. Desempregados inscritos (novo emprego) por sector de atividade e região

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No que concerne ao desemprego registado por grupos profissionais, ao longo dos meses do semestre em análise, evidenciaram-se como mais representativas as profissões de *vendedores* (11,2%), dos *Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes* (8%), dos *Trabalhadores de limpeza* (5,8%), dos *Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista* (5,6%) e dos *Trabalhadores dos serviços pessoais* (5,6%).

173. Desempregados inscritos por grupos profissionais (Movimento ao longo dos meses)	**2º semestre de 2015 (Média)**
TOTAL	***60.322***
Vendedores	***6.771***
Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	***4.805***
Trabalhadores de limpeza	***3.475***
Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista	***3.396***
Trabalhadores dos serviços pessoais	***3.379***
Professores	***2.970***
Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	***2.314***
Especialistas das ciências físicas, matemática, engenharias e técnicas afins	***2.250***
Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	***2.173***

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

4. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO

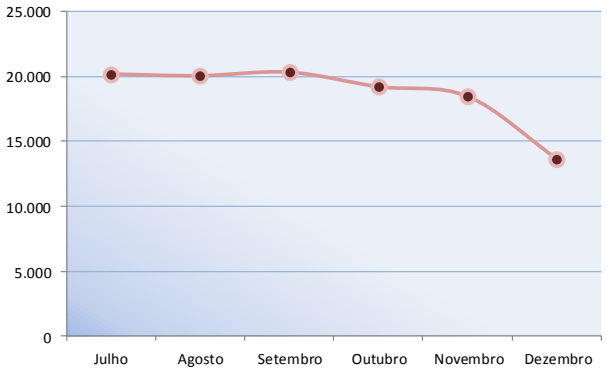
4.1. Análise das ofertas registadas no 2º semestre de 2015 – situação no fim do mês

De acordo com a informação estatística disponibilizada pelo IEFP, no 2º semestre de 2015, o total de ofertas de emprego registadas nos centros de emprego, apresentou um declínio entre julho e dezembro. Deste modo, o número de ofertas contabilizadas no final de dezembro (13,6 mil) foi inferior ao registado no final de julho (20,2 mil).

A análise conjunta das ofertas e pedidos de emprego permite evidenciar a existência de evoluções diferenciadas destes dois tipos de registos. Assim, enquanto o número de ofertas de emprego se manteve estável nos primeiros meses do semestre, diminuindo a partir de Setembro, o mesmo não aconteceu com os pedidos de emprego, que após uma descida no final de agosto, conheceu um aumento até novembro, mês a partir do qual voltou a descer.

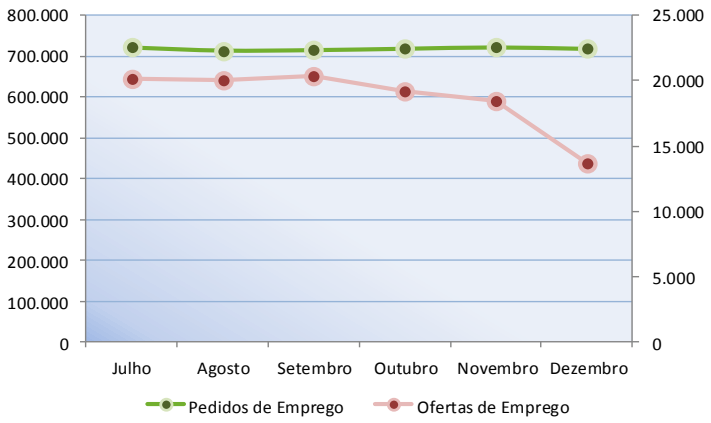
174. Evolução das ofertas de emprego

(2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



175. Evolução dos pedidos e ofertas de emprego

(2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Tendo por base a informação relativa aos grupos profissionais das ofertas registadas nos centros de emprego do continente, na média do 2º semestre de 2015, os *trabalhadores dos serviços pessoais* (12%), os *vendedores* (8%), os *operadores de instalações fixas e máquinas* (6%) e os *técnicos de nível intermédio, das áreas financeiras, administrativas e dos negócios* (6%) evidenciaram-se como as profissões com um maior número de registos de oferta.

176. Ofertas de emprego por grupos profissionais

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

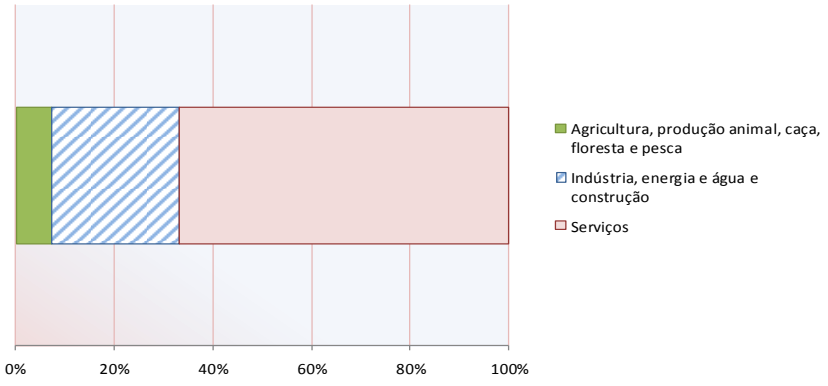
	2º semestre de 2015 (Média)
TOTAL	*18.664*
Trabalhadores dos serviços pessoais	*2.198*
Vendedores	*1.450*
Operadores de instalações fixas e máquinas	*1.174*
Técnicos de nível intermédio, das áreas financeiras, administrativas e dos negócios	*1.074*
Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	*955*
Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	*937*
Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista	*842*
Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	*776*
Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	*711*
Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	*704*

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No semestre em análise, as atividades económicas com maior expressão nas ofertas de emprego recebidas concentraram-se no sector dos *Serviços* (66,7%), em particular no *Comércio por grosso e a retalho* (20,8%), nas *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (19,4%), e no *Alojamento, restauração e similares* (17,4%). De referir que, a *Indústria* foi responsável por 26% do total das ofertas recebidas, nomeadamente devido ao peso das ofertas do subsector da *Construção* (27,2%) enquanto o sector *agrícola* (7,3%) foi o que menos contribuiu para o conjunto das ofertas registadas no continente.

177. Ofertas de emprego por atividade económica

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)

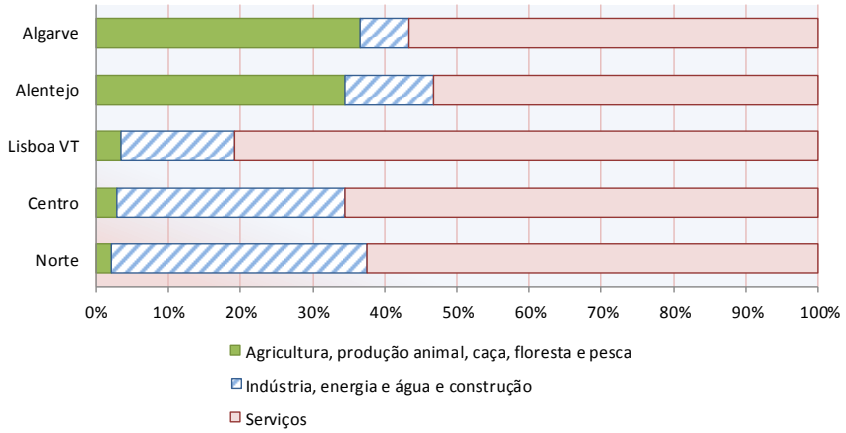


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando as ofertas de emprego recebidas a nível regional, verifica-se que, na média do semestre, as ofertas no sector dos *Serviços* alcançaram o valor mais expressivo na região de Lisboa e Vale do Tejo (81%), apesar das ofertas de emprego deste sector serem maioritárias em todas as regiões do continente. Relativamente à *Indústria*, o maior número de ofertas verificou-se no Norte (36%) e no Centro (32%), contrastando com o sector *agrícola*, cujas ofertas se concentraram na região algarvia (37%) e alentejana (34%).

178. Ofertas de emprego por sector de atividade e região

(Média 2º semestre 2015 – situação no fim dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

4.2. Análise das ofertas de emprego e colocações no 2º semestre de 2015 – movimento ao longo do mês

- ***Ofertas de emprego***

Analisando a informação mensal das estatísticas do *Mercado de emprego* do IEFP, denota-se que ao longo dos meses do 2º semestre de 2015, em termos médios, os centros de emprego registaram 13.951 ofertas de emprego.

Relativamente aos grupos profissionais que evidenciaram um maior número de ofertas de emprego, estes corresponderam às profissões dos *Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes* (9,3%), *Trabalhadores dos serviços pessoais* (8,9%), *Vendedores* (7,7%), *Operadores de instalações fixas e máquinas* (5,8%), *Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato* (5,3%), *Técnicos de nível intermédio, das áreas financeiras, administrativas e dos negócios* (5%).

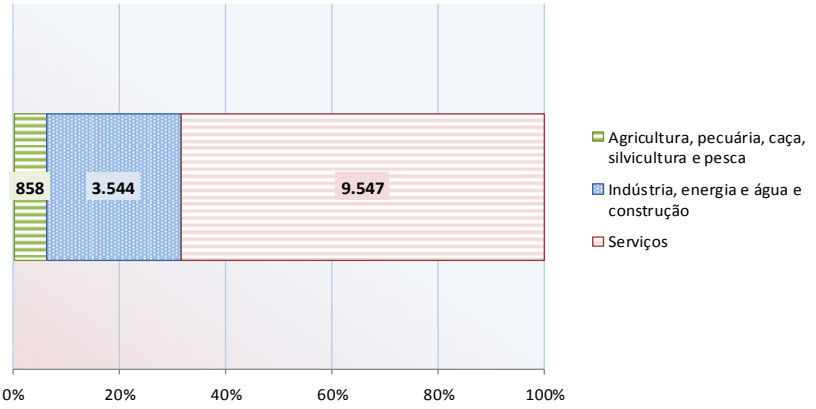
179. Ofertas de emprego por grupos profissionais
(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses

	2º semestre de 2015 (Média)
TOTAL	***13.951***
Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	***1.301***
Trabalhadores dos serviços pessoais	***1.248***
Vendedores	***1.074***
Operadores de instalações fixas e máquinas	***813***
Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	***735***
Técnicos de nível intermédio, das áreas financeiras, administrativas e dos negócios	***693***
Assistentes na preparação de refeições	***578***
Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricista	***535***
Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	***535***
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal para o mercado	***519***

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ao nível das atividades económicas, o sector dos *Serviços* foi o que mais contribuiu para o conjunto das ofertas de emprego com mais de dois terços do total registado (68,4%), seguido da *Indústria* que concentrou 25,4% e da *Agricultura* que apresentou o número menos expressivo (6,1%).

180. Ofertas de emprego por atividade económica
(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



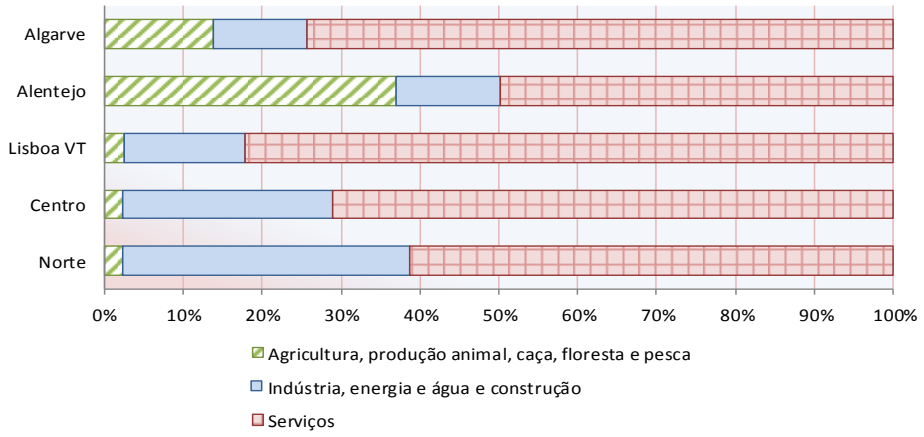
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Em termos regionais, as ofertas no sector dos *Serviços* concentraram-se sobretudo em Lisboa e Vale do Tejo (82,1%), no Algarve (74,2%) e no Centro (70,9%). Na região Norte, para além das ofertas de emprego nos *Serviços* que assumiram um valor significativo (61,3%), também as ofertas na *Indústria* foram

responsáveis por mais de um terço do total registado (36,3%). De notar que, no Centro, a *Indústria* concentrou cerca de 27% das ofertas de emprego da região. Quanto às ofertas do sector *agrícola*, o seu valor mais expressivo observou-se no Alentejo (37%).

181. Ofertas de emprego por atividade económica e região

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

- ***Colocações***

Considerando a informação relativa às colocações efetuadas pelos centros de emprego do continente, constata-se que, ao longo dos meses do 2º semestre de 2015, foram realizadas, em média, cerca de 9,8 mil colocações em cada mês.

182. Colocações por grupos profissionais

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)

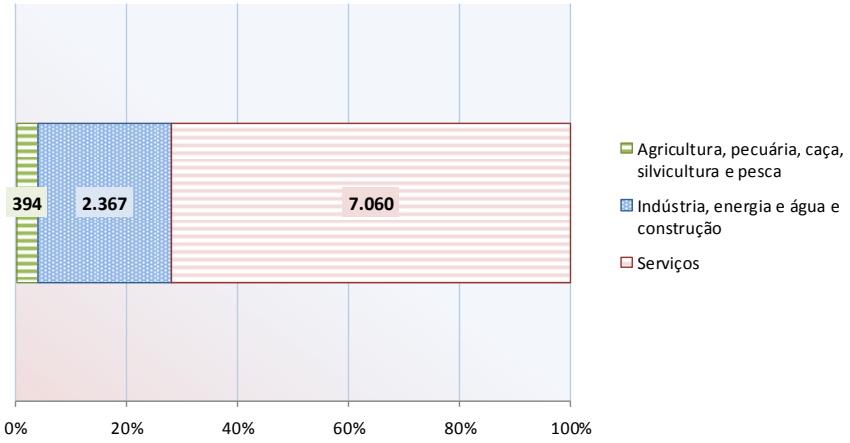
	2º semestre de 2015 (Média)
TOTAL	***9.823***
Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	***1.128***
Trabalhadores dos serviços pessoais	***772***
Vendedores	***767***
Operadores de instalações fixas e máquinas	***519***
Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	***487***
Técnicos de nível intermédio, das áreas financeiras, administrativas e dos negócios	***474***
Assistentes na preparação de refeições	***446***
Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	***422***

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por seu turno, verifica-se que entre os grupos profissionais com maior número de colocações ao longo dos meses em análise, se encontravam as profissões dos *Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes* (11,5%), dos *Trabalhadores dos serviços pessoais* (7,9%), dos *Vendedores* (7,8%), dos *Operadores de instalações fixas e máquinas* (5,3%), e dos *Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato* (5%).

183. Colocações por atividade económica

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)

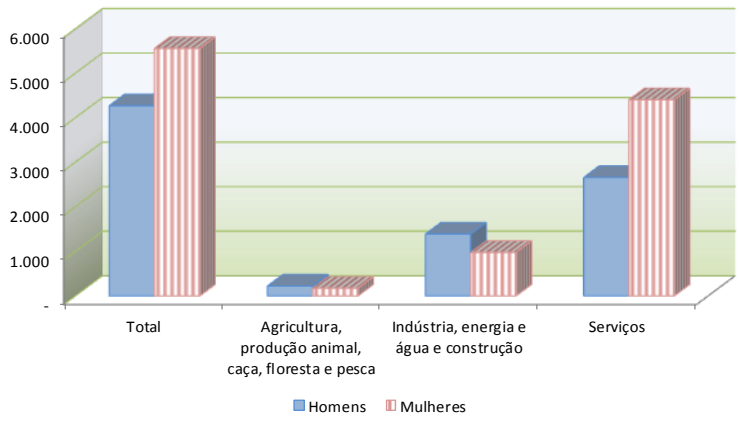


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Da análise das colocações por sectores de atividades, concluiu-se que a grande maioria das colocações realizadas foram no sector dos *Serviços* (71,9%), o que contrastou com os restantes sectores, que conjuntamente apenas atingem cerca de 28% (24,1% das colocações pertenciam à *Indústria* e 4% ao sector *agrícola*).

184. Colocações por atividade económica e sexo

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



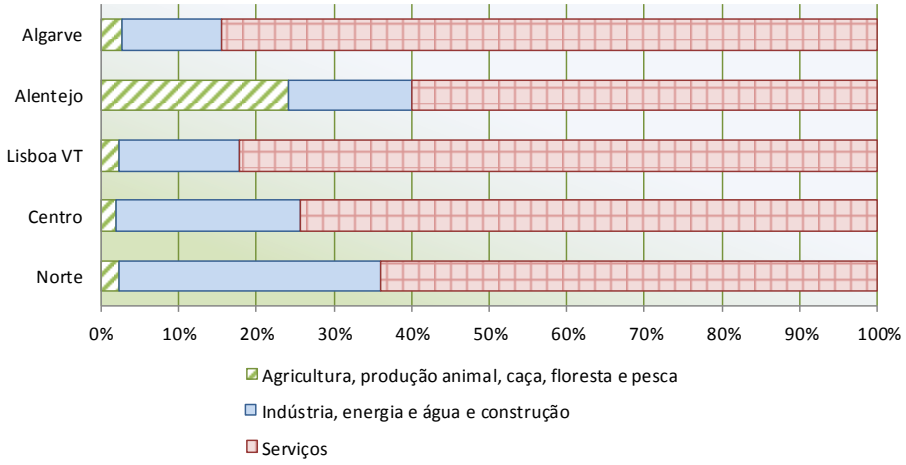
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ao longo dos meses do semestre em análise, o número de colocações foi superior entre as mulheres (56,5%), em particular no sector dos Serviços, onde foram efetuadas 79,3% do total das colocações de emprego femininas. Por outro lado, relativamente às colocações do contingente masculino, não obstante 62,3% destas colocações terem sido realizadas também nas atividades dos *Serviços*, cerca de um terço do total das colocações masculinas concentrou-se na *Indústria* (32,5%).

Por último, tendo em conta a diversidade regional, observa-se que, à semelhança do que sucedeu com as ofertas de emprego ao longo do semestre em análise, também as colocações no sector dos *Serviços* se concentraram sobretudo no Algarve (84,5%) e em Lisboa e Vale do Tejo (82,1%).

185. Colocações por atividade económica e região

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

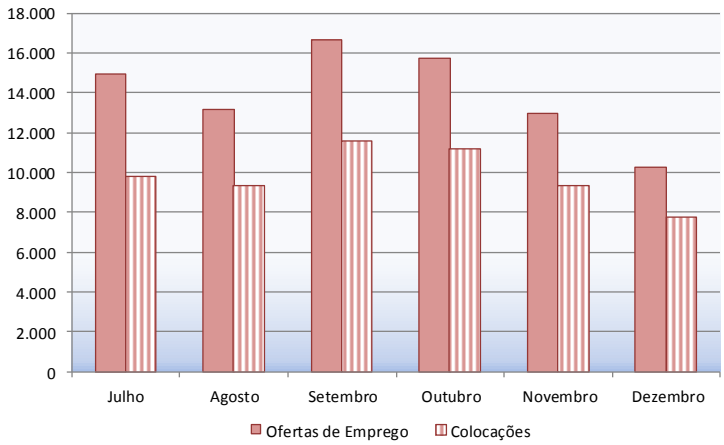
Na região Norte, onde as colocações nas atividades dos *Serviços* (63,8%) assumiram um valor expressivo, a *Indústria* foi igualmente responsável por cerca de um terço das colocações (33,8%). Quanto ao sector agrícola, o seu maior número de colocações ocorreu no Alentejo (24,2%).

- ***Pedidos, ofertas e colocações***

Considerando a informação estatística do IEFP, relativa ao *Mercado de emprego*, constata-se que, ao longo dos meses do semestre em análise, em média, foram efetuadas 9.823 colocações pelos centros de emprego e recebidas 13.951 ofertas de emprego.

186. Ofertas e colocações

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)

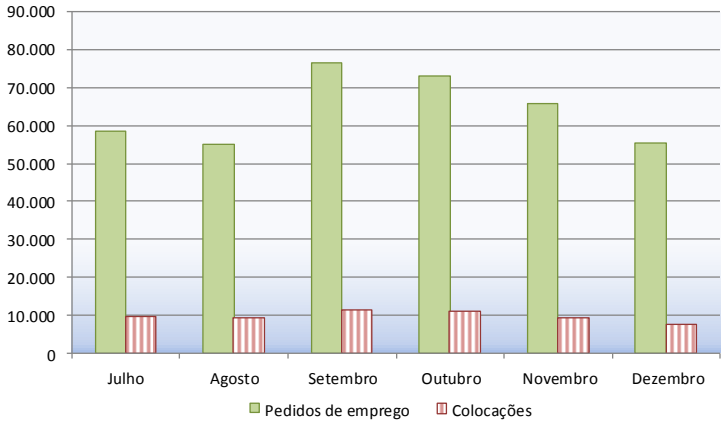


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

De registar que, em termos do movimento ao longo dos meses, em setembro e outubro realizou-se um maior número de colocações, tendo igualmente sido os meses que registaram um valor superior de ofertas de emprego.

187. Pedidos e colocações

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)

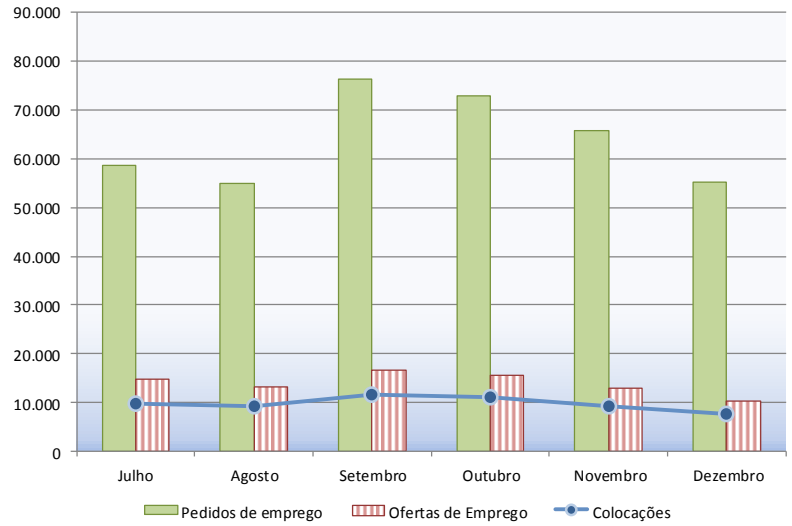


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por outro lado, tendo em conta o número de pedidos e colocações ao longo dos meses do semestre, evidencia-se um saldo diferencial bastante expressivo. De facto, na média do movimento ao longo dos meses do semestre, constata-se que houve 63,9 mil pedidos de emprego e cerca de 10 mil colocações. Tal como sucedeu com as ofertas de emprego, também os pedidos atingiram o valor mais alto do semestre em setembro e outubro, meses em que se registou igualmente uma maior concentração de colocações.

188. Pedidos, ofertas e colocações

(Média 2º semestre 2015 – movimento ao longo dos meses)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

CONCEITOS

CONCEITOS UTILIZADOS:

Ações de Formação Profissional

Consideram-se as ações de formação que resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. São consideradas quer as ações de formação realizadas pela empresa/ entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades onde tenham participado trabalhadores da empresa. Exclui-se a formação inserida no Sistema de Aprendizagem.

Condição perante o trabalho

Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

Custo de mão-de-obra (CMO)

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão-de-obra. Dividem-se em custos diretos e custos indiretos. Os subsídios para compensação das remunerações diretas deduzem-se ao custo total.

Custo direto de mão-de-obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão-de-obra diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui a remuneração do trabalho efetuado, o pagamento das horas remuneradas mas não trabalhadas, os prémios e gratificações e os pagamentos em géneros.

Custo indireto de mão-de-obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão-de-obra que não está diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais legais, convencionais, contratuais e facultativas para os regimes de Segurança Social e regimes complementares, as prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores, os custos da formação profissional, os custos de carácter social.

Custos com serviços de carácter social

Despesas efetuadas com serviços e obras sociais, tais como: despesas de funcionamento dos serviços sociais; despesas líquidas com o funcionamento de cantinas, refeitórios e outros serviços de aprovisionamento; despesas com serviços de carácter educativo, cultural, recreativo ou bolsas de estudo concedidas aos trabalhadores e seus descendentes; e outras despesas com serviços sociais.

Desempregado à procura de novo emprego

Desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura de primeiro emprego

Desempregado que nunca teve um emprego.

Desempregado de Muito Longa Duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 24 meses ou mais.

Desempregado de Longa Duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais e 24 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição no Centros de Emprego.

Desemprego registado

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm trabalho, procuram um emprego como trabalhador por conta de outrem, que estão imediatamente disponíveis e têm capacidade para o trabalho.

Despesas de formação profissional

Montante da despesa de Formação Profissional com os trabalhadores por conta de outrem ao serviço da empresa e exclusivamente suportadas pela entidade empregadora (deduzidas de eventuais subsídios), referentes nomeadamente a pagamento a monitores ou a organismos encarregados da Formação Profissional, material pedagógico, livros, filmes, etc., bolsas de estudos ligadas à Formação Profissional ou reparações respetivas. Inclui ainda a despesa efetuada com as remunerações, prémios e subsídios irregulares (subsídio de Natal e de férias, etc.) dos aprendizes e praticantes ligados à empresa/instituição por um contrato de trabalho, bem como os respetivos encargos legais, contratuais e facultativos.

Duração habitual de trabalho

Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Empresa

Entidade económica que desenvolve uma determinada atividade, sendo constituída por uma sede social e estabelecimentos com localizações diversas.

Encargos legais, contratuais, convencionais e facultativos

Montantes legais pagos pela entidade empregadora para o regime de Segurança Social e sistemas análogos (contribuições patronais para a Segurança Social, contribuições dos Bancos para os Serviços de Assistência Médico-social e seguros de acidentes de trabalho), bem como montantes contratuais, convencionais e facultativos para regimes complementares de segurança social, nomeadamente os privados.

Estabelecimento

Unidade local que, sob um único regime de propriedade ou de controlo, produz exclusiva ou principalmente um grupo homogéneo de bens ou serviços, num único local.

Inativo à procura de emprego mas não disponível

Inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores), mas não estava disponível para trabalhar. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

Inativo disponível mas que não procura emprego

Inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

Ganho

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Nível de escolaridade completo

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Outros custos de mão-de-obra

Montante de despesa efetuada com o transporte de pessoal entre o domicílio e o local de trabalho e vice-versa, vestuário de trabalho, recrutamento, etc..

Pagamento por horas remuneradas mas não efetuadas

Pagamentos feitos aos TCO, correspondente a horas não trabalhadas, como: férias anuais, dias feriados, faltas justificadas que não impliquem perda de remuneração. Exclui as compensações pagas por perda de remuneração devido a falta por doença do próprio, que deverão ser consideradas como "Encargos Legais, Contratuais, Convencionais e Facultativos".

Pagamento em géneros

Montante da despesa efetuada com os produtos cedidos gratuitamente ou vendidos aos trabalhadores a um preço inferior ao preço de custo. A valorização da despesa é feita em termos líquidos, tendo em conta as receitas eventuais. Inclui igualmente o pagamento de subsídios de habitação ou cedência de habitação pela empresa aos trabalhadores e os empréstimos a uma taxa de juro bonificado, destinados à construção ou à compra de habitação para os trabalhadores.

Participante em ações de Formação Profissional

Trabalhador ao serviço na empresa, contabilizado tantas vezes quantas as ações em que participou.

Pessoas ao serviço

Pessoas que, no período de referência, efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham. Inclui as pessoas temporariamente ausentes, nas datas de referência, por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho de duração igual ou inferior a um mês. Inclui também os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar no estabelecimento sendo aí diretamente remunerados. Inclui ainda os sócios gerentes, cooperantes e familiares que trabalharam nas datas de referência, tendo recebido por esse trabalho uma remuneração.

População ativa

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População Empregada

Abrange todos os indivíduos com 15 e mais anos que, no período de referência, tinham efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar, em dinheiro ou em géneros.

População Desempregada

Abrange todos os indivíduos Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontravam simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinham procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estavam disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

Nota: Inclui-se ainda o indivíduo que, embora tendo um trabalho, só ia começar a trabalhar numa data posterior à do período de referência (nos três meses seguintes).

População inativa

Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estão empregados nem desempregados. Apesar de habitualmente não incluir os indivíduos que estão a cumprir o serviço militar obrigatório, optou-se pela sua inclusão neste documento.

Prémios e gratificações irregulares

Montante ilíquido pago aos trabalhadores no período de referência, sem carácter de regularidade em relação a cada período de pagamento, a título de subsídios de férias e de Natal, de participação nos lucros, distribuição de títulos, e outras gratificações e pagamentos não periódicos.

Profissão

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Remuneração base

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com caráter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Saída escolar precoce

População de 18 a 24 anos que não frequenta escola ou formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o ensino secundário inferior.

Salário mínimo mensal

Montante ganho antes da dedução de quaisquer descontos, correspondente à média mensal do valor anual. Assim, para os países em que o salário mínimo é pago 14 meses por ano, o valor médio mensal é igual ao valor do salário mínimo vezes 14 meses e dividido por 12. Para os países em que o salário mínimo é fixado sob a forma de taxa horária, estas são convertidas em taxas mensais com a ajuda dos seguintes fatores:

Irlanda e Reino Unido: 39 horas vezes 52 semanas a dividir por 12

EUA: 40 horas vezes 52 semanas a dividir por 12

Subemprego de trabalhadores a tempo parcial

Conjunto de trabalhadores a tempo parcial com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período específico (o período de referência ou as duas semanas seguintes).

Subsídios

Montantes recebidos pela empresa para compensar as remunerações diretas pagas aos trabalhadores por conta de outrem ao serviço. Para deduzir no custo de mão-de-obra.

Subsídios e prémios regulares

Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com caráter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.

Taxa de atividade (15 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (15 e mais anos). T.A. (%) = (Pop. Ativa /Pop. dos 15 e mais anos) x 100

Taxa de desemprego

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa. T.D. (%) = (População desempregada /População ativa) x 100

Taxa de emprego (população com idades entre os 15 e os 64 anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população total em idade ativa (com 15 e mais anos de idade).. T.E. (%) = (Pop. Empregada /Pop. ativa) x 100

Trabalhador a tempo completo

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou inferior a 75% da duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato sem termo

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado

Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador ocasional

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem carácter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como empregador

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para trabalhar(em) com ele. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador que participou em ações de formação

Trabalhador ao serviço nas empresas, contabilizado uma só vez independentemente do número de ações em que participou.

Trabalhador sazonal

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos.

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

0. Notas preliminares

a) Por deliberação do Plenário do Centro de Relações Laborais (CRL), foi criada uma Comissão Científica de acompanhamento do Relatório do 2º Semestre sobre Emprego e Formação – 2015, presidida pelo Presidente do CRL e da qual fazem ainda parte os signatários do presente parecer:

António Figueiredo (FEP, Universidade do Porto; Quaternaire);
Francisco Lima (IST, Universidade de Lisboa);
Francisco Madelino (IPPS – IUL ISCTE; INATEL);
João Cerejeira (EEG, Universidade do Minho);
Margarida Chagas Lopes (ISEG, Universidade de Lisboa)

b) O mandato da Comissão consistiu no acompanhamento da elaboração do relatório, iniciada com a discussão do roteiro preparado pelo perito Mário Caldeira Dias e aprovado pelo Plenário do CRL. Nas três reuniões realizadas e nas interações subsequentes, a Comissão teve oportunidade de acompanhar as várias versões do relatório, sendo de assinalar os progressos verificados desde a primeira versão. As propostas de alteração ou melhoria que foram sugeridas pela Comissão foram alvo de discussão em sede de reunião da Comissão, sendo na sua generalidade acolhidas na versão final.

c) O parecer que de seguida se apresenta tem em devida conta, não apenas as matérias e análises que integram o referido relatório, mas também os objetivos e alcance que o relatório sobre o mercado de trabalho do CRL pretende atingir, designadamente o seu contributo para uma discussão fundamentada entre os parceiros sociais e para uma melhoria da compreensão da opinião pública e da comunicação social sobre o funcionamento do mercado de trabalho e das suas principais variáveis e indicadores. O facto de se tratar de uma primeira edição do relatório, a que vão suceder-se próximas edições relativos a semestres seguintes, pesou também na apreciação realizada.

d) O parecer está organizado em três grandes partes: uma primeira parte de enquadramento, uma segunda parte respeitante à apreciação global do relatório, que designaremos de

apreciação na generalidade e uma última parte em que se desenvolvem comentários e apreciações mais específicos.

1. Enquadramento

a) Na última década o mercado de trabalho e as instituições que o regulam sofreram alterações profundas. Do lado da oferta de trabalho são de destacar o progressivo envelhecimento da população ativa, a reversão dos saldos migratórios para valores negativos e o forte investimento em capital humano, visível no crescimento da proporção de jovens adultos com formação de nível superior. Do lado da procura, são de referir as alterações de natureza conjuntural, com um crescimento volátil, caracterizado por períodos de forte evolução negativa delimitados por fases de baixo crescimento económico, e as mudanças estruturais, decorrentes quer de uma maior concorrência internacional, quer da adesão de Portugal à União Económica e Monetária.

b) Apesar das sucessivas reformas das instituições que regulam o funcionamento do mercado de trabalho, com uma procura menos dinâmica e sem os instrumentos de correção dos desequilíbrios macroeconómicos existentes até meados da década de 90, na última década tornaram-se mais visíveis alguns dos problemas do mercado de trabalho português já anteriormente identificados. O desemprego estrutural atingiu níveis inéditos no último meio século, conjugado com uma grande proporção de trabalhadores com baixos salários, em termos europeus. Em paralelo, acentuou-se a precariedade e a segmentação do mercado de trabalho em termos das suas condições contratuais.

c) Os problemas e os desafios futuros que mercado de trabalho português se confronta, obrigam uma maior compreensão e profundidade analítica do seu funcionamento. Assim, o presente relatório pretende dar não só um contributo para uma discussão fundamentada entre os parceiros sociais mas também contribuir para uma melhoria da compreensão da opinião pública e da comunicação social sobre o funcionamento do mercado de trabalho e das suas principais variáveis e indicadores.

2. Apreciação global

A Comissão considera que relatório cumpre cabalmente os objetivos e o alcance a que a sua elaboração corresponde. São de destacar os seguintes aspetos:

a) O relatório apresenta a relação entre variáveis e indicadores selecionados para descrever e analisar o funcionamento do mercado de trabalho com o quadro macroeconómico da economia portuguesa e também da União Europeia, o que constitui uma boa prática a manter em edições seguintes do relatório, dadas as características da economia portuguesa e da sua situação e desafios mais recentes.

b) O relatório afirma-se ainda como um repositório integrado, seja do ponto de vista seccional, com informação exaustiva relativa aos aspetos principais do funcionamento do mercado de trabalho, seja do ponto de vista longitudinal, com a apresentação dos dados em períodos temporais (por regra uma década) suficientemente longos e consistentes que poderão servir para análises de evolução conjuntural ou estrutural.

c) O relatório alerta para a necessidade da interpretação da taxa de desemprego e das suas variações ao longo do tempo ser contextualizada combinadamente com outras variáveis, como a taxa de crescimento económico, a taxa de variação da produtividade do trabalho, a variação da população ativa e inativa e da variável inativos disponíveis; a relevância deste alerta e o fornecimento de informação pertinente para que a sua ponderação seja possível é tanto mais importante quanto mais a divulgação dos números da taxa de desemprego é frequentemente acompanhada de análises pouco rigorosas e descontextualizadas na comunicação social que penalizam fortemente a qualidade do debate político em Portugal.

d) Dada a sua natureza integrada, o relatório é de consulta facilitada sobre as medidas de política pública de emprego e de formação, substituindo-se assim com vantagem à pesquisa e leitura de diferentes fontes de informação sobre tais medidas.

e) O relatório sistematiza ainda informação relevante sobre a população emigrada e imigrada, que não é comum associar a informação respeitante ao mercado de trabalho, mas que a situação hoje observada em matéria de internacionalização de recursos humanos em Portugal justifica a maior atenção ao tema, alertando para a desejável melhoria do rigor com que esses valores e população são calculados.

f) Embora compreendendo que se trata de um relatório e não de um estudo sobre o mercado de trabalho, admite-se que o relatório poderia, em algumas matérias e embora sem tomar posição que não lhe compete, sublinhar junto dos parceiros sociais a controvérsia de

interpretações que os dados sugerem; em nosso entender, é relevante alertar os parceiros sociais para a necessidade de investigação e de estudo mais aprofundado para melhor fundamentar, e assim enriquecer, o debate político e o confronto de posições.

3. Apreciação na especialidade

Esta parte está organizada em dois subgrupos: um conjunto de comentários dirigidos ao capítulo de enquadramento macroeconómico e um outro respeitante ao funcionamento do mercado de trabalho.

3.1. Sobre o enquadramento macroeconómico

a) O relatório deveria reforçar a ideia de que a competitividade da economia portuguesa não pode ser medida exclusivamente recorrendo ao indicador Custo Unitário de Trabalho, sem implicar a sua não utilização, conviria ter em conta que para uma economia, como a portuguesa, de muito pequena dimensão e regra geral *price-taker* face a preços determinados internacionalmente, é necessário invocar outras variáveis para uma mais completa perceção dos problemas de competitividade da economia portuguesa; a relação qualidade-preço (sendo este pré-determinado internacionalmente), o domínio (*just in time*) da cadeia logística de distribuição e a operacionalização/fidelização de marcas são também aspetos relevantes normalmente escamoteados pelo uso exclusivo do CUT.

b) Recomenda-se que em edições futuras se dê maior relevância à taxa de câmbio real como indicador de competitividade; bem como à evolução da quota das exportações portuguesas nas exportações mundiais ou da União Europeia.

c) Julga-se que os parceiros sociais apreciariam que o relatório distinguisse sempre quando fala de produção e emprego nos serviços, no âmbito da chamada terciarização da economia portuguesa, entre serviços transacionáveis e não transacionáveis, cobrindo designadamente a percentagem de exportações materializada em serviços.

d) Finalmente, a Comissão acolheu muito positivamente a relevância dada ao grande problema estrutural da economia portuguesa, o défice das contas externas. Nesse sentido, seria importante distinguir entre melhorias de défice externo determinadas por repressão das

importações de melhorias de défice geradas por melhorias do desempenho competitivo externo.

3.2. Sobre o funcionamento do mercado de trabalho

a) O relatório refere em alguns momentos o problema do abandono escolar como fator condicionador de uma melhoria efetiva das qualificações da população ativa portuguesa. Se bem que Portugal não tenha ainda este problema resolvido, apesar de uma franca melhoria observada nos últimos tempos, é tempo de começar a pensar no problema do insucesso escolar, sobretudo no contexto do cumprimento, não apenas retórico, da escolaridade obrigatória de 12 anos.

b) Embora sem tomar posição sobre o tema, admite-se que o relatório poderia sistematizar alguma informação estatística de suporte à discussão dos efeitos do aumento do salário mínimo nacional, nomeadamente a apresentação do índice de Kaitz (relação entre o Salário Mínimo Nacional e o salário mediano ou médio), seja numa perspetiva temporal seja em termos de comparação internacional.

c) O relatório opta quase sempre nos indicadores sobre o mercado de trabalho por percentagens, raramente destacando valores absolutos das referidas variáveis; em nosso entender, em certos domínios, o alerta aos parceiros sociais e às políticas públicas ganha relevo se projetado em termos de valores absolutos. A magnitude dos NEET e do desemprego de muito longa duração, por exemplo, ilustra esse argumento. O valor absoluto mede melhor a dimensão do desafio que as políticas públicas precisam de enfrentar.

d) Por último, recomenda-se que em edições futuras se insira uma secção sobre o subsídio de desemprego, dada a sua relação com a intensidade na procura de emprego, com a qualidade das contratações, sem esquecer a sua função principal enquanto seguro de rendimento. Seria relevante a apresentação de uma análise comparada, em termos internacionais, da taxa de reposição rendimento, das condições de acesso e de manutenção desta prestação.

Lisboa, 11 de julho de 2016

COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO

Comentários formulados pela Autoridade para Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) ao Relatório do 2º Semestre Sobre Emprego e Formação - 2015 do Centro de Relações Laborais (CRL).

A temática da formação profissional reveste relevância e plena atualidade, na medida em que a empregabilidade está também associada ao nível de qualificação, competências e conhecimentos que os indivíduos adquirem.

A ACT apresentou, oportunamente, contributo no sentido de serem aprofundadas outras temáticas relacionadas com a formação profissional e votou favoravelmente a adoção do Relatório do 2º Semestre Sobre Emprego e Formação – 2015.

A formação profissional no contexto da gestão de segurança e saúde no trabalho constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento da organização do trabalho e da valorização dos trabalhadores.

Com efeito, a segurança e saúde no trabalho deve ser uma preocupação transversal a todas as relações de trabalho e setores de atividade, revestindo especial importância neste domínio a formação profissional.

Nesta perspetiva terá todo o interesse, em futuras edições, incluir nos dados constantes dos relatórios elementos que permitam concluir se é ministrada formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Neste quadro a ACT congratula-se com a edição do Relatório e reconhece a importância da missão do CRL no âmbito do acompanhamento da evolução do emprego e da formação profissional.

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL – CIP
e
CONFEDERAÇÃO DO TURISMO DE PORTUGAL – CTP

DECLARAÇÃO DE VOTO

1. A CIP – Confederação Empresarial de Portugal e a CTP – Confederação do Turismo Português, aquando da apreciação final que antecedeu a votação tendo por objeto a adoção, em sede do CRL - Centro de Relações Laborais, do Relatório do Segundo Semestre de 2015 sobre Emprego e Formação, deixaram expresso reverem-se no conteúdo plasmado nesse mesmo Relatório relativamente à generalidade dos aspetos aí focalizados, sendo que não se reviam, de todo, quanto a um aspeto específico, concretamente, o ponto 8., que gere sob a epígrafe: PRECARIEDADE NO MERCADO DE TRABALHO, inserto na parte I. ENQUADRAMENTO PLURIANUAL.

2. Essa não identificação, como expressa e inequivocamente então vincaram, resulta da circunstância de o referido ponto 8. se prevalecer do termo "precariedade" e as figuras contratuais aí ressaltadas serem a contratação a termo e o contrato de trabalho a tempo parcial.

3. Para além de a situação evolutiva quanto à utilização destas formas contratuais já fazer objeto de pontos anteriores do mesmo Relatório, concretamente, do ponto 2.1.2., no que concerne aos contratos a termo, e do ponto 2.3.1.3., no que respeita ao trabalho a tempo parcial – o que sempre tornaria o ponto 8., em termos de análise objetiva, e sem qualquer intuito valorativo, de utilidade muitíssimo reduzida, senão nula -, outras razões concorreram para a formulação do juízo crítico que o referido ponto 8. mereceu à CIP e à CTP.

4. Entre essas outras razões, avulta:

   4.1. O conceito de precariedade não é unívoco, mormente quanto à respetiva compreensão.

   4.2. O contrato de trabalho a tempo parcial, de si, que ingredientes precários incorpora, de modo forçoso, e não é reclamado para um universo alargado de situações?

4.3. A contratação a termo não pode, de todo, ser credora de uma valoração incontornavelmente negativa, já que constitui um instrumento potenciador da criação de emprego e encerra virtualidades para o necessário ajustamento entre a duração dos vínculos contratuais e as flutuações verificáveis ao nível das necessidades determinantes desses mesmos vínculos.

4.4. O ponto 8., pelo seu título, que tem repetição no conteúdo, apenas, reitera-se, obedece a um propósito norteado por uma valoração negativa, quer da contratação a termo quer da contratação a tempo parcial.

4.5. Acresce que, tanto a contratação a termo como a contratação a tempo parcial, se encontram legalmente disciplinadas, num quadro, ao nível substancial, de direitos e obrigações que o legislador tem por ajustados.

5. Por este acervo de razões, reiteradamente expendidas pelo representante da CIP e pelo representante da CTP durante a apreciação final havida na reunião em causa, em torno do Relatório do Segundo Semestre de 2015 sobre o Emprego e Formação, o Presidente do CRL propôs a eliminação do ponto 8. da parte I – ENQUADRAMENTO PLURIANUAL – eliminação a que o representante da CGTP se opôs, pelo que tal eliminação não ocorreu.

6. Neste quadro, nem a CIP nem a CTP poderiam votar favoravelmente a adoção do Relatório do Segundo Semestre de 2015 sobre Emprego e Formação.

Lisboa, 13 de julho de 2016

Pel´a CIP – Confederação Empresarial de Portugal

(Gregório Rocha Novo)

Pel´a CTP – Confederação do Turismo Português

(Nuno Bernardo)

CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL – CAP
e
CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL – CCP

A CAP e a CCP associam-se à Declaração de Voto da CIP e CTP, partilhando das preocupações expressas na referida declaração.

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES – CGTP-IN

A CGTP-IN considera que o Relatório sobre Emprego e Formação aprovado na reunião do Centro de Relações Laborais reúne uma série de dados oficiais já conhecidos que permitem analisar e tirar conclusões sobre a situação do emprego e do desemprego em Portugal[33].

Os dados mostram que a política de empobrecimento e exploração levada a cabo pelo Governo PSD/CDS, na sequência do acordo para a intervenção da Troica, teve efeitos muito negativos no PIB, levando o país à recessão entre 2011 e 2013. Pelo contrário, quando o chamado programa de ajustamento terminou o PIB voltou a crescer, havendo também efeitos positivos decorrentes das declarações de inconstitucionalidade de algumas medidas que permitiram um crescimento da procura interna e, por essa via, a recuperação do PIB. O mesmo aconteceu relativamente ao PIB per capita.

Também os indicadores relativos à taxa de emprego, taxa de atividade, taxa de desemprego (incluindo dos jovens e o desemprego de longa duração), taxa de crescimento populacional, população residente, taxa de natalidade e emigração se deterioraram desde 2011, tendo havido alguma recuperação em 2014 e 2015 no que diz respeito ao emprego, desemprego e população ativa.

[33] As observações da CGTP-IN centram-se no enquadramento plurianual.

Neste período acentuou-se a destruição do sector produtivo agrícola e industrial e a terciarização da economia; aumentou a precariedade do emprego; aumentou o subemprego dos trabalhadores a tempo parcial (com 42% dos trabalhadores a tempo parcial a quererem trabalhar mais horas), isto apesar dos horários de trabalho dos trabalhadores que trabalham a tempo completo serem longos - mais de metade da população empregada trabalha habitualmente entre 36 e 40 horas e 22% trabalham habitualmente 41 ou mais horas.

Os dados incluídos mostram ainda que o custos salariais em Portugal são dos mais baixos da UE (o Índice do custo de trabalho no nosso país é o terceiro mais baixo da UE e foi o que mais diminuiu desde 2011 a seguir à Grécia), e que o montante do SMN, expresso quer em euros quer em Paridades de Poder de Compra, se situa entre os valores mais baixos ou médios-baixos dos países que têm salário mínimo. Mostram também que existe descriminação salarial entre homens e mulheres, situando-se o ganho médio mensal das mulheres trabalhadoras cerca de 20% abaixo do dos homens.

No entanto, não obstante as observações enviadas pela CGTP-IN, o relatório continua a apresentar várias lacunas, quer em relação a temas (por exemplo o não tratamento do emprego e salários na Administração Pública ou a proteção no desemprego), quer a dados (como os relativos à precariedade entre os jovens ou à crescente desregulação dos horários de trabalho, entre outros), tudo elementos indispensáveis a uma análise completa e rigorosa do emprego e desemprego.

Por outro lado, ao contrário do que se afirma, há partes em que o relatório não é objetivo nem tão "neutro quanto possível". A *Nota Prévia* e o *Enquadramento Macroeconómico* contêm muitas opiniões e mesmo várias afirmações com as quais a CGTP-IN não concorda, como tivemos oportunidade de dizer na reunião.

Assim, na ***Nota Prévia***, a alteração efetuada relativamente ao desemprego registado afigura-se mais correta do que a que figurava nas versões anteriores. Contudo, continua implícita a ideia de que aumentos do desemprego registado podem ser influenciados por mudanças administrativas, mas que as descidas dependem da melhoria do mercado de trabalho, o que não é verdade. Se os desempregados não conseguirem aceder a prestações de desemprego (por alterações legais, pela precariedade ou pelo esgotamento do tempo de atribuição), se o serviço de emprego não apresentar alternativas de emprego ou de qualificação, ou se os desempregados forem ocupados em medidas

em emprego e formação profissional, o desemprego registado diminui, tal como desce em caso de emigração massiva como a que verificou nos últimos cinco anos.

No que diz respeito à precariedade (final do 6ª parágrafo da pág. 33), o relatório aponta para a inevitabilidade da precariedade laboral face às "contingências do mercado", visão de que a CGTP-IN discorda. A precariedade está neste momento generalizada. É usada como um instrumento de assédio moral para forçar os trabalhadores a aceitar quaisquer condições de trabalho e salários, devendo ser combatida e não aceite como algo natural. Nesse sentido, a CGTP-IN discorda também da introdução da nota de rodapé nº 26, da pág. 135, onde se associam diversos tipos de precariedade laboral à competitividade das empresas e a "mais liberdade, oportunidades e recompensas aos indivíduos dispostos a aproveitá-las desde que reúnam as necessárias competências", ou seja, aos trabalhadores com contratos precários desde que tenham determinadas qualificações.

No que diz respeito ao ***Enquadramento Macroeconómico,*** a CGTP-IN discorda de vários aspetos que crê não terem cabimento num relatório desta natureza. É o caso da apreciação sobre a presença no euro (pág. 41, 4º parágrafo); da conclusão de foram os défices do Estado que se transformaram em dívida acumulada (pág. 41), ignorando-se os efeitos do período 2007-2009 e depois a crise da dívida e a intervenção na banca; da avaliação "salomónica" feita sobre o SMN ("positivo e negativo", págs. 38-39), quando o 1º relatório trimestral de acompanhamento do SMN reconhece que "o aumento do salário mínimo não terá influenciado de modo significativo a criação líquida de emprego"; da qualificação como "desvalorizações técnicas" à diminuição dos custos e às quebras nos rendimentos (pág. 44).

Quanto ao tema do ***Emprego,*** além das lacunas de temas que se apontaram atrás, nos salários (pág. 126 e seguintes) não se inclui o valor médio da remuneração mensal base, optando-se por usar o valor do ganho médio como ilustrando o salário médio do país, o que é incorreto, pois pode levar à conclusão falsa de que os salários são mais elevados do que na realidade são, já que os ganhos incluem o pagamento pelo trabalho extraordinário[34]. Acresce que os ganhos não permitem conhecer as diferenças salariais por sector expurgadas das horas extraordinárias nem as discriminações salariais na base, nomeadamente entre homens e mulheres.

[34] Conforme conceito referido na pág. 213.

Por último, na ***Formação profissional,*** o relatório deixa de fora uma componente fundamental da formação profissional do país, nos últimos anos: a formação profissional financiada e cofinanciada pelo QREN e/ou Portugal 2020. Os dados incluídos no relatório não permitem obter um panorama realista e integral da formação profissional em Portugal, nomeadamente:

- Perceber em que medida o país continua a evoluir, ou não, no sentido da independência das suas políticas de formação;
- Perceber em que medida se está a constituir, ou não, um mercado formativo empresarial, que reflita uma maior cultura formativa por parte dos empregadores;
- Perceber em que medida a formação profissional, e a qualificação, fazem parte, ou não, das prioridades de investimento do país.

Ainda neste capítulo, relativamente à execução da formação profissional da responsabilidade do IEFP, os dados apresentados não permitem perceber qual a eficácia efetiva das medidas adotadas, nomeadamente ao nível da certificação profissional ou escolar dos participantes no Vida Ativa ou da colocação num emprego dos participantes na formação, para referir apenas dois aspetos.

*

Por todas estas razões a CGTP-IN abstém-se relativamente ao Relatório do 2º semestre sobre Emprego e a Formação Profissional (2015).

15 de Julho de 2016

UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES – UGT

O Relatório do 2º semestre sobre Emprego e Formação mereceu apreciação favorável por parte da UGT, considerando que este responde, em traços gerais ao objetivo global pretendido, o de apresentar e analisar um conjunto de dados e indicadores sobre a situação e evolução do mercado de trabalho, que contribuam para um melhor conhecimento da realidade e para uma intervenção mais adequada e eficaz, quer dos decisores políticos, quer dos parceiros sociais.

A UGT sublinha ainda positivamente os progressos alcançados desde a versão inicial do relatório bem como os esforços de incorporação de contributos dos diferentes membros do CRL e da Comissão Científica, como aliás a própria refere no seu parecer conjunto.

O relatório sistematiza um conjunto de estatísticas e de informação relevante disponibilizada por várias entidades (nacionais e internacionais), sobre um conjunto alargado de matérias que se encontram associadas ao funcionamento e à evolução do mercado de trabalho, constituindo-se, por conseguinte, como um importante instrumento de referência na construção de estudos, análises e propostas sobre o mercado de trabalho.

Neste momento, a UGT não pretende efetuar uma análise sobre a situação e evolução do mercado de trabalho, nem apresentar as suas preocupações e propostas sobre o mesmo, mas antes destacar um conjunto de aspetos que se nos afiguram relevantes ter presentes na elaboração dos próximos relatórios.

Desde logo, a UGT reafirma que considera positivo que, não obstante estarmos perante um relatório e periodicidade semestral, algumas variáveis pela sua natureza estrutural e de enquadramento tenham sido apresentadas e avaliadas para um período temporal mais alargado (uma década, nalgumas situações).

Porém, não podemos deixar de sublinhar que no relatório em apreciação, a dinâmica semestral, que se pretende com a elaboração deste relatório, acabou por ser algo fragilizada, não tanto pela abordagem estrutural que acima referimos e valorizamos, mas sobretudo pelo predomínio de elementos respeitante a 2015 face à informação sobre tendências e evoluções infra-anuais (semestrais ou outras).

Esta é uma situação que esperamos ver melhorada no próximo relatório sobre emprego e formação, o qual deve reforçar a informação sobre aquela dinâmica semestral. Por outro lado, a UGT tem presente que este Relatório não tem como objetivos o apresentar estudos sobre o mercado de emprego ou sobre determinadas áreas/ temas que a ele se encontram associadas, nem o de se constituir como um documento propositivo.

Contudo, consideramos que futuros relatórios deveriam reforçar a vertente analítica e crítica, alertando nomeadamente para aspetos como a controvérsia de interpretações de dados, as

contradições existentes entre diferentes fontes estatísticas, a insuficiência ou lacuna de informação para caracterização de determinados fenómenos e realidades bem como ainda promovendo o aprofundamento da análise de alguns temas (nomeadamente com suporte a mais informação qualitativa, mesmo que sem caracter regular).

No que concerne ao funcionamento do mercado de trabalho, a UGT considera que o Relatório cobre, na generalidade, as dimensões e matérias mais relevantes para a caracterização do mercado de emprego em Portugal.

Numa nota final, a UGT considera que na elaboração de próximos relatórios deverá ser equacionado o aprofundamento de algumas matérias, que pela sua natureza ou expressão no mercado de trabalho exigem uma particular atenção, destacando-se matérias como:

- Qualidade do emprego - nas suas múltiplas dimensões (estabilidade do contrato, níveis salariais/ desigualdades salariais, perda expectável de rendimentos, condições de trabalho, entre outras);

- Duração do desemprego - tendo presente que o desemprego de longa duração atinge atualmente níveis muito elevados, com uma forte componente estrutural e afeta públicos diversos, que importa conhecer melhor;

- Cobertura da proteção social no desemprego- nas suas múltiplas dimensões;

- Qualificação dos trabalhadores e formação contínua – a melhoria das qualificações dos ativos continua a ser um dos grandes desafios para Portugal, domínio em que os diferenciais com os nossos principais parceiros europeus nos são especialmente desfavoráveis.

As observações aqui apresentadas pela UGT têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento dos próximos relatórios, que devem continuar a afirmar-se como uma base sólida para a tomada de posições e para o enriquecimento do debate político-social.

14-07-2016